Buscando alternativas: como os espaços públicos e a forma urbana educam ou deseducam

José Roberto Merlin

Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Rodovia Dom Pedro I, km 136 Parque das Universidades, Campinas, SP-CEP 13086-900 – Telefone:(19) 3343-7077

email: jrmerlin@puc-campinas.edu.br

Resumo

Este trabalho discute as potencialidades educadoras inerentes aos espaços considerando que eles não são neutros e sempre educam ou deseducam. Estranha que os arquitetos raramente fundamentam seus conceitos espaciais levando em conta esta questão. Mostra que as cidades tem sido consideradas essenciais ao processo de ensinagem vinculado à sociedade do conhecimento e o território não pode ser desconsiderado se quisermos formar cidadãos ativos. Informa que os espaços são verdadeiros documentos que podem ser lidos, tanto pelo viés da manufatura concreta como pela linguagem e podem ser considerados como instância social. Por último, provoca os arquitetos no sentido de que a atuação profissional seria muito mais valorosa se o grande número de arquitetos que tem sido formados trabalhassem processos potencialmente educadores como substrato dos conceitos arquitetônicos.

Palavras-chave

Espaços potencialmente educadores, pedagogia inerente ao espaço, leitura e produção do espaço e cidades educadoras

Abstract

This paper discusses the teachers potentialities inherent to spaces considering that they are not neutral and always educate or deseducam. Strange that architects rarely base their spatial concepts considering this issue. It shows that cities have been considered essential to the teaching process linked to the knowledge society and the territory can not be overlooked if we want to form active citizens. Informs that the spaces are real documents that can be read by both the bias of concrete manufacturing as the language and can be considered as social instance. Finally, it causes architects in the sense that the professional performance would be much more valuable if the large number of architects who have been trained to work potentially educators processes such as substrate of architectural concepts.

Keywords

Potentially educators spaces, pedagogy inherent in space, reading and production of space and educators cities

A cidade, o edifício, o espaço e a educação

No decorrer da história as cidades tem apresentado diferentes artefatos formais cada um deles com significados que surgem de forma natural ou planejada, denotando valores essenciais da civilização que os erigiram. A arquitetura mortuária das pirâmides egípcias, os monumentos gregos que discutiam ideais democráticos, os palácios e termas romanos que tratavam da justiça e da cultura do corpo, as igrejas medievais em que se pregavam um Deus punidor e os arranha-ceus símbolos modernos de poder, são exemplares que revelam valores específicos vinculados a temas que permeiam e marcam toda a existência de cada civilização, desvelando suas crenças, sua organização social, sua tecnologia etc. O interesse desta pesquisa é desvelar em que medida as formas urbanas surgem como reveladoras da urbanidade que as constituiem. Neste sentido serão sermpre potencialmente educadoras ou deseducadoras, na medida em que a forma urbana, seja espaço construído ou vazio, infundem inúmeras intenções e procedimentos que vertem através da linguagem espacial. Igual a um livro, a uma peça de teatro ou a um filme ou a qualquer obra de arte. O **edifício é um documento** revelador àqueles que conseguem lê-lo em sua plenitude. Compreendê-lo exige conhecimentos específicos que mesclam distintos conhecimentos, nem sempre disponíveis nos conteúdos de bancos escolares de países fora do primeiro mundo.

Estranhamente são raros os arquitetos famosos que explicam claramanete suas obras - sejam espaços livres ou construídos - como objetos inerentes à formação cidadã, algo que se propõe a desafiar a urbanidade através do aprendizado pelo próprio espaço. Embora se constate que o "belo" normalmente é mais respeitado pela maioria da população que os objetos corriqueiros ou hediondos – como acontece com ônibus limpos e bem cuidados e espaços coletivos significativos – são ínfimas as explicações da forma urbana como resultado e esforço no sentido de enfatizar as características espaciais que infligem a educação como protagonista. É frequente constatar críticos de arquitetura que reproduzem autores que comparam obras com formas de serpentes como aconteceu com arenas de futebol brasileiras, ou peixes, substrato explicativo de um museu paradigmático europeu. Parece que a arquitetura de nossa época – não nos esqueçamos que vivemos na sociedade do conhecimento - perdeu seus parâmetros mais significativos enquanto produção cultural, adotando caminhos valorativos do consumo, fazendo da forma urbana algo bastante trivializado.

Montaner e Muxi confirmam esta digressão dos objetivos mais nobres da arquitetura em relação à civilidade e tratam do turismo como sintese das contradições do sociedade atual, apontando "as tensões que se produzem quanto à escolha entre o global e o local, entre a homogeneização e a manutenção da memória viva, entre o consumo e a cultura" (MONTANER; MUXI. 2014, p.143). Assinalam alguns dos arquitetos "superstars" que criam muros e barreiras para amainar o medo dos perigos contemporâneos, bastante prejudicias à civilidade, e denunciam que os muros e cercamentos são uma das formas de defesa da miséria gerada pelo sistema global.

Coelho Neto entretanto, há muito tempo, vem mostrando o papel dos arquitetos quando pensam o espaço como produto cultural requerendo atitudes responsivas na atuação profissional:

> "... não basta operar a partir de determinadas noções espaciais que se propõem como dados primeiros de uma cultura (...) é necessário, a partir desses dados, propor organizações espaciais que funcionem como informadoras e formadoras **(educadoras)** dos usuários na direção de uma mudança de comportamento que possa ser considerada como aperfeiçoadora das relações inter-humanas e motrizes do pleno desenvolvimento individual..." (COELHO NETO, 1997, p.47-48) Destaque nosso.

Objetivando conhecer e enfatizar formas adequadas para a educação do século XXI, a UNESCO vem tentando discutir as potencialidades educadoras das cidades desde a década de 1970, buscando superar a oclusão das potencialidades da escola e da família na difusão do conhecimento e da educação. Em 1990, convalidando as possibilidades da cidade como lugar privilegiado do espraiamento da educação, foi fundada a AICE- Associação Internacional das Cidades Educadoras. Montou-se uma Carta com vinte preceitos, em Barcelona (1990), modificados e aprimorados em Bolonha (1994) e depois em Genova (2004), objetivando abordar os novos desafios e necessidades sociais. Em 2014 esta associação reunia 478 cidades, em 36 países cobrindo todos os continentes, contagem feita no encontro de Barcelona quando o tema foi "Uma cidade educadora é uma cidade que inclui", sendo que, em 2016, o congresso deverá ser em Rosário, Argentina, com o tema "Os territórios e a convivência nas cidades", aproximando-se ainda mais da questão espacial. Os vinte preceitos sugerem que o meio urbano ofereça possibilidades de educação continuada estimulando políticas públicas e trocas de experiências que comprometam institucionalmente as cidades, em relação as funções pedagógicas do espaço em todas as ações do poder local.

Alicia Cabezudo, dirigentes do movimento na América Latina, quando inquirida sobre o significado da cidade educadora, respondeu:

> É aquela que converte o seu espaço urbano em uma escola. Imagine uma escola sem paredes e sem teto. Nesse espaço, todos os lugares são salas de aula: rua, parque, praça, praia, rio, favela, shopping e também as escolas e as universidades. Há espaços para a educação formal, em que se aplicam conhecimentos sistematizados, e a informal, em que cabe todo tipo de conhecimento. Ela integra esses tipos de educação, ensinando todos os cidadãos, do bebê ao avô, por toda a vida. (CABEZUDO, Folha de São Paulo, 25/05/2004)

Cabe esclarecer que a educação aqui preconizada não é a de cunho estritamente escolar, vinculada a currículos fechados e específicos. Não predomina necessariamente o conhecimento explícito que pode

ser sistematizado, verbalizado e ensinado através de conteúdos curriculares, mas entra nos campos de outros conhecimentos, especialmente do conhecimento tácito - silencioso, muitas vezes subjetivo, difícil de ser sistematizado, verbalizado ou ensinado - que é adquirido pelo exemplo e pela prática, durante o andamento da vida e quase sempre por ações e experiências implícitas bastante pessoais apreendidos na convivência com parceiros mais experientes.

Tratando-se de educação em todas as suas nuanças, formal ou informal, cabe as assertivas de Paulo Freire para direcionar o pensamento do processo de educação continuada através da cidade e seus espaços diante da vida contemporânea.

> Não é possível fazer uma reflexão sobre o que é a educação sem refletir sobre o próprio homem. Qual seria o núcleo captável a partir de nossa própria experiência existencial? O inacabamento ou a inconclusão do homem. O homem se sabe inacabado, por isso se educa. Não haveria educação se o homem fosse um ser acabado. O homem pergunta-se: quem sou? De onde venho? Onde posso estar? O homem pode refletir sobre si mesmo e colocar-se num determinado momento, numa certa realidade: é um ser na busca constante de ser mais e, como pode fazer esta auto-reflexão, pode descobrir-se como ser inacabado, que está em constante busca. Eis aqui a raiz da educação (FREIRE, 2001, p.27).

Finalmente vale ressaltar que esta pesquisa ao tratar de espaços educadores é uma forma de aceder aos desafios da urbanidade, seja por processos educativos formais ou informais. Bsca-se discutir a importância de processos potencialmente educadores inerentes ao espaço incluindo a educação como um dos desafios da urbanidade em relação à cidade, em especial à sua morfologia.

Morfologia urbana e os desafios da urbanidade pelo viés da educação

Os vazios e as formas materializadas nas cidades conformam espaços públicos distintos interferindo na criação de lugares apropriados aos encontros humanos ou locais dispersivos e carentes de vida. Além de promover relações interpessoais gerando trocas de conhecimento, os espaços nos informam pela materialidade e linguagem proprias e, para alguns autores, deixam de ser apenas palco da vida e assumem papéis de instância social. Considerado como totalidade hibrida e indissociável entre sistema de objetos e sistema de ações (SANTOS, 1996), o espaço deixa de ser palco dos atos humanos e assume o status de instância social, igualando-se em importância à economia, à política e à cultura.

Partindo da clássica ordenação arquitetônica das noções de forma, função e estrutura, trinca em que Milton Santos, em 1985, acrescentou processo, compreende-se melhor os conceitos vinculados às potencialidades educadoras dos espaços e desvelam-se alguns parâmetros, adentrando no âmago do significado das observações santonianas. Forma seria o aspecto visível de uma coisa, o arranjo material ordenando objetos vinculados a um padrão tecnológico e cultural que, tomada isoladamente, revela

fenômenos de um dado instante do tempo numa específica sociedade. Função, vincula-se ao uso ou atividade esperada, conforme a lógica e as características próprias da instituição ou coisa. Estrutura implica em amalgamar todas as partes de um todo único, seu modo de organização ou construção. Processo seria definido pela ação contínua da evolução em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempos contínuos e transformações sequenciais. Tais parâmetros atuam de forma dinâmica erigindo uma totalidade, agregando diferentes níveis e tempos envolvendo setores econômicos, políticos, sociais, culturais e paisagísticos, cada qual professando velocidades e caminhos próprios, mas sempre fortemente interligados entre si.

Forma, função, estrutura e processo, se lidos e compreendidos na plenitude, conotam e denotam aspectos que potencializam a paisagem como instrumento educador, extrapolam seus conteúdos materiais, interferem na formação da cidadania enraizando o cidadão ao território, aguçam seu sentimento de pertencimento e valorizam a comunidade local frente às imposições globais. Assim tornam evidente que o espaço reflete a estrutura social e explicita o estágio de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade que o produziu.

Vive-se hoje, a “sociedade do conhecimento” e esta leitura aprofundada do ambiente oportuniza a paisagem como instrumento diferenciado do saber - leitura sem palavras, direta e simbólica, atrelada a signos imagéticos, técnicos, funcionais, éticos e estéticos – ícones da contemporaneidade. Permite destilar a geografia e a história - quando e como foram produzidos, quais seus agentes intervenientes, as intenções implícitas e explicitas - deixando patente a paisagem como documento passível de ser lido, que potencialmente informa e ensina por suas características inatas. Seu processo construtivo demonstra a técnica empregada e a organização da obra ligada ao processo de produção do artefato, evidencia também a acuidade do designer, suas intenções e sua capacidade criativa.

A educação integral torna imprescindível a inclusão do território, lugar em que se materializa o aprendizado escolar abstrato, vinculando-o a seu entorno físico e social, como apregoam a Unesco e a carta da Associação Internacional das Cidades Educadoras, desde a década de 1990. Evidenciam a interferência do espaço em relação à educação e negam sua neutralidade mostrando que ele educa ou deseduca, diretamente ou mesmo por uma espécie de “currículo oculto”. Pode-se até afirmar que, como palimpsestos, as rugosidades que convivem no espaço transmudam a leitura espacial, dando-lhe a noção de existência ao demonstrar as marcas de eventos de diversos momentos pregressos, ressaltando o tempo, tomado por alguns, como a quarta dimensão da arquitetura.
Reafirme-se, mesmo que por inúmeras vezes, que pelas suas características, os espaços nunca são neutros, sempre educam ou deseducam, conforme se apresentam enquanto artefatos concretos ou portadores de linguagem específica, ressaltando que enquanto obras de arte dependem da apropriação e da capacidade de apreensão do usuário-observador.

Ambientes potencialmente educadores – é também necessário repisar - contêm algumas qualidades e características, dentre as quais pode-se mencionar aquelas que: **respeitam o entorno**, suas pré-existências, garantindo permeabilidade entre espaços e acessibilidade física e cultural **(Figura 1)**; **destacam a história do lugar** ressaltando agentes sociais e eventos pregressos, evidenciando como, quando e com quais intenções foram construídos **(Figura 2)**; **estimulam os encontros humanos** em diversas escalas e formas, facilitando o relacionamento entre "estranhos" **(Figura 3)**, essência da alteridade e cerne do processo educador engendrado pela cidade; **procuram suscitar sensações e aguçar percepções** estimulando a eclosão de sentimentos de estranhamento que ampliam o conhecimento vinculado à linguagem da arte e dilatando o repertório de experiências sensíveis **(Figura 3 e Figura 4)**; erigem espaços que **dignificam o lugar como produção cultural**, impingindo-lhes qualidades funcionais, técnicas, éticas, políticas e estéticas, ensejando sua apropriação pública pela qualidade do desenho e pelo valor da obra **(Figura 5)**. Fruto da competência no ofício, estes itens exprimem a qualidade da obra ao sintetizar todos os atributos intervenientes no artefato arquitetônico relativos à educação e ao aprendizado.

Figura 1. Parque da Juventude antigo presídio do Carandiru, SP. Fonte: Merlin e Rios. 2015.

Aqui se vê uma estrutura em aço corten que chama a atenção de quem transita pelo passeio principal por oferecer acesso a um fragmento remanescente da muralha de vigilância. A estrutura remete a algo inacabado e descontinuo dado que a postura projetual do arquiteto ressignifica o corredor e convida à reflexão, relembrando fatos através das pré-existências vinculadas ao entorno aproveitadas para implantar o projeto respeitando as diretrizes do lugar.

Figura 2. Museu do Rio Tietê no Complexo da Cachoeira em Salto, SP. 2012

O Museu do Tietê foi concebido em Salto, SP, ao lado da última queda d'água existente no rio, objetivando colher e concentrar todo material referente a sua história para construir e preservar sua memória. O rio serviu de fonte de energia hidráulica e elétrica, rota para os bandeirantes e verdadeiro semeador de cidades no decorrer de seu curso. O museu está na margem direita do rio e nele foi desenhado, na cortina de vidro que fecha o museu, todo seu trajeto e as cidades ribeirinhas, mesclando o lugar com o registro da totalidade do rio, desvelando sua geografia e sua história no mesmo lugar. É um lugar bastante frequentado pela população e por turistas.

Figura 3. Parque dos Pés Descalços em Medellin, Colômbia. 2010

O parque dos Pés Descalços é paradigmático enquanto espaço educador, pois possibilita experiências que mexem todos órgãos e sensações, com o propósito de tratar do stress urbano. Dispõe de percursos e equipamentos bastante simples mas todo o material utilizado e toda a arborização estão concatenados para atingir a totalidade dos órgãos humanos. Seus percursos sombreados, a água agitada ou calma, as folhas de vegetações que podem ser mastigadas, a organização de cubos e paralelepípedos de concreto

que forçam exercícios de reflexologia, ajudam a percepção e acalmam os cidadãos, agindo como instrumento educador. Tais procedimentos exercem forte poder de atração nos cidadãos da cidade, que o transformou em um verdadeiro ponto de encontro, cujas amenidades e sensações promovem o encontro entre diferentes sujeitos, promovendo a alteridade.

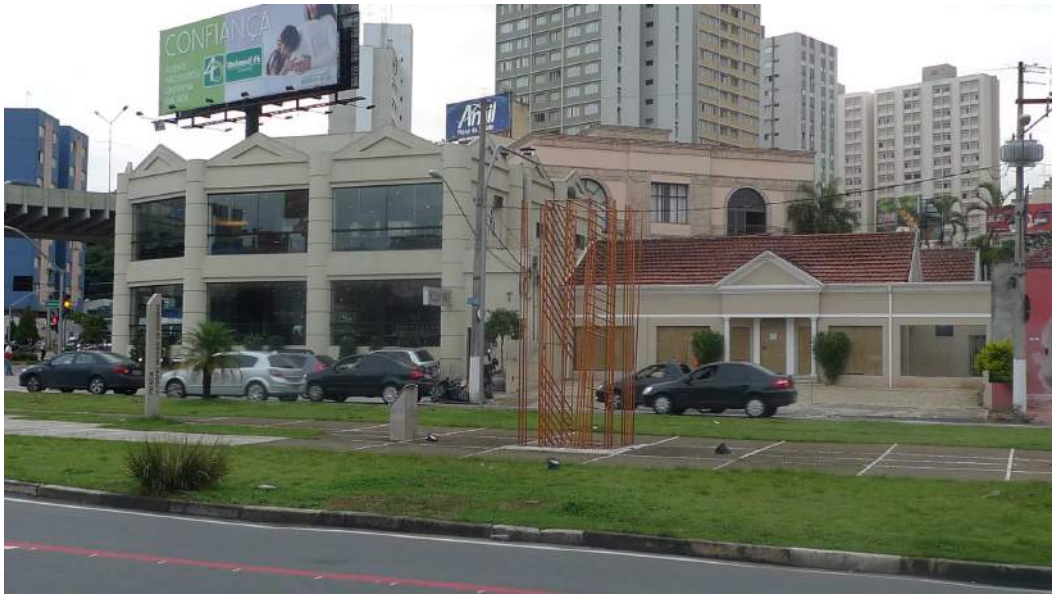


Figura 4. Praça Dr. Rubens Andrade de Noronha. Campinas, SP 2011

Este espaço foi concebido por jovens arquitetos campineiros – Carlos Adriano Lasagna, Daniela Salgado Galli e Pedro Paulo Mainieri - que ganharam um concurso promovido pela Prefeitura de Campinas para comemorar a finalização da obra de canalização do Córrego Proença, eliminando enchentes da área central. São três esculturas vinculadas a três óperas de Carlos Gomes, o cidadão mais importante de Campinas: “O Gurarani”, “Maria Tudor” e “ Lo Schiavo”. Esta última, construída com tubos que contrastam com o céu de Campinas, remete a arte cinética, tratando do movimento das haste sob o azul.

Figura 5. Prédio da FAUUSP de João Batista Vilanova Artigas SP. Fonte: Gabriela V. Gonzalez. 2013.

Há poucos exemplos de espaços de extrema qualidade que dignificam o lugar por suas indiscutíveis qualidades funcionais, técnicas, éticas, políticas e estéticas. Dentre eles pode-se citar o edifício da FAU na cidade universitária da Universidade de São Paulo, como paradigmático. O prédio reflete a proposição de ensino pensada na época de sua construção cumprindo sua função programática e foi um salto em inúmeros aspectos técnicos, éticos, políticos e estéticos. Uma escola pública sem portas, o lago e o pé direito duplo lembrando o chafariz e o vazio do prédio da FAU da Avenida Higienópolis incitando a memória, os ateliers integrados e abertos para comunicação entre todos os anos, a interdisciplinaridade, a colocação filosófica da luz no teto possibilitando inúmeros arranjos didáticos, e inúmeras outras qualidades e mesmo defeitos, que fizeram deste prédio um avanço em relação a profissão por ser construído de forma a dignificar o lugar.

Há também outros tipos de espaços potencialmente educadores, dentre os quais aqueles que pretendem educar pela arte como é o caso da praça com esculturas de Botero em Medellin **(Figura 6)** ou deseducar como os objetos gigantes na área tombada da cidade de Itu, SP **(Figura 7 e Figura 8).**

Figura 6. Esculturas de Botero em praça de Medellin, Colombia. 2010

Sendo a arquitetura produção cultural, portanto linguagem vinculada ao campo das artes tratando de sensações, as vezes torna-se fundamental acelerar o processo e causar o “estranhamento” que dilata o conhecimento sensível ao se defrontar com o inédito. A arte contemporânea refletindo a sociedade, democraticamente, tem abandonado seletos museus para se mostrar em espaços públicos coletivos mais efetivos e menos empoeirados conforme se vê, no centro de Medellin, na Colômbia, com as esculturas de Botero.

Figura 7. Orelhão gigante no eixo histórico de Itu, SP 2012

Aqui é possível discutir o caráter educador ou deseducador da colocação de objetos gigantes numa área tombada de Itu, caracterizada pela Igreja Matriz, edifícios significativos e casarios tombados que ainda resistem â modernização. Parece uma atitude muito infeliz colocar objetos gigantes em espaços de valor histórico, visando torná-los atração turística sem prejudicar a paisagem histórica da cidade.

Figura 8. Orelhão gigante no Largo da Matriz em Itu SP 2011.

Além das situações aqui explicitadas mostrando as possibilidades educadoras dos espaços enquanto artefato e linguagem é preciso reconhecer inúmeras situações de aprendizado características do próprio meio urbano. A falta de segurança nas cidades tem exigido projetos que priorizem possibilidades de o cidadão enfrentar imprevistos e situações insólitas, para que as pessoas possam se defender de situações incômodas próprias do meio urbano. Diferente das escolas cujos ambientes são normalmente

protegidos, controlados e seguros o meio urbano possibilita aprender formas de proteção e previsão de eventos perigosos, escolhendo caminhos alternativos que evitem áreas de conflitos, controle visual a médias distâncias e forte senso de localização no espaço. É um aprendizado parecido com aquele em que a mãe de alguns animais ensinam o filhote no enfrentamento dos perigos, ensinando a caçar ou a voar. É um aprendizado sub-reptício, ligado ao DNA dos animais e vinculados a processos culturais humanos!

Algumas Considerações

Levando em conta todo o material exposto é imprescindível ressaltar que as propostas aqui aventadas cogitam um caminho alternativo para arquitetos e urbanistas frente às arquiteturas hoje produzidas, tanto na precariedade, como por arquitetos estrelas-globais, que a mídia internacional tanto glorifica. O propósito é vislumbrar uma alternativa à forte tendência de trivialização da arquitetura e do urbanismo, buscando raízes e vínculos culturais mais compatível com a realidade em que vivemos.

Vivemos na sociedade do conhecimento e parece evidente que os espaços educam ou deseducam e o território é o apoio necessário para que a educação escolar se materialize, fazendo do sujeito aprendente um cidadão ativo, que tem a chance de experimentar na prática social aquilo que teoricamente lhe é desvelado pela escola. Nesse sentido a escola é não pode se restringir as salas de aulas e precisa adentrar no seu entorno urbano para que o aprendiz efetue a práxis.

As potencialidades educadoras inerentes ao espaços estão aqui colocadas e, mesmo que precariamente, é inexorável suas possibilidades na formação dos cidadãos, desvelando fatos pregressos incitando a memória, mostrando tecnologias construtivas cada vez mais sofisticadas, trabalhando com as sensações humanas, permitindo encontros sociais que em si são educadores e mostrando possibilidades éticas e estéticas. Os arquitetos precisam rever suas posturas no sentido de fazer da arquitetura e do espaço uma eficaz ferramenta da evolução humana, esquecendo o artificialismo da mídia provedora do consumismo, mesmo porque não há alternativas para que todos assumam o papel de “superstars”. Afinal o céu da arquitetura no Brasil, agora expandido por tantas escolas que remetem à profissão milhares de arquitetos todos os anos, já não comporta tantas estrelas!

Referências bibliográficas

ABRAHÃO, S. L. (2008) Espaço público do urbano ao politico, Annablume-Fapesp, São Paulo.

AICE- Carta das Cidades Educadoras (2004). Declaração de Barcelona, 1990, revisão Bologna, 1994, Genova, 2004. Disponível em www.fpce.up.pt/OCE. Acesso em 20/09/2011.

COELHO NETO, J. Teixeira.(1997) A Construção do Sentido na Arquitetura. Perspectiva, São Paulo

FERRARA, Lucrécia D’Aléssio (1986) Leitura sem Palavras. Editora Ática, São Paulo.

FREIRE, Paulo (2001). Conscientização: teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire, Centauro, São Paulo.

GEHL, Jan (2013) Cidades para pessoas. Perspectiva, São Paulo.

HOLL, Steven (2011). Cuestiones de percepción: Fenomenología de La arquitectura, Gustavo Gili, Barcelona.

JACOBS, J. (2011) Morte e vida das grandes cidades, Martins Fontes, São Paulo.

LINCH, Kevin (2007) A Boa Forma Urbana, Edições 70, Lisboa.

MONTANER,J. M.; MUXI, Z. (2014) Arquitetura e Política-ensaios para mundos alternativos, Gustavo Gili, São Paulo.

PORTELA, Josep Centelles i. (2012) Cidade Educadora (Território Educador). Brasilia, 10ª Expo Brasil, Brasília. Disponível em https://www.yumpu.com/pt/document/view/12709089/territorio-educador-expo-brasil-desenvolvimento-local . Acesso em 03/03/2014

PULS, Maurício Matos (2006) Arquitetura e Filosofia, Annablume,São Paulo.

SANTOS, Milton (1985) Espaço e método, Nobel, São Paulo.

_____ (1999) A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção, Hucitec, São Paulo.

SCHAFF, Adam (1974). Linguagem e conhecimento, Livraria Almedina, Coimbra e Tipografia Guerra-Viseu, Rio de Janeiro.

SERPA, A. (2007). O espaço público na cidade contemporânea, Contexto, São Paulo.

Espaços livres em Marabá-Pa: nuances da forma e da apropriação dos espaços públicos

Louise Pontes, Luna Bibas e Ana Cláudia Cardoso

PPGAU – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará

Rua Augusto Corrêa S/N, Bairro: Universitário, Campus Profissional, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Telefone/Fax: (91)98228-5035

louise_bp@hotmail.com, lbbibas@gmail.com, aclaudiacardoso@gmail.com

Resumo

O espaço urbano da cidade em situação de fronteira econômica na Amazônia reflete a existência de diferentes racionalidades e modos de produzir e se apropriar do espaço urbano. A estrutura policêntrica da cidade de Marabá, situada no sudeste paraense, oferece um rico laboratório de experimentações urbanísticas com espaços ribeirinhos seculares, modernistas, introduzidos pelo governo federal nos anos 1980, produzidos pelo mercado e informalmente, oferecendo a possibilidade de comparação entre estruturas geradas pelo saber técnico homogeneizante e por saberes tradicionais, não-eruditos que souberam conviver por séculos sem homogeneizar a natureza. A hipótese de se persegue neste artigo é de que existem diferentes nuances na forma e na apropriação dos espaços livres em Marabá que não são levados em conta pela produção formal do espaço urbano. Os resultados apontam que os espaços produzidos de maneira espontânea apresentam maior aderência e urbanidade que aqueles planejados e deixam evidente que ainda existem diversas nuances ambientais e culturais que estão extremamente relacionadas a aderência entre planos e demandas reais e, portanto, à qualidade dos espaços públicos para as pessoas.

Palavras-chave

Espaços livres, espaços públicos, cidade na amazônia.

Abstract

The urban area of cities in Amazon, under economic frontier circumstances, reflects the existence of different rationalities and ways of producing and appropriating the urban space. The polycentric structure of Maraba, located in southeast of Pará, offers a rich urban laboratory with secular riverine areas, modernist areas introduced by the federal government in the 1980s, formal and informal, offering the possibility of comparison between structures generated by technical knowledge, homogenizing and by traditional knowledge, by non-scholars, who knew how to live for centuries without homogenizing nature. The hypothesis pursued in this article is that there are different nuances in the shape and usage of open spaces in Marabá that are not taken into account by the formal production of urban space. The results show that the spontaneously produced spaces feature more urbanity than those planned and make it evident that there are still a number of environmental and cultural nuances that are extremely related to adherence between plans and real demands and therefore the quality of public spaces for people.

Keywords

Open spaces, public spaces, Amazonian cities.

Introdução

A cada dia o mundo se torna mais urbano, e quanto mais se urbaniza, mais difícil tem se tornado sua apreensão e menos há consensos a respeito de que rumos deva tomar o planejamento urbano (MARSHALL, 2009). A Amazônia, região, geralmente, associada (pelo senso comum) à floresta e ao não urbano, não escapa desse padrão, onde mais de 70% da população vive em cidades (IBGE, 2010). Na pouca visibilidade que esses espaços urbanos têm no cenário nacional se esconde o descaso de um processo de urbanização que destrói o potencial de traçar outras trajetórias que não o da segregação socioespacial, degradação ambiental e homogeneização da paisagem, da cultura e da sociedade.

Embora os processos urbanos em curso na Amazônia apresentem muitas similaridades aos processos das grandes metrópoles (como espraiamento, fragmentação ou segregação) e que sejam geridas a partir de parâmetros desenvolvidos para as grandes cidades, existem nuances nesses espaços não-metropolitanos que têm escapado, frequentemente, aos estudos urbanos e que poderiam contribuir para formulações mais adequadas e para a busca de inovações que respondam às demandas reais da cidade brasileira.

Para refletir a respeito dessa temática, adotou-se como estudo de caso a cidade de Marabá, situada no sudeste paraense, em fronteira de estados, de biomas e em situação de fronteira econômica. Cidade que em pouco mais de cem anos reuniu mais de 300.000 habitantes e um rico laboratório de experimentações urbanísticas com espaços ribeirinhos seculares, modernistas, introduzidos pelo governo federal nos anos 1980, produzidos pelo mercado e informalmente, oferecendo a possibilidade de comparação entre estruturas geradas pelo saber técnico homogeneizante e por saberes tradicionais não-eruditos, capazes de conciliar bioma e natureza. Cada núcleo formado estabeleceu um tipo de relacionamento com o meio físico, graças a um tecido urbano descontínuo permeado por interstícios de espaços livres (espaços não-edificados da cidade que reúnem elementos biofísicos e urbanísticos com os quais se relacionam as pessoas) dos mais diferentes tipos e sob influência de diferentes atores.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo comparar os espaços livres dos três principais núcleos da cidade (Marabá Pioneira, Nova Marabá e Cidade Nova) através de contagens de usuários, observações de campo e entrevistas (realizadas no ano de 2014), a fim de contribuir para o debate em torno dos espaços públicos pensados para as pessoas, que levem em conta modos de vida e demandas reais.

Um pós-moderno em construção no mundo e o potencial da cidade na fronteira[1]

Nunca houve tanto conhecimento disponível a respeito das cidades e seus usuários em bases de dados, publicações, dados demográficos, imagens de satélite e cartografias. Constitui, portanto, um desafio para arquitetos e urbanistas do presente aprender do arcabouço reunido e vislumbrar caminhos possíveis em seus próprios contextos.

As concepções das cidades brasileiras sempre tiveram forte influência da arquitetura e urbanismo proveniente da Europa ocidental e dos Estados Unidos e muitos dos conceitos que foram apropriados no país têm origem naqueles contextos sem mediação adequada. Como exemplifica a visão dicotômica de cidade e natureza que permeia a produção formal do espaço urbano brasileiro desde a colonização, embora socialmente criada nos países ricos com funções específicas (SMITH, 1988).

A revisão epistemológica que aconteceu nos países centrais, na segunda metade do século XX, revisou a ciência e as visões de mundo em uma crítica consistente à racionalidade modernista e ao paradigma cartesiano e abriu espaço tanto à formulação de políticas que passavam a reconhecer a diversidade (étnica, de gênero, social e cultural), quanto o surgimento de abordagens que propunham novos modos de pensar cidade e natureza encarando o desafio de lidar com o território em sua complexidade física, social e cultural (COSTA, 2000). Naquele momento foram formuladas importantes teorias e críticas às cidades como as de Jane Jacobs (2000) ou Christopher Alexander (2013), novos conceitos como os de Kevin Lynch (1999) e novas metodologias como as de Ian McHarg (1969) que abriram caminho para a construção de um urbanismo pós-moderno capaz de aproximar cidade e natureza.

Embora a construção do pós-moderno seja mais crítica que propositiva, reuniu-se um importante arcabouço de teorias e experiências, a partir disso, emergiram experiências e atitudes do planejamento urbano neste início de século que buscam reconciliar cidade e natureza. A **figura 1** apresenta o método modernista e a crítica desenvolvida a partir da comparação com a cidade tradicional que antecedeu o paradigma modernista.

[1] Entende-se como região de fronteira uma área que oferece condições específicas relacionadas ao modo de produção e à formação econômico-social em determinada escala. São áreas fundamentais para a produção e circulação capitalista, pois fornecem bens de subsistência, matérias primas, insumos baratos e reprodução da mão de obra para as áreas onde o capitalismo já está desenvolvido. (MARX, 1982).

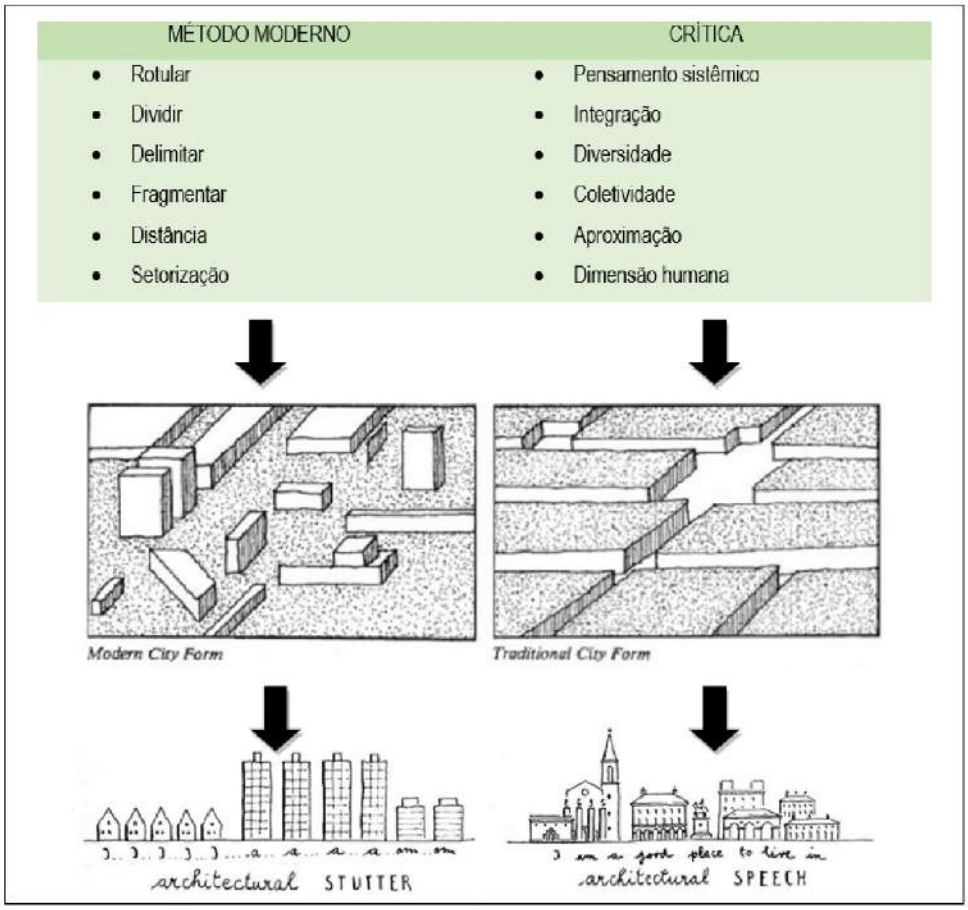


Figura 1. Resumo dos métodos modernos e sua crítica enfatizada a partir dos anos 60, seus rebatimentos junto à forma urbana relacionados à diversidade e homogeneização da paisagem. Fonte: http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.128/3724; http://www.architectsjournal.co.uk/reputations-leon-krier-masterplanner-of-poundbury/8649973.article. Elaboração: Autoras.

Cabe ressaltar que mesmo as formas mais recentes de pensar o espaço urbano tendem a continuar repetindo a mesma base projetual criticada desde os anos 1960 (MARSHALL, 2009): rotular, dividir, delimitar e fragmentar espaços específicos da cidade de forma arbitrária e de cima para baixo, ao passo que abordagens morfológicas, de caráter evolutivo, permitiriam a identificação de sistemas subjacentes às estruturas espaciais, sua avaliação, e sua reprodução ou não em novos projetos (SAMUELS, 1985), de modo mais amigável às manifestações culturais e socioambientais locais. Ainda assim, para diversos autores a cidade do século XXI deve ser a cidade para pessoas (GEHL, 2013).

No Brasil, a revisão epistemológica chegou de forma tardia e incompleta, e até hoje, em que pese o avanço dos estudos urbanos no país (sobretudo de base social), predomina a reprodução de modelos criticados e defasados de expansão e qualificação urbana que reforçam o descompasso e a distância das conquistas sociais e urbanas alcançadas nos países centrais. O avanço da urbanização pautado no urbano-industrial adotado no país, trouxe consigo a homogeneização da paisagem e a recente intensificação dos problemas ambientais decorrentes, a criação de bolsões de pobreza, que se espacializam em forma de segregação socioespacial.

A Amazônia é a última região brasileira a ser alcançada pela urbanização pautada na sociedade urbano-industrial, de base cartesiana, que desvaloriza a complexidade e nuances possíveis nas formas de produzir e utilizar o espaço urbano. Antes da inserção econômica da região ao país predominava, com exceção dos grandes centros, uma racionalidade ribeirinha hoje reconhecida como portadora de sustentabilidade (CARDOSO & VENTURA, 2013).

Nesse sentido, o espaço de fronteira é um espaço de disputa entre racionalidade industrial e vernácula, que resulta na paisagem incompleta e improvisada, onde novos valores e padrões de consumo são impostos, sem que haja tempo para a consolidação de estruturas físicas nas cidades; tal espaço apresenta grande potencial de inovação para as soluções de urbanização, justamente por não ter convertido completamente tanto o território quanto a sociedade, conforme apresentado na **figura 2**.

DIFERENTES RACIONALIDADES	ESPAÇO PARCIALMENTE ESTRUTURADO	ESPAÇOS LIVRES
A tardia inserção econômica e implantação de indústria logística não resultou em espaços inteiramente homogeneizados, sendo possível encontrar diferentes formas de apropriação do espaço urbano.	Permite o privilégio de aprender com o acúmulo de séculos de história das cidades e experiências no mundo, reunindo um arcabouço significativo da ciência urbanística.	A imposição do bioma proporcionou um tecido urbano entrecortado por espaços livres ainda não assimilados pelo mercado, pela lógica urbano-industrial ou pela ocupação da população na busca por terras.

Figura 2. Quadro resumo que traduz o potencial da cidade em contexto de fronteira econômica na Amazônia.

Por essa condição os conceitos que emergiram da revisão epistemológica poderiam ser mais facilmente aplicados em Marabá e de forma menos onerosa que nas metrópoles consolidadas. Contudo, a carência de elementos intangíveis, tais como capacidade de organização social, capital humano, reconhecimento de associações entre natureza e identidade sociocultural facilitou os processos de homogeneização do capital, que se ainda não deram conta de se sobrepor completamente às diferentes racionalidades remanescentes, agem com grande velocidade (BECKER, 2013).

Espaços Livres em Marabá: nuances da forma e da apropriação

Embora os estudos urbanos sobre a materialidade da cidade tenham tido pouca aderência no Brasil, nos países ricos se consolidaram as abordagens do desenho urbano (*urban design*) e do urbanismo da paisagem (*landscape urbanism)* que buscam entender as relações entre a forma e a apropriação do espaço urbano e propõem romper com dualismos entre cidade e natureza proporcionando urbanidade e qualidade ambiental.

Para servir como guia de análise empírica adotou-se como ponto de partida a revisão dessas abordagens: foram identificados parâmetros de qualidade comuns às diferentes linhas dessas

abordagens, a **figura 3** apresenta as convergências das diferentes linhas definidas por Del Rio (1990) e complementada com a linha do paisagismo e os princípios de McHarg (1969).

	DECOMPOSIÇÃO	MODOS DE APREENSÃO	FERRAMENTAS	PRINCÍPIOS DE DESENHO	ESCALA DE ATUAÇÃO
MORFOLOGIA URBANA	**Rotas, lotes e edifícios**	Traçado, parcelamento, tipologias, articulações, padrões de expansão	mapas sintáticos, **mapas de cheios e vazios**	desenho como processo constante; Urbanidade, edificações define o espaço público, controle do crescimento urbano, legibilidade, **diversidade** de usos, fácil **acesso**, **segurança**, **conexões** global-local	**Cidade, bairro, rua e lote**
ANÁLISE VISUAL	**Rotas, lotes e edifícios**	Visão serial; relações topológicas; cores, escalas e texturas; identificação de **percusos**, **limites**, setores e **marcos** visuais;	Skyline, **mapas de cheios e vazios,** mapas cognitivos	**Diversidade** Visual, complexidade visual, composição cênica, busca de **identidade**	**Cidade, bairro, rua, lote, edifícios e monumentos**
PERCEPÇÃO DO MEIO AMBIENTE	**Rotas, lotes e edifícios**	Estrutura e significado; imageabilidade; identificação de **percusos**, **limites**, setores e **marcos** visuais,	**Skylines, mapas de cheio e vazio**, mapas mentais, **entrevistas**	desenho como **processo** constante; Diversidade Visual, Congruências, conexões, **visibilidade**, **flexibilidade** dos espaços, fácil **acesso,** busca de **identidade**	**Cidade, bairro, rua, lote, edifícios e monumentos**
COMPORTAMENTO AMBIENTAL	**Rotas, lotes e edifícios**	identificação de fluxos **percusos, limites e** dinâmicas (congregar x segregar)**;** volume de uso	Contagem de volume de uso, mapas identificando tipos de uso e aglomeração de usuário, **entrevistas**	desenho como **processo** constante; adaptabilidade; **flexibilidade**; conforto ambiental; **acesso** igualitário, **diversidade** de uso, **atratividade**, **segurança,** busca de	**Cidade, bairro, rua, lote, edifícios** e mobiliário
LANDSCAPE URBANISM	Corredores, Fragmentos, **Fronteiras (limites)** e Matrizes	Camadas: água, solo, fauna, vegetação, habitat da vida selvagem, uso urbano identificar potencial de cada área	sobreposição de camadas biofícas e urbanas (cartografia)	desenho como **processo** constante; economia de meios, **diversidade, conexões, visibilidade, segurança, atratividade,** busca de **identidade**	Território, **cidade, bairro, rua** e jardim-quintal (**lote**).

Figura 3. Categorias propostas pelos estudos da materialidade da cidade: em negrito as convergências. Fonte: Del Rio (1990), McHarg (1969)

Os modos de apreensão, ferramentas e princípios de desenho em negrito representam pontos em comum em uma ou mais abordagens, tais princípios - **diversidade, atratividade, conforto ambiental, acesso igualitário, segurança e identidade -** foram adotados neste artigo como parâmetros de qualidade espacial para análise comparativa dos espaços públicos de Marabá, conforme apresenta a **figura 4**.

DIVERSIDADE	ATRATIVIDADE , CONFORTO E ACESSO	SEGURANÇA	IDENTIDADE
A palavra diversidade aparece em todas as linhas de pesquisa apresentadas: diversidade de uso, diversidade visual, e biodiversidade; e está relacionada aos fluxos e conexões, tanto de pessoas quanto de elementos naturais (rios, fauna e flora).	A atratividade, o conforto e o acesso igualitário mostram a necessidade e os benefícios da co-presença nos espaços públicos, para alcançar o espaço físico de qualidade capaz de convidar a permanência devem ser levados em conta a escala humana, a adequação ao clima (vegetação, qualidade do ar) e o acesso igualitário.	A segurança só pode ser completa se além dos parâmetros defendidos pelo desenho urbano (como diversidade de uso e acesso) sejam levados em conta também a estabilidade dos solos e o conhecimento a respeito do ecossistema, no qual a cidade está inserida.	A identidade de um lugar está intrinsecamente ligada à sua paisagem e ecossistema que frequentemente tem influência não só em sua forma, como na vida de seus habitantes e a preservação deles

Figura 4. Importância dos parâmetros adotados.

A cidade de Marabá tem sua origem na confluência dos rios Tocantins e Itacaiúnas como entreposto comercial de base a atividades extrativistas (**figura 5**). O posicionamento estratégico da cidade possibilitou que se transformasse em menos de um século em um pólo regional que abriga 300.000 habitantes. A cidade se divide em seis núcleos urbanos: Marabá Pioneira, Nova Marabá, Cidade Nova, Distrito Industrial, São Félix e Morada Nova.

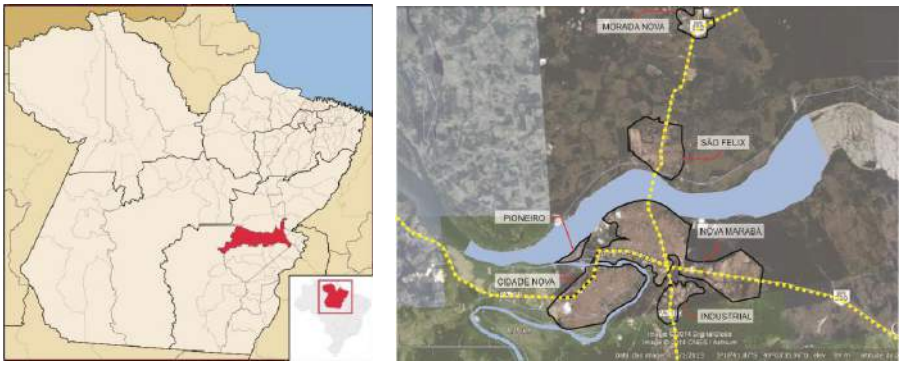


Figura 5. a) Localização do município de Marabá. b) Núcleos de Marabá. Fonte: a) Wikimapia, 2014 b) Google Earth, 2014. Elaboração: Taynara Gomes.

Marabá Pioneira: o vernáculo ou a cidade ribeirinha

O núcleo Marabá Pioneira é o núcleo que deu origem a cidade, onde vivia toda a população urbana até a década de 1970. O núcleo apresenta uma estrutura espacial radial que converge para a confluência dos rios Tocantins e Itacaiúnas. Por estar situado nas cotas mais baixas, é parcialmente alagado todos os anos durante o período das cheias, situação que não representava grandes problemas até que a lógica da cidade industrial se implantou e passou a ressignificar ribeirinhos como excluídos. Na **figura 6** são apresentadas as imagens dos espaços públicos analisado no núcleo Marabá Pioneira.

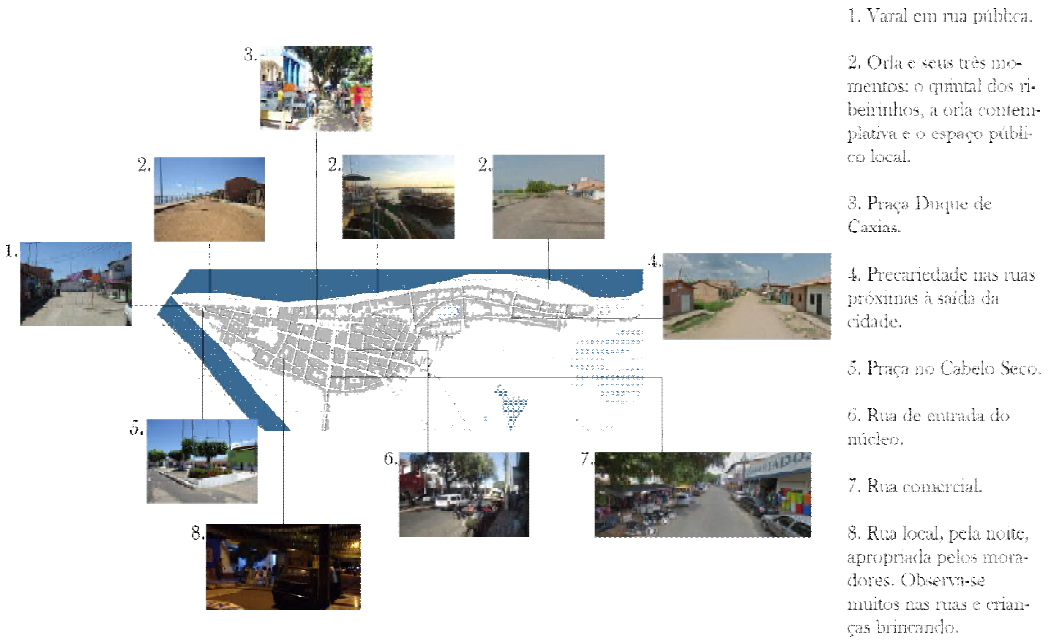


Figura 6. Apresentação do núcleo Marabá Pioneira e seus espaços públicos. Fonte: Base Cartográfica IBGE, 2010; Acervo das Autoras; Google Street View. Elaboração: Autoras.

A Nova Marabá: a produção do Estado e a matriz modernista e rodoviarista

O núcleo Nova Marabá é concebido em um contexto marcado tanto pelos Grandes Projetos de Integração Nacional da Amazônia e estratégias geopolíticas do governo militar que transformaram a região, quanto pela descoberta de jazidas minerais, a Guerrilha do Araguaia ou a grande enchente que tomou a Marabá Pioneira na década de 1980. Foi nesse contexto que foi elaborado e implantado um projeto de expansão urbana para Marabá, pelo governo federal, concebido pelo escritório do arquiteto Joaquim Guedes (CARDOSO, LIMA, 2006). Em que pese o volume de recursos disponíveis, o projeto de inspiração modernista, esbarrou na condição de fronteira e foi apenas parcialmente implementado, dando lugar a tecido híbrido que reunia tanto as diretrizes (sobretudo o sistema viário) da expansão planejada, mas também a ocupação espontânea.

Uma das justificativas do projeto era o reassentamento das famílias da Marabá Pioneira que eram atingidas pelas enchentes, no entanto, o desenho proposto era afastado do rio, adjacente a uma rodovia e divergia em escala e relação topológica do núcleo original de residência daquelas famílias. O plano prometia ser uma cidade ideal para a Amazônia e consistia em um espaço modulado por superquadras e com sistema viário inspirado na forma de uma castanheira (em analogia a um importante ciclo econômico da cidade). Na **figura 7** são apresentadas as imagens dos espaços públicos analisado no núcleo Nova Marabá.

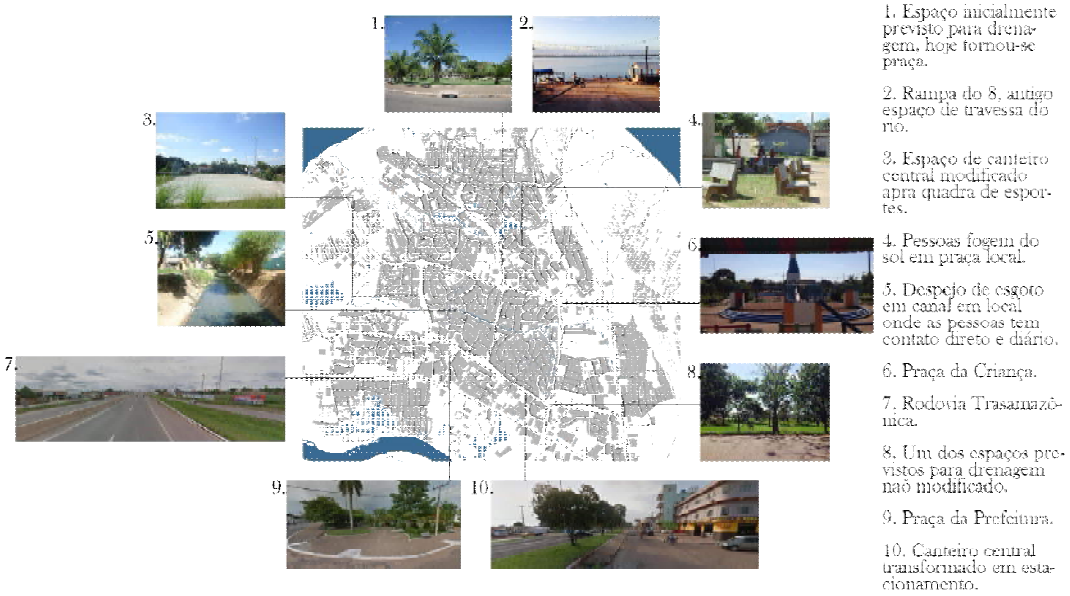


Figura 7. Apresentação do núcleo Nova Marabá e seus espaços públicos. Fonte: Base cartográfica do IBGE, 2010; Acervo das Autoras; Google Street View. Elaboração: Autoras.

A Cidade Nova: a produção do mercado nas margens da rodovia

Paralelamente à implantação do núcleo modernista, e para dar suporte à sua construção, surgiu o núcleo Cidade Nova com um desenho totalmente diferente daquele defendido como ideal na Nova Marabá. Com uma malha ortogonal que tinha como objetivo a máxima ocupação, o núcleo foi formado predominantemente por loteadores e atraiu grandes contingentes de migrantes, tanto aqueles que não podiam pagar pela terra dos outros núcleos ou não aceitavam conviver com as inundações do núcleo pioneiro. Na **figura 8** são apresentadas as imagens dos espaços públicos analisado no núcleo Cidade Nova.

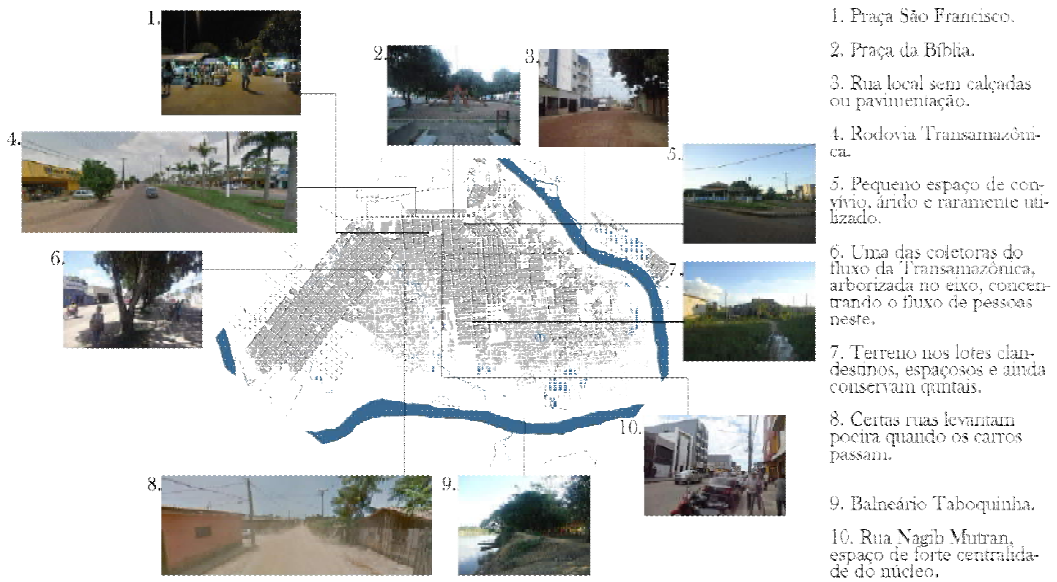
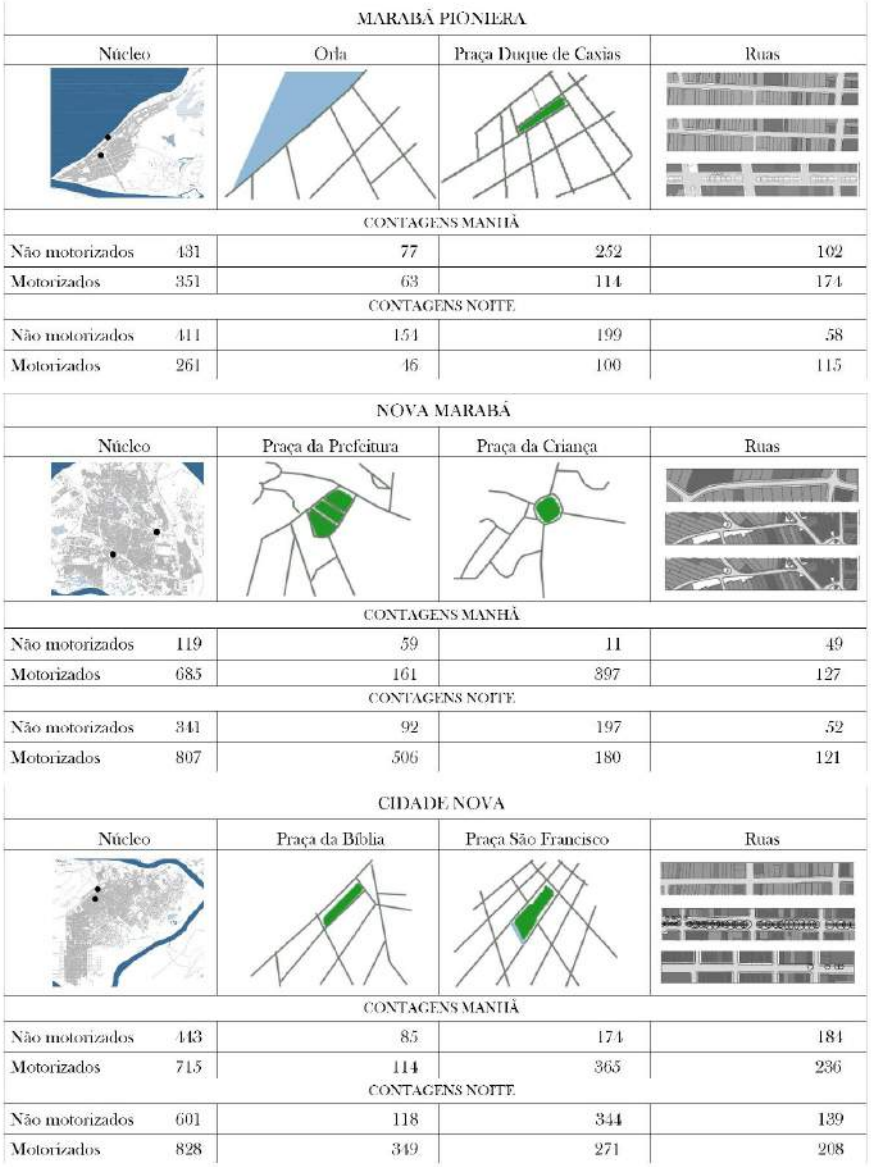


Figura 8. Apresentação do núcleo Cidade Nova e seus espaços públicos. Fonte: Base cartográfica do IBGE, 2010; Acervo das Autoras; Google Street View. Elaboração: Autoras.

As diferentes maneiras de produzir o espaço deram lugar a espaços públicos com características também diferentes, para compará-los, utilizou-se como estratégia a contagem de usuários nos espaços públicos mais importantes da cidade. Foram feitas contagens em quinze espaços públicos diferentes, sendo destes: nove ruas (três de cada núcleo), a orla e cinco praças. Cada espaço foi observado em três momentos: uma vez no turno da manhã, uma vez no turno da noite (entre segunda e sexta-feira) e uma vez durante o fim de semana. Cada contagem teve duração de quinze minutos e foram contabilizados carros, motocicletas, ônibus, barcos, bicicletas, skates, transeuntes, pessoas em caminhada esportiva e pessoas paradas, conforme apresentado na **figura 9**.



MARABÁ PIONEIRA

Núcleo		Orla	Praça Duque de Caxias	Ruas
CONTAGENS MANHÃ				
Não motorizados	431	77	252	102
Motorizados	351	63	114	174
CONTAGENS NOITE				
Não motorizados	411	154	199	58
Motorizados	261	46	100	115

NOVA MARABÁ

Núcleo		Praça da Prefeitura	Praça da Criança	Ruas
CONTAGENS MANHÃ				
Não motorizados	119	59	11	49
Motorizados	685	161	397	127
CONTAGENS NOITE				
Não motorizados	341	92	197	52
Motorizados	807	506	180	121

CIDADE NOVA

Núcleo		Praça da Bíblia	Praça São Francisco	Ruas
CONTAGENS MANHÃ				
Não motorizados	443	85	174	184
Motorizados	715	114	365	236
CONTAGENS NOITE				
Não motorizados	601	118	344	139
Motorizados	828	349	271	208

Figura 9. Tabela com os espaços públicos observados e as contagens divididas em: motorizados/não motorizados. Fonte: Base Cartográfica do IBGE, 2010; Observação *in loco*. Elaboração: Autoras.

A sobreposição das contagens às entrevistas realizadas e às percepções e observações de campo permitiram que se realizasse na **figura 10** uma exposição em cores dos graus de urbanidade (decomposta nas categorias: diversidade, atratividade, acesso, segurança, identidade e conforto) de cada um dos núcleos.

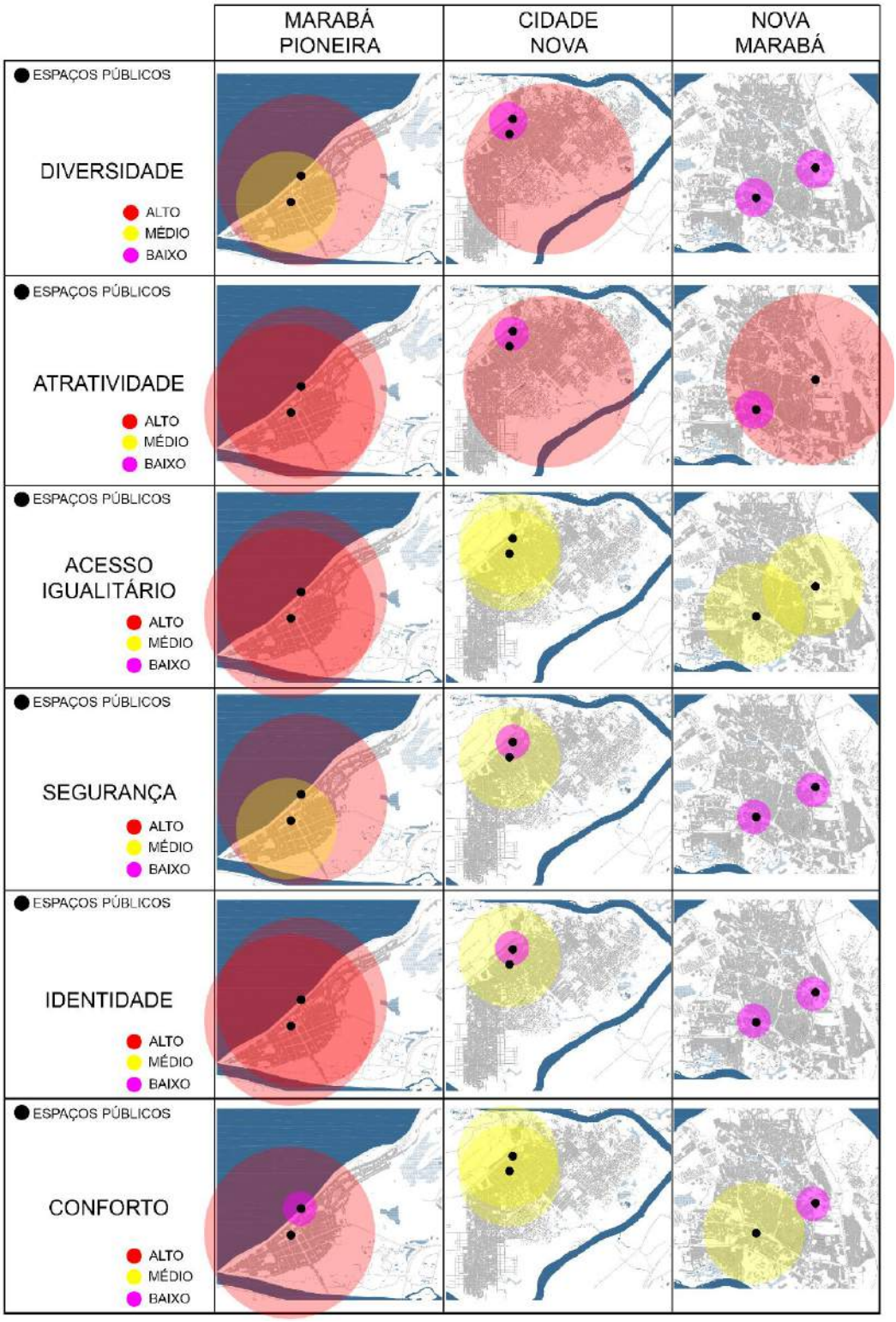


Figura 10. Qualidades e atributos encontrados na literatura aplicados aos espaços públicos considerados para o presente artigo e seu rebatimento na vida dos respectivos núcleos urbano.

Como apresenta a **figura 9**, enquanto os veículos motorizados circulam com maior intensidade na Nova Marabá, esta também apresenta os menores números de co-presença. Na Marabá pioneira acontece o fluxo inverso, supera significativamente os números de co-presença dos demais núcleos, com exceção da Praça São Francisco no período da noite e a Rua Nagib Mutran no período da manhã, ambas no núcleo Cidade Nova. A contagem revela a atratividade dos espaços abertos quando comparados às contagens das ruas. Os maiores números se concentram nos núcleos Nova Marabá e Cidade Nova, devido à maior densidade que apresentam além de concentrarem o número de carros. Na Pioneira esses números caem, as pessoas deslocam-se mais a pé e de bicicleta. Os números descendem de acordo com os usos da rua comercial para a de uso misto e por último as de uso residencial.

O núcleo Marabá Pioneira é o que atende melhor as qualidades e atributos relativos à urbanidade. Os espaços públicos de origem e desenho vernacular tem forte ligação com o pedestre, com o rio e com uma escala do pedestre. Enquanto que, o núcleo Nova Marabá com seu desenho de orientação modernista e planejada, apresenta os menores graus de urbanidade. E o núcleo Cidade Nova apresenta graus intermediários de urbanidade (entre a Marabá Pioneira e a Nova Marabá), abriga características dos dois núcleos e apresenta grande atratividade na Praça São Francisco, mesmo que para chegar até ela seja necessário um tempo de deslocamento maior do que o previsto pela literatura, quatro minutos a pé (ALEXANDER, 2013).

Para além das praças e das ruas

A pesquisa comparativa demostrou que os espaços públicos da Marabá Pioneira são mais atrativos que os dos núcleos mais recentes, a respeito dessa informação é importante refletir porque as partes planejadas por profissionais, tanto pelo mercado como por uma renomada equipe de arquitetos selecionados pelo poder público para planificar a Nova Marabá, apresentam menos diversidade, são menos atrativas, menos confortáveis, menos seguras, de mais difícil acesso e com os quais a população se identifica menos, que aqueles espaços de formação vernacular e origem ribeirinha. Essa constatação deixa evidente a necessidade de revisão de métodos e prioridades estabelecidos nos modos de produzir a cidade formal.

A construção dos estudos urbanos deixou evidente que não existe um homem-ideal com anseios universais e nem soluções ideais-finais, e que tanto os usuários dos espaços, quanto o próprio espaço estão sempre em processo de transformação, e que propor espaços mais gregários implica na busca pela compreensão do contexto único que está muito além de limites rígidos e visíveis das praças ou das ruas. No entanto, em Marabá essas conquistas da ciência ainda não chegaram à prática, onde predomina a apropriação de modelos prontos, pontuais e exógenos sem qualquer busca de mediação com o contexto.

Nas entrevistas realizadas com os moradores da cidade (migrantes e marabaenses) se multiplicaram descrições sobre o lazer que além das praças revela os rios, a cachoeira, a praia, a colheita de fruta no pé das árvores, as idas a fazendas ou ilhas nas proximidades da cidade como elementos fundamentais para satisfazer a necessidade de ócio, lazer e bem-estar dos habitantes da cidade. O que deixa evidente que o lazer, a troca, a identidade e a memória coletiva da cidade estão extremamente entrelaçados à natureza na cidade de Marabá.

A relação inseparável entre cultura, cidade e natureza é evidente em Marabá, mas não faz parte do repertório ou visão de cidade da gestão pública e da produção de espaços públicos. Tais elos se dissipam gradativamente diante das ânsias de modernidade que plasmam na cidade um modelo exógeno que separa cidade e natureza. Esse cenário de destruição da diversidade dos modos ver e viver o mundo, pela racionalidade homogeneizante de um urbano industrial alcança todas as escalas do território: em uma escala macro estão as grandes obras e os grandes impactos socioambientais (do passado e do presente) e na microescala, o desvanecimento dos quintais, espaços livres privados que guardavam os saberes tradicionais e poderiam proporcionar segurança alimentar, mas que perderam espaço rapidamente diante das lógicas urbanas trazidas pela inserção econômica e logística da cidade no país, como fica claro no discurso dos entrevistados (**figura 11**).

QUINTAIS
Ela planta nessa madeira aqui porque não tem mais quintal. Ela sabe das ervas? *Ela conhece tudinho (...) tinha uma outra que plantava mas a casa dela foi interditada pela defesa civil (...) a orla é nosso quintal.* **Pescador, morador da Marabá Pioneira.**
Antes tinha quintal e agora não, agora é mais quitinete, apartamento, aí não tem como ter horta, aqui (Cidade Nova) ainda tem muita horta, mas na velha não acha mais não. **Aposentada, moradora da Marabá Pioneira.**
Vocês tinham costume de plantar? *Isso gente do mato sempre tem, é um hábito muito antigo (...) tinha os quintais, mas aí foram tirando para construir.* **Aposentada, moradora da Marabá Pioneira.**

Figura 11. Desvanecimento dos quintais segundo entrevistados.

Antes mesmo que Marabá se expandisse para formar outros núcleos Celso Furtado (1974) já explicava o quanto a ilusão de um progresso inalcançável servia como pano de fundo para exclusão, degradação e dependência do sistema capitalista. Não é por acaso que a palavra progresso seja a palavra mais marcante das entrevistas (sem ser citada pelas entrevistadoras), aparece em todo momento para justificar o injustificável: a segregação e a degradação em benefício de poucos. Desde a inserção da região à economia do país, entende-se por modernização e progresso, grandes obras que destroem e ao mesmo tempo são símbolos do progresso e do desenvolvimento. Isso tudo se reflete na cobrança (ou inexistência dela) por espaços públicos. A ideologia de progresso disseminada em Marabá faz com que seus habitantes associem qualidades urbanas reais a adjetivos pejorativos como *interiorano, caipira*, *regionalista* ou *rustico*, e o conceito que deveria ser positivo de progresso à falta de segurança,

diminuição da qualidade de vida e empobrecimento das possibilidades de lazer e troca, conforme apresentado na **figura 12**.

VISÃO DE PROGRESSO E QUALIDADE URBANA
O progresso sempre traz alguma coisa ruim, mas isso é normal.
Marabá foi crescendo e aí vem as mazelas do crescimento, mas também vem os benefícios, hoje se tem mais qualidade de vida (...) mas, eu preferia Marabá como era antes.
Hoje com o bendito progresso, principalmente na rua que eu moro... (referia-se à violência) O progresso é bom numa parte, mas na outra não.
Na cidade grande é muito impessoal, individual, né? Cada um cuida da sua vida e você não conhece nem quem mora na sua frente no prédio... eu prefiro Marabá. Sou caipira mesmo.
Tinha menos violência, tinha mais regionalismo, típico do interior.
Era meio rústico mas era bacana." (refere-se a Marabá nos anos 1970)
No novo horizonte (Cidade Nova) tem essa coisa mais interiorana, tem um vizinho, um comércio, uma padaria, nesse quesito lá é melhor.

Figura 12. Visão de progresso dos entrevistados.

A cidade na periferia da periferia do capital, em que pese a riqueza cultural, ambiental e diversidade invejável é pensada como uma folha em branco a receber a "modernidade". Na gestão pública e nas intervenções das diferentes escalas de poder são constantemente negadas as associações entre cultura e natureza em Marabá (não só no passado, como também presente), conforme pode ser observado na **figura 13**.

CULTURA E NATUREZA
Achas que a forma como as pessoas lidam com a natureza aqui (na Amazônia) é diferente do sudeste (do país)? *Sim, por exemplo lá tem coleta seletiva, educação ambiental (...) (Marabá) é uma região nova para ser explorada (...) eu tenho uma visão muito diferenciada de como se pensa uma cidade (...) é uma mudança de cultura.*
Gestor de primeiro escalão, morador da Nova Marabá há menos de 2 anos.

Figura 13. Visão do gestor sobre a relação cultura-natureza em Marabá

O espaço público é a melhor forma de evidenciar esses fatos, pois deixa transparecer tanto as prioridades estabelecidas em sua produção como a resistência de outras racionalidades que não a dominante. Como ilustra o projeto da orla de Marabá que criou uma imagem modernizante, sem alcançar o cerne dos problemas de saneamento e sem buscar um desenho voltado para as demandas de toda a população. O projeto segrega as partes mais pobres da cidade, substitui o uso (como extensão da casa: banho, lavanderia, lazer) do rio, por uma estrutura para contemplação tipo *waterfront.* Intervenções onde o valor de troca se sobrepõe aos valores de uso, e os símbolos às demandas reais. Cabe destacar que a força dos símbolos também foi algo muito forte na implantação modernista da Nova Marabá, onde os espaços para as pessoas eram inexistentes e que hoje surgem a partir de espaços sobrantes, inadequados e de pouco valor estético ou pedagógico.

O exposto até aqui justifica em parte que a produção informal do espaço tenha sido mais bem-sucedida (e que apresente maiores graus de urbanidade) que a produção mercadológica ou a produção do Estado,

e que haja uma profunda sobreposição entre formal e informal em todos os núcleos de Marabá. No entanto, em que pese a imposição da racionalidade urbano-industrial que ressignifica o ribeirinho como excluído, o desenho endógeno como inferior, interiorano e inadequado, as intervenções informais "gritam" o que os planejadores não conseguem (ou não querem) enxergar, existem mais nuances da relação cidadão - materialidade da cidade do que os manuais de outros contextos possam mostrar.

As grandes obras em curso (a derrocada do Pedral do Lourenção e a construção da hidrelétrica de Marabá) em poucos anos devem fazer com que desapareçam a única praia e a única cachoeira da cidade. Ao passo que desaparecem as opções de acesso público de um lazer igualitário ligado a natureza e a população vive em uma cidade cada vez mais árida, insegura e pouca humanização, emergem propostas que vendem a natureza como algo exclusivo e de lazer de classe, como os condomínios de luxo. Os trechos retirados das entrevistas mostram a transformação do acesso a natureza (**figura 14**)

ACESSO AO LAZER E À NATUREZA
Antigamente o lazer era ir a Pirucaba (cachoeira), o Tocantins, a prainha (do lado da orla) catar muruci... Hoje é a lancha, jetski, fazenda...
Aposentada, moradora da Marabá Pioneira.
A hidroelétrica vai acabar com tudo, com a cachoeira, com a praia, as férias vão acabar (..) para nós acabou.... Quem pode sair para passar as férias fora tudo bem, quem não pode e fica aqui em Marabá, tem o quê?
Aposentada, moradora da Marabá Pioneira.

Figura 14. Transformação do acesso ao lazer e a natureza segundo entrevistados.

Situação ainda mais contraditória quando se lembra que cidade e natureza são planejadas e geridas como dimensões separadas e diferentes em Marabá e que as áreas de preservação não incluem a vida urbana, razão pela qual vão perdendo espaço gradativamente sem que a população se dê conta, solapando mais uma vez o potencial de traçar uma trajetória diferente que realmente estivesse preocupado com uma cidade para as pessoas, em sua diversidade. A **figura 15** mostra a disponibilidade de espaços livres que emerge como potencial do tecido urbano fragmentado.

Figura 15. Sistemas de Espaços Livres nos núcleos Marabá Pioneira, Nova Marabá e Cidade Nova e marcações de corredores possíveis. Fonte: PONTES, 2015; p. 99.

Conclusão

Enquanto as metrópoles brasileiras, consolidadas há mais tempo, colhem segregação e degradação socioespacial como fruto de uma urbanização guiada pela racionalidade cartesiana, industrial e homogeneizadora; a cidade da fronteira da Amazônia ainda não absorveu completamente tal modelo, havendo ainda resquícios dos encontros de racionalidades, visões de mundo e modos de usar e produzir o espaço urbano. E embora, nessa condição de periferia da periferia, a destruição e as perdas aconteçam de forma mais voraz e com menos visibilidade, ainda resiste o potencial de traçar outras trajetórias que aprendam dos equívocos de outras cidades, do arcabouço da ciência e que tenha alguma sensibilidade às demandas reais das pessoas que habitam da cidade, e que para além do moderno simbólico e das promessas de crescimento econômico, produza melhor qualidade de vida e valores de uso.

Aprendizado que deveria partir sobretudo de uma leitura acurada daquelas formações vernáculas, informais que além de flexibilidade, baixos custos e cumprimento de demandas reais, conforme aponta este artigo, souberam produzir espaços com maiores graus de urbanidade (subdivida neste artigo em diversidade, atratividade, conforto, acesso igualitário, segurança e identidade) que aqueles planejados pelo mercado ou pelo poder público. No entanto, não se trata de negar a produção do mercado imobiliário nem as estratégias de inspiração modernista, mas aprender dos equívocos e acertos de cada um deles, posto que a qualidade espacial não está tão ligada a quem a produz, mas à capacidade do arranjo em cumprir demandas físicas, sociais, estéticas, culturais, etc.

A espacialização das particularidades do encontro de racionalidades na cidade de Marabá se reflete nos espaços públicos também através de nuances morfológicas, topológicas e nas formas de apropriação pela população que revelam uma forte relação entre cultura e natureza que não é levada pela gestão pública na produção de espaços públicos ou requalificação urbana.

A falta de aderência das propostas elaboradas por profissionais na cidade ao contexto e as demandas reais está relacionada a dificuldade destes em enxergar e lidar com a diversidade ou de vislumbrar utopias que não a velha prática predominante de repetir os mesmos descaminhos das grandes metrópoles.

O resultado da cegueira da racionalidade econômica que tudo justifica em nome de um suposto progresso que nunca chega para todos e diante das nuances e particularidades da forma e da apropriação do espaço em Marabá é o desvanecimento dos espaços públicos e do acesso igualitário a natureza. Se por um lado os projetos oficiais em curso excluem as possibilidades de acesso ao lazer que a população teve desde a origem da cidade (desaparecimento da praia e da cachoeira), por outro o mercado imobiliário replica o padrão já consolidado em outras cidades, de tornar exclusivo o acesso à natureza e a qualidade espacial, enquanto a maior parte da população vive em espaços cada vez mais

áridos, degradados e inseguros, se multiplicam os projetos de condomínio que vendem uma imagem romantizada e exclusiva de natureza (os condomínios-parque de luxo e o shopping center só surgiram nos últimos cinco anos na cidade).

A condição híbrida da cidade de Marabá deu lugar a um tecido fragmentado, mas entrecortado por espaços livres, condição invejável a qualquer cidade no mundo comprometida com a qualidade urbana, que apresenta não apenas potencial para cumprir demandas urbanas e ambientais como potencial para resgatar e incentivar a preservação de conhecimentos relativos a proximidade homem-bioma que desaparecem gradativamente junto ao potencial de cura, de tecnologia emaranhadas na biodiversidade amazônica.

A transformação do potencial em perdas (desvanecimento dos espaços livres) se esconde por trás de uma visão deturpada de progresso, nesse sentido, tornar visível os processos em curso e a homogeneização que decorre na baixa qualidade urbana é uma tarefa para os estudos urbanos que quem sabe poderia auxiliar a população a reconhecer seu próprio potencial, para assim reivindicar espaços melhores. Quem sabe dando voz, ainda que no meio acadêmico, a população perceba que poderia ser diferente e que ser "caipira" (se isso significa ter acesso a qualidade de vida na cidade) pode ser muito melhor que aceitar um progresso a qualquer custo.

Referências bibliográficas

Alexander C, Ishikawa S, Silverstein M (2013) *Uma Linguagem de Padrões,* Bookman, Porto Alegre.

Becker B (2013) *A Urbe Amazônida*, Garamond, Rio de Janeiro.

Benévolo L (2009) *História da Cidade*, Editora Perspectiva, Brasil.

Capel H (2002) *La Morfología de las Ciudades*, Ed. Del Serbal, Barcelona.

Cardoso A, Lima J (2006) Tipologias e padrões de ocupação na Amazônia oriental, in Cardoso A (org.) O Urbano e o Rural na Amazônia, EdUfpa, Belém.

Cardoso A, Ventura Neto R (2013) A evolução urbana de Belém: trajetórias de ambiguidades e conflitos sócio-ambientais, *Cadernos Metrópole (PUC-SP),* v.1, 55-76.

Costa H (2000) Desenvolvimento Urbano Sustentável: uma contradição em termos?, *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n.2, 55-71.

Del Rio V (1990) *Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento,* Pini, São Paulo.

Furtado C (1974) O mito do desenvolvimento econômico, Paz e Terra, Rio de Janeiro.

Gehl J (2013) *Cidades para Pessoas,* Perspetiva, São Paulo.

Herzog C (2013) *Cidade para Todos: (re)aprendendo a conviver com a natureza*, Mauad/Inverde, Rio de Janeiro.

Jacobs J (2000) *Morte e Vida de Grandes Cidades*, Martins Fontes, São Paulo.

Marshall S (2009) *Cities Design & Evolution*, Routledge, London.

Marx M (1991) *Cidade no Brasil, terra de quem?*, EdUsp-Nobel, São Paulo.

McHarg I (1969) *Design with Nature*, American Museum of Natural History, New York.

Moudon A (1986) *Built for Change: neighborhood architecture in San Francisco*, MIT Press, Cambridge.

Lynch K (1999) *A Boa Forma da Cidade*, Edições 70, Lisboa.

Pontes L (2015) Cidade, Desenho e Natureza: uma reflexão sobre os espaços livres de Marabá. Dissertação de Mestrado (PPGAU-UFPA), Belém.

Samuels I (1985) *Urban morphology in design: Joint Centre for Urban Design*, Oxford Polytechnic, Oxford.
Smith N (1988) *Desenvolvimento Desigual,* Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.

POSSIBILIDADES DA REALIZAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA NO COTIDIANO DOS CENTROS URBANOS: O CASO DA ÚLTIMA CIDADE CAPITAL PLANEJADA BRASILEIRA

Lucimara Albieri, Eugenio Queiroga

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Tocantins e Universidade de São Paulo

Qd. 603 Sul, Al.5, Lt.6, QI-O, Telefone: +55 63 32161224

lucimaraalbieri@uft.edu.br, queiroga@usp.br

Resumo

O artigo visa discutir em que nível os centros urbanos estão desempenhando o papel de aglutinador dos diferentes modos de vida na realidade contemporânea, através do estudo de caso em Palmas-TO. Temos assistido a produção do espaço urbano cada vez mais fragmentado e socialmente segregado em muitas cidades brasileiras, o que influencia na formação e transformação das centralidades intraurbanas. Vários centros urbanos tem se prestado a públicos específicos, prejudicando a possibilidade de reunião de diversas classes sociais e, consequentemente, dos diversos modos de vida, implicando na diluição da esfera pública. Em uma análise comparativa de três centros urbanos em Palmas, com diferentes conteúdos e significados, foi possível discutir a possibilidade da realização da esfera pública nos ambientes banais da cotidianidade.

Palavras-chave

Centro urbano, espaços públicos, esfera pública, cotidiano, apropriação.

Abstract

The article aims to discuss at what level the urban centers are playing the role of unifying the different ways of life in contemporary reality through the case study in Palmas-TO. We have witnessed the production of urban space increasingly fragmented and socially segregated in many Brazilian cities, which influences the formation and transformation of intra-urban centralities. Several urban centers has been paid only to specific audiences, jeopardizing the possibility of different social classes meeting and hence the different ways of life, resulting in the dilution of the public sphere. In a comparative analysis of three urban centers in Palmas, with different contents and meanings, it was possible to discuss the possibility of executing the public sphere in commonplace environments of everyday life.

Keywords

Urban center, public spaces, public sphere, everyday life, appropriation.

1. Introdução

Lefèbvre (2001) discute a dialética da centralização-fragmentação além da produção da mais valia na cidade e da perpetuação das relações sociais estabelecidas; considera também o espaço urbano forjado pela vida cotidiana, expressa na pluralidade de modos de vida e nas formas de apropriação do espaço, enxergando outras dinâmicas e outros atores para também se constituir centralidades, provocando, assim, uma abordagem peculiar acerca dos centros urbanos. Para ele, a cidade, na sua essência, é indomesticável devido aos conflitos inerentes a ela. Sua centralidade não se submete de maneira simples, direta ou redutiva aos imperativos hegemônicos e ao centro de poder, mas sim à diversidade que existe no encontro, real ou possível, entre sujeitos e objetos em determinados locais onde ocorrem as apropriações dos espaços urbanos.

Em certo período histórico, que Lefebvre (*op.cit*) chama de 2º Período de industrialização, "descobre-se que a sociedade inteira corre o risco de se decompor se lhe faltarem a cidade e a centralidade" e que no 3º período "tenta-se restituir a centralidade" por meio do "ameaçador" centro de decisão (*ibid*., p.28). Porém, em um manifesto contra a planificação burocratizada - que tem o centro de decisão como resultado e meio de realização - reivindica uma centralidade renovada sob domínio do valor de uso, subordinando o valor de troca. A seu ver, a cidade, com sua centralidade, deveria se destinar prioritariamente aos seus usuários, e não aos especuladores e promotores capitalistas.

Sobre a antropologia das necessidades sociais, Lefebvre (*op.cit*) coloca a dualidade entre a necessidade da segurança, da certeza, da organização e da previsibilidade combinadas a necessidade da aventura, do jogo, do imprevisto como oposições complementares. Nesse paradoxo, há necessidade tanto de isolamento e independência quanto de encontros e comunicação. Os espaços livres públicos são por excelência os espaços do encontro e da comunicação entre os diferentes no âmbito da vida em público; é onde a aventura ocorre através de ações não programadas e/ou da interação inesperada com desconhecidos. O simples fato de ver – perceber – o outro desencadeia algum conhecimento da diferença e oferece a possibilidade para o debate, o enfrentamento, os conflitos e os acordos, possíveis pela atividade criadora, pela ação e pela apropriação, levando a outras produções sociais que não vinculadas simplesmente à produção comercial (do valor de troca). Aí se estabelece a centralidade renovada[1] que se volta ao valor de uso da cidade.

[1] O entendimento de Lefebvre sobre centralidade renovada se vincula ao direito à cidade, isto é, a vida urbana: "Entre esses direitos em formação figura o *direito à cidade* (não à cidade arcaica mas à vida urbana, à *centralidade renovada*, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o *uso pleno e inteiro* desses momentos e locais etc.)". (LEFEBVRE, 2001, p. 139, grifo nosso).

Nas centralidades urbanas há a densificação e diversificação dos encontros, tendo como palco essencial o espaço público urbano que permite a realização da esfera de vida pública. Para Queiroga (2012)[2], a esfera pública geral engloba toda a vida "em público", isto é, tanto a vida cotidiana quanto a esfera de vida política referente ao debate político e intelectual.

Os espaços públicos urbanos constituem elementos significativos para a realização da esfera pública, com primazia para os que se localizam nos centros urbanos. A ação cotidiana nos espaços públicos se desdobra nas relações de identidade coletiva, pertencimento urbano e afetividade pública, assim como nos encontros, na alteridade e nas possibilidades de ação e comunicação na esfera pública[3]. Mas que cotidianidade seria essa?

Lefebvre (*op.cit*) afirma que a vida cotidiana na sociedade capitalista é uma cotidianidade controlada e organizada na e pela sociedade burocrática de consumo dirigido, subordinada ao seu modo de produção. Fica clara sua crítica ao controle da vida cotidiana voltada ao consumo quando deveria ocorrer também ou prioritariamente pelo improviso e pelo imprevisto:

> O problema é acabar com as separações: "cotidianidade-lazeres" ou "vida cotidiana-festa". O problema é restituir a festa transformando a vida cotidiana. A cidade foi um espaço ocupado ao mesmo tempo pelo trabalho produtivo, pelas obras, pelas festas. Que ela reencontre essa função para além das funções, na sociedade urbana metamorfoseada (LEFEBVRE, 2001, p.128).

Lefebvre (*op.cit*) aponta para um projeto de outra sociedade e, consequentemente, de outra cidade que se realiza no âmbito da reprodução social com ênfase no valor de uso. A cotidianidade que se estabelece nos espaços de apropriação pública é condição, também, a nosso ver, para sua urbanidade[4].

Netto[5] coloca "*o problema da segregação como "invisibilização das alteridades" no cotidiano das cidades, uma segregação capturada nos próprios trajetos da ação de atores socialmente diferenciados pelos caminhos e lugares da cidade*" (NETTO, 2014, p.22). É, portanto, um processo sutil de distanciamento

[2] Queiroga (2012), em sua tese de livre-docência, discute a esfera pública com base em Hannah Arendt e Jürgen Habermas, ressaltando a importância dos espaços livres urbanos de apropriação pública para sua realização e fortalecimento.

[3] Não se trata aqui de descartar ou antagonizar as possibilidades das comunicações virtuais que também fazem parte da esfera pública. Vê-se uma complementaridade positiva entre comunicações virtuais e presenciais de caráter coletivo.

[4] A urbanidade é entendida neste trabalho nos termos de Netto (2012, p.37), baseada em "princípio ético – um ethos da urbanidade como coexistência e bem-vir das alteridades, e como um desejo de futuro: o devir do urbano numa urbanidade plena e aberta", um desejo da coexistência e da comunicação em sua condição ética. O autor defende "Reconhecer na urbanidade aspectos tanto materiais quanto éticos: um ethos da "orientação ao Outro" (Heidegger) baseado em princípios como a comunicação livre de coerção (Habermas) e o "bem-vir às diferenças" mais que o tolerar as diferenças (Derrida)." (*Ibid*., p.19). Porém, não um desejo utópico (ligado à ideologia) ou de um desejo a se realizar em um futuro distante, mas um desejo presente, latente nos espaços públicos, real e palpável, a ser reafirmado, aprimorado e alastrado.

[5] Netto (2014) faz uma construção teórica sobre a reprodução social através dos encontros e comunicações – nos conceitos de Habermas (assim como Queiroga, 2012) e Luhmann – no espaço urbano, ressaltando a importância da corporeidade do encontro nos espaços urbanos.

social que se instala e opera não somente pelo viés da fixação das pessoas no território, mas também pelos padrões de encontro e desencontro das classes sociais no espaço urbano.

Apesar da afirmada importância dos encontros e comunicações entre os diferentes atores para a alteridade e para a reprodução social, questiona-se como ela tem se dado em uma realidade contemporânea onde o espaço urbano está cada vez mais fragmentado e especializado socialmente. Os centros urbanos estão promovendo a troca e a diversidade social na atualidade? Em que medida eles possibilitam um resgate do encontro dos atores de diferentes modos de vida ou classes sociais que fora perdido ou prejudicado no quadro vigente de exacerbação da segregação socioespacial?

Trata-se neste trabalho de verificar a possibilidade da realização da esfera pública na cotidianidade dos espaços públicos dos centros urbanos. Já que se parte de uma realidade socioeconômica segregada no território urbano de Palmas, principalmente quanto à moradia, investiga-se a possibilidade de integração entre diferentes mundos sociais no encontro propiciado pelos espaços públicos centrais.

2. As Centralidades de Palmas

Palmas foi fundada em 1989 a partir da criação do estado do Tocantins, estabelecido pela divisão de Goiás na Constituição de 1988. A intenção era romper com um passado de isolamento e decadência econômica, dando continuidade à 'marcha' para o oeste e norte[6] rumo e a novas fronteiras para a expansão do capital (LIRA, 1995). Palmas, assim como as demais cidades capitais projetadas anteriormente, utiliza-se da máquina estatal para implantar uma realidade *ex-nihilo,* nasce carregada de simbolismos e proporciona grande visibilidade para a administração pública.

O elemento definidor do projeto é seu sistema viário hierarquizado ditado por uma macromalha em tabuleiro de xadrez com vistas a facilitar o fluxo de veículos através de suas amplas avenidas, estabelecendo a estrutura principal para deslocamentos de longa distância e distribuição de veículos por toda a cidade. Essas avenidas distam entre si cerca de 700 metros, abrigando em seu entremeio as unidades de vizinhança (chamadas de 'quadras') com aproximadamente 700x700 metros e que, por conseguinte, abrigam um sistema de vias locais e quadras menores convencionais, formando os bairros residenciais.

Um grande eixo central sentido norte-sul se destaca por possuir maior dimensão que as demais avenidas e por ter sido previsto maior adensamento com usos diferenciados em seus lotes lindeiros: a Avenida Teotônio Segurado. Sua importância se dá tanto por suas dimensões e função estrutural, quanto pela questão paisagística e simbólica.

[6] Segundo Moraes (2003), a marcha para oeste e norte se inicia com a criação de Goiânia.

Em uma região destacada pela elevada topografia, essa avenida é interrompida pela Praça dos Girassóis, sendo o espaço imagético mais significativo por, pelo menos, três motivos: sua dimensão (632.000 m²), sua função cívica (abriga os edifícios do poder público estadual) e simbólica, pois demarca o início da construção de Palmas, compondo o 'centro da cidade' com as quadras comerciais ao seu redor.

O projeto urbanístico de Palmas, em sua visão técnica, previa uma hierarquia de centralidades por meio da implantação de áreas de comércio e serviço em diversas escalas que estariam distribuídas de maneira igualitária por todo o território **(figura 1)**:

- Vicinal: ajuntamento de comércios e serviços que atendessem de maneira mais imediata as quadras contíguas a eles no cotidiano, assentadas de forma intercalada ao longo das avenidas com o intuito de distribuí-las de maneira uniforme ao longo da malha urbana;

- Central: centros urbanos de maior diversidade, amplitude e abrangência que o vicinal, alocados em dois pontos da Avenida Teotônio Segurado de maneira relativamente eqüidistante, sendo que um deles está conjugado à sede administrativa estadual na Praça dos Girassóis;

- Urbano: um grande eixo ao longo de toda a Avenida Teotônio Segurado, previsto para abrigar funções que necessitassem de lotes maiores e/ou de edificações verticalizadas, contemplando a cidade de norte a sul;

- Regional e Industrial: de alcance mais amplo regionalmente e/ou com funções de cunho industrial ao longo da rodovia TO-050, visando escoamento facilitado de produção.

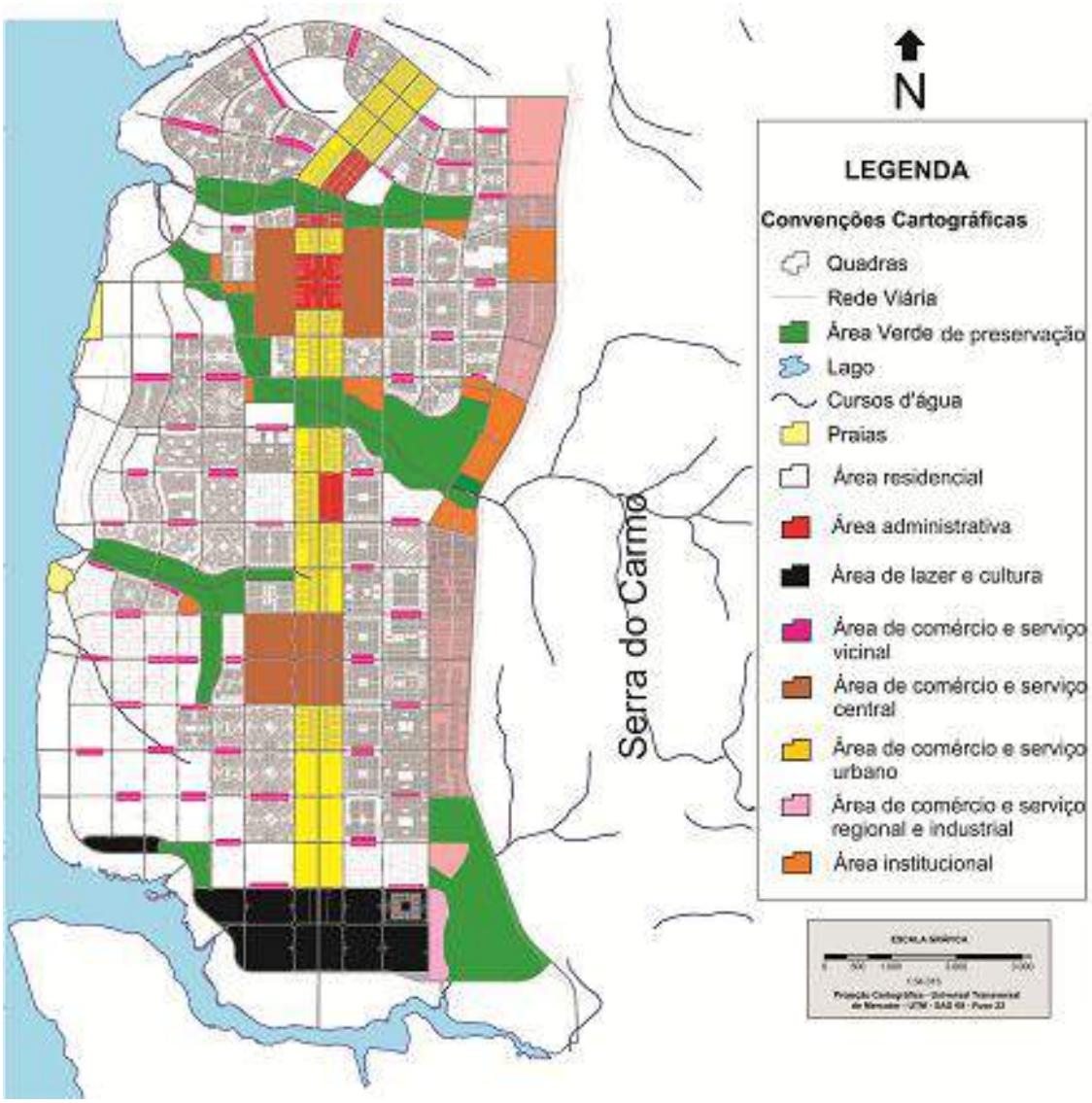


Figura 1. Zoneamento previsto no plano original de Palmas com áreas comerciais e de serviços hierarquizadas e distribuídas de maneira uniforme, onde a Av. Teotônio Segurado se localiza ao longo do grande eixo em amarelo e a TO-050 acompanha o eixo em rosa na extremidade leste do projeto. Fonte: Adaptado de Lira, 1995, p. 267.

Seu plano urbanístico estabelecia uma ocupação por etapas **(figura 2)** visando uma forma urbana compacta que favoreceria, entre outras coisas, os custos de implantação e o acesso a infraestruturas e equipamentos coletivos. A primeira fase de ocupação estava prevista para abrigar cerca de 120.000 pessoas, devendo na sequência ser aberta a segunda fase de ocupação quando aquela estivesse perto de sua saturação (GRUPOQUATRO, 1989). Fazendo uma projeção de cerca de 7.000 a 10.000 pessoas por quadra, como apregoa o plano, a segunda etapa de ocupação abrigaria em torno de 175.000 a 250.000 habitantes, que somadas à fase anterior, resultaria em 295.000 a 370.000 habitantes. Portanto, esta seria a fase de ocupação que, sequencialmente, deveria estar sendo iniciada na atualidade, visto que a população urbana de Palmas é de 221.742 urbana (IBGE, 2010), com estimativa para o município em 2013 de 257.904 habitantes (IBGE, 2013). O projeto total teria capacidade de abrigar até 1.500.000 habitantes (GRUPOQUATRO, 1989).

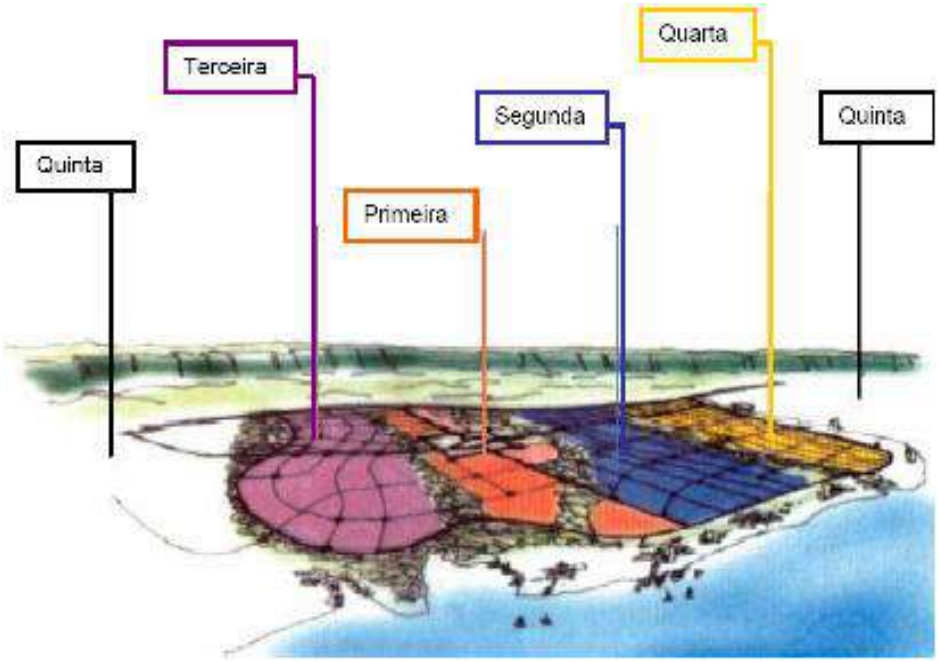


Figura 2. Plano de ocupação de Palmas por fases, onde a 1ª fase contém o centro principal e a Praça dos Girassóis. Fonte: Prefeitura Municipal de Palmas, 2005.

A ocupação de Palmas se distanciou do que estava previsto por ter adentrado logo no início de sua implantação na lógica capitalista de produção do espaço urbano, guiado a princípio pelo próprio poder público. Em primeiro lugar, várias quadras fora da primeira etapa foram disponibilizadas pela gestão estadual tanto para captação de recursos financeiros (através de leilões públicos, licitações ou repasses a empresas privadas através de comodato visando ao pagamento de serviços) quanto para alocar os funcionários públicos (por vezes doando lotes), desconfigurando o plano de ocupação por etapas. Além disso, o centro cívico municipal foi estranhamente definido em um terreno que se localiza na segunda etapa de ocupação, forçando uma expansão prematura pela necessidade óbvia da implantação do aparato da gestão municipal.

Em segundo lugar, surgiu um aglomerado urbano de baixa renda na região sul (acerca de 18 quilômetros) que não fazia parte do projeto original, resultando em duas realidades totalmente distintas: uma dentro e outra fora do plano. Esse assentamento – Taquaralto - teve início desde a construção da cidade, abrigando os trabalhadores que vinham de outras localidades para construir a nova capital, porém sem condições financeiras para adquirir um lote na cidade planejada, lembrando que havia um controle rígido por parte do Estado dos que estavam "aptos" a se assentarem na malha urbana planejada de Palmas. Taquaralto saltou de 300 para 20 mil habitantes num período de aproximadamente seis meses (LIRA, 1995), passando à condição de distrito e, posteriormente, à de bairro de Palmas. Somados a ele, o próprio governo estadual criou os bairros Aureny's para programas habitacionais de baixa renda, provocando maior inchaço na região sul **(figura 3).**

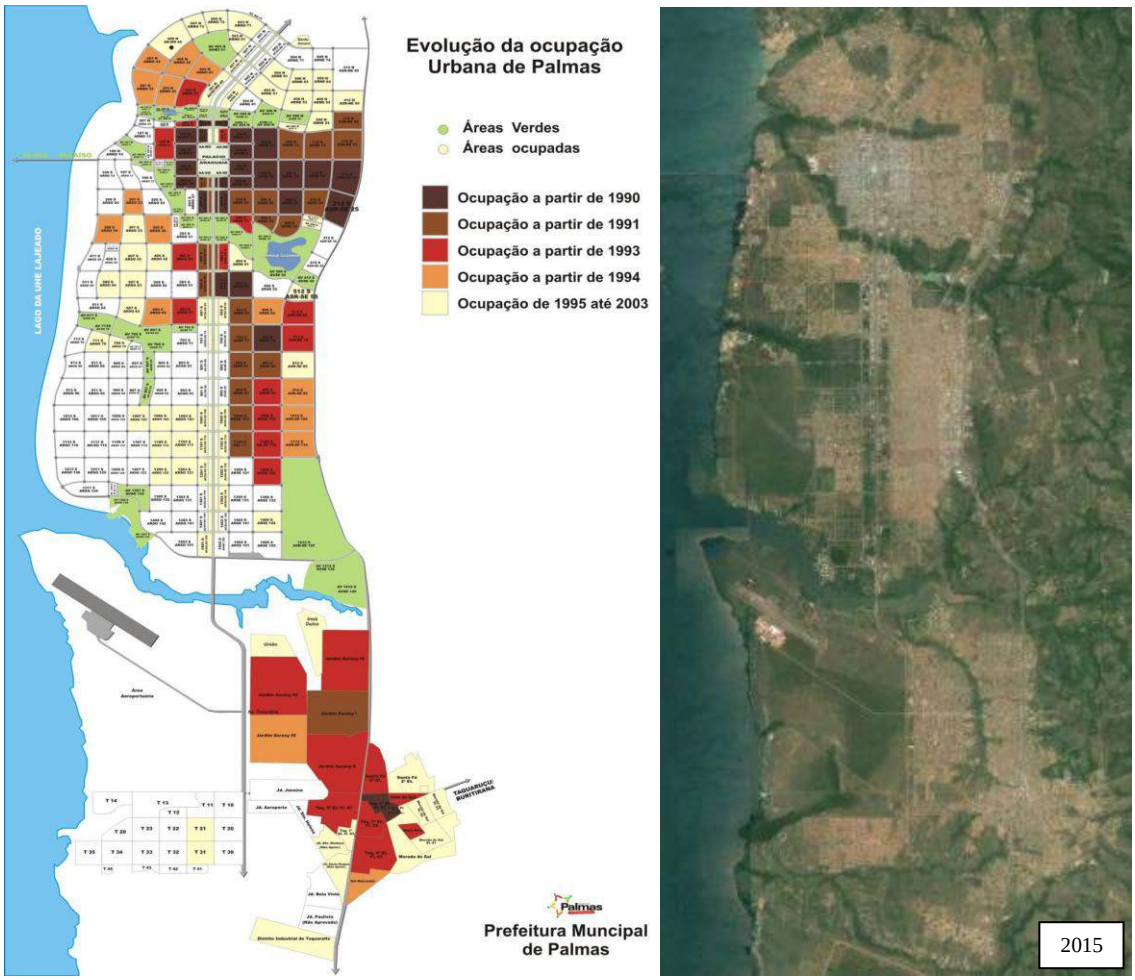


Figura 3. À esquerda, evolução da ocupação urbana de Palmas, demonstrando as primeiras ocupações em marrom escuro e o rápido aumento da ocupação na região sul, fora do projeto urbanístico, já nos primeiros anos. Fonte: Prefeitura municipal de Palmas, 2005. À direita, imagem aérea de Palmas em 2015. Fonte: Google Earth, 2015.

Esses fatores colocaram Palmas em um patamar de insustentabilidade quanto aos recursos para implantação e manutenção de infraestruturas e equipamentos devido aos grandes vazios urbanos e baixíssima densidade populacional: cerca de 9 hab/ha na cidade toda e de 34 hab/ha nas áreas residenciais[7] (BAZOLLI, 2012). Seu histórico de ocupação trouxe consequências imperativas para a formação e consolidação de suas centralidades.

Assim, localizações específicas e privilegiadas se formaram e foram conduzidas por um ideário de valorização simbólica da terra que foi vislumbrado por meio do projeto urbanístico, seguido da valorização econômica, isto é, seu valor foi calcado de início na expectativa produzida pelo projeto e não pela produção social do espaço de fato. Em contrapartida, outras localizações foram socialmente produzidas no cotidiano popular e coletivo como resistências, com outro conteúdo.

Diante desse quadro, as regiões mais valorizadas (maiores preços dos lotes) de Palmas estão articuladas à localização de seu centro principal que abriga o centro cívico estadual e o centro comercial –

[7] O plano urbanístico determinava uma densidade populacional de cerca de 300 hab./ha nas quadras residenciais (GRUPOQUATRO, 1989).

produzidos previamente no âmbito do projeto urbanístico. Por outro lado, muitas das centralidades previstas em projeto não conseguiram se consolidar devido ao desarranjo causado pela ocupação desordenada. Outras, ainda, formaram-se em desacordo com o plano, estampando suas contradições. Dentre essas últimas, duas são destaque: o Jardim Taquaralto ao sul que se fortaleceu como a centralidade 'do lado de lá', e a região das ARNOs (Vila União) ao norte que adquiriu vigor por meio de uma invasão (com posterior regularização) fomentando a mistura de usos em seus lotes - não previsto no projeto - e alicerçando relações estreitas de vizinhança (ALBIERI, 2014) **(figura 4)**. Apesar da relevância adquirida por essas duas últimas regiões, as precariedades estão estampadas na carência de infraestrutura e equipamentos públicos e nas dimensões diminutas dos lotes, vias e calçadas.

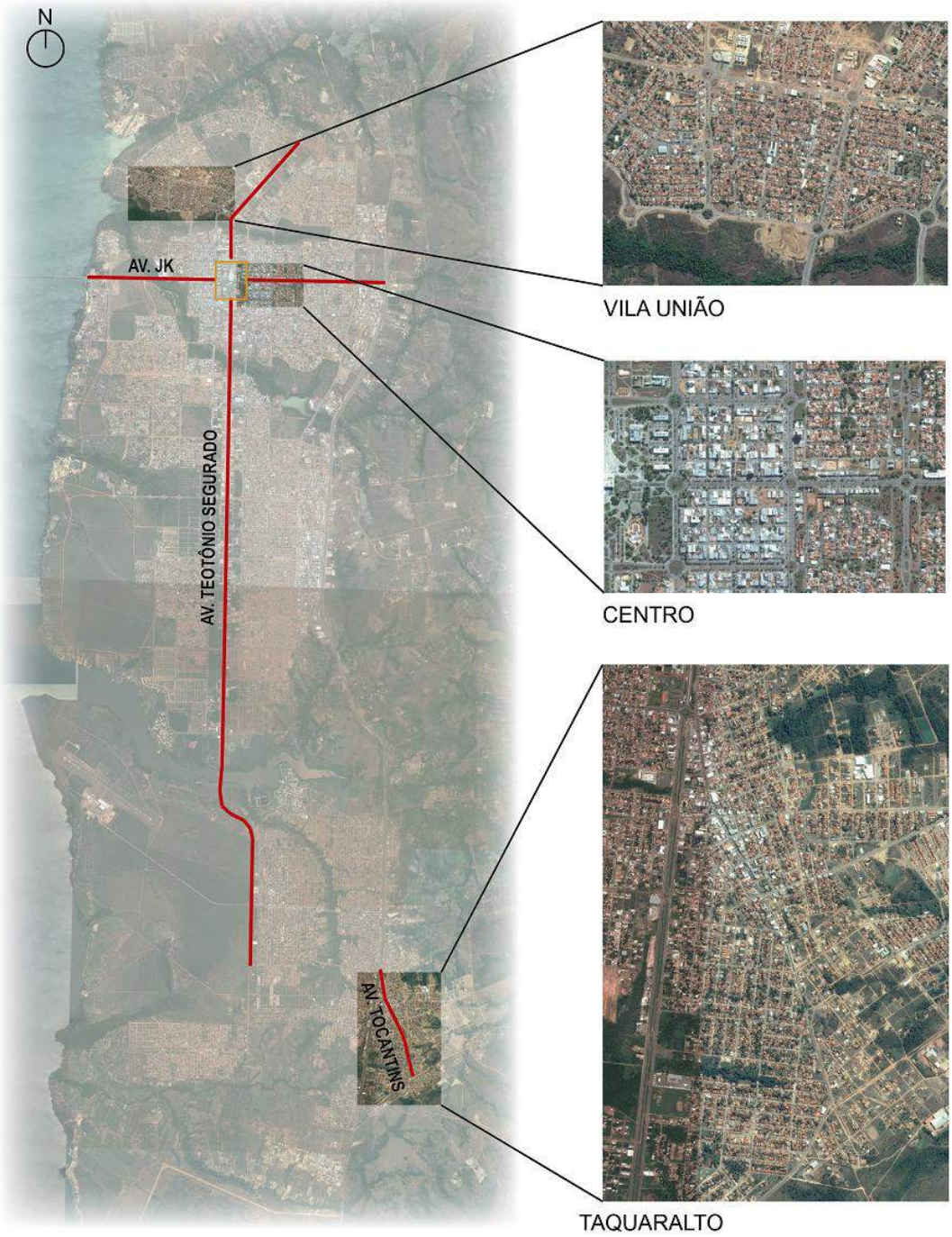
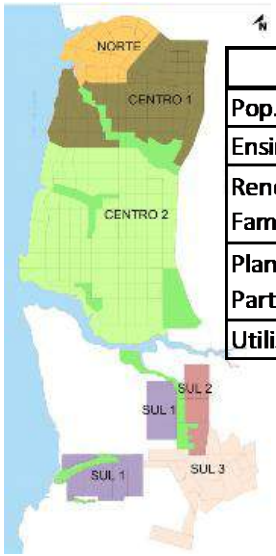


Figura 4. Destaque das três principais centralidades (ALBIERI, 2014). Fonte: Adaptado de Google Earth, 2015.

3. Quem Se Apropria das Centralidades

A região do plano urbanístico concentra a maior parcela da população, cerca de 60%, enquanto Palmas Sul possui por volta de 40%[8]. O tamanho do território da região sul representa praticamente 1/3 (um terço) da área do perímetro urbano de Palmas. Importante ressaltar que desse total, muitas áreas do plano ainda não foram disponibilizadas para ocupação, isto é, são glebas (grandes quadras) não loteadas, principalmente em sua porção sudoeste, possível de se observar por imagem aérea (**figura 3**).

As diferenças territoriais são evidenciadas por dados socioeconômicos, demonstrando que as regiões ocupadas por pessoas de menor renda se concentram prioritariamente nas regiões sul e norte (fruto de uma invasão por movimentos sociais de moradia com posterior regularização), com leve tendência de melhores índices nesse último. Em contrapartida, as regiões Centro 1 e Centro 2 apresentam índices que os apontam como território de moradia da faixa de maior renda da população **(figura 5).**



REGIÃO	CENTRO 1	CENTRO 2	NORTE	SUL 1	SUL 2	SUL 3
Pop. 2010 (hab.)	36.981	63.822	35.037	25.369	28.826	27.708
Ensino Superior	32,0%	31,5%	6,0%	4,5%	5,3%	7,0%
Renda Mensal Familiar até 2 SM	23,5%	22,5%	63,0%	54,5%	71,0%	62,5%
Plano de Saúde Particular	44,0%	42,0%	14,0%	14,5%	10,5%	9,0%
Utiliza ônibus	49,5%	56,0%	68,5%	79,5%	84,0%	85,0%

Figura 5. Dados socioeconômicos por região de Palmas. Fonte: Adaptado de: IBGE, 2010; INSTITUTO VETOR, 2009.

Somando-se a população, tem-se cerca de 46% residindo na região central, enquanto 54% no Norte e Sul. Portanto, um pouco mais da metade da população de Palmas vivem em áreas onde se apresentam os piores dados socioeconômicos, dentre eles renda, nível de escolaridade, saúde e mobilidade (sabendo-se da baixa qualidade do transporte público na realidade brasileira, não sendo diferente em Palmas). Correlaciona-se a esses dados as precariedades das infraestruturas básicas[9] que se refletem, entre outras coisas, na qualidade dos espaços públicos urbanos.

Os índices socioeconômicos analisados são aproximados entre as regiões Norte e Sul, com exceção da quantidade de pessoas que utilizam o transporte coletivo, que diminui dentre os moradores da região

[8] Cálculo baseado no Censo de 2010 do IBGE por setor censitário.
[9] Cabe destacar que os hospitais se concentram na região central, existindo apenas Unidades Básicas de Saúde (UBS) nas regiões Norte e Sul, onde a grande maioria da população utiliza o sistema público de saúde.

Norte. Pode-se inferir que, diferentemente da região sul, a proximidade da região norte com a região central (que oferece grande número de empregos e equipamentos urbanos) promove o uso de outros modos de transporte: (1) possibilita maior adesão ao uso da bicicleta no cotidiano; (2) aumenta a viabilidade financeira para manutenção de automóvel individual, principalmente no que tange ao consumo de combustível. Isto cria, portanto, menor dependência do transporte público.

O quadro apresentado aponta para uma especialização socioterritorial fragmentada e associa esses fragmentos aos níveis de renda da população, refletindo também o nível da qualidade das infraestruturas, dos serviços urbanos e dos espaços livres (públicos e privados) da cidade **(figura 6)**.

Centro

Taquaralto

Vila União

Figura 6. Vias comerciais das três centralidades estudadas em Palmas.

Em relação às centralidades de Palmas, seu centro principal está alocado na região denominada 'Centro 1' no mapa acima **(figura 5)**, dentre as que apresentam população de maior renda. As outras duas centralidades se posicionam opostamente: uma na Vila União ao norte e outra na região denominada 'Sul 3', com populações de menor renda.

Apesar da tentação em se fazer apressadamente a dicotomia centro rico e periferia pobre - e no caso de Palmas, a região fora do plano original mais pobre ainda -, entende-se que existam relações complexas entre elas que se desdobram em outras questões que impossibilitam traçar um diagnóstico raso como este quando as centralidades são analisadas, principalmente no que tange a realização da esfera pública em seus espaços livres públicos.

Por motivos de operacionalização metodológica, correlaciona-se diferentes modos de vida a diferentes níveis de renda e classes sociais. Reconhece-se que esse viés é redutivo, pois modos de vida não se resumem a classes sociais, porém abarcam essas e permitem apontamentos que direcionam para futuras pesquisas mais aprofundadas sobre o tema. Portanto, pressupõe-se nesta pesquisa que a categoria 'classe social' possui afinidades ou similaridades com determinados modos de vida.

Na tentativa de entender quem utiliza ou frequenta qual centralidade e seus motivos, aplicou-se questionários nas três centralidades para detectar o local de moradia das pessoas abordadas (associado ao valor do solo), visando identificar os raios de abrangência de cada uma dessas centralidades e o grau

de diversidade das classes sociais que as frequentam. Será comentado a seguir o resultado dos questionários aplicados às pessoas que trabalham nos estabelecimentos comerciais dessas centralidades **(figura 7)**.

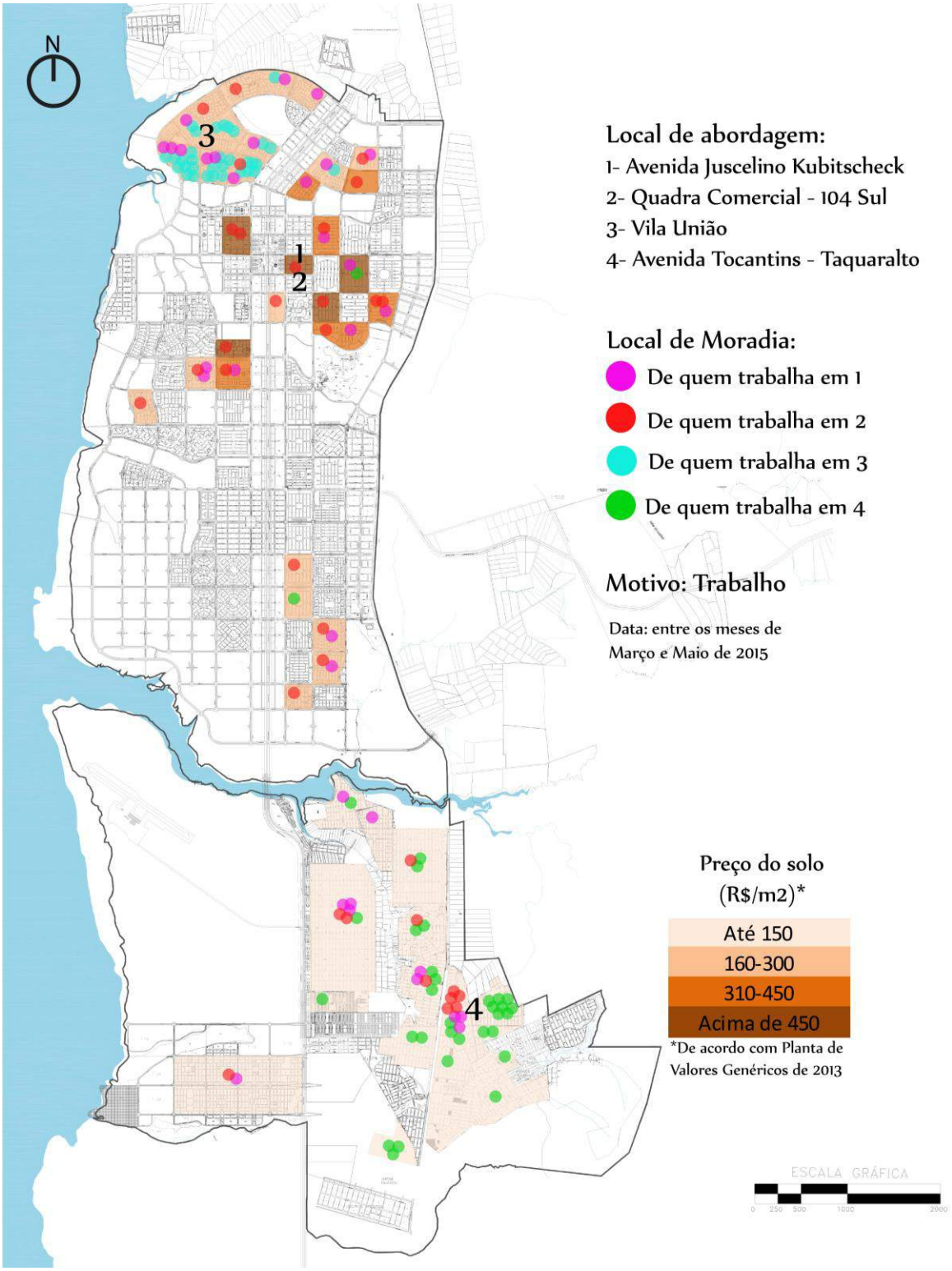
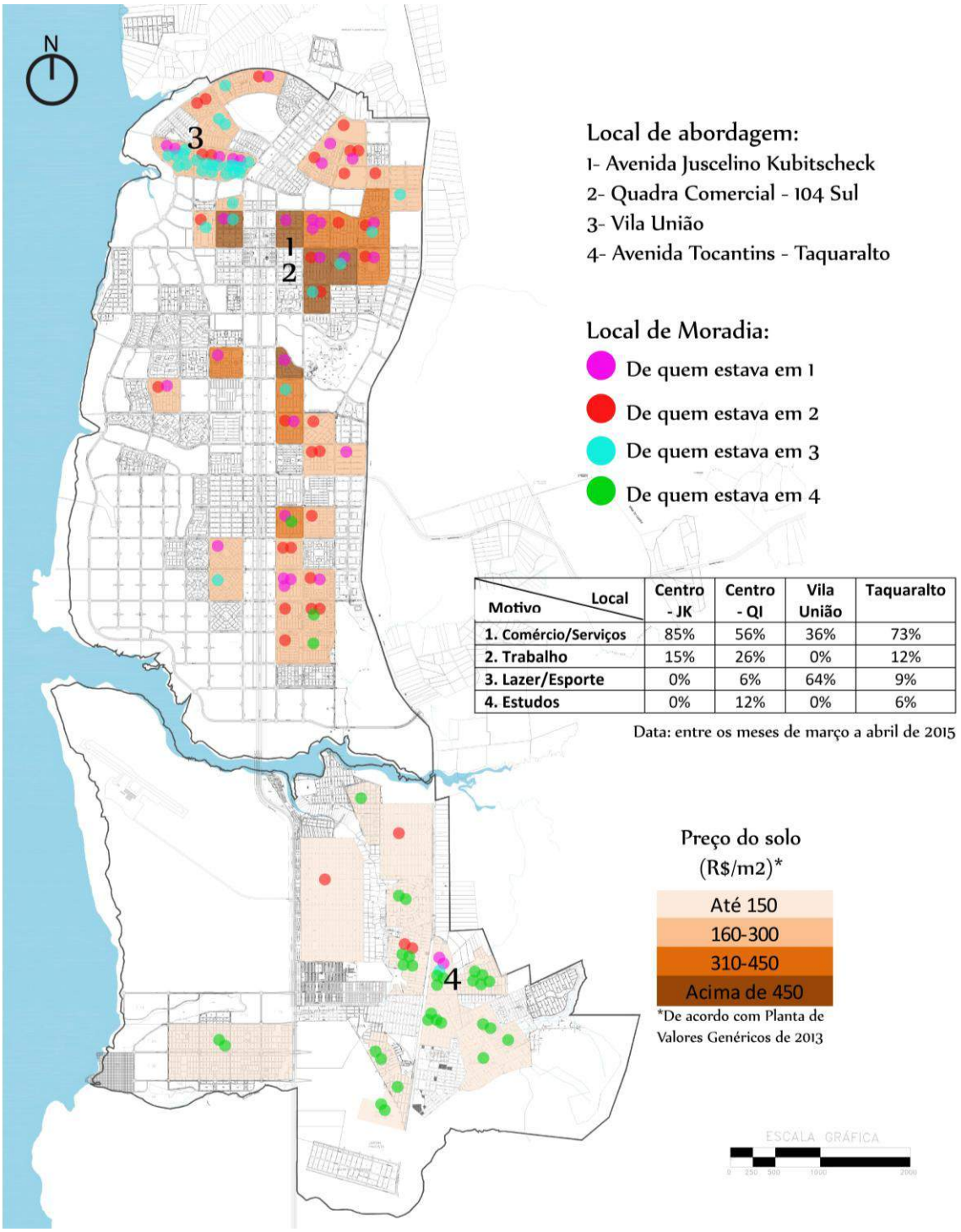


Figura 7. Mapeamento do local de moradia e valor do solo dos trabalhadores nas principais centralidades de Palmas.

A abrangência do Centro (n°1 e 2 da figura 7) quanto às relações de emprego-moradia se mostra muito alastrada pela malha urbana de Palmas (círculos rosa e magenta), o que, consequentemente, reúne diversas camadas sociais no território que são positivas à urbanidade. Porém, a relação entre pessoas no âmbito do trabalho é de natureza instrumental e mantém níveis hierárquicos condicionados às suas posições de emprego, o que dificulta relações interpessoais casuais e não condicionadas, isto é, implica negativamente na capacidade de um indivíduo se colocar no lugar do outro em uma relação de diálogo e valorização das diferenças existentes. O que ocorre, no caso, é a exaltação das diferenças baseadas em melhores posições sociais (ou de posto de trabalho) em detrimento de outras, o que resulta na afirmação de identidades que nem sempre se reconhecem ou que conseguem desenvolver uma empatia recíproca.

A segunda centralidade que se alastra um pouco mais no território é Taquaralto (n°4 da figura 7) ao sul, porém não tão abrangente quanto o Centro e ocorre sobre um território de maior homogeneidade de valor do solo e de dados socioeconômicos, implicando em semelhança entre as camadas sociais dos trabalhadores de Taquaralto. Assim também ocorre na Vila União (n°3 da figura 7) ao norte, de maneira mais expressiva pelo seu comedido raio de abrangência, empregando basicamente a mão de obra dos que moram em seu entorno imediato.

Nos questionários aplicados aos transeuntes das centralidades **(figura 8 e tabela 1)**, as abrangências se ampliaram, principalmente em se tratando da Vila União. O que chama bastante atenção é a expressiva diferença entre os motivos pelos quais a maioria das pessoas vai a essas centralidades.



Motivo \ Local	Centro - JK	Centro - QI	Vila União	Taquaralto
1. Comércio/Serviços	85%	56%	36%	73%
2. Trabalho	15%	26%	0%	12%
3. Lazer/Esporte	0%	6%	64%	9%
4. Estudos	0%	12%	0%	6%

Data: entre os meses de março a abril de 2015

Figura 8. Mapeamento do local de moradia dos transeuntes nas principais centralidades de Palmas.

	Centro Av. JK	Centro QC*	Vila União	Taquaralto
1. Comércio/Serviços	85 %	56 %	36 %	73 %
2. Trabalho	15 %	26 %	0 %	12 %
3. Lazer/Esporte	0 %	6 %	64 %	9 %
4. Estudos	0 %	12 %	0 %	6 %

*QC – Quadra Comercial no centro principal

Tabela 1. Motivo dos transeuntes freqüentarem as principais centralidades de Palmas.

Os motivos que levam as pessoas a freqüentarem os locais em estudo reforçam a tese de que os encontros entre pessoas no Centro são de natureza instrumental, o que obstrui a centralidade renovada e a cotidianidade por meio da festa, do improviso e do imprevisto, referida por Lefebvre. Mesmo que o centro de Palmas apresente maior diversidade entre classes sociais, seus encontros e, concomitantemente, seu espaço são organizados burocraticamente, voltados ao consumo (compras e trabalho). A presença de moradias é muito baixa, quase nula, assumindo, portanto, um formato de centro especializado e segregado por largas avenidas em seu entorno imediato que o distancia ainda mais das áreas residenciais. Em suas calçadas não se encontra o teatro da vida, e sim deslocamentos diretos e focados, resultando nos seguintes movimentos programados: *(i)* a chegada do veículo motorizado (individual ou coletivo), *(ii)* a entrada no estabelecimento comercial ou de serviços (lojas e bancos, em sua maioria) e *(iii)* o retorno direto ao veículo para fora do território do centro. Não há o devanear, o se apropriar, o descansar, o observar, o caminhar por prazer, o passear!

A Vila União, por outro lado, aponta para uma centralidade destinada ao encontro de seus usuários em primeira instância, e não aos promotores imobiliários como é o caso do centro principal, este último forjado estrutural e simbolicamente para instituir uma cidade onde o projeto técnico foi anterior à produção social, ao ajuntamento de pessoas que constroem ativa, interativa e gradativamente suas realidades e seus contextos. Em outra realidade, a Vila União é o cenário da ocupação organizada por seus próprios moradores, é a mescla de usos, é o centro dos encontros, das feiras, das calçadas, dos burburinhos, afastada do controle burocrático. Seu controle se dá pelo acordo dos usuários instituído na construção coletiva de suas realidades. Ainda assim, sua urbanidade se coloca restrita a usuários de classes sociais semelhantes, restringindo confrontos e acordos importantes entre os diferentes.

Taquaralto (ao sul) possui uma condição intermediária entre o centro principal e a Vila União. Apesar de ser um local importante para a realização estruturada dos encontros de natureza instrumental (consumo e trabalho), também apresenta as condições para atividades de descontração. A proporção e relações de sua configuração espacial - tamanho das fachadas de lojas, largura das calçadas e das vias, conexões com entorno residencial – facilita o caminhar prazeroso por uma variedade de cenários e cria uma sensação de intimidade que promove a aproximação descontraída entre as pessoas, mesmo àquelas que não o utilizam no cotidiano ou que residem em uma realidade socioterritorial distinta (como pessoas que residem na região do plano urbanístico). Seus ares de cidade pequena tradicional brasileira se mostram como condição de escolha para fixação de moradia ou passeio de muitos, contradizendo a questão do preço relativamente baixo da terra como única razão para tal. Neste sentido, Taquaralto se mostra mais apto a proporcionar uma urbanidade com diferentes atores para a realização da esfera pública, ainda que de maneira incipiente.

4. Considerações Finais

Apesar dos centros urbanos reunirem a diversidade, é enganoso afirmar que são, apenas por isso, democráticos. A fragmentação territorial combinada com a segregação socioespacial afeta na formação e transformação de tipos de centralidades que se prestam a determinados públicos específicos, causando impactos negativos nas possibilidades da reunião e do encontro dos diferentes atores e grupos sociais. Consequentemente, tende a impedir o conhecimento de outros modos de vida e por sua vez, os desdobramentos comunicativos (de reflexão e ação) que poderiam vir a ser gerados, contribuindo para a alienação e para a manutenção do *status quo*. Acarreta, portanto, na diluição da esfera pública. Lefebvre (2001, p. 123) já afirmava que – "... a segregação tende a impedir o protesto, a contestação, a ação, ao dispersar aqueles que poderiam protestar, contestar, agir...".

Deve-se considerar que a sociedade brasileira não conseguiu ainda constituir uma esfera pública plena na qual participem as diferentes camadas sociais, sendo, portanto, imprescindível seu fortalecimento para as transformações sociais vinculadas à formação da cidadania. Como alerta Queiroga (2012), a esfera pública no Brasil possui, por razões históricas de formação socioespacial, uma fragilidade por estar mais associada às elites e, portanto, com baixa participação das camadas de menor renda na esfera pública brasileira e nas práticas políticas no país. "Falta ainda muito a ser trilhado para que o "povo" seja visto pelas elites e por ele mesmo como conjunto de cidadãos, para que as elites se sintam parte do povo brasileiro e para que todos – integrantes da elite ou não - busquem mais direitos do que privilégios ou favores." (QUEIROGA, *op.cit*, p.54).

A forma urbana significativamente fragmentada, como é o caso de Palmas, com grandes vazios urbanos e com um território socialmente segregado, reflete negativamente nas possibilidades de apropriação dos espaços públicos nos centros urbanos por diferentes mundos sociais, restringindo a interação entre atores. O centro urbano principal, considerado simbolicamente o local de reunião do cidadão palmense, não se mostra, na prática, local de apropriação democrática pelos vários estratos da população para ações cotidianas livres no âmbito do imprevisto[10]. A mistura de classes em seu território ocorre apenas em eventos esporádicos na Praça dos Girassóis, como shows e apresentações, porém escapam aos efeitos das reuniões na cotidianidade[11]. A mescla social encontrada de maior significância no campo da rotina se dá por meio das relações econômicas entre fornecedor e cliente, vendedor e consumidor, em uma condição preestabelecida nos moldes da sociedade capitalista, isto é, na cotidianidade organizada, controlada e dirigida para o consumo, como apontado por Lefebvre (*op.cit*). Há, no caso, uma correlação entre o espaço urbano racionalizado, organizado tecnicamente em seu plano, e suas práticas anfêmeras de natureza instrumental.

[10] Apesar da Praça dos Girassóis ser utilizada para caminhadas e passeios no período noturno fomentando, assim, um uso de natureza não instrumental, há homogeneidade na classe social de seus frequentadores cotidianos.
[11] Não se trata de dicotomizar os eventos esporádicos de mobilização em massa com os eventos banais do cotidiano, nem de tentar contrapor suas relevâncias para a esfera pública. Ressalta-se que ambos têm importância para a construção coletiva e formação da cidadania, porém o foco desse estudo se volta à cotidianidade.

Os demais centros analisados, julgados de caráter secundário pelo planejamento burocrático, mesmo com reconhecida relevância para a estrutura urbana, serve majoritariamente a um entorno formado por iguais, colaborando pouco para o (re)conhecimento dos diferentes modos de vida. Apesar disso, foram observadas possibilidades mais amplas para as ações não programadas em sua cotidianidade que levam a ações e apropriações do espaço público no domínio do valor de uso e que se evidenciam por meio da mistura de usos, das dimensões comedidas dos espaços públicos e das fachadas dos edifícios, além do controle social desenvolvido e compartilhado na vivência cotidiana, fora da esfera burocrática.

Neste sentido, coloca-se a necessidade de entender e questionar que tipo de cidade estamos construindo para a reprodução social voltada ao valor de uso, julgando a importância dos encontros dos diferentes modos de vida e das apropriações rotineiras dos espaços públicos para tal fato. Deve-se reconhecer que a transformação social se dá não só através de eventos momentâneos e pontuais, como tem acontecido nos chamamentos de participação popular reivindicativos, mas também necessita do dia-a-dia que permite reconhecimentos e debates de tempos mais lentos para a reinvenção coletiva.

Referências Bibliográficas

ALBIERI, L.; CRUZ, S.N.; PEREIRA, A.P.B. Identificação da estrutura espacial urbana: o caso de Palmas. In: KNEIB, E.C. (Org). **Projeto e Cidade:** centralidades e mobilidade urbana. Goiânia: Funape, 2014. P. 169–196.

BAZOLLI, J.A. Dispersão urbana e instrumentos de gestão: dilemas do poder local e da sociedade em Palmas/TO. 2012.333f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

GOOGLE EARTH. Disponível em: <http://earth.google.com/intl/pt-BR/>. Acesso entre out. 2012 e dez. 2013.

GRUPOQUATRO. **Memorial do projeto da capital do estado do Tocantins**: Palmas / Plano Básico. Goiânia, 1989. Mimeo.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTAGÍSTICA – IBGE. *IBGE* - ***Cidades@.*** Disponível em: <http://www.s.cidadeibge.gov.br/>. Acesso em: mar. 2014.

INSTITUTO VETOR. **Cadernos Palmas Minha Cidade - 2009.** Disponível em: <http://www.palmasminhacidade.com.br/>. Acesso em: mar.2015.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

LIRA, E. R.. **A gênese de Palmas-Tocantins.** 1995. 313f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 1995.

MORAES, L.M. A segregação planejada: Goiânia, Brasília e Palmas. Goiânia: Ed. da UCG, 2003.

NETTO, V. M. Introdução; A urbanidade como devir do urbano. In: AGUIAR, D.; NETTO, V. M (Orgs). **Urbanidades.** Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012. P.13-59.

_____. **Cidade & Sociedade:** as tramas da prática e seus espaços. Porto Alegre: Sulina, 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS. **Caderno de Revisão do Plano Diretor**. Palmas, 2005. Mimeo.

QUEIROGA, E. F. **Dimensões públicas do espaço contemporâneo.** 2012. 248f. Tese (Livre-Docência) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

VELASQUES, A. B. A. **A concepção de Palmas (1989) e sua condição moderna.** 2010. 245p. Tese (Doutorado em Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro – PROURB/UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

Arquitetura e sociedade em praias de Natal, RN.

Lucy Donegan, Edja Trigueiro

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Lagoa Nova, Natal, Telefone/fax: 084 32152776

lucydonegan@yahoo.com.br; edja.trigueiro@gmail.com

Resumo

Neste artigo são apresentados resultados de uma investigação sobre nexos entre arquitetura e sociedade, visando identificar atributos arquiteturais favoráveis à vitalidade urbana (diversidade social, apropriação e avaliação positiva do espaço) em três praias de Natal. Embora consideradas importantes espaços públicos de lazer e socialização as praias suscitam opiniões que tendem a ser repetidas em comentários difusos, inclusive na mídia. A Redinha é tida como lugar remoto e popular; a Praia do Meio, como popular e decadente; Ponta Negra, como local de classe média e de turistas. Nos três casos investigados, foram identificadas relações entre configuração espacial e forma construída que reverberam visões gerais, perfis e práticas sociais. Tais achados reforçam a noção de arquitetura como expressão e protagonista de práticas sociais e nos autorizam a afirmar que os atributos analisados concorrem para promover situações mais e menos favoráveis à vitalidade e à imagem que se tem de cada praia, contribuindo, também, para reforçar polaridades entre os setores Norte e Sul da cidade, e entre pessoas socioeconomicamente mais e menos privilegiadas.

Palavras-chave

Arquitetura, sociedade, praias urbanas, vitalidade urbana.

Abstract

This paper presents results from an ongoing research in which nexus between architecture and society in beaches of Natal are investigated, with the aim of identifying architectural attributes that may favour urban vitality (social diversity, appropriation and positive evaluation). Although considered as important public spaces for leisure and socialization, these beaches motivate contrasting opinions repeated here and there, including in the media: Redinha is said to be a remote haunt for common folk, Praia do Meio is a decadent common people spot, and Ponta Negra is preferred by tourists and the middle class. In the three studied cases there have been found relations between space configuration and built form, which reverberate general views, profiles and social practices. These findings help to strengthen the notion of architecture as expression and protagonist of social practices and reinforce a well-known polarity between North and South of the town and between more or less social privileges.

Keywords

Architecture, society, urban beaches, urban vitality.

Introdução

Este artigo faz parte de uma tese em andamento na qual são investigados nexus entre arquitetura e sociedade, buscando identificar características arquitetônicas que contribuem para maior vitalidade urbana, em três praias de Natal, RN. A arquitetura é interpretada em sentido amplo, abrangendo configuração espacial (o vazio) e forma construída (o cheio). Diversidade Social, apropriação não conflituosa e avaliação positiva são entendidas como promotores de vitalidade urbana.

As praias são importantes espaços de socialização e lazer em cidades brasileiras, ao que contribuem: o magneto mor mar, uma cultura litorânea historicamente enraizada, a falta e precariedade de outros espaços públicos para o lazer em muitas cidades, e, finalmente, o fato de serem acessíveis a todos por lei. Apesar de sua condição legal de espaços acessíveis a todos e de serem considerados espaços "democráticos", é claro que certos grupos escolhem certas praias, ou mesmo certos espaços de certas praias, tema que enfocamos especificamente na Praia do Futuro, Fortaleza, CE (Donegan, 2011; Donegan & Trigueiro, 2012).

Enquanto discussões tendem a se concentrar na vulnerabilidade ambiental e na intensidade de ocupação poucos estudos relacionam arquitetura e interfaces sociais em praias urbanas. Determinados modos de uso e avaliações positivas foram vistos como fatores importantes para a manutenção de áreas costeiras frágeis (Breton, Clapés, Marquès, & Priestley, 1996; Quintela, Silva, Calado, & Williams, 2012), com destaque para aspectos relacionados a acesso, estruturas de lazer e limpeza tidos como cruciais para motivar opiniões favoráveis. Públicos diversos comunicaram visões divergentes em praias da África do Sul, após a desegregação[1] formal (Dixon & Durrheim, 2004).

As praias objeto deste estudo têm belos atrativos naturais, estruturas de apoio ao lazer compatíveis e fácil acesso por transporte público. Apresentarem, entretanto, ambientes construídos distintos (**figura 1**), e são percebidas como lugares diferentes com interfaces sociais diversas, conforme indicam referências na mídia[2] e nossa própria vivência na cidade. Em geral, as visões sobre estas praias misturam aspectos sociais e de localização, que parecem ser cruciais para escolher ou evitar estes lugares, fato que influenciou na sua escolha como objetos de estudo: a Redinha, localizada na zona norte de Natal, é vista como uma praia remota e popular; a Praia do Meio, mais próxima do centro da cidade, é percebida como uma área em decadência, frequentada por residentes locais (o "povo dali", conforme se ouve dizer); a praia de Ponta Negra, localizada no extremo sul de Natal, é vista como a praia da classe média e de turistas. Até 1960 a Praia do Meio era a única urbana. Em 1980 a estrutura viária já tinha alcançado a Redinha, no litoral Norte, atravessando o rio Potengi, e Ponta Negra, no litoral sul.

[1] *Desegregation* no original
[2] https://pt.wikipedia.org/wiki/Praia_do_Meio_%28Natal%29, acesso em outubro, 2014.

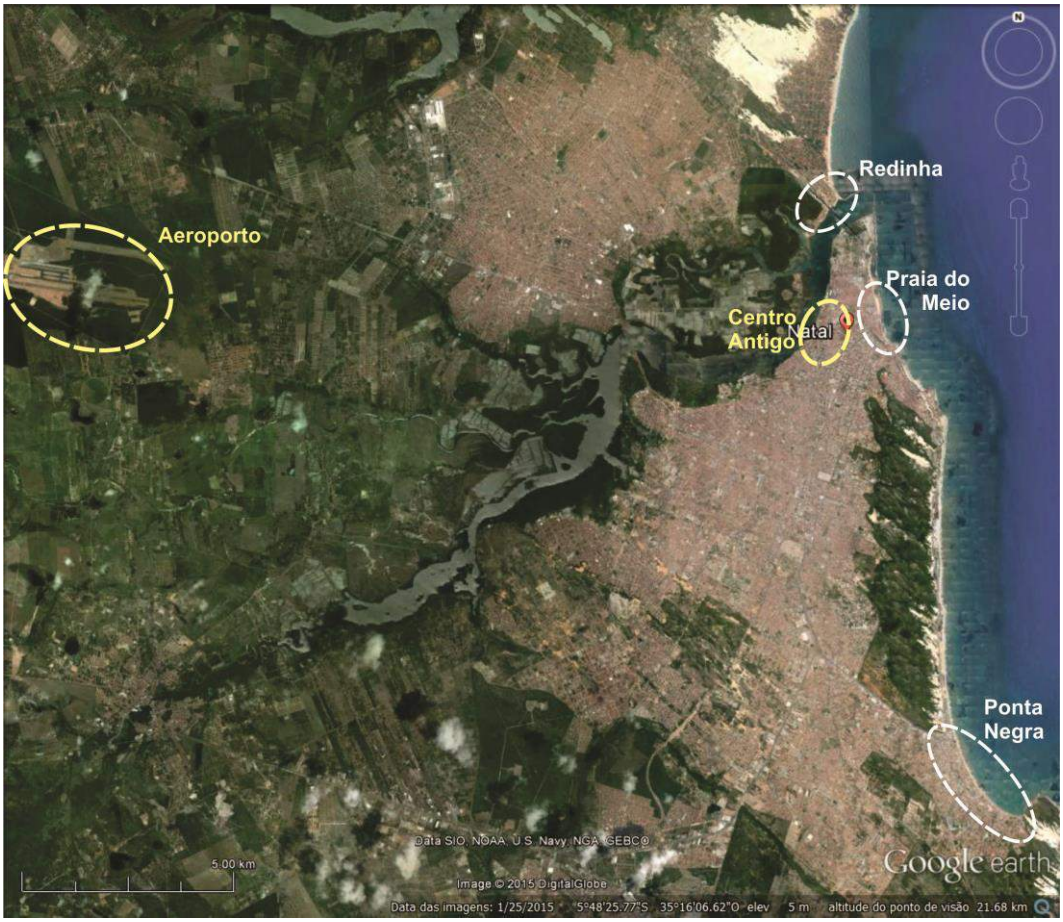


Figura 1- Imagem satélite de Natal mostrando a localização das praias, do aeroporto e do centro antigo. Fonte: Google Earth, trabalhado pelas autoras.

Em 2007 uma nova ponte (Ponte Newton Navarro) foi construída sobre o rio Potengi, completando o circuito costeiro, ao conectar as praias dos litorais norte e sul de Natal através das praias centrais – Praia do Forte, Praia do Meio, Areia Preta e Mãe Luiza – e ao longo da Via Costeira aberta no início dos anos 1980. Como o circuito passa pela Praia do Meio e segue para Ponta Negra, ambas ganharam acessibilidade com a nova ponte. No entanto, a Redinha pouco se beneficiou dessa acessibilidade uma vez que a maioria da sua área ficou, literalmente, "embaixo da ponte". No discurso justificativo de uma construção custosa em termos financeiros e ambientais à época da apresentação do projeto dizia-se que o projeto iria reduzir os problemas de mobilidade dos trabalhadores da Zona Norte de Natal em seus percursos diários para as zonas leste e sul, onde se concentra a maior parte dos empregos. No entanto, parecia claro desde o início que a localização escolhida para a ponte serviria a interesses do mercado imobiliário e da indústria do turismo, então principal geradora de divisas no estado. A alta valorização e conseqüente transformação edilícia da orla foi apontada e discutida à época (Trigueiro, 2006), tendo se confirmado como demonstra o intenso processo de reconstrução e verticalização da orla, sobretudo em Areia Preta, onde a liberação dos gabaritos permitiu atingir maiores margens de lucratividade. Na Praia do Meio e AEIS (Áreas Especiais de Interesse Social) situadas em seu entorno, restrições urbanísticas (gabarito, remembramento) frearam, parcialmente, o processo, limitando as transformações.

O repertório

Partimos das premissas de que: (i) diversidade social, apropriação não conflituosa e avaliação positiva importam para a vitalidade de praias urbanas; e de que (ii) arquitetura importa, como expressão e protagonista de práticas sociais. Arquitetura é aqui entendida em sentido amplo, englobando configuração espacial e forma construída, as duas categorias analíticas que serão examinadas. A configuração espacial diz respeito ao modo como os espaços vazios – onde nos movemos, nos vemos, nos encontramos – relacionam-se entre si, compondo um sistema, ou um todo que se altera se forem alteradas as relações entre suas partes componentes (os espaços vazios), conforme propõem Hillier e Hanson (1984), como fundamento da teoria da Lógica Social do Espaço. A categoria forma construída diz respeito ao uso do solo, à interface entre espaços públicos e privados e à continuidade espacial na área em frente às praias – entre rua, calçadão e areia.

Dentre as propriedades da configuração espacial, a de *acessibilidade* tem sido a mais explorada na literatura, e se mostrado capaz de contribuir para promover diversidade e vitalidade urbana. Como as pessoas costumam preferir rotas menos tortuosas (com menor número de mudanças de direção), espaços mais acessíveis tendem a apresentar mais movimento (Hillier, 1996) e afetar o meio urbano em uma multiplicidade de fatores associados ao ir e vir – uso e valor do solo, renovação edilícia (Medeiros, Trigueiro, & Gonçalves, 2009), criação de magnetos (por sua vez, também geradores de fluxos) (Medeiros, 2013).

Em procedimentos de Análise Sintática do Espaço, é possível calcular muitas e diversas ***medidas de acessibilidade***[3], as quais são essencialmente de natureza *topológica* – porque dizem respeito às *relações* entre as partes componentes de um sistema espacial – embora seja possível considerar componentes geométricos, como angulação de rotas e distância métrica. A *integração*, medida sintática mais universalmente utilizada, expressa a centralidade de cada espaço em relação a todos os outros, de modo que espaços menos profundos (a partir dos quais é mais fácil acessar todos os outros com menos mudanças de direção) são mais *integrados*. Outra medida de acessibilidade – *choice* (escolha) – que vem ganhando espaço na literatura, se refere ao potencial que tem um espaço de servir de intermediação entre pares de espaços que representam origens-destinos. Enquanto a medida de integração expressa o movimento potencial para lugares e tende a relacionar-se com o movimento de visitantes, *choice* expressa o movimento de ir e vir entre lugares e mostrou relacionar-se mais ao movimento de moradores (Bill Hillier, 2009).

Essas medidas de acessibilidade são calculadas para o sistema global (o todo), para raios de abrangências topológicas (até um número x de mudanças de direção, ou *níveis de profundidade*), e

[3] Processados, neste artigo, pelo programa *Depthmap* (Turner et al) disponível no sítio: http://www.spacesyntax.net/software/

podem incluir dados sobre angulação entre mudanças de direção e distância métrica – os raios de abrangência métrica.

Quando os vazios são representados pelo menor número das mais longas linhas que percorrem o contínuo acessível de um sistema espacial, tem-se uma representação linear que, depois de quantificada em medidas de acessibilidade, chama-se *mapa axial*; um mapa axial fracionado em segmentos conforme as interseções dos eixos é chamado *mapa de segmentos*, nos quais podem ser considerados os ângulos de junção dos segmentos (*Angular Segment Analysis* – ASA).

Espaços cuja acessibilidade se mantém consistentemente em níveis satisfatórios em raios de abrangência local (R3), intermediária (RR) e global (Rn) tendem a apresentar melhor legibilidade (Medeiros, 2013; Perdikogianni & Penn, 2005). A essa propriedade chamamos aqui (i) confluência de raios topológicos. Espaços que além de ser bem acessíveis para se chegar a todos os outros (espaços para) são também muito utilizados como rotas de passagem nos percursos origem-destino (espaços através ou entre origem-destino), e, ainda, suportam satisfatoriamente raios de abrangência métrica distintas, tendem a promover a interação entre tipos de viagens e públicos diversos (moradores e visitantes), ser melhor adaptáveis ao longo do tempo e favorecer a co-presença (Dhanani & Vaughan, 2013; Vaughan, Dhanani, & Griffiths, 2013). A essa propriedade que expressa consistência de grandezas entre medidas de acessibilidade por sucessivos raios métricos chamamos aqui (ii) resiliência de acessibilidades. A consistência entre medidas elevadas de *integração* e *choice*, sobretudo quando essa se mantém em raios diversos de abrangência métrica caracterizam maior espraiamento de acessibilidade em oposição à ocorrência de enclaves espaciais.

As medidas calculadas são expostas em escala cromática nos mapas axiais e de segmentos, do vermelho para os espaços mais acessíveis ao azul para os menos acessíveis, passando por tons intermediários – laranja, amarelo, ocre, verde.

Em relação a atributos da forma construída que contribuem para promover espaços de maior vitalidade urbana, a diversidade de usos do solo é interpretada como benéfica para atrair diferentes usuários, em horários diversos, (Jacobs, 1992), interfaces entre espaços públicos e privados promovem maior vigilância natural (Mello, 2008; Van Nes, 2009), e a continuidade entre rua, calçadão e areia favorece interações sociais da comunidade local (Appleyard & Lintell, 1969).

Este artigo lida com um estágio de estudo em que atributos arquiteturais – de configuração espacial e forma construída – das três praias foram comparados a aspectos sócio funcionais de seus frequentadores e começam a ser analisados. Examinamos a arquitetura das praias nos passos: (a) níveis de acessibilidade (integração, *choice*) em raios diversos de análise (topológicos e métricos); (b) interação de configuração espacial e forma construída; (c) recorrências e divergências nestas interações.

Configuração espacial das praias

Para investigar a configuração espacial das praias, examinamos a estrutura viária global, mediante a construção da representação linear de parte da área metropolitana, considerando o limite municipal de Natal acrescido de vias situadas fora desse limite que apresentam continuidade espacial em relação a ele, e das rotas para o novo aeroporto (**figura 1**). A representação linear foi processada[4] em mapas axiais e mapas angulares de segmentos (ASA – *Angular Segment Analysis*). A normalização de ambas as medidas de integração (NAIN) e *choice* (NACH) também foram processadas na ASA, para comparar sistemas de tamanhos diferentes (Bill Hillier, Yang, & Turner, 2012).

Foram construídos subsistemas com uma abrangência de 300 a 400m da orla, correspondendo às áreas em que as formas construídas foram investigadas. Comparando os tamanhos dos subsistemas em termos de números de linhas e de segmentos (**tabelas 1, 3 e 4**), Redinha é o menor subsistema, e Praia do Meio e Ponta Negra se aproximam, Ponta Negra com área maior (**figura 6**).

Sistema (nº eixos)	MIN				MAX				MÉDIAS			
	R3	**R6**	**R13**	**Rn**	**R3**	**R6**	**R13**	**Rn**	**R3**	**R6**	**R13**	**Rn**
Natal (13251)	0.3333	0.3397	0.2668	0.2002	5.3350	3.1391	1.7714	0.9331	2.1161	1.6467	1.1099	0.6296
Redinha (44)	0.4224	0.5069	0.4688	0.4171	2.970	1.4020	1.0590	0.5961	1.3790	1.0710	0.7852	0.5014
Praia do Meio (125)	0.3333	0.5620	0.6750	0.5218	3.5150	2.4810	1.4000	0.8406	1.7800	1.4000	1.0600	0.6837
Ponta Negra (107)	0.3333	0.4878	0.6768	0.4225	3.4420	2.1018	1.1990	0.7115	1.9230	1.4380	0.9238	0.5472

Tabela 1 - Níveis de integração para raios topológicos do mapa axial (Natal e subsistemas), destacando medidas mais altas (máximas e médias).

Natal tem baixas medidas de integração global (Rn, tabela 1), o que corrobora achados de Medeiros (2013), que comparou uma amostra de 164 cidades no mundo (das quais 44 brasileiras), com cidades brasileiras e achou-as particularmente fragmentadas. É, também, baixa a confluência entre raios topológicos – local (R3), intermediários (R6 e RR ou R13) e global (Rn) (tabela 2) – e entre estes e conectividade, o que aponta para baixos níveis de inteligibilidade.

Sistema (n. eixos)	Rn-R3	Rn-Con	R13(RR)-R3	R13(RR)-Con	R6-Con	R3-Con
Natal (13251)	0.312584	0.036330	0.422124	0.044964	0.109859	0.278159
Redinha (44)	0.529047	0.329194	0.534299	0.305102	0.515292	0.794986
Praia do Meio (125)	0.534468	0.292761	0.318232	0.17125	0.332593	0.708675
Ponta Negra (107)	0.267335	0.126832	0.453511	0.211349	0.362746	0.594235

Tabela 2 – Correlações (R^2) entre raios de análise axial (Natal e subsistemas), destacando medidas mais elevadas.

Medidas normalizadas de integração (NAIN) e *choice* (NACH) para a cidade ressaltam um sistema constituído por apenas algumas vias principais que se espalham do Norte ao Sul da cidade, funcionando como os principais acessos a maioria das áreas urbanas (**figuras 2 e 3**).

[4] No *Depthmap*, criado e atualizado no UCL (*University College London*), e disponível em: www.spacesyntax.net

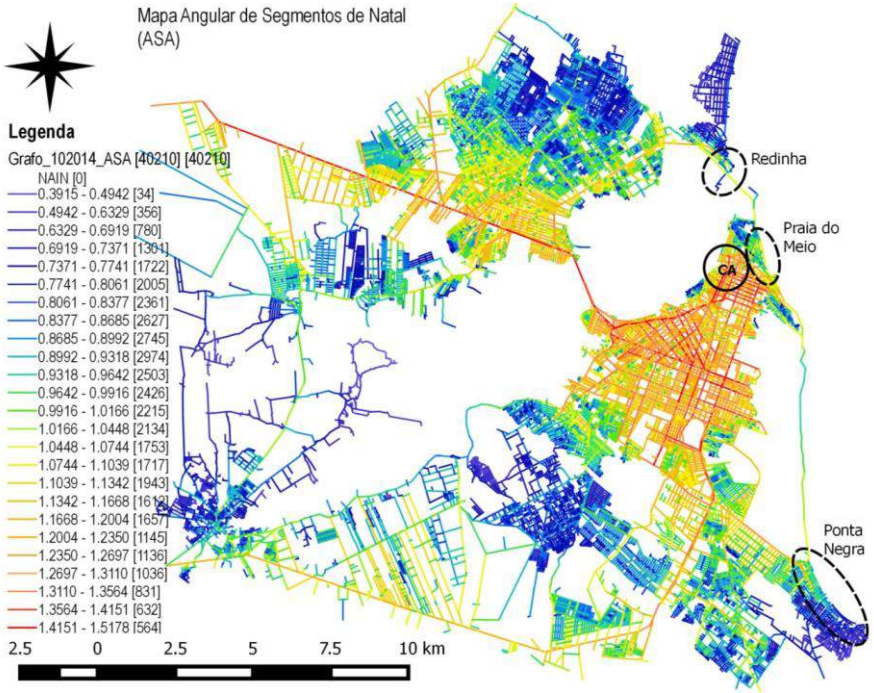


Figura 2 - Mapa ASA de Natal mostrando medidas de integração normalizada global (NAIN)

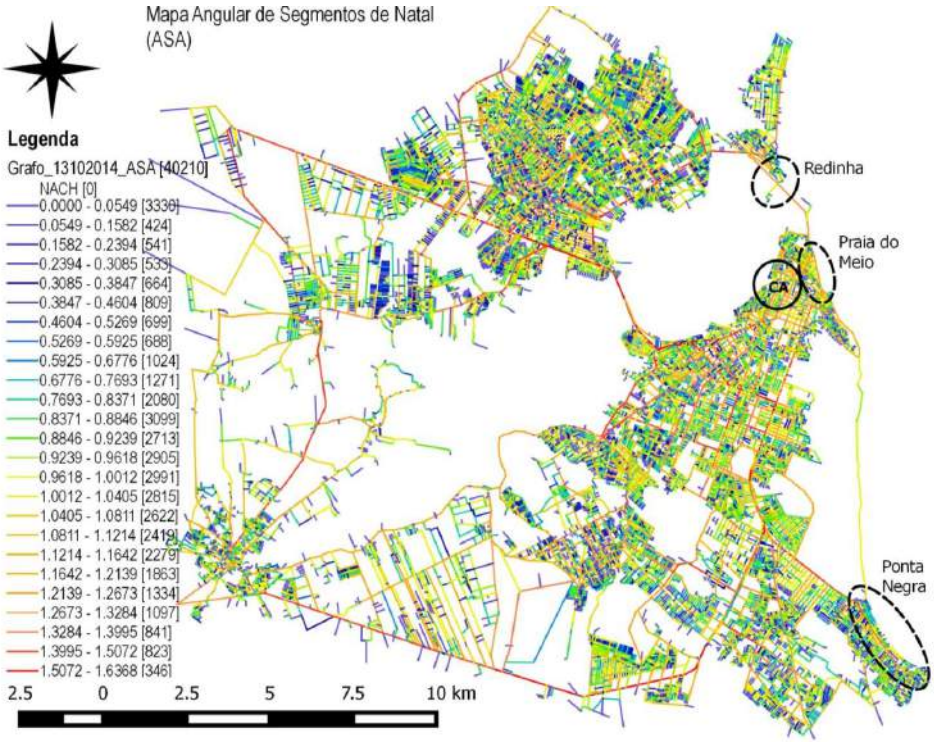


Figura 3 - Mapa ASA de Natal mostrando medidas de *choice* normalizada global (NACH)

As praias se destacam do conjunto das vias mais integradas (o núcleo de integração) e das rotas principais. Embora próxima das vias mais integradas da cidade, a Praia do Meio é descontínua em relação a elas, também em face de uma topografia acidentada, conectando-se melhor, através das praias Areia Preta e Mãe Luiza, à via costeira, esta, também dissociada da malha mais acessível da cidade. O ganho de acessibilidade no circuito da orla até a nova ponte quase se perde ao alcançar a Redinha já que

é preciso voltar para alcançar a área que ficou, literalmente, embaixo da ponte (**figura 2**). A Praia do Meio e a Redinha são metricamente próximas, mas topologicamente distantes. Por outro lado, Ponta Negra, no extremo sul de Natal, tem maior continuidade com o entorno e com rotas que levam ao núcleo de integração e à via costeira, sendo metricamente distante, mas topologicamente mais acessível.

Redinha é remota e mal interligada ao entorno: ela é, em média, a mais segregada em todos os raios examinados (análise axial e ASA, **tabelas 1, 3 e 4**), alcançando médias mais baixas inclusive que Natal. Entretanto, quando comparamos a confluência entre raios topológicos (**tabela 2**), Redinha alcança as medidas mais elevadas, sugerindo bom funcionamento como um sistema independente (Perdikogianni & Penn, 2005), e associa-se à definição de "Oásis no Labirinto" por Medeiros (2013) segundo quem os centros antigos no Brasil mostraram sincronia entre propriedades locais e globais sendo, portanto, frações mais legíveis e melhor percebidas que áreas de expansão. Redinha foi um assentamento independente depois coberto pela malha de Natal (não uma área de expansão), e sua forma construída sugere que esta área é facilmente percebida. A Praia do Meio é, em média, a praia mais acessível em níveis globais e raios de maior abrangência (axial – Rn e R13; ASA – NAIN e NACH), apresenta níveis elevados de *choice* local (R400m), e de sinergia. A área é segmentada por vias importantes ora em raio global, ora local. Ponta Negra apresenta, em média, os níveis mais elevados de acessibilidade em raios intermediários de análise (ASA – 3200m, axial – R3 e R6), no entanto apresenta a mais baixa confluência entre raios topológicos (**tabela 2**), o que sugere que esta área não funciona bem como um sistema independente.

NAIN	**MIN**				**MAX**				**MÉDIAS**			
SISTEMA (segmentos)	400	1600	3200	n	400	1600	3200	n	400	1600	3200	n
Natal (40209)	0.4221	0.4150	0.3402	0.3988	4.0737	2.9676	2.5921	1.5177	1.3588	1.227	1.2140	0.9883
Redinha(72)	0.5626	0.4611	0.4409	0.6858	1.7400	1.2930	1.2810	1.1340	1.2550	0.9068	0.8847	0.9049
Praia do Meio (330)	0.5347	0.6092	0.6045	0.7056	1.8820	1.5780	1.5810	1.3620	1.2690	1.1130	1.0300	1.0090
Ponta Negra(285)	0.5922	0.6162	0.6711	0.6424	2.0960	1.7250	1.4820	1.2780	1.2950	1.1890	1.0890	0.9083

Tabela 3 - Medidas NAIN para raios métricos da ASA (Natal e subsistemas), destacando medidas mais altas (médias).

NACH	**MIN**				**MAX**				**MÉDIAS**			
SISTEMA (n. segmentos)	400	1600	3200	n	400	1600	3200	n	400	1600	3200	n
Natal (40209)	0	0	0	0	1.8235	1.7544	1.5916	1.6368	0.9565	0.9847	0.9650	0.8644
Redinha (72)	0	0	0	0	1.3670	1.3310	1.3230	1.1630	0.9068	0.8954	0.8676	0.7501
Praia do Meio (330)	0	0	0	0	1.4360	1.4000	1.4490	1.3360	0.9718	0.9984	0.9720	0.9184
Ponta Negra (285)	0	0	0	0	1.3900	1.4940	1.5240	1.4510	0.9607	0.9983	0.9942	0.8896

Tabela 4 - Níveis de NACH para raios métricos ASA (Natal e subsistemas), destacando medidas mais altas (máximas e médias).

Como mencionado, elevada correlação entre *choice* e integração em raios métricos da ASA apontam para áreas de maior co-presença entre visitantes e moradores (Vaughan et al., 2013). Ponta Negra

alcança as medidas mais elevadas pelo maior intervalo de raios métricos (1200-5000m), com uma propriedade espacial de espraiamento (**tabela 5**). Por outro lado, Redinha tem medidas elevadas ora em raio local ou global, e Praia do Meio apenas em raio métrico local, a partir do qual medidas caem gradativamente. Medidas baixas caracterizam a Redinha e a Praia do Meio como enclaves.

SISTEMA	400	800	1200	1600	2400	3200	5000	7000	n
Natal	0.3027	0.3414	0.3319	0.3146	0.2868	0.2617	0.2293	0.2108	0.1753
Redinha	0.4316	0.4340	0.3025	0.2869	0.2680	0.2835	0.3111	0.3252	0.3286
Praia do Meio	0.4541	0.3886	0.3832	0.3904	0.3246	0.2433	0.1649	0.1564	0.1641
Ponta Negra	0.2493	0.3601	0.4116	0.4789	0.4868	0.4908	0.4531	0.1882	0.1173

Tabela 5 - Correlação (R^2) entre medidas NACH e NAIN em escalas métricas da ASA.

Formas - contrastes e recorrências

Neste momento caracterizamos a forma construída das praias, buscando recorrências através das análises: (i) Usos do solo e níveis de verticalização, investigados para as áreas dos subsistemas (i. e. de 300 a 400m das orlas), e (ii) níveis de interfaces entre espaços públicos e privados nas frentes de orla. Os tipos de usos do solo remetem a estudos (Perdikogianni & Penn, 2005; Vaughan et al., 2013) em que são classificadas atividades que levam a intensidades, frequências e públicos diversos. Dentre outros, os usos do solo foram classificados segundo atividades (i) para visitantes: hotéis (e estabelecimentos de hospedagem), comedorias (restaurantes, bares), e lazer (entretenimento); (ii) para moradores: espaços de culto, educação, saúde e centros comunitários. Espaços verdes ou abertos, praças ou áreas de preservação, nos quais não pode haver construções; e espaços vazios (sem usos, mas passíveis de construções).

Redinha tem a menor área com poucos espaços vazios e um conjunto construído simples (edificações na maioria térreas), que englobam: igrejas, centros comunitários, escolas e mercado (rótulo centro comercial), **figura 5**. As residências são permanentes ou sazonais. Esta é a única praia sem estabelecimentos para hospedagem e também a única com galpões para barcos de pesca. Centros comunitários e pequenos comércios se concentram em segmentos com elevada acessibilidade, principalmente local (NACH R400m). A maioria dos estabelecimentos não residenciais se concentra na frente do rio, misturando usos para visitantes (restaurantes/bares) e moradores (escolas, igrejas); o calçadão da praia se conecta a uma praça com estacionamento, igreja, clube de lazer, e o tradicional mercado de comidas arrodeado por comedorias. Os quiosques[5] estão localizados próximos um do outro, um grupo frente ao rio, e outro frente ao mar. A frente de orla tem os níveis mais elevados de interfaces entre espaços públicos e privados (nenhum espaço cego), e a rua, a praça, o calçadão e a faixa de areia formam um conjunto coeso, sem mudanças de nível (**figura 7-i**).

[5] Que funcionam como bares/restaurantes no calçadão e são, originalmente, de um projeto de 2001.

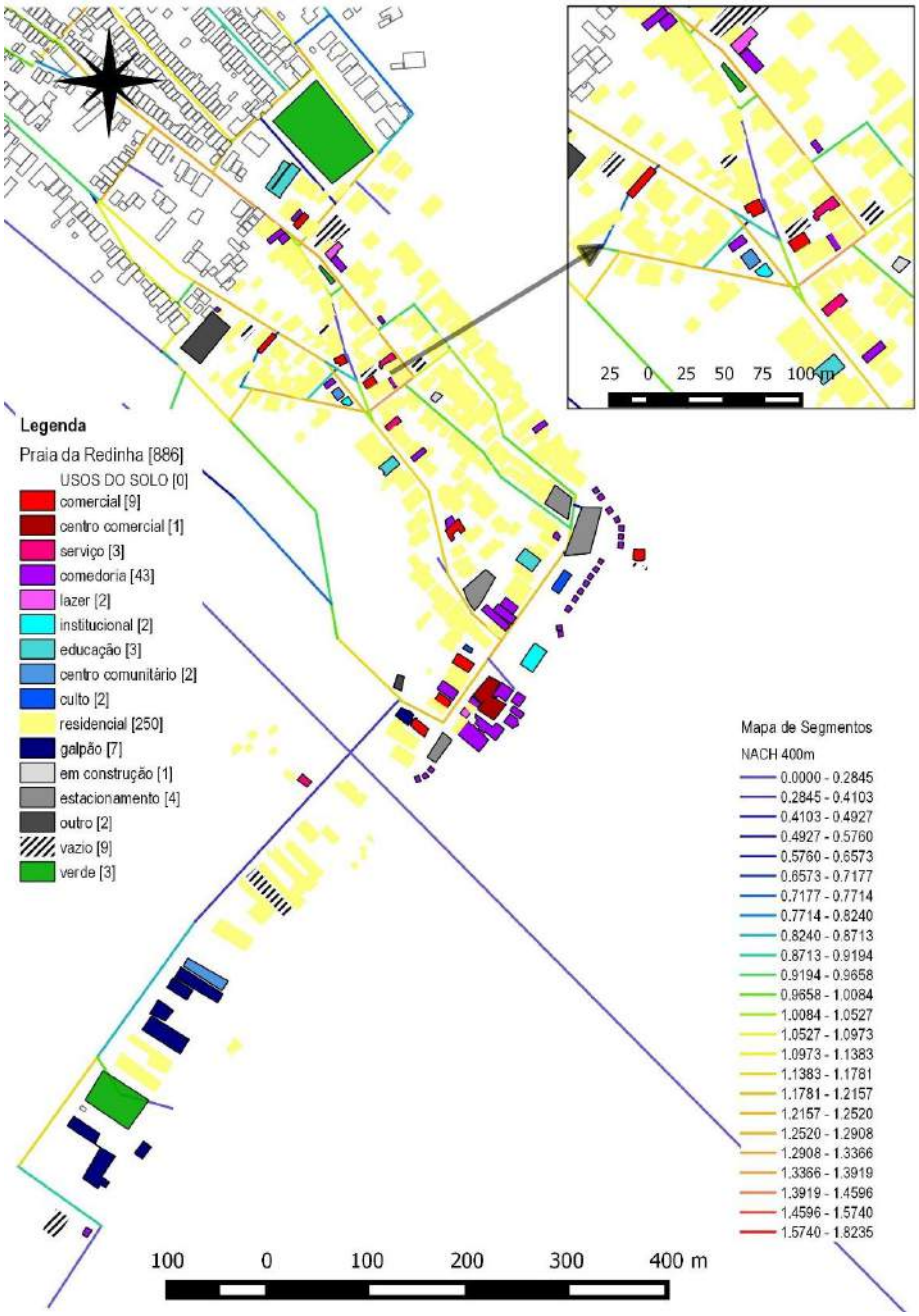


Figura 4 - Usos do solo na Redinha, mostrando medidas de *choice* local (NACH R400m) da ASA;

A forma construída da Praia do Meio apresenta três perfis distintos (**figura 5**): (i) hotéis, restaurantes e edifícios de até seis pavimentos distribuídos em quadras grandes próximas à praia, e vários terrenos vazios; (ii) pequenas edificações densamente constituídas, localizadas de dois a quatro quarteirões da orla, entocadas em vias mais segregadas em escalas globais e intermediárias, mas com elevada acessibilidade em escala local. Esta área é na maioria residencial pontuada por pequenos comércios. Usos locais, como centros comerciais e espaços de culto (em grande quantidade), concentram-se em lugares com elevada acessibilidade local (e.g. NACH R400m, destaque na **figura 5**); (iii) edifícios altos (alcançando 30 pavimentos), estabelecimentos institucionais e de serviços de saúde situam-se na subida para a duna fronteira ao mar; esta faixa tem alta acessibilidade global, estando nas franjas do núcleo de integração, e fortes magnetos, como o Hospital Universitário Onofre Lopes, e o Centro de Turismo.

Os quiosques concentram-se em dois grupos principais correspondendo a lugares na praia com faixas de areia mais extensas e melhor balneabilidade: um no meio do subsistema e outro no extremo norte. Existe uma diferença de nível entre a areia e o calçadão, limitado, também, por guarda-corpos e poucos acessos (**figura 7-ii**).

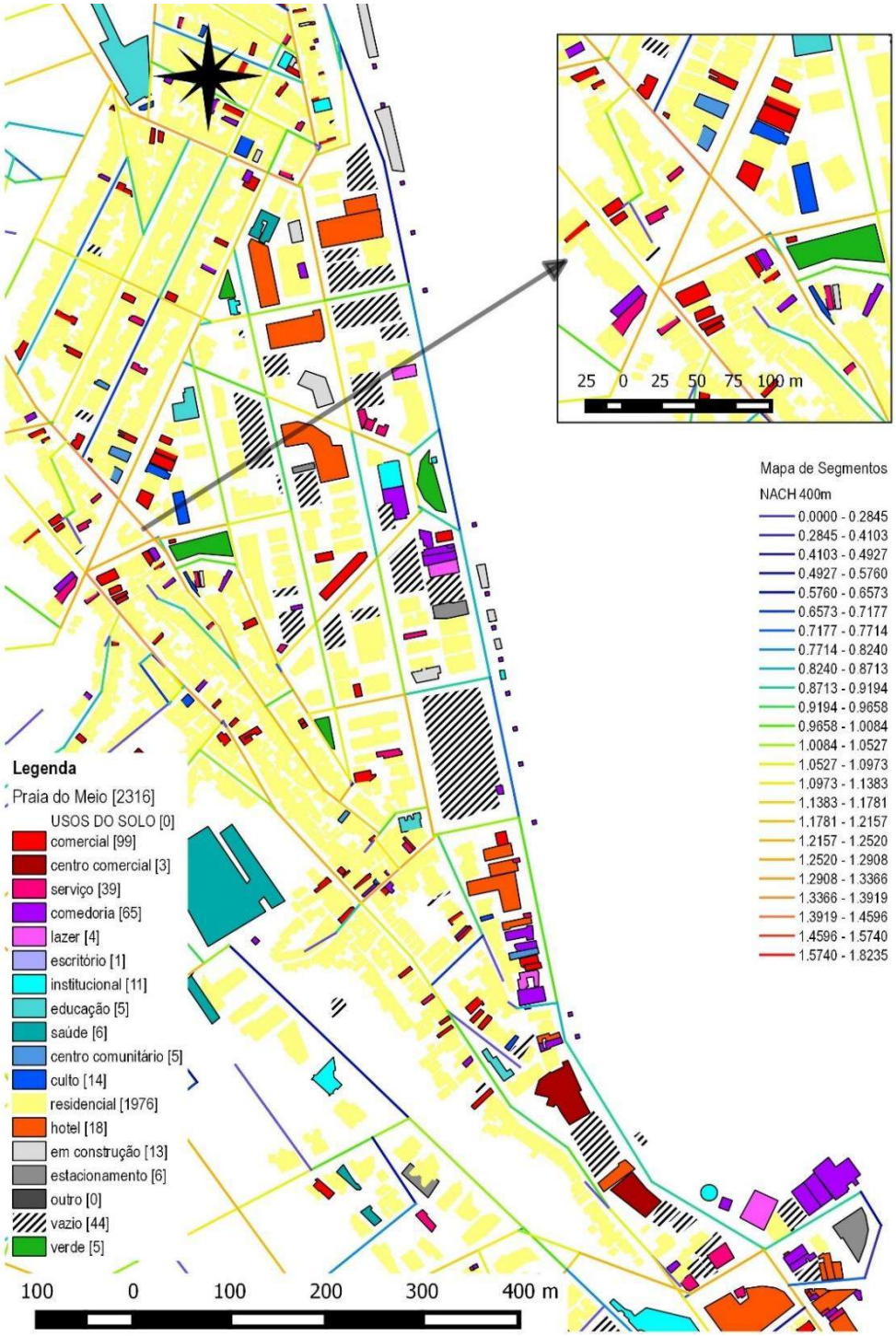


Figura 5 - Usos do solo na Praia do Meio mostrando medidas de *choice* local (R400m);

A Praia do Meio é a única em que a rua à beira-mar, acompanhando o calçadão (Av. Café Filho) apresenta medidas médio-altas de acessibilidade (integração e *choice*) em escala global (**figuras 2 e 3**), que se traduz em intenso movimento veicular. A avenida apresenta hotéis, comedorias, comércio, mas também uma quantidade grande de terrenos vazios. Os principais grupos de quiosques estão localizados vis-à-vis a um trecho de rua com poucos usos terciários e fracas interfaces público-privado. Isto sugere que o intenso movimento pela avenida divide os lados da rua e impede interações sociais, dificultando a travessia de pedestres.

Ponta Negra tem o mais longo eixo litorâneo (três quilômetros) e a maior proporção de usos não residenciais, como um complexo turístico e comercial servindo a visitantes, com muitos hotéis, comércios, comedorias e terrenos vazios (**figura 6**). No entanto atividades para moradores coexistem e se inserem neste complexo, concentrando-se em segmentos com alta acessibilidade local (e.g. NACH R400m, destaque na **figura 6**), com escola, igreja, delegacia, centro comunitário. Quanto à forma construída na frente de orla distinguimos duas áreas: (i) uma faixa ao norte com menos atividades terciárias, mais espaços cegos, onde o calçadão se restringe a pedestres; (ii) uma faixa ao sul com muitos bares, restaurantes, comércio e serviços, e fortes interfaces público-privado, onde a rua Erivan França acompanha o calçadão. Devido a recentes avanços da maré, o calçadão foi reformado e tem contenções em rochas, que o separam da faixa de areia, em nível mais baixo, mas mantendo, ainda assim, alguma continuidade visual entre areia, calçadão e rua (**figura 7-iii**).

Apesar das praias apresentarem perfis arquitetônicos distintos, encontramos recorrências na localização de usos não residenciais, que se concentram: (i) defronte o mar – usos de apoio ao lazer (restaurantes, comércios e serviços); (ii) em locais de elevada acessibilidade local (e.g. NACH R400m) – usos apoiando moradores (escolas, centros comerciais, saúde e pequenos comércios), em cada área aglomerações destes usos estão destacados nas **figuras 4, 5 e 6**.

Atividades para moradores e para visitantes interagem tanto na Redinha quanto em Ponta Negra. Usos de lazer, comerciais e institucionais se misturam na frente de orla da Redinha, e em Ponta Negra usos comunitários interagem em meio a um complexo comercial e turístico. Estas atividades existem na Praia do Meio, mas aqueles direcionados para locais e para visitantes estão claramente separados em áreas distintas.

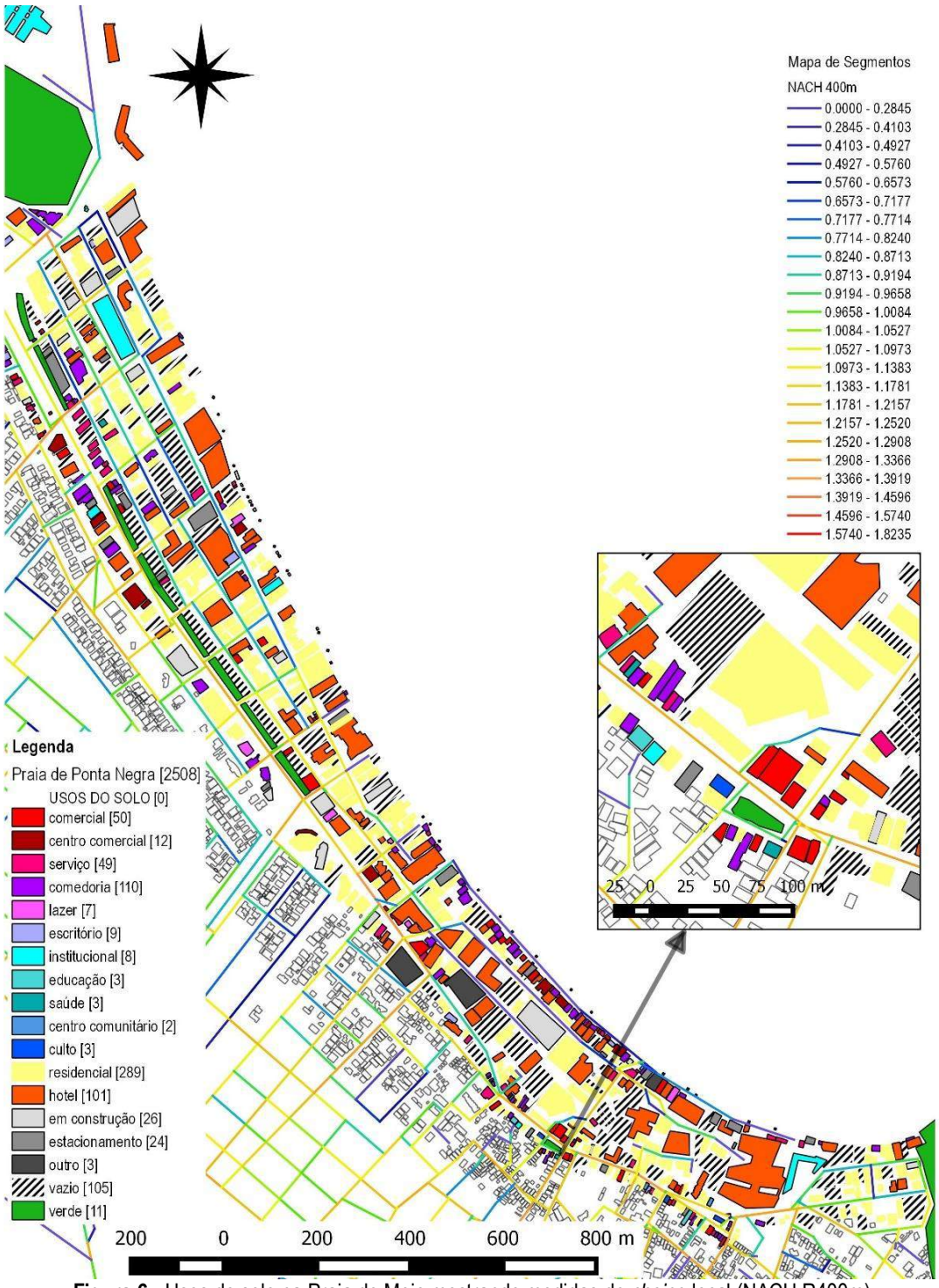


Figura 6 - Usos do solo na Praia do Meio mostrando medidas de *choice* local (NACH R400m)

Figura 7- Imagens entre os calçadões e faixas de areia, de cima para baixo: Redinha, Praia do Meio e Ponta Negra.

Sociedade

No intuito de verificar diversidade social entre pessoas em cada uma das praias pesquisadas, como usam e avaliam essa praia, questionários semiestruturados foram aplicados em cada praia, no período letivo (novembro, 2014) e nas férias (janeiro, 2015), em dias e horários diferentes (Quarta, Sábado e Domingo, manhã, almoço e tarde). Em cada praia foram escolhidos dois pontos para aplicação dos questionários, conforme concentrações de usos e mudanças nas formas construídas. Os principais aspectos investigados foram: imagem ambiental (Lynch, 1997), mobilidade (tempo e meio de locomoção), frequência e tempo de uso, motivos da escolha da praia, atividades desempenhadas na praia, perfil do

público (idade, gênero, se têm e se levam os filhos para a praia, local de moradia[6], escolaridade, ocupação), e avaliação em escala *Likert* (Günther, 2003) de aspectos da praia (segurança, público que frequenta, limpeza/saneamento, paisagem, acesso à praia, estrutura de apoio). O conjunto de questões delinearam variáveis que consideramos importantes como promotoras de vitalidade urbana nas praias: (i) diversidade social: variedade e distribuição de perfis sociais; (ii) apropriação: familiaridade e intensidade de usos (há quanto tempo conhecem a praia, e com que frequência a visitam); (iii) avaliação favorável quanto à imagem ambiental e de aspectos específicos segundo a escala *Likert*, principalmente àqueles relacionados à segurança. Aqui sintetizamos os principais achados de uma primeira rodada de sistematização dos dados obtidos.

Visões gerais expressas acerca das praias, sobre as quais nos referimos antes, foram, em parte, confirmadas. Na Redinha foram encontrados os mais baixos níveis de escolaridade, dentre as praias objeto de estudo; a maioria dos frequentadores mora na Zona Norte; muitos residem em outros municípios do Rio Grande do Norte, estando de visita a Natal; predominam famílias; e pessoas afirmam ser bem ambientadas com a área (elevada apropriação). Entretanto a avaliação favorável nesta praia é baixa, quanto a aspectos relacionadas à limpeza, estrutura e segurança.

O público da Praia do Meio é composto, na maioria, por jovens de Natal (oriundos de zonas diversas) com baixa escolaridade e elevada apropriação. Essa praia se sobressai como a pior avaliada, havendo muitas referências à (in)segurança, e a sentimento de vulnerabilidade.

A praia de Ponta Negra teve os maiores níveis de escolaridade e a maior proporção de turistas, dentre as praias pesquisadas, sendo os moradores de Natal predominantemente de classe média. Foi a melhor avaliada, com poucas imagens negativas e opiniões no geral boas. No entanto, apresentou a menor apropriação dentre as praias (para muitas pessoas entrevistadas era a primeira visita).

No quesito referente ao modo de acesso às praias, o tempo gasto informado pelos respondentes para chegar a Redinha, seja por ônibus ou carro, foi o maior, enquanto o menor tempo de percurso informado foi o de Ponta Negra, onde predominou o acesso por carro ou caminhando. Na Praia do Meio, encontrou-se a maior proporção de pessoas que informaram lá chegar por ônibus.

O perfil social e o modo de apropriação dos frequentadores aproximam Redinha e Praia do Meio (baixa escolaridade, usos intensos de locais), em oposição a Ponta Negra (menor frequência, mais visitantes, maior escolaridade). A maior proporção de frequentadores de cada praia informou residir na Zona da cidade onde a praia se insere. Quando perguntados sobre a imagem que se tinha das outras praias, as respostas tenderam a conotações negativas, muitas vezes referindo grupos sociais, o que reforça a ideia

[6] De dois modos: se fora de Natal, o local. Se em Natal, o bairro, do qual foram derivados dados: renda, distância da praia e Região Administrativa (Zona) da cidade.

de diferenciação quanto à relação sociedade e arquitetura em cada uma das praias estudadas, expondo atitudes conflituosas.

Conclusão

Visões gerais sobre as três praias – a remota e popular Redinha, a decadente e popular Praia do Meio, a turística Ponta Negra – encontram suporte nas suas configurações distintas no contexto do sistema espacial fragmentado de Natal, e se refletem nos perfis sociais e usos.

Na Redinha a elevada confluência entre raios topológicos se articula à forma construída de fortes interfaces e continuidade, como um espaço mais facilmente percebido. No entanto, a baixa acessibilidade no contexto da cidade como um todo, a faz, topologicamente, de fato, *muito remota*, sendo o espaço que menos mudou em tempos recentes, conforme indicam as poucas renovações edilícias, com um público composto na maioria por famílias residentes na Zona Norte, que usam intensamente a praia. Apesar de ter os níveis mais elevados de acessibilidade topológica, na Praia do Meio a alta acessibilidade não se sustenta em raios diversos de abrangência, e sua forma construída não apresenta atributos tidos como promotores potenciais de vitalidade urbana, achados que sugerem enclaves distintos e inibição de co-presença, o que parece relacionar-se com as tensões e o sentimento de vulnerabilidade ali percebidos, apesar dos usos serem intensos, e da presença maciça de jovens. Em Ponta Negra, níveis intermediários de acessibilidade e elevados níveis de confluência entre acessibilidades, sugerem um complexo comercial que se espraia ao sul de Natal, e favorece a interação de moradores, visitantes e turistas na praia, com baixa apropriação e avaliações favoráveis.

Apesar das distintas configurações, que nos motivam a rotular a Redinha como *aldeia de pescadores*, a Praia do Meio como *espaço tripolar*, e Ponta Negra como *complexo turístico-comercial*, algumas lógicas espaciais apresentaram recorrências quanto à localização de usos não residenciais, que se concentraram ora na frente de orla (dando apoio às intensas atividades de lazer nas praias), ora em vias mais acessíveis localmente (apoio à comunidade), destacando-se aí segmentos com elevados valores de acessibilidade (*choice*) em raio de 400 metros, portanto, em conformidade com o movimento local de pedestres.

A Redinha e a Praia do Meio parecem ter públicos, perfis e costumes mais semelhantes entre si do que Ponta Negra. Dentre os atributos investigados da configuração espacial, a confluência entre acessibilidade topológica de raios distintos de abrangência parece ser a propriedade mais marcante de diferenciações entre as praias. Mesmo em contextos diferentes de acessibilidade global, Redinha e Praia do Meio apresentaram baixa resiliência entre acessibilidades, limitando-se a confluência de grandezas entre medidas de integração e *choice* a raios métricos locais, situação que aponta espacialmente para a existência de enclaves, que, nesses casos, parecem corresponder a enclaves sociais menos

privilegiados. Ponta Negra se apresenta como um espraiamento de múltiplas atividades, nas quais interagem movimentos e públicos diversos caracterizando espaços que se comportam como centros comerciais conforme achados de Laura Vaughan e colegas (Dhanani & Vaughan, 2013; Vaughan et al., 2013). A este cenário de espraiamento também correspondeu uma diversidade social maior. Tal correlação entre usos para locais e para visitantes de acordo com características da configuração espacial evidenciam o papel da malha urbana como um mecanismo gerador de contatos (Hillier, 1996).

Em todos os casos foram encontradas relações entre a configuração espacial e a forma construída das praias, mostrando três perfis distintos de "praias-cidades" em Natal. Os achados reforçam uma conhecida polaridade entre o Norte e o Sul, e entre ricos e pobres. Na Praia do Meio, que ficou no 'meio do caminho', estão lado-a-lado, características radicalmente diferentes de configuração espacial, de movimento, de pessoas, e raros pontos de interação. É percebida como a mais vulnerável, o que sugere que quando há algum tipo de co-presença, esta não é pacífica, muito menos tolerante.

Mesmo sendo teoricamente acessíveis a todos, nossas praias tendem a ser escolhidas por grupos distintos. E apesar de o desenho urbano poder ser usado como um recurso cultural para unir o que a sociedade dividiu (Peponis, 1989), nos casos aqui estudados os espaços revelam uma sociedade apartada, como de fato é, com enclaves espaciais correspondendo mais das vezes a enclaves sociais.

Referências Bibliográficas

Appleyard, D., & Lintell, M. (1969). The Environmental Quality of the City Streets: The Residents' View Point. *Environmental Design Research Association*, *3*, 11–2–0: 11–2–10.

Breton, F., Clapés, J., Marquès, A., & Priestley, G. K. (1996). The recreational use of beaches and consequences for the development of new trends in management: the case of the beaches of the Metropolitan Region of Barcelona (Catalonia, Spain). *Ocean & Coastal Management*, *32*(3), 153–180. http://doi.org/10.1016/S0964-5691(96)00032-4

Carmo, J. B. J. (2014). *A Forma do Privilégio: Renda, Acessibilidade e Densidade em Natal-RN.* Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

Dhanani, A., & Vaughan, L. (2013). A Porous Urban Fabric: the structures and scales of London's peri-urban development from 1880 to 2013 (p. 037:1 – 037:19). Apresentado em Ninth International Space Syntax Symposium, Seoul: Y O Kim, H T Park and K W Seo.

Dixon, J., & Durrheim, K. (2004). Dislocating identity: Desegregation and the transformation of place. *Journal of Environmental Psychology*, *24*(4), 455–473. http://doi.org/10.1016/j.jenvp.2004.09.004

Donegan, L. (2011). *Barracas de Praia, Praia de Barracas: Configuração, Tipo e Usos na Praia do Futuro, Fortaleza - CE.* UFRN, Natal.

Donegan, L., & Trigueiro, E. (2012). From Structure to Perception - Investigating patterns of space and use at the beach (Fortaleza, Brazil). In *Proceedings* (p. 8179:1–8179:11). Santiago de Chile, PUC: M. Greene, J. Reyes, A. Castro.

Günther, H. (2003). Como elaborar um Questionário. *Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais*, *01*(UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental), 1–35.

Hillier, B. (1996). *Space is the machine: a configurational theory of architecture*. London, UK: Space Syntax. Recuperado de http://eprints.ucl.ac.uk/3881/

Hillier, B. (2009). Spatial sustainability in cities: Organic patterns and sustainable forms (p. K01:1– K01:20). Apresentado em 7th International Space Syntax Symposium, Stockholm: D. Koch, L. Marcus and J. Steen.

Hillier, B., Burdett, R., Peponis, J., & Penn, A. (1987). Creating Life: Or, Does Architecture Determine Anything? *Architecture et Comportement/Architecture and Behaviour*, *3*(3), 233–250.

Hillier, B., Yang, T., & Turner, A. (2012). Normalising least angle choice in Depthmap-and how it opens up new perspectives on the global and local analysis of city space. *Journal of Space Syntax*, *3*(2), 155–193.

Holanda, F. (2002). *O espaço de exceção*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

Jacobs, J. (1992). *The death and life of great American cities*. New York: Vintage Books.

Lynch, K. (1997). *A Imagem da Cidade* (1ₒed). São Paulo: Martins Fontes.

Medeiros, V. (2013). *URBIS BRASILIAE: O Labirinto das Cidades Brasileiras*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Medeiros, V., Trigueiro, E., & Gonçalves, A. P. B. (2009). Mapas que revelam um olhar: a expansão urbana de Natal sob a ótica de fatores estratégicos. *Centro de Referências em Cartografia Histórica, UFMG*.

Mello, S. S. de. (2008). *NA BEIRA DO RIO TEM UMA CIDADE: urbanidade e valorização dos corpos d´água*. UnB, Brasília.

Peponis, J. (1989). Space, culture and urban design in late urbanism and after. *Ekistics*, *56, n. 334/335*, 93 – 108.

Perdikogianni, I., & Penn, A. (2005). Measuring diversity: a multi-variate analysis of land use and temporal patterning in Clerkenwell. *Proceedings 5th International Space Syntax Symposium, Vol 2*.

Quintela, A., Silva, C. P., Calado, H., & Williams, A. (2012). The relation of litter with bathing areas typologies, number of users and scenic value. The case study of São Miguel (Azores). *Journal of Coastal Conservation*, *16*(4), 575–584. http://doi.org/10.1007/s11852-012-0197-0

Trigueiro, E. B. F. (2006). O que há numa ponte? avaliando possíveis efeitos de uma nova ponte sobre a estrutura espacial de Natal e, em particular, sobre seu centro histórico. In *Natal: intervenções urbanísticas, morfologia e gestão da cidade.* (p. 165 – 182). Natal: EDUFRN.

Van Nes, A. (2009). Measuring the Degree of Street Vitality in Excavated Towns - How can Macro and Micro Spatial Analyses Tools Contribute to Understandings on the Spatial Organization of Urban Life in Pompeii? (p. 120:1–120:11). Apresentado em 7th International Space Syntax Symposium, Stockholm: D. Koch, L. Marcus and J. Steen.

Vaughan, L. S., Dhanani, A., & Griffiths, S. (2013). Beyond the suburban high street cliché-A study of adaptation to change in London's street network: 1880-2013. *Journal of Space Syntax*, *4*(2), 221–241.

Largos paulistanos: história, morfologia e apropriação contemporânea

Mariana Carvalho

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo

Praça Doutor Cipriano de Moraes, 248, São Paulo / SP, Telefone/fax: 00 55 11 981520430

maripinheirodecarvalho@gmail.com

Resumo

Esse trabalho surgiu da percepção dos largos da cidade de São Paulo (Brasil) como espaços com vivências muito ricas. O artigo se divide em quatro partes: na primeira, apresentamos o escopo teórico que ampara nossa discussão sobre espaço livre público contemporâneo e esfera de vida pública conteporânea; na segunda parte, tentamos estabelecer um panorama histórico dos largos e analisamos sua presença em seis cartas históricas da cidade de São Paulo; a terceira parte é composta de levantamento dos largos paulistanos atualmente, estudo morfológico de cada um deles e levantamento de campo geral de alguns largos; na quarta parte, apresentamos dois estudos de caso: o Largo do Rosário no bairro da Penha e o Largo da Misericórdia no centro da cidade de São Paulo.

Palavras-chave

Largos, Espaço livre público, Apropriação contemporânea.

Abstract

This article was conceived as the result of the perceptions and insights of looking at São Paulo´s (Brazil) "largos" as living public spaces, enriched by their different uses and appropriations. It´s divided in four parts: the first one presents theoretician background that sets the foundation to our discussion about contemporary open public space and public life; the second part intends to establish a historical overview of the "largos" and analyze its presence in six historical maps of São Paulo city; the third part consists of an updated research on São Paulo´s "largos" in the present time, their morphological study and field research of some of them; the fourth part presents two studied cases: Largo do Rosário at Penha district and Largo da Misericórdia, located downtown.

Keywords

Largos, Open Public Spaces, Contemporary appropriation.

1. Espaço público e apropriação

A escolha por abordar os largos essencialmente sob o viés dos espaços livres públicos e suas implicações, se baseia na seguinte afirmação de Miranda Magnoli "O espaço livre público é o espaço da vida comunitária por excelência. O espaço edificado público é só eventualmente tão público quanto o espaço livre público." (MAGNOLI, 2006: 182). Essa compreensão do espaço livre público como o espaço público paradigmático é fundamental para esse trabalho, que tem como objetivo investigar por meio do estudo das apropriações desses lugares a esfera de vida pública contemporânea na cidade de São Paulo. A partir da premissa de que os largos de São Paulo são lugares representativos e importantes na vida pública do seu entorno imediato e, em alguns casos, para áreas mais amplas, entendemos que com o estudo desses espaços podemos traçar algumas reflexões sobre a esfera de vida pública na cidade como um todo[1].

1.1 Esfera de vida pública

São inúmeros os autores que relatam as transformações que a esfera de vida pública[2] sofreu ao longo dos tempos. Em geral, há uma avaliação bastante pessimista do que é a esfera de vida pública na contemporaneidade, como demonstra o trecho abaixo:

> Privatização, enclausuramento e instrumentos de distanciamento oferecem meios não só de se retirar e de se minar um certo espaço público (moderno), mas também de se criar uma outra esfera pública: uma esfera que é fragmentada, articulada e garantida com base em separação e toda uma parafernália técnica, e na qual a igualdade, a abertura e a acessibilidade não são valores básicos. (CALDEIRA, 2000: 337)

Uma autora fundamental para compreender a relação entre as esferas de vida e suas mudanças ao longo dos tempos é Hannah Arendt (ARENDT, 2013). Essa autora parte de uma avaliação histórica de qual era o significado dessas duas esferas de vida na Antiguidade – em especial para os gregos – para a partir dessa condição exemplar estabelecer as principais mudanças que aconteceram até a configuração das esferas de vida tal como vemos hoje em dia.

A questão fundamental para os gregos era a polarização e complementação entre a esfera de vida pública e a esfera de vida privada. A vida pública tinha como essência duas atividades políticas: a ação e o discurso, pelos quais os homens tinham condição de ser visto e ouvido por todos os seus iguais, isto é, os outros homens políticos. Por outro lado, a vida privada significava justamente a privação da vida política, e dela participavam todos aqueles que se dedicavam somente às atividades mais relacionadas a

[1] A escolha pelo espaço público como o espaço capaz de representar questões da cidade em geral aparece em alguns autores, entre eles, Solange Araújo: "Dentre os diversos elementos envolvidos nos processos de urbanização, o espaço público, historicamente, sempre foi aquele em que mais claramente se pode evidenciar a dinâmica da cidade." (ARAÚJO, 2006: 24).

[2] Sobre a diferenciação entre "espaço público" e "esfera de vida pública", Eugenio Queiroga afirma: "Compreendendo-se o espaço à maneira miltoniana, não há como confundir "espaço" com "esfera de vida", pois são conceitos de natureza distinta: o primeiro é uma instância social híbrida entre materialidade e ação; o segundo é campo de relações sociais do mundo vivido, desde a vida familiar (esfera íntima habermasiana) à pública política (esfera pública arendtiana)." (QUEIROGA, 2012: 57).

manutenção da vida propriamente dita, portanto, escravos, mulheres, crianças e homens que não tinham condições de se livrar dessas necessidades mais básicas. O centro dessa segunda esfera de vida era a família.

> O domínio da pólis, ao contrário, era a esfera da liberdade, e se havia uma relação entre essas duas esferas era que a vitória sobre as necessidades da vida no lar constituía a condição óbvia para a liberdade da pólis. (ARENDT, 2013: 36)

Para Arendt, a grande mudança nessas esferas ocorre com o advento da esfera de vida social na Era Moderna, quando a política passou a ser apenas mais uma função da sociedade e questões econômicas e preocupações antes restritas à família passam a ser o centro da vida coletiva. Assim, a esfera de vida pública perde seu caráter libertador e a polarização em relação à esfera de vida privada deixa de existir.

Contemporaneamente à Arendt, Jürgen Habermas apresenta dois aspectos à discussão das transformações nas esferas de vida que são importantes de serem ressaltados aqui. Em primeiro lugar, em seu livro "Mudança estrutural da esfera pública: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa", o autor diz: "Concebemos a esfera pública burguesa como uma categoria típica de época; ela não pode ser retirada do inconfundível histórico do desenvolvimento dessa sociedade burguesa." (HABERMAS, 2003: 9). Nesse sentido, o autor relaciona a esfera pública à uma sociedade específica, abrindo espaço para a interpretação de que diferentes momentos históricos apresentam diferentes constituições de esfera pública e, ainda que tenhamos algum desses momentos como exemplares, isso não significaria a inexistência das esferas de vida em períodos históricos distintos.

Além disso, um segundo aspecto importante é a adjetivação ao termo "esfera de vida pública" usada por esse autor, por exemplo, "burguesa" ou "plebeia". Nesse sentido, o autor concebe a existência de algumas esferas de vida pública simultaneamente, em oposição a postura de Arendt que estabelece uma esfera de vida pública única e original que com o tempo foi transfigurada. À esfera de vida pública tal como caracterizada por Arendt, Habermas nomeia de "esfera de vida pública política". A importância dessas duas questões apresentadas por Habermas fica mais evidente quando retomamos o objetivo desse trabalho que é a discussão da esfera de vida pública na atualidade e no contexto paulistano. De alguma maneira, podemos dizer que a visão do autor possibilita uma investigação mais otimista sobre o presente, ao invés de somente negar a existência de uma esfera de vida pública tal como ela se constituiu um dia.

Nesse sentido, em sua tese de livre docência, Eugenio Queiroga (QUEIROGA, 2012) propõe a diferenciação entre a nomenclatura de "esfera pública política" e "esfera pública geral", considerando justamente a caracterização dessas esferas no momento histórico atual e no Brasil. Com essa distinção o autor não nega a existência de uma esfera de vida pública arendtiana, mas assume a existência e valoriza outras atividades que acontecem em público nos dias de hoje. Assim, o olhar sobre a vida cotidiana se coloca como um dado fundamental para analisar a nossa sociedade. Nas palavras do autor:

> Propõe-se, por outro lado, denominar esfera pública geral a toda a vida "em público", incluindo, portanto, o debate público (político e intelectual), a ação comunicativa, inclusive cotidiana, e qualquer outra ação que se compartilhe "em público", seja no espaço real, seja no virtual. Não se trata, desse modo, de uma relação de oposição entre esfera pública política (esfera pública em sentido estrito) e esfera pública geral. A esfera pública geral inclui a esfera pública política, não apenas como um conjunto que contém outro conjunto, mas sistêmica e dialeticamente, de sorte que o que ocorre numa esfera modifica a outra e vice-versa, em movimento dialético entre todo (esfera pública geral) e parte (esfera pública política). (QUEIROGA, 2012: 49)

1.2 Vida cotidiana e apropriação

É com essa perspectiva de valorização do cotidiano que se propõe o enfoque no estudo das apropriações, nesse caso, dos largos paulistanos. Trata-se de reconhecer o caráter público de atividades que não estão estritamente relacionadas à política, mas que desempenham papel fundamental na socialização e formação dos indivíduos. Ao tratar da relação entre cidadãos religiosos e cidadãos não religiosos, Habermas (2007) diz "(...) na virtude política do relacionamento civil recíproco manifestam-se determinados enfoques cognitivos que não podem ser impostos de cima para baixo, apenas aprendidos.", ou ainda: "Nós, homens, aprendemos uns dos outros. E isso só é possível no interior de um espaço público, capaz de fornecer estímulos culturais".

Nesse sentido, não é mais só a superação das necessidades vitais que pode levar o homem à vida pública nos dias de hoje, mas, principalmente as articulações que decorrem do esforço de todos em suprimir essas necessidades. Assim, o caminho para o trabalho, o trajeto entre o supermercado e a farmácia, o convívio na saída da escola podem em si estimular uma convivência em público importante. A aproximação e interesse de pesquisas e projetos desse cotidiano dos vivenciadores da cidade pode compreender melhor esse ambiente público e estimulá-lo em alguma medida, ou ao menos não prejudicá-lo. Assim, compreender melhor como se estabelecem essas apropriações cotidianas por meio dos vivenciadores – programadas ou espontâneas – é fundamental para refletir sobre as características da esfera pública contemporânea (geral e política).

2. Os largos historicamente

2.1 Autores portugueses

Uma ideia muito difundida, mas também amplamente contestada é a que assimila o urbanismo português à ausência de planejamento e normas, diferenciando-o do urbanismo espanhol[3]. Assim, associa-se

[3] Essa ideia tem origem no capítulo "O semeador e o ladrilhador" de Raízes do Brasil: "A cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma previdência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra 'desleixo." (HOLANDA, 1995: 110).

inicialmente a forma irregular dos largos em geral à irregularidade do próprio urbanismo português[4]. O autor português José Lamas (2011) apresenta justamente essa ideia ao tratar da morfologia das praças, diferenciando os largos pela absoluta ausência de planejamento:

> (...) Outros espaços como o largo, o terreiro, não podem ser assimilados ao conceito de praça. São de certa maneira espaços acidentais: vazios ou alargamentos da estrutura urbana e que, com o tempo, foram apropriados e usados. Mas nunca adquirem significação igual ao da praça porque não nasceram como tal. (LAMAS, 2011: 100)

É importante notar, primeiramente, que Lamas define o largo não por si mesmo, mas em oposição à praça. Em segundo lugar, para o autor a importância que o espaço adquire para a vida urbana das cidades está estreitamente relacionada ao fato de ter sido projetado ou não. A conceituação dos largos como "acidentais" é, portanto, para esse autor, a definição deles como lugares com apropriações casuais e sem grande relevância.

No contraponto desta definição, outros dois autores portugueses vão salientar as inúmeras tipologias de praças que existiram ao longo da história de Portugal, sendo inclusive importantes para a caracterização dos "traçados urbanos portugueses" (TEIXEIRA, 2001: 9). Manuel C. Teixeira ainda coloca duas ideias fundamentais para o entendimento dos largos dentro da estrutura urbana portuguesa e, consequentemente, colonial. A primeira, de que

> A praça estruturada de uma forma regular é um tipo de espaço urbano que só lentamente se implanta na cidade portuguesa. As praças adquirem a sua estruturação formal simultaneamente com a assunção do seu papel como sedes do poder, a partir do século XVI. (TEIXEIRA, 2001: 12).

Essa informação é importante porque aponta para a ideia – depois apresentada pelo mesmo autor – de que os largos eram os espaços livres públicos fundamentais das cidades portuguesas até o início desse processo lento de construção de espaços mais regulares como as praças. Ao descrever as cidades medievais portuguesas o autor diz:

> existe, em geral, uma rua rectilínea que liga duas portas localizadas em posições extremas da muralha, ou a porta principal e o castelo instalado no extremo oposto, mais facilmente defensável. Perto do meio desta via principal abre-se um largo onde se localizam os edifícios institucionais mais importantes. Em Monsaraz, que constitui um exemplo deste tipo de cidades, é neste largo que se situa a Igreja e outros edifícios públicos. Neste caso, como noutros, este espaço corresponde apenas a um

[4] Murillo Marx ressalta a irregularidade do urbanismo português como herança colonial nas cidades brasileiras, mesmo após transformações radicais que elas sofreram: "O desenho urbanístico atual – ou a sua falta – reflete, viva e claramente, uma maneira de conviver indisciplinada e condescendente, forjada nos tempos da colônia. (...) Os vícios e as virtudes dessa cidade apontam a paternidade ibérica e, particularmente, a portuguesa. (...) É constante a presença de ruas tortas, das esquinas em ângulo diferente, da variação de largura nos logradouros de todo o tipo, do sobe-e-desce das ladeiras.(...) Os corações históricos das maiores e mais transformadas aglomerações atuais são exemplos desta característica, nossa velha conhecida. São empecilhos à vida moderna e, como em São Paulo, quase o único testemunho do estabelecimento colonial." (MARX, 1980: 23)

> alargamento da rua, obtido através de um recuo da Igreja; a rua não atravessa o largo, sendo antes tangente a um de seus lados. (TEIXEIRA, 2001: 70)

Neste trecho está apontada a segunda questão fundamental para os largos que são os usos e funções dos edifícios do seu entorno, destacando a Igreja e edifícios públicos. O mesmo autor ressalta a importância das funções nas praças portuguesas: função de mercado, função militar, função política e administrativa e função religiosa; segundo o autor é constante a presença de praças diferentes para cumprir cada função. Um segundo aspecto que para Teixeira distingue as praças portuguesas entre si é o traçado vernacular e o traçado erudito. Os largos, segundo a descrição que ele mesmo faz, estariam no primeiro grupo:

> estes espaços resultam habitualmente do cruzamento ou do entroncamento de caminhos e são bastante ricos do ponto de vista morfológico, apresentando uma grande variedade de formas resultantes das situações topográficas em que se situam e dos tipos de confluências de caminhos a partir dos quais se geraram. Estas praças são normalmente pontuadas por edifícios de natureza religiosa e são muitas vezes geradoras dos tecidos urbanos que em torno delas se desenvolvem. (TEIXEIRA, 2001: 11)

A terceira autora portuguesa que ressaltamos reforçará o argumento de Teixeira que distancia o traçado retilíneo da importância que os espaços adquirem para a vida urbana:

> (...) importa aqui sublinhar, que os espaços urbanos ditos orgânicos não são "irregulares" e muito menos "informais", ao contrário do que habitualmente são designados em bibliografia específica. Mesmo não sendo ortogonais, eles têm uma geometria própria, que resulta das condições do sítio e têm uma estrutura organizada, tal como a própria palavra "orgânico" indica. (GUERREIRO, 2001: 24)

Mas mais do que isso, a autora estabelecerá características aos largos a partir do estudo desses espaços, não da definição do espaço das praças. Assim, a autora descreve a morfologia desses espaços livres públicos a partir de sua estreita relação com o sítio em que estão inseridos. Para isso, explica o traçado das ruas nas colinas das cidades portuguesas (local onde quase sempre as cidades começavam a ser instaladas), composto por dois sistemas: o viário principal que acompanhava as curvas de nível e o viário secundário que ligava duas ruas principais em ângulo oblíquo, não perpendicularmente. Daí a autora desenvolve, usando como exemplo a cidade de Alfama:

> A geometria mais simples que estes largos podem assumir, é a forma triangular (três entradas), que resulta da ligação do percurso principal, paralelo às curvas de nível com o seu oblíquo. O espaço intersticial dado pelo ângulo mais pequeno fica normalmente livre de edificado gerando um pequeno alargamento. Depois, temos a forma retangular, que resulta da orientação do espaço livre no sentido paralelo e perpendicular às curvas de nível. As restantes situações, mais complexas, derivam do aumento respectivo do número de percursos e aumento respectivo do número de entradas. As formas assim geradas tendem a que um ou vários lados destes largos se tornem curvos. (GUERREIRO, 2001: 23)

Assim, se Teixeira coloca a rua como “tangente” ao largo, Guerreiro estabelece uma relação de dependência do largo ao traçado das ruas, atentando para os ângulos oblíquos e agudos ocasionados por um relevo menos plano.

2.2 Autores brasileiros

Segundo a pesquisadora brasileira Lilian Vaz, que estudou as praças coloniais no Rio de Janeiro: “Observa-se que, nos séculos XVIII e XIX, o termo “largo” predominava e o termo “praça” se reservava aos espaços aos quais atribuía um papel central de caráter cívico.” (VAZ, 2001: 142). Murillo Marx (1980) constrói uma visão bastante poética para ressaltar a importância desses espaços na malha urbana brasileira, equiparando-os e, em alguma medida, sobrepondo-os às ruas, que com eles tem uma relação de dependência mútua:

> As ruas se destacam na cidade brasileira tradicional, entre os inúmeros vazios. Na trama urbana, amoldada ao sítio irregular, a linearidade usual delas provém. Perfilam o casario na direção dos pontos de interesse e de concentração realçando espigões, descendo encostas, beijando várzeas (...). A vida urbana tem nas ruas o caminho dos largos, dos edifícios importantes, do campo e das outras cidades. Confia-lhes, por isso, a feira, a procissão, o pretexto de encontro. Os próprios largos são uma continuação das ruas, um determinado trecho e momento seu diante das construções mais significativas, o seu clímax. Qualquer segmento de caminho público, que ligue dois desses alargamentos especiais e atrativos, passa frequentemente a ser o principal da aglomeração. É o caso típico das ruas Direitas. (MARX, 1980: 43)

O largo como momento mais importante da rua, como elemento que traz movimento à vida urbana, que institui fluxos na cidade. E aqui o autor cita a presença de edifícios significativos. Mais para frente, ao falar da “presença e influência” dos estabelecimentos religiosos, o autor comenta o entorno das “capelas, capelas curadas, paróquias, sés, irmandades e conventos” e evidencia a qualidade de centralidade que esses espaços tinham “A morada, o negócio e, quando não a sede administrativa, gravitaram à sua sombra”, daí o autor conclui sobre “os variados núcleos que existiam na cidade de São Paulo nesse período, constituindo largos, pátios e terreiros” (MARX, 1980: 28). Portanto, aqui está colocada a faceta dos largos como espaços livres diretamente relacionados à função religiosa (como Lilian Vaz havia dito, espaços com caráter cívico menos evidentes).

Essa função religiosa está bastante presente para o autor Benedito Lima de Toledo (2004), que ressalta esses espaços como única herança colonial e diz:

> Quase todas as praças do centro de São Paulo originaram-se de “largos”, isto é, espaços deixados na trama urbana para criar perspectiva para os vultuosos edifícios religiosos. (TOLEDO, 2004: 52)

Sobre a formação da cidade de São Paulo o autor destaca os sete largos que constituíam o centro histórico que hoje conhecemos, alguns sendo chamados de largos até hoje:

> [nos primórdios do setecentismo] Havia, então, sete largos, dos quais Colégio, Sé, Misericórdia e São Gonçalo em zona de maior densidade de casas; os outros entre os quais os do Mosteiro (São Bento) e São Francisco, já ficavam na periferia da vila. No alvorecer do século XIX surgiram os largos da Legião (Arouche) e do Zunega (Alagôas em 1813) atual Paissandu. (TOLEDO, 1963)

É também esse autor que cita a função dos largos como pontos de encontro de tropas de mula, como o Largo da Memória e o Largo do Bexiga. Ana Rita de Sá Carneiro e Liana Mesquita, também colocando em pauta outras funções atreladas aos largos, apresentam um conceito fechado sobre esses espaços no que diz respeito aos espaços livres do Recife:

> Largos: são espaços livres públicos definidos a partir de um equipamento geralmente comercial, com o fim de valorizar ou complementar alguma edificação como mercado público, podendo também ser destinados a atividades lúdicas temporárias. (SÁ CARNEIRO; MESQUITA, 2000: 29)

2.3 Cartas históricas

Foram analisadas seis cartas históricas da cidade de São Paulo que abarcam o período de 1810 a 1905. Demarcamos em cada uma delas os espaços nomeados na própria carta como largos, praças, campos e jardins, outras nomenclaturas não apareceram nesse recorte temporal escolhido, como expomos abaixo nas **figuras de 1 a 6**. É importante assinalar que a análise de cartas já tem como dado recortes subjetivos impostos pela própria cartografia: a delimitação da área a ser desenhada; o destaque a locais mais importantes para o momento; o objetivo da carta; o nível de detalhamento escolhido etc.

Por fim, antes de passarmos para as análises propriamente ditas, achamos importante ressaltar um último aspecto que é, muitas vezes, a existência de mais de uma nomenclatura para o mesmo espaço na mesma época, ou a mudança constante de nomes[5], o que pode gerar diferenças de uma carta para a outra, que tentaremos diminuir com base em outras pesquisas históricas.

[5] Sobre essa problemática Lilian Vaz afirma: "É difícil listar e precisar o número de praças e semelhantes em diferentes momentos históricos, mesmo quando estes momentos precisos foram registrados em diversos documentos. As denominações que recebiam alteravam-se continuamente com o passar do tempo; terreiros e ruas recebiam vários nomes diferentes em seus diversos trechos; seus limites deslocavam-se muitas vezes e o reconhecimento formal não correspondia ao informal. (...) O que hoje denominamos comumente como praça era geralmente chamado de largo." (VAZ, 2001: 141)

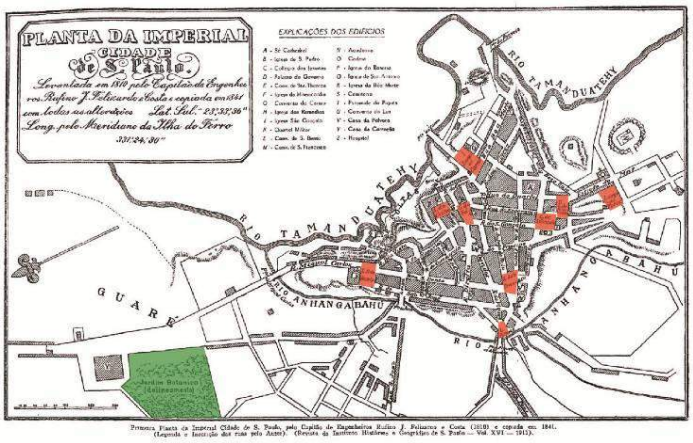


Figura 1. Planta da Imperial cidade de São Paulo, levantada em 1810 pelo Capitão de Engenheiros Rufino J. Felizardo e Costa e copiada em 1841 com todas as alterações. Nessa primeira carta aparecem representados nove largos, todos dentro dos limites do triângulo histórico. Além deles – fora desse limite – está representado o Jardim Botânico. Dentre esses nove largos, todos com exceção de dois tem algum edifício religioso nos lotes lindeiros, as exceções são o Largo Piques (que Benedito Lima de Toledo associa ao chafariz e ao obelisco, além das tropas de mulas); e o Largo da Forca, associado ao cemitério. Além disso, existem os largos associados a outros edifícios além dos religiosos: Largo do Collegio (Collegio dos Jesuítas e Palácio do Governo); Largo São Gonçalo (Igreja de São Gonçalo, Igreja dos Remédios e Cadeia); Largo São Francisco (Convento de São Francisco e Academia).

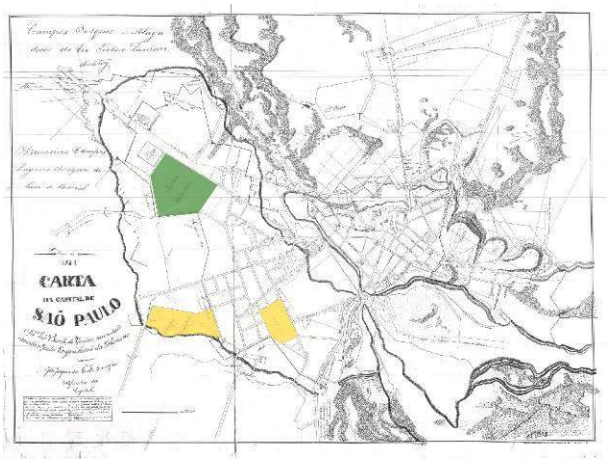


Figura 2. Carta da Capital de São Paulo, 1842. Embora muitos dos largos estabelecidos na carta anterior estejam representados nessa carta, nenhum está nomeado. Chama atenção a representação e nomeação somente de espaços livres públicos maiores como o Jardim Botânico e os Campos Redondo e do Curro (que serão posteriormente o Largo dos Guayanazes e o Largo dos Curros, respectivamente).

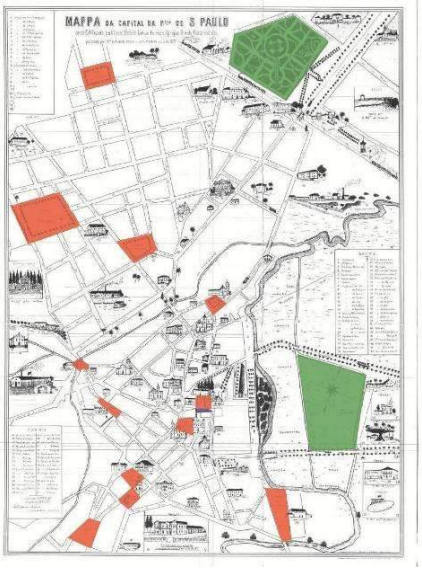


Figura 3. Mappa de São Paulo, 1877. Essa carta é bastante detalhada, enfatizando os edifícios públicos, religiosos, linhas de bonde e espaços arborizados. Estão marcados doze largos, dois jardins públicos e o Pateo do Collegio.

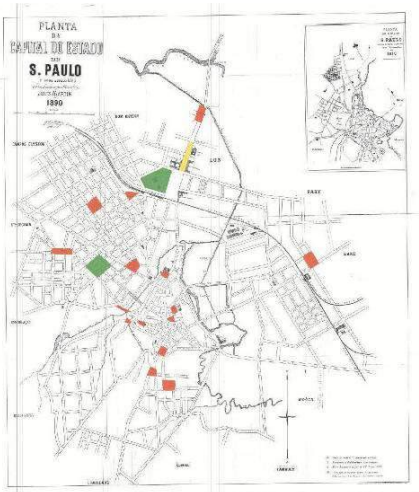


Figura 4. Planta da capital do estado de São Paulo, 1890.. É interessante notar, nessa e em outras cartas, o alargamento de algumas ruas ou o encontro de duas ou mais ruas de direções diferentes, mas sem a nomeação como largos. É o caso da região dos atuais Largo de Santa Cecília e Largo de Santa Efigênia.

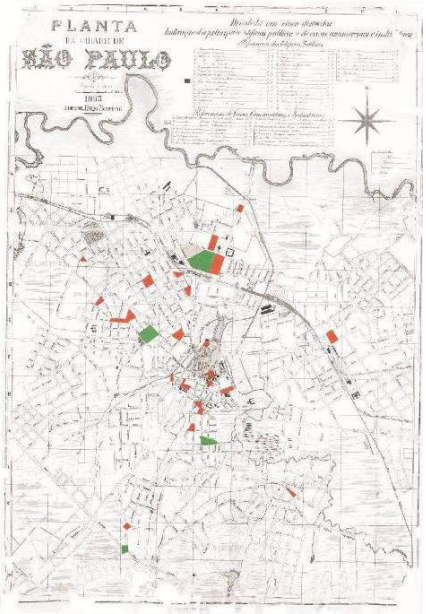


Figura 5. Planta da cidade de São Paulo, 1895. Esta carta já começa a abranger um entorno um pouco maior da cidade de São Paulo, estão marcados vinte e quatro largos, três praças e um jardim. É importante notar como a nomenclatura 'largos' se mantém mesmo em espaços de ocupação mais novos na cidade, como é o caso do Largo Brigadeiro Galvão (Palmeiras), Largo de Santa Cecília (Santa Cecília), Largo do Paraíso (Paraíso) e Largo do Cambucy (Cambucy).

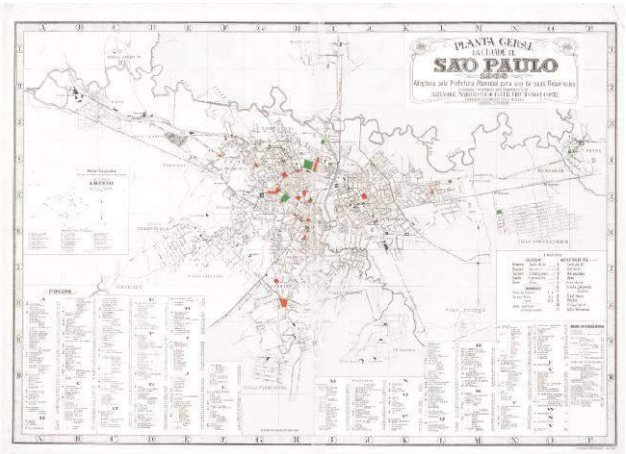


Figura 6. Planta geral da cidade de São Paulo, 1905. Esta é a última carta que analisamos. São dezenove largos, sete praças e um jardim. Os largos ainda são preponderantes, mas a tendência de aumento do uso do termo 'praça' se confirma na leitura da sequência das cartas.

3. Largos Paulistanos

Diante da escassez de pesquisas específicas sobre os largos, uma questão muito importante presente desde o início desse trabalho foi a de quais seriam os elementos definidores desses espaços. Para enfrentar a tarefa de definir os largos conceitualmente foram estabelecidas três etapas básicas que se somam ao arcabouço histórico do item anterior: 1) Levantamento de quais são os largos paulistanos atualmente; 2) Estudo morfológico de todos os largos; 3) Levantamento de campo geral de largos selecionados.

A partir de um levantamento que procurou compatibilizar e complementar as informações do site da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP)[6], do Guia de Ruas, do Google Earth e das placas que estão fixadas em cada local[7], chegamos a 72 largos atualmente na cidade de São Paulo – retratados na **figura 7** – são 14 na zona norte, 15 na zona leste, 19 na zona sul, 6 na zona oeste e 18 no centro. Essa constatação foi importante para contestar a percepção de que os largos são espaços existentes apenas nas regiões de formação colonial. Se, por um lado, eles se mostram bastante presentes nesses locais, como Santana, Santo Amaro e Penha, além do próprio Centro; por outro lado, bairros com formação mais recente também apresentam largos na sua configuração espacial, entre eles: Parada de Taipas, Guaianazes e Eldorado. Evidentemente, isso não exclui a origem colonial desses espaços, mas reforça a permanência deles no tecido urbano mesmo após o período colonial.

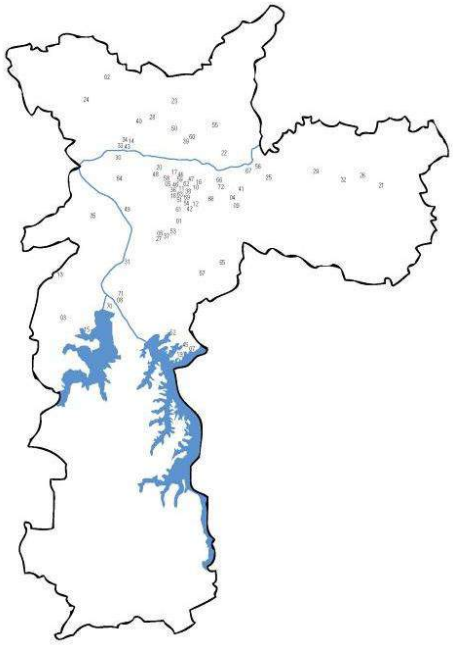


Figura 7. Localização dos 72 largos paulistanos.

[6] http://www.dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/Introducao.aspx. Acesso em 16 de novembro de 2012.

[7] As informações de cada um desses lugares não são as mesmas. O Largo da Memória, por exemplo, que aparece no site na PMSP e em vasta bibliografia, não está registrado no Guia de Ruas. O Largo Mestre de Aviz está nomeado como largo no Guia de Ruas e nas placa fixada no local, mas aparece como Praça no Google Earth. O Largo do Escotismo que aparece no site da Prefeitura, não aparece em nenhuma outra referência e, portanto, não conseguimos localizá-lo. Como esses, aconteceram outros casos.

3.1 Estudo morfológico

Em um primeiro momento, foi realizado um estudo morfológico a partir de imagens aéreas desses 72 largos, com três focos principais: perceber estritamente a forma desses espaços; a partir de uma mesma escala verificar as variações de dimensões dos diferentes largos; e, selecionar que largos fariam parte de um levantamento geral, dessa vez, em campo.

3.1.1 Forma

A forma dos largos é definida pela maneira como as ruas que os delimitam se encontram, geralmente em ângulos agudos, isso que determina o número de lados de um largo. Embora alguns largos – principalmente os de regiões com formação mais recente – tenham o formato de rotatória, isso não é uma característica predominante. Assim como não é frequente largos com formato retangular e inseridos em malhas quadriculadas e regulares. Em sua maioria, a forma dos largos está determinada pelo encontro de três ou mais ruas de maneira não perpendicular. Grande parte desses espaços tem formato triangular ou quadrangular, retratamos na **figura 8** as cinco formas que identificamos como mais comuns.

Os largos em forma de um ou mais triângulos tem duas configurações básicas. No primeiro caso, o encontro de três ruas não perpendiculares origina um espaço de três lados que tem seu centro com calçada ocupada com vegetação, equipamentos públicos e/ou edificações, com a passagem de veículos somente nas bordas. O segundo caso é configurado pelo encontro de quatro ou mais vias, sendo o formato triangular originário da subdivisão do espaço central geralmente para abertura de passagem para veículos. De alguma maneira é justamente esse formato triangular que favorece a interpretação dos largos como espaços residuais, assemelhando-os aos canteiros triangulares que organizam o trânsito.

No que diz respeito aos largos de formato quadrangular, como já foi dito acima, a grande maioria não apresenta ângulos retos, sendo justamente isso que caracteriza suas formas. Além desses dois formatos mais comuns, há duas situações menos presentes, mas que conformam largos igualmente: a primeira é o simples alargamento de uma via, na qual não existe um espaço central destinado aos pedestres, predominando o leito carroçável; e o segundo, o largo que resulta do encontro de vias, mas é atrelado a uma das quadras que o conformam, não sendo o espaço central propriamente.

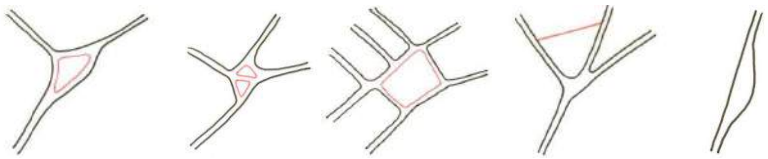


Figura 8. Diagramas esquematizando as formas dos largos definidas acima. Na sequência: largo triangular pelo encontro de três ruas; largo triangular pela subdivisão para passagem de veículos; largo quadrangular; largo atrelado à quadra; largo formado pelo alargamento de via.

3.1.2 Relações de escala

No estudo morfológico, foi importante notar que há também uma questão de dimensão a ser pensada sobre os largos e que os diferenciam de outros espaços livres públicos, como mostra a **figura 9**. Assim como a diferença de áreas entre praças e parques são um critério para diferenciá-los, os largos também

tem um padrão mais ou menos comum de dimensões. As relações de dimensão dos diferentes espaços livres públicos não dizem respeito somente ao tamanho de cada um, mas também influencia em outros fatores como a proximidade com o entorno imediato, a quantidade de equipamentos públicos que podem ser instalados, ou ainda o tipo de vegetação presente.

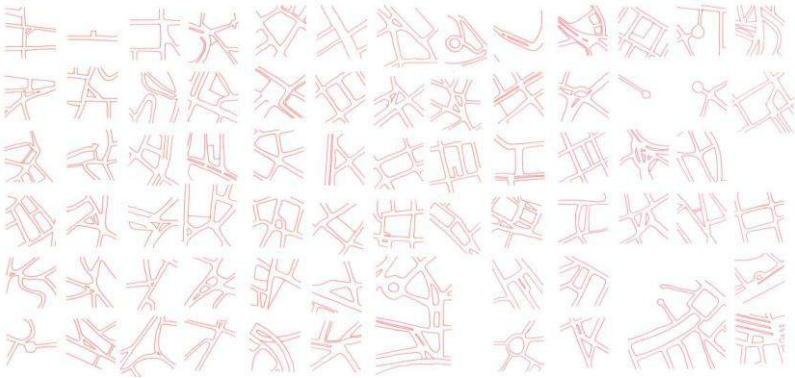


Figura 9. 72 largos desenhados na mesma escala.

3.2 Levantamento de campo geral

Foi importante uma primeira visita de reconhecimento e documentação de 30 desses largos. Esse levantamento mais geral e, podemos dizer, mais quantitativo, foi importantíssimo para apontar para as variáveis definidoras desses espaços dentro da cidade a partir do olhar do observador, somando-se às características que pudemos apontar na análise morfológica.

As visitas principalmente aos largos inexplorados ressaltou o fator de surpresa que esses espaços configuram no tecido urbano, ainda que os edifícios vizinhos continuem bastante próximos, é muito distinto da paisagem da rua (lote – calçada – leito carroçável – calçada – lote) que estamos mais acostumados. Essa distinção não escapa à percepção que o vivenciador tem da cidade, e essa percepção é visual, mas não só, é corpórea também: é difícil manter o mesmo caminho retilíneo; é difícil não esbarrar em alguém no encontro dos diferentes fluxos; é difícil não tentar abranger com o olhar aquele espaço que se abre. O largo, em geral, não é anunciado antecipadamente por nenhuma das vias que desembocam nele, o que reforça a sensação de surpresa.

Uma segunda questão que se evidenciou muito foi a dos fluxos. Estudos dos mais variados relacionados à análise da cidade apontam os fluxos como aspectos determinantes para entender as dinâmicas urbanas. Portanto, afirmar a importância dos fluxos para a compreensão dos largos de alguma maneira é somente reafirmar essa temática para o estudo do urbano. No entanto, o que se pretende ressaltar aqui é o largo como espaço livre público, que, assim como as ruas, tem a relação mais estreita com os fluxos.

Conforme já dito nas definições formais que estabelecemos, os largos não existem sem as ruas que se direcionam para eles e os conformam, embora eles não se confundam com o espaço das ruas, sua relação com os fluxos trazidos e levados por ela é inevitável e desejável. Isso não significa que o único tipo de apropriação existente é o do caminhar direcionado à outro espaço, mas as apropriações se

relacionam ao movimento de passagem em sua maioria: a parada na frente de uma vitrine, a parada para comprar algum alimento rápido e continuar caminhando, a parada para descansar um instante, a parada para ver uma apresentação de artista de rua, o espaço de conversa antes de entrar na igreja ou no descanso do horário de almoço, a passagem da farmácia ao banco e depois à padaria.

Um terceiro fator que nos pareceu importante na observação foi a centralidade desses espaços no entorno próximo, mas, muitas vezes, para uma região maior. Se, como mostramos na abordagem histórica, os largos estavam relacionados a inúmeras atividades que garantiam sua relevância e influência no cotidiano das pessoas, tais como edifícios religiosos, chafarizes, paradas de linhas de bonde, encontro de tropas de mula; hoje em dia, os largos, em geral, mantém sua configuração nodal por conta de outras atividades, ainda que muitas vezes permaneça a presença das igrejas e monumentos, há uma diversidade imensa de comércios e serviços, pontos de ônibus, saídas de metrô, etc. Foi curioso notar como as bancas de jornal e os postos policiais estão presentes nesses espaços, o que só reforça os largos como estratégicos para a movimentação da cidade.

Aqui, destacou-se também outra característica já apontada no levantamento histórico: a vivacidade dos caminhos que levam aos largos. Afinal, esse nó repleto de inúmeras atividades cotidianas reverbera para as ruas do entorno. Ao percorrermos as ruas próximas, não nos direcionamos por acaso para esses espaços, há uma centralidade evidente estabelecida tanto morfologicamente (as ruas direcionam para esse espaços), como pela apropriação. É notório, por exemplo, como a relação das “ruas direitas” apresentada por Murillo Marx continue se mantendo nos dias de hoje. A vitalidade dessas ruas que ligam dois ou mais largos é inquestionável, e isso não aconteceria com ruas que ligam dois “espaços residuais”.

4. Estudos de caso

Após todos esses apontamentos e reflexões, a escolha de alguns casos para estudo específico se tornou muito mais criteriosa, tentando abarcar nos dois largos escolhidos as várias características apontadas, ainda que todas elas num trabalho de campo específico ganhem novas variáveis locais. Os dois largos escolhidos foram: Largo do Rosário na Penha e Largo da Misericórdia na Sé. Claro que esses dois largos não representam a totalidade dos largos da cidade, nem as regiões em que estão situados dão conta das questões urbanas de São Paulo, mas o importante aqui era que essa diversidade de questões e, consequentemente, reflexões fossem reforçadas.

4.1 Metodologia

Num primeiro momento, de maneira bastante breve, fizemos leituras sobre a formação de cada uma das duas regiões, quando possível, identificando aspectos históricos diretamente relacionados aos largos. O segundo momento consistiu nas visitas a cada um dos largos propriamente. Foram entre seis e oito visitas para cada largo, tentando contemplar diferentes dias da semana e diferentes horários, de maneira

que os dados observados pudessem estabelecer um panorama da apropriação de cada um deles e não apenas um retrato de um momento específico.

A sistematização dos dados recolhidos em campo a fim de entender melhor cada um dos largos e gerar reflexões a partir das análises de todos foi feita pela criação de oito mapas para cada largo, sendo os seguintes: 1) Implantação atual, 2) Mapa de uso e ocupação do solo, 3) Mapa de verticalização, 4) Mapa de espaços livres privados, 5) Mapa de espaços livres públicos, 6) Mapa de espaços públicos, 7) Mapa de fluxo de veículos, 8) Mapa de fluxo de pedestres e apropriação.

4.2 Largo do Rosário, Penha, São Paulo

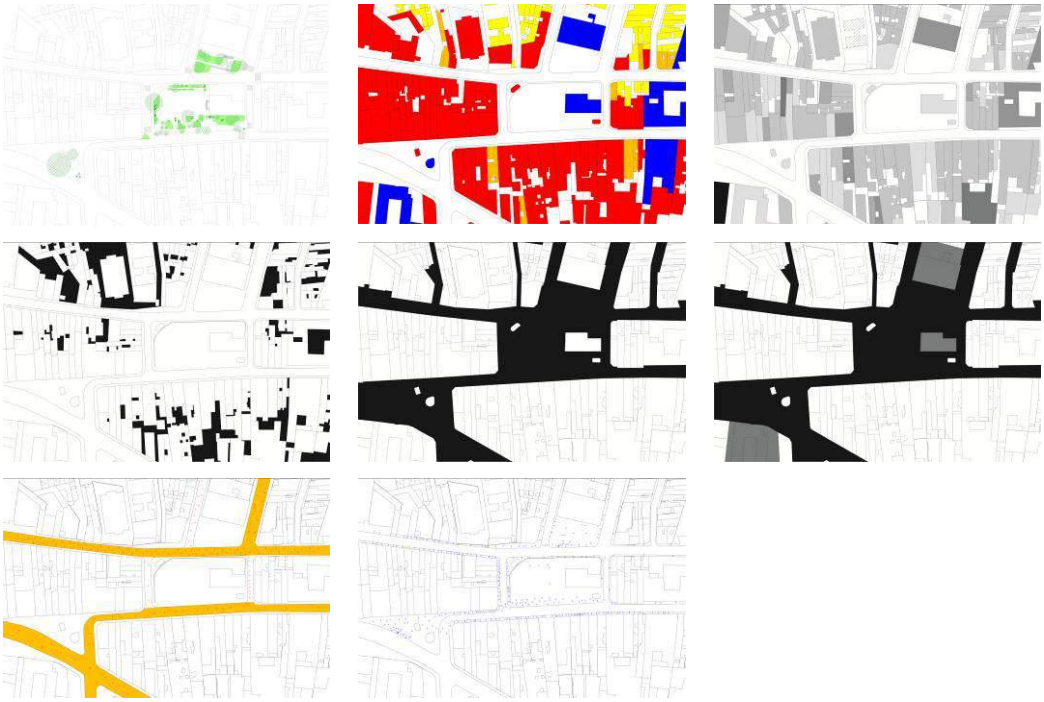


Figura 10. 8 mapas produzidos a partir do levantamento de campo do Largo do Rosário.

A chegada ao Largo do Rosário para quem não conhece a Penha é uma experiência muito bonita e surpreendente. O percurso para quem vai de outras regiões da cidade é pela Marginal Tietê. Chegamos pela cota do rio, acessamos o bairro pela Ponte Aricanduva e logo passamos por baixo da linha do trem. Então, a cota vai aumentando rapidamente e, a pé ou de veículo, o caminho fica tortuoso. Depois de uma curva já estamos diante da Igreja de Nossa Senhora da Penha (a cúpula já tinha se insinuado) em praça com o mesmo nome. Contornando essa igreja, depois de uma quadra curta, avistamos a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, na cota mais baixa do Largo do Rosário (ver **figura 11**), e na cota mais alta, o Centro Cultural da Penha (ver **figura 12**).

Primeiramente, o "fator de surpresa" é muito evidente, se a primeira igreja se enuncia já com alguma distância, a igreja do largo está rebaixada e cercada em uma das laterais por um muro de arrimo. Em segundo lugar, a importância do largo na dinâmica da região também é muito reforçada: é ali, no topo da colina da Penha, no centro do bairro, no lugar da primeira ocupação, que está o largo. E ainda, a relação

com os outros espaços livres públicos do entorno é inegável, quando percorremos em sequência a Praça de Nossa Senhora da Penha, o Largo do Rosário e a Praça 8 de setembro.

Figura 11. Celebração do Domingo de Ramos e feira dos bolivianos. Uso dos equipamentos existentes e complementação com cobertura improvisada e mesas de plástico.

Figura 12. Igreja vista a partir do Centro Cultural. Torre se destaca. Via que corta o largo é importante artéria para circulação do bairro.

A Penha é um dos locais da cidade de São Paulo de ocupação colonial. As primeiras referências documentais à paragem de Nossa Senhora da Penha datam da segunda metade do século XVII. A capela dedicada à Nossa Senhora da Penha original data de 1667, entorno dela começou a se formar o povoado que daria origem ao bairro. O requerimento da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos para poder construir uma capela – uma vez que os homens pretos estavam proibidos de frequentar a capela principal – data de 1802 . Não existem informações mais precisas sobre a consolidação do Largo do Rosário.

Ainda que os cultos aconteçam geralmente na igreja maior, todas as vezes que visitamos o largo, haviam algumas pessoas no interior da capela. Além disso, celebrações importantes usam a capela e o largo como extensão, presenciamos o Domingo de Ramos, mas a mais importante delas é a Festa do Rosário que acontece durante o mês de junho. Aqui, apontamos para uma primeira apropriação do largo, ele como foyer da capela. O edifício da capela é definidor na configuração dos espaços do largo. Há o espaço mais próximo a escada, onde também está o local para velas; dois espaços apropriados privadamente pela igreja, ambos juntos ao muro de arrimo; um espaço ao lado da capela junto a uma banca de jornal e ao ponto de táxi, com algumas mesas, quase como um espaço mais íntimo; e o grande espaço que faz frente para igreja, onde atualmente existem algumas mesas e bancos, além de canteiros e um palco pequeno.

O espaço central do largo sempre está ocupado por algumas pessoas sentadas, conversando, jogando nas mesas ali dispostas. É interessante notar que na sequência Praça de Nossa Senhora da Penha –

Largo do Rosário – Praça 8 de setembro, o largo é o único que se caracteriza também como espaço de estar, não só de passagem. O fluxo de pedestres é muito mais frequente nas bordas desse espaço, onde inclusive se instala faz dez anos uma feira de alimentos/artesanato de quarta a sábado e, aos domingos, a feira dos bolivianos, como pode-se observar no diagrama de fluxos da **figura 10**.

O fluxo tanto de veículos como de pedestres é bastante intenso, sobretudo nas duas vias de maior dimensão (que são justamente as que relacionam o largo com o sistema de espaços livres mais próximo). A via situada acima do muro de arrimo é também a que separa a parte de baixo do largo, da parte de cima. Em cima, com canteiros e tratamento paisagístico mais recente, o largo faz limite com o Centro Cultural da Penha. Nessa parte, a presença de pessoas pelo ponto de ônibus e a saída e entrada de alunos para o Centro geram uma movimentação constante e um uso bastante intenso dos bancos e escadas.

4.3 Largo da Misericórdia, Sé

Figura 13. 6 mapas produzidos a partir do levantamento de campo do Largo da Misericórdia.

Atualmente o alargamento que recebe o nome de Largo da Misericórdia é quase imperceptível para o pedestre, se na imagem aérea ele é bastante visível, para quem passa pelos calçadões do centro da cidade, justamente no ponto de alargamento há uma banca de jornal que estreita o espaço. O nome do largo se deve à Irmandade da Misericórdia e a sua igreja que se situava nesse local, igreja está que 1716 a 1752 funcionou como Matriz para a cidade de São Paulo e que foi demolida depois de perder a importância com a inauguração da catedral na Praça da Sé atual.

Ao longo do tempo alguns acontecimentos importantes marcaram a relevância desse espaço na cidade: em 1744 os terrenos pertencentes à Irmandade foram vendidos para a construção da Santa Casa; foi residência do Ouvidor da Capitania em 1747; em 1793 sediou a construção do primeiro chafariz da cidade (que inclusive motivou a mudança de família tradicional por conta da movimentação que gerou no

largo); os escritórios centrais das Indústrias Matarazzo se localizaram nesse largo entre as décadas de 20/30; em 1939 a Santa Casa construiu o edifício “Ouro para o Bem se São Paulo”.

O largo situado no encontro da Rua Direita (a meio caminho entre a Praça da Sé e a Praça do Patriarca) com a Rua Quintino Bocaiúva está dentro do perímetro de uso exclusivo de pedestres no centro da cidade, tendo a movimentação incrível que caracteriza essa região durante todo o dia e o esvaziamento, também característico, a noite(ver **figuras 13 e 14**).

Esse largo tem o entorno com edificações mais altas, o que amplia a sensação de abertura do alargamento. Nas ruas do entorno do largo, o comércio avança sobre as calçadas visualmente (com seus toldos e araras que vão até o limite do lote) e sonoramente (com os vendedores que anunciam seus produtos nas caixas de som), somando-se à movimentação de vendedores ambulantes, dos inúmeros vendedores de serviços que ficam com suas pranchetas no meio da passagem e dos homens-placa. Além disso, o alargamento possibilita um espaço bastante propício para a aglutinação de pessoas em volta de artistas de rua, inclusive nos finais de semana.

Até às oito horas da noite toda essa vivacidade se mantém ininterruptamente, nesse horário as lojas fecham e alguns comércios de alimentos se mantém mais uma hora abertos, aproveitando os últimos trabalhadores que passam pelo centro, como mostra a **figura 14**. Depois disso, o largo se esvazia, mas logo atrás do edifício “Ouro para o Bem de São Paulo”, dois bares com os toldos sobre a calçada mantém o movimento e a música ao vivo.

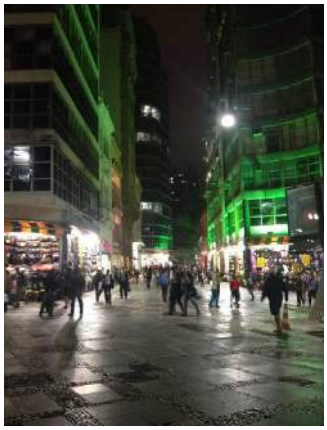


Figura 14. Vista da Rua Direita, que liga Praça da Sé à Praça do Patriarca, tendo o Largo da Misericórdia no meio do percurso.
Figura 15. Imagens de como a iluminação natural incide no piso do largo e vai mudando de desenho ao longo do dia.

Reflexões finais

Ao longo do percurso desse trabalho, o objeto escolhido revelou muitos aspectos: é ainda pouco problematizado; possui presença predominante na formação colonial e imperial da cidade de São Paulo; ainda está presente na cidade tanto nos bairros mais antigos como nos bairros mais novos; exercem centralidade em cada lugar. Os largos se confirmaram, sobretudo, como espaços ricos em apropriações.

A proximidade com a vida cotidiana ressaltou a relação intrínseca entre apropriações do espaço e esferas de vida. E os aspectos analisados e descritos como característicos dos largos (apontamentos relativos à constituição histórica, forma, dinâmica e relações de escala) se mostraram auxiliares na observação e compreensão das apropriações. Por meio dessas camadas de análise, pudemos com maior facilidade passar do todo à parte e da parte ao todo, relacionando os dois largos estudados entre si e com a cidade de uma maneira geral.

Um aspecto muito importante da apropriação dos largos é o fato de serem espaços especialmente de fluxos. Num certo sentido, não se trata do passeio com a família no parque, ou a festa com os amigos na praça, apropriações importantes de outros espaços livres públicos. Mas, assim como as ruas, os largos são espaços do dia-a-dia, da atividade mais cotidiana, o que coloca os vivenciadores numa posição individual ao se relacionar com a cidade e com os outros cidadãos. Em certa medida, ainda que não seja a relação política ideal, é uma relação entre indivíduos, não de famílias ou outros grupos. Ouvimos insistentemente sobre o caráter de negação do outro com que todos agem atualmente nos espaços públicos, o largo nos pareceu muito mais um espaço de convívio ao invés de negação.

A forte apropriação desses espaços em alguma medida justifica essa sensação de convivência mais do que de conflito. Além disso, o alargamento que amplia as visuais torna esses espaços menos hostis e próximos à escala do pedestre. O largo é um espaço do cotidiano. Não se trata de encarar os largos como espaços especiais da cidade que fogem à lógica perversa de exclusão e mercantilização, mas de identificar neles espaços de contato, proximidade, convívio, encontros e diálogos – essenciais à esfera de vida pública tanto geral como política – que nos possibilitam um olhar mais otimista e propositivo sobre a cidade.

Referências bibliográficas

ARENDT, H. **A Condição Humana** [1958]. 11.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

CARITA, Helder; ARAUJO, Renata (Coords.). **Colectânea de Estudos. Universo urbanístico português 1415-1822**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

FERREIRA, B. **O nobre e antigo bairro da Sé**. (Série história dos bairros de São Paulo; 10). São Paulo: Secretaria da Educação e Cultura, 1971.

FONT, M. **A praça em movimento: processos de transformações morfológicas e funcionais no Brasil do século XX**. Dissertação (mestrado). FAUUSP, São Paulo, 2003.

GOMES, M. S. De largo a jardim: praças públicas no Brasil – algumas aproximações. **Revista Estudos Geográficos** (online), Rio Claro, v.5, n. 1, p. 101-120, 2007 http://cecemca.rc.unesp.br/ojs/index.php/estgeo

GUERREIRO, M. P**. Espaços públicos centrais, estrutura urbana e território. Os largos e as praças de Lisboa até o século XVII, génese e formação**. In: TEIXEIRA, Manuel C. (Coord.). A praça na cidade portuguesa. Colóquio Portugal-Brasil. Lisboa: Livros Horizontes, 2001.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa** [1962]. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, J. **Entre naturalismo e religião: estudos filosóficos** [2005]. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2007.

LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 6.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

MAGNOLI, M. **Espaço livre: objeto de trabalho.** In: Paisagem e Ambiente: Ensaios, n.21. São Paulo: FAUUSP, 2006, p. 175-213.

MARX, M. **Cidade brasileira**. São Paulo: Melhoramentos: EDUSP, 1980.

MENDONÇA, E. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. **Revista Estudos e Pesquisa em Psicologia** (online), Rio de Janeiro, UERJ, v.7, n. 2, p. 296-306, ago. 2007.

QUEIROGA, E. F. **Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros.** Tese (Livre-Docência). São Paulo: FAUUSP, 2012.

REIS FILHO, N. G. **Sobre o semeador e o ladrilhador**. São Paulo: Edusp; IEB, 2012.

SÁ CARNEIRO, A. R.; MESQUITA, L. B. **Espaços livres do Recife. Recife**: Prefeitura da Cidade de Recife/ UFPE, 2000.

TEIXEIRA, M. C. (Coord.). **A praça na cidade portuguesa**. Colóquio Portugal-Brasil. Lisboa: Livros Horizontes, 2001.

TEIXEIRA, M. C. **As praças urbanas portuguesas quinhentistas**. In: TEIXEIRA, Manuel C. (Coord.). A praça na cidade portuguesa. Colóquio Portugal-Brasil. Lisboa: Livros Horizontes, 2001.

TOLEDO, B. L. **São Paulo, três cidades em um século**. São Paulo: Cosac & Naify/ Livraria Duas Cidades, 2004.

TOLEDO, B. L. São Paulo em suas épocas – largos centrais da cidade: Largo de São Bento. **Revista do Instituto Geográfico e Geológico**, São Paulo, v.XVI, 1963.

VAZ, L. F. **Notas sobre as praças do Rio de Janeiro no período colonial**. In: TEIXEIRA, Manuel C. (Coord.). A praça na cidade portuguesa. Colóquio Portugal-Brasil. Lisboa: Livros Horizontes, 2001.

Forma urbana e os espaços livres públicos

Marieta Maciel, Mirelli Medeiros, Natália Achcar, Priscila Schiavo

MACPS, Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais

Rua Paraíba, 697, sala 201 – Funcionários. Belo Horizonte. Minas Gerais. Brasil. CEP 30130-140

Telefone/fax: 55 (31) 96133441, 55 (31) 99164933, 55 (31) 99420145

marietamaciel@gmail.com, mirelliarq@gmail.com, natyachcar@yahoo.com.br, priscila_schiavo@hotmail.com

Resumo

Este estudo é parte do projeto de pesquisa "Sistemas de espaços livres e a forma urbana das cidades brasileiras – QUAPÁ-SEL II", com foco no vetor oeste da área conurbada da Região Metropolitana de Belo Horizonte. A história do município de Belo Horizonte mostra a primeira conurbação no sentido oeste, cada vez mais acentuada, e se direcionando para norte e sul, já a leste o relevo montanhoso dificulta a ocorrência da conurbação. Por estar em desenvolvimento, o presente estudo corresponde apenas às etapas iniciais como, revisões bibliográficas, análise de dados documentais, levantamento prévio e resultados parciais. Apresentaremos a fundamentação teórica e a metodologia, bem como as resultantes das legislações urbanísticas e ambientais, e a expansão urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), com ênfase nos espaços livres de edificações de propriedade pública.

Palavras-chave

Forma Urbana, Espaços Livres de Uso Público, Área Oeste Conurbada

Abstract

This study is part of research project "System of open spaces and the urban form of Brazilian cities - QUAPÁ-SEL II", with a focus on west vector conurbation area of the metropolitan region of Belo Horizonte. The history of the city of Belo Horizonte display the first conurbation in the west, increasingly pronounced, and moving into north and south, already east the mountainous terrain hinders the occurrence of the conurbation. By being in development, this study represents only the initial stages as literature reviews, analysis of documents, previous survey and partial results. We present the theoretical framework and the methodology as well as those resulting from urban planning and environmental laws, and urban expansion in the metropolitan region of Belo Horizonte (RMBH), with emphasis on open spaces of public property.

Keywords

Urban Form, Open Spaces Use of Public, Conurbation West Area

Introdução

As cidades são formadas por espaços edificados e livres de edificações que, quando interconectados se transformam ao longo do tempo. Muitas vezes a forma urbana é derivada de políticas de planejamento urbano, outras vezes, a ocupação ocorre de forma indiscriminada e sem regras claras, o que gera formas desordenadas. Fatores socioeconômicos e culturais são talvez os principais responsáveis pela formação e condução da expansão urbana que, em geral, não se restringe aos limites geopolíticos dos municípios. Em regiões metropolitanas, por exemplo, é recorrente que a área urbanizada extrapole estes limites e conduza à formação de áreas conurbadas que englobam vários municípios.

É no contexto da conurbação urbana que a pesquisa se baseia para a identificação de um sistema de espaços livres e sua relação com a forma urbana. Entende-se que os espaços livres públicos desempenham importantes funções no contexto urbano, tais como, encontros, mobilidade, eventos, cenários e outros tão importantes como os espaços edificados, responsáveis pela estruturação formal e funcional das cidades (DEL RIO, 1990). De acordo com Magnoli (1982), os espaços livres urbanos são aqueles "livres" de edificações, como os quintais, jardins públicos e privados, logradouros públicos, praças, parques, os elementos naturais como rios, matas, mangues e praias, entre outros.

Com relação à área conurbada de Belo Horizonte, a delimitação com os demais municípios da RMBH foi estabelecida pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitano de Belo Horizonte - PDDI-RMBH de abril de 2011, como pode ser visto na **Figura 1**, a qual também contempla os vetores analisados no projeto de pesquisa. Este estudo ainda vai ao encontro de um dos eixos de políticas propostas pelo PDDI que, na temática Urbanidade, propõe, dentre outras, uma "Política Metropolitana Integrada de Democratização dos Espaços Públicos" (MINAS GERAIS, 2011).

Sendo assim, o estudo dos espaços livres públicos contidos na zona conurbada do vetor oeste, por meio de uma análise qualitativa e quantitativa, tem como objetivo acompanhar e analisar as causas e efeitos, permanências e transformações ocorridas no tecido urbano, considerando a mancha urbana conurbada e a divisão político administrativa dos respectivos municípios.

O vetor oeste é considerado o primeiro eixo de expansão de Belo Horizonte que se originou na década de 1940, a partir da expansão da Avenida Amazonas até Contagem e Betim. Em 1941, foi criada em Contagem, a Cidade Industrial (**Figura 2**), com o intuito de atrair novas indústrias para a região. No final da década de 1950, várias empresas também se instalaram e a implantação da Siderúrgica Mannesmann (**Figura 3**) no Barreiro contribuiu para consolidar essa região como um forte polo industrial. Nos anos de 1970, Betim transformou-se em um local privilegiado para investimentos industriais, devido à construção da Refinaria Gabriel Passos na década anterior, e à implantação da fábrica de automóveis, FIAT, em 1976.

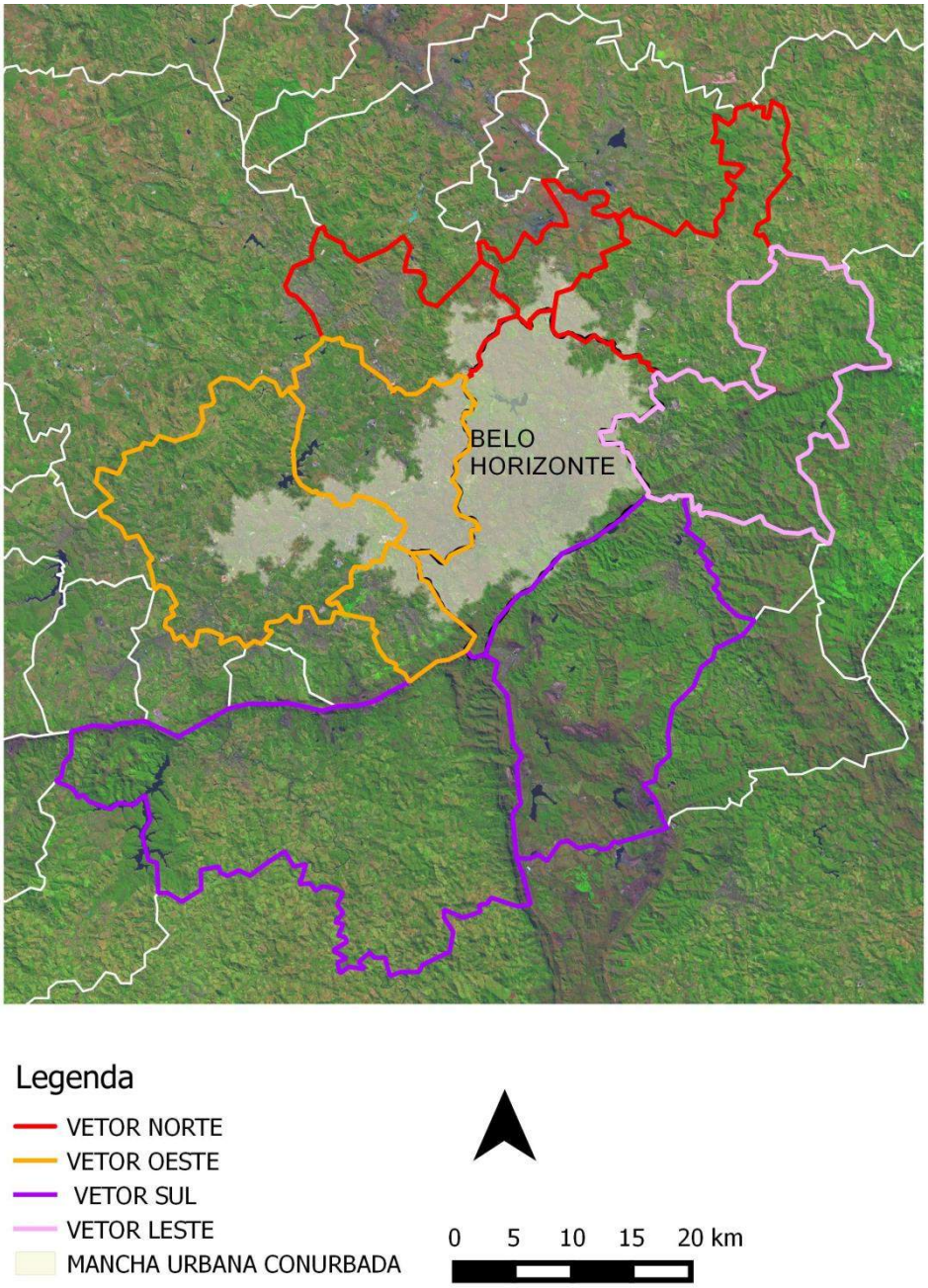


Figura 1. Imagem de satélite com a mancha urbana conurbada à metrópole (PDDI, 2011) e demarcação dos vetores de estudo. Fonte: Imagem de satélite do *Google Earth Pro*, adaptada pelo Laboratório da Paisagem, 2015.

Concretizou-se, assim, um importante corredor industrial que ensejou a implantação, por iniciativa do poder público e do mercado imobiliário, de loteamentos e conjuntos habitacionais. A expansão urbana ocorreu com a intensa ocupação populacional e multiplicação das atividades econômicas, proporcionando a conurbação da capital com os municípios de Contagem, Betim e Ibirité. Então, a ausência de um controle público do uso e da ocupação do solo possibilitou que o desenvolvimento industrial articulasse um crescimento demográfico acelerado da região oeste.

Figura 2. Cidade Industrial na década de 1950. Fonte: ARREGUY; RIBEIRO, 2008, p.26.

Figura 3. Usina da Siderúrgica Mannesmann, sem data definida. Fonte: ARREGUY; RIBEIRO, 2008, p.26.

A partir da identificação da área conurbada oeste com Belo Horizonte e sua extensão por praticamente todo o município, restringiu-se a análise às unidades de planejamento[1] limítrofes às cidades estudadas, sendo elas: Garças/Braúnas, Pampulha, Confisco, Sarandi, Abílio Machado, Glória, Camargos, Santa Maria, Cabana, Bairro das Indústrias, Barreiro de Baixo, Lindéia e Jatobá. A área total selecionada dos quatro municípios para estudo corresponde à aproximadamente 241 km², conforme **Figura 4**.

[1] As unidades de planejamento (UPs) são divisões espaciais do município de Belo Horizonte, definidas no Plano Diretor, em 1996. Disponível em: http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/estrutura-territorial/unidades-de-planejamento. Acesso em: 24 mai. 2015.

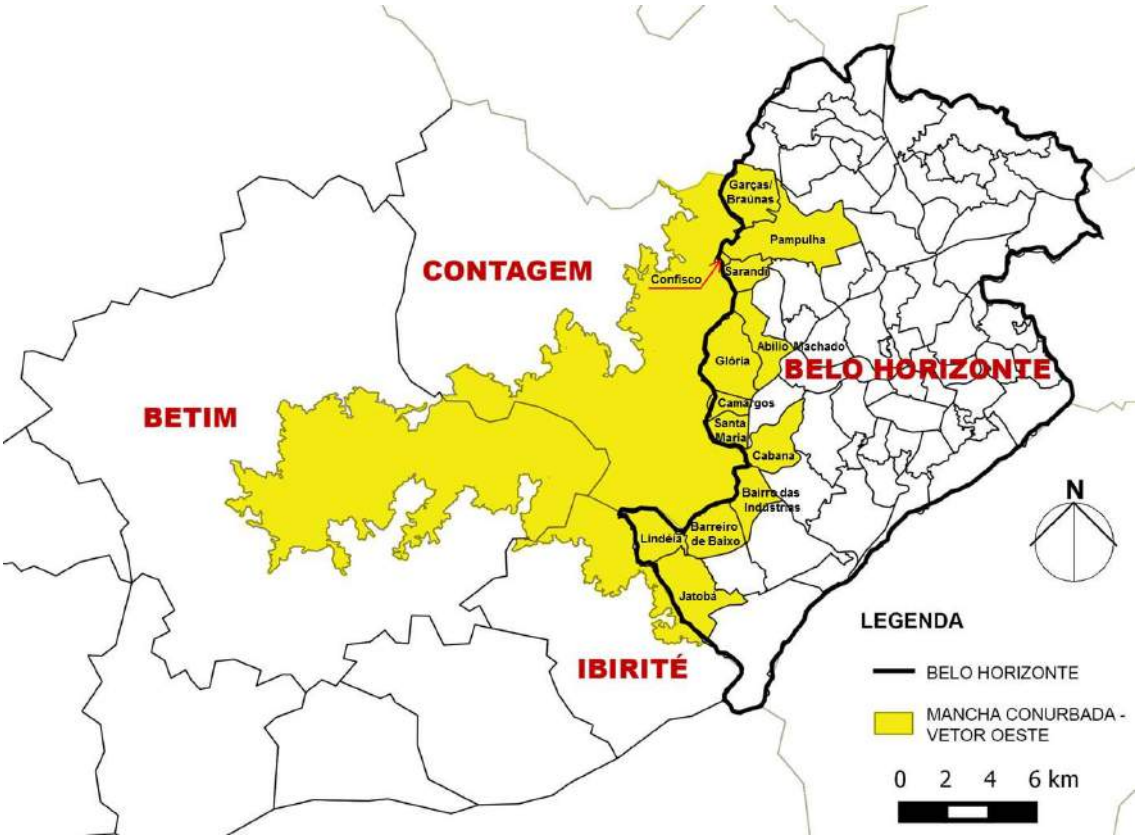


Figura 4. Delimitação da área de estudo em relação à Região Metropolitana de Belo Horizonte. Fonte: Elaborado pelo Laboratório da Paisagem, 2015.

Os espaços livres urbanos, como Magnoli (1982) já definira, são aqueles livres de edificação, como, quintais, jardins públicos ou privados, ruas, avenidas, praças, parques, rios, matas, mangues e praias urbanas, ou simples vazios urbanos. Tais espaços formam um tecido penetrante, sem o qual não se concebe a existência das cidades, estando por toda parte, mais ou menos, processados e apropriados pela sociedade. Todos os espaços livres urbanos são objeto de interesse, e o paisagismo, indo, portanto, muito além dos jardins (MAGNOLI, 1982).

Os espaços livres públicos, são a gênese da cidade, a esfera da vida pública. São eles que frequentemente condicionam os espaços construídos, conferindo-lhes forma, relevo e suas características intrínsecas. O termo "público" sugere lugares livres e acessíveis a todas as pessoas. O "espaço público é cultural por excelência, profundamente ligado à vida urbana e parte da caracterização física da cidade" (PEREIRA LEITE, 1998).

Já os espaços livres de propriedade privada seguem o cumprimento das legislações urbanísticas e ambientais com finalidades econômicas e habitacionais, mas também como os públicos, são espaços de convivência, recreação e geram a "respiração", não só para os espaços privados, mas para a cidade como um todo.

Segundo Forman (1986), a conectividade dos espaços livres públicos e privados é essencial para a criação e manutenção da função ecológica, por intermédio dos corredores naturais e planejados. Assim, o estudo abrange, então, os espaços livres públicos, pois estão diretamente relacionados à realização da esfera de vida pública, mas também os espaços livres privados, uma vez que juntos formam um sistema no espaço urbano. Segundo Macedo *et al.* (2009), os espaços livres públicos como os parques, as praças e demais espaços livres públicos têm aumentado em número no Brasil, tornando-se espaços importantes do lazer citadino. Então, para efeito dessa pesquisa, as praças, parques, os logradouros, as rotatórias entre outros serão pesquisados na zona conurbada oeste com a finalidade de quantificá-los e qualificá-los já que apresentam dimensões, formas e usos públicos diversificados.

A fragmentação econômica e cultural da sociedade nas cidades geram usos diversificados nos espaços livres públicos, mas também nos espaços livres privados que atuam em conjunto, como um sistema de espaços livres, para a melhoria da qualidade da vida urbana.

Uma das formas de se entender o sistema de espaços livres públicos é por meio da localização, dimensões, função e conexões ecológicas. Tais relações podem ser entendidas por meio dos princípios da ecologia da paisagem, agrupados em quatro conceitos: manchas, bordas, corredores e mosaicos (DRAMSTAD *et al.* 1996). De acordo com o autor, é recorrente que os *habitats* da fauna e flora estejam cada vez mais fragmentados, constituindo manchas dispersas no território, consideradas como: residuais (áreas remanescentes de um tipo de bioma mais resistente), introduzidas (um novo bioma com finalidade da permanência) e de contrastes (biomas distintos, mas compatíveis). Essas manchas, por sua vez, podem ser analisadas de formas diferentes como de tamanho, número e localização.

Na análise dos espaços livres públicos, devem ser destacados os vários processos dinâmicos que podem causar o isolamento de certo habitat e a perda ao longo do tempo dos recursos a ele associados. Esses processos espaciais incluem a **fragmentação** (quebra-se um habitat maior/intacto em pequenas manchas dispersas); a **dissecção** (divisão de um habitat intacto em duas manchas separadas por um corredor), a **perfuração** (criando "buracos" dentro de um habitat essencialmente intacto); **o encolhimento** (a diminuição do tamanho de uma ou mais manchas de habitats) e o **atrito** (o desaparecimento de um ou mais fragmentos de habitats). Dramstad *et al.* (1996) destaca que a integridade estrutural e funcional de uma paisagem pode ser compreendida e avaliada tanto em termos de padrão, quanto de escala.

A significativa quantidade de espaços de propriedade pública nas cidades brasileiras ocorre pela expressiva presença de elementos naturais que ainda sobrevivem, como as montanhas, lagoas, matas, rios, mar entre outros, além das APPs (Áreas de Preservação Permanente). Ressalta-se que essas áreas não se encontram disponíveis para uso direto da população, exercendo peso desproporcional entre sua área física delimitada e o tecido urbano em que estão instaladas, sem comunicação ou formas de gestão para a realização do potencial citado (MACEDO *et al.*, 2009).

1. Metodologia

A metodologia adotada no presente trabalho tem como base o estudo desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte em 2002, denominado Programa BH Verde (BELO HORIZONTE, 2002). As etapas de desenvolvimento da pesquisa são sintetizadas da seguinte forma:

1. Revisão bibliográfica;
2. Pesquisa em arquivos municipais e estaduais de cadastro de espaços livres de uso público;
3. Análise da legislação federal, estadual e municipais;
4. Coleta de dados georreferenciados com informações sistematizadas sobre os espaços livres públicos;
5. Elaboração de base de dados compatível com programa de georreferenciamento;
6. Cruzamento das informações coletadas com imagens de satélite;
7. Produção de mapas dos espaços livres de uso público (identificação prévia);
8. Levantamento de campo;
9. Elaboração de mapa síntese dos espaços livres de uso público;
10. Classificação e quantificação dos espaços livres de uso público;
11. Análise da relação dos espaços livres com a forma urbana.

Para a elaboração dos mapas, foram coletados os seguintes dados georreferenciados extraídos de diferentes fontes:

- Mapa da divisão Político-Administrativa do Estado de Minas Gerais[2];
- Mapa das unidades de conservação[3];
- Polígono (shape) da mancha urbana conurbada do PDDI[4];
- Mapa de vias urbanas, disponibilizado pelo Laboratório de Geoprocessamento da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais;
- Mapa de unidades de planejamento da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte[5].

Por estar em andamento, a etapa atual de desenvolvimento corresponde ao item 7 da metodologia – produção de mapas dos espaços livres públicos, a partir do levantamento prévio.

[2] Disponível em: <http://www.ide.ufv.br/geominas/srv/br/main.home>. Acesso em: nov. 2012.

[3] Disponível em: <http://geosisemanet.meioambiente.mg.gov.br/>. Acesso em: fev. 2013.

[4] Disponível em: <http://www.rmbh.org.br/repositorio/todos-documentos/>. Acesso em: mar. 2015.

[5] Disponível em: <http://www.pbh.gov.br>. Acesso em: mar. 2013.

Os espaços livres foram identificados com o auxílio de imagens aéreas disponíveis no programa *Google Earth* (identificação prévia). Tais áreas foram classificadas a partir da definição das tipologias de espaços livres extraída de Macedo *et al.* (2009). As tipologias já identificadas, relativas ao uso, foram as seguintes: praças, logradouros, rotatórias, trevos (elementos associados a práticas sociais); parques e cemitérios (elementos de serviços públicos). Esta análise dos espaços livres se restringe aos de caráter público pelo fato dos espaços livres privados serem, muitas vezes, facilmente mutáveis e passíveis de transformações e ocupações.

2. Identificação prévia dos espaços livres do Vetor Oeste da RMBH

A análise dos espaços livres públicos, ao longo do vetor oeste da RMBH, está sendo instrumentalizada por meio da conjugação das legislações federais, estaduais e municipais referentes ao tema desta pesquisa, elencando-se apenas os dispositivos legais afetos. Sendo assim, foram levantados, previamente por imagem de satélite, os espaços livres existentes no perímetro de estudo, os quais foram identificados e quantificados em relação à mancha do vetor oeste da RMBH, bem como em relação à parte constituinte de cada município integrante. Com o levantamento, a identificação e a quantificação, foi possível então classificá-los com base nas tipologias de uso e distribuição espacial estabelecidas por Macedo *et al.* (2009).

Na **Figura 5**, pode-se observar as áreas demarcadas e o fato de diversas ainda não terem sido classificadas, devido à falta de informações oficiais disponibilizadas pelas prefeituras municipais, o que será confirmado com o levantamento de campo. Em função da quantidade de espaços livres levantados, ainda não foi possível avaliar as áreas equivalentes de cada tipologia.

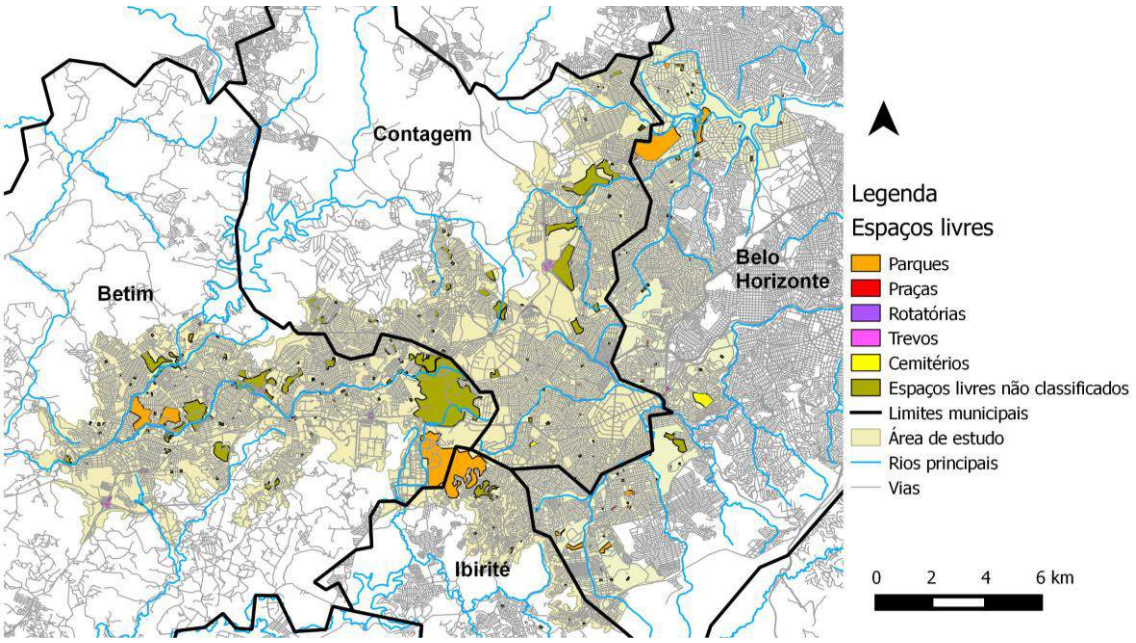


Figura 5. Mapa dos espaços livres identificados na área de estudo do Vetor Oeste, a partir do levantamento de satélite. Fonte: Elaborado pelo Laboratório da Paisagem, 2015.

Tipologias de espaços livres públicos	Número de elementos por município				
	Belo Horizonte	Contagem	Betim	Ibirité	Total
Praças	134	55	61	12	**262**
Rotatórias	18	12	17	2	**49**
Cemitérios	1	1	1	1	**2**
Parques	8	3	2	3	**16**
Trevos	3	35	19	0	**57**
Não Classificados	43	99	59	13	**214**
Total	**207**	**204**	**159**	**30**	**600**

Tabela 1. Quantidade de elementos de tipologias de espaços livres identificados no vetor Oeste, por município, através do levantamento prévio. Fonte: Elaborado pelo Laboratório da Paisagem, 2015.

A **Tabela 1** retrata a quantificação dos espaços livres por tipologias e por municípios. Observa-se que as praças são as tipologias mais presentes, especialmente no município de Belo Horizonte, além da quantidade de espaços ainda não classificados, principalmente nos municípios de Contagem e Betim, seguidos por Belo Horizonte.

Considerações Finais

O presente artigo teve como objetivo principal apresentar as investigações quantitativas sobre os espaços livres públicos da mancha urbana conurbada do vetor Oeste da Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH. Essa análise faz parte de um projeto de pesquisa que tem o intuito de estudar todas as bordas de conurbação da RMBH. Os trabalhos tiveram início pelo vetor Norte e foi constatada uma heterogeneidade na distribuição espacial dos espaços livres mapeados. Entretanto, no relatório final dessa pesquisa, sugere-se a elaboração do plano diretor de ordenamento territorial, contendo instrumentos adequados à implementação e monitoramento, tendo em vista à conservação e ampliação dos espaços livres públicos (praças e parques) e de áreas de proteção ambiental – APPs.

No caso do vetor Oeste, os dados coletados e, até o momento analisados, são de caráter preliminar, mas também demonstram uma heterogeneidade na distribuição espacial destes espaços livres públicos. No entanto, com a conclusão das próximas etapas dessa pesquisa, será possível avaliar os espaços ainda não classificados, tendo como instrumentos o levantamento em campo e a coleta de dados oficiais. Após o término do processo de classificação e quantificação, será possível determinar a real relação dos espaços livres públicos com a forma urbana encontrada no Vetor Oeste.

Referências Bibliográficas

BELO HORIZONTE (MG). Prefeitura Municipal. **Programa BH Verde:** resultados preliminares. Belo Horizonte: Secretaria Municipal da Coordenação de Política Urbana e Ambiental. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Urbano, 2002.

CUSTÓDIO, V. *et al*. **Espaços livres públicos nas cidades brasileiras**. Revista Geográfica da América Central: Costa Rica, Número especial EGAL, 2011. p. 1-31. Disponível em: <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/viewFile/2201/2097>. Acesso em: 06.08.2014.

DEL RIO, V. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini, 1990.

FORMAN, R.T.T.; GODRON, M. **Landscape Ecology**. New York: John Wiley & Sons, 1986.

DRAMSTRAD, W. E, FORMAN, R. T. T.; OLSON, J. D. **Landscape ecology principles in landscape architecture and land-use planning**. Washington: Island Press, 1996.

ARREGUY, C. A. C.; RIBEIRO, R. R. (coord.). **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte:** Regional Barreiro. Belo Horizonte: APCBH; ACAP-BH, 2008. Disponível em: <http://www.pbh.gov.br/historia_bairros/BarreiroCompleto.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2015.

MACEDO, S. S. **Quadro do paisagismo no Brasil**. São Paulo: FAPESP/ CNPq - Laboratório da Paisagem, 1999.

MACEDO, S. S. *et al.* **Considerações preliminares sobre o sistema de espaços livres e a constituição da esfera pública no Brasil**. In: TÂNGARI, V.; ANDRADE, R.; SCHLEE, M. (org.). Sistema de espaços livres: o cotidiano, apropriações e ausências. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009, p. 60-83.

MACIEL, M. C. *et al.* **Os espaços livres públicos do Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte**. In: 9º. Colóquio Nacional QUAPA (Quadro do Paisagismo no Brasil), 2014, Vitória.

MACIEL, M. C. (coord.); PEREIRA COSTA, S. A.; TEIXEIRA, M. C. V. *et al*. **Sistemas de espaços livres e forma urbana da cidade brasileira na contemporaneidade –** QUAPÁ-SEL II. Relatório final do projeto de pesquisa financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.

MAGALHÃES, D. M. **Análise dos espaços verdes remanescentes na mancha urbana conurbada de Belo Horizonte-MG apoiada por métricas de paisagem**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

MAGNOLI, M. M. **Espaços livres e urbanização:** uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana. 1982. Tese (Livre-docência) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

_____. **Espaço livre:** objeto de trabalho. Paisagem Ambiente: Ensaios, São Paulo, v. 21, 2006. p. 175-198. Disponível em: <www.revistas.usp.br/paam/article/download/40249/43115>. Acesso em: 03 jul. 2013.

MINAS GERAIS (Governo do Estado). **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 2011.

PEREIRA LEITE, M. A. F. **As tramas da segregação:** privatização do espaço público. 1998. Tese (livre-docência). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

Agradecimentos

Os autores agradecem o apoio recebido da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – FAPEMIG, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Cientifico - CNPq e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES para o desenvolvimento desta pesquisa e apresentação deste artigo.

Planejamento urbano de espaços públicos: a calçada e sua importância

Marjorie Gomes, Angelina Costa, Marcele Trigueiro

Universidade Federal da Paraíba – Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Campus Universitário I – Castelo Branco – João Pessoa-PB-Brasil, Telefone: 55 83 32167913

mm.abreugomes@gmail.com, angelinadlcosta@yahoo.com.br, marcele.trigueiro@gmail.com

Resumo

Este artigo, fruto de uma dissertação de mestrado, discute a importância da qualidade da calçada, cujo espaço público assume um importante papel na vitalidade das cidades, bem como sobre a relevância do planejamento urbano consciente utilizando o exemplo da Av. Pres. Epitácio Pessoa – João Pessoa – PB. Para tanto, procedeu-se um mapeamento do uso do solo para escolher três trechos para realizar uma análise técnica, utilizando algumas medidas de desempenho afim de diagnósticar a qualidade das calçadas. Os principais problemas encontrados foram pisos quebrados, pavimentos inadequados, falta de continuidade e fluidez nas calçadas, barreiras atitudinais, entre outros. Diante dos resultados encontrados, ressalta-se a relevância de um planejamento em prol de uma concepção de espaços públicos considerados como instrumentos de urbanidade e bem estar dos indivíduos, nos quais se afirmam práticas de tolerância e de alteridade, refletidas diretamente no papel do pedestre nesse espaço.

Palavras-chave

Espaço público, calçada, planejamento urbano.

Abstract

This article, the result of a master's degree research, discusses the importance of pavement quality, a public space that plays an important role in city vitality as well as the relevance of conscious urban planning using the example of Pres. Epitácio Pessoa Av. - João Pessoa - PB. Therefore, we proceeded doing a mapping of the use of the land and then we chose three sections to conduct a technical analysis, using some performance measures in order to diagnose the quality of the sidewalks. The main problems found were broken floors, inadequate flooring, lack of continuity and fluidity, attitudinal barriers, among others. Considering the results, we emphasize the importance of planning in favor of a conception of public spaces regarded as instruments for urbanity and well being of individuals, in which practices of tolerance and otherness are confirmed, directly reflecting on the pedestrian's role in this space.

Keywords

Public space, Sidewalk, Urban planning

Introdução

A calçada, componente viário de circulação dos pedestres, acolhe as principais atividades do espaço livre público como circular, conversar, trocar informações; é o espaço no qual, geralmente, ocorre o exercício de convivência coletiva. Somente, os direitos e anseios dos pedestres circularem na cidade estão cada vez mais relagados ao segundo plano, ignorados em ações políticas, uma vez que andar a pé tornou-se um modo de transporte desprivilegiado em face da supremacia dos transportes motorizados privados. Confusões geradas pela prórpia legislação urbanística dificultam a intervenção dos vários agentes envolvidos.

Além dos problemas causados pela legislação vigente, que em determinados pontos aparece confusa e omissa, existem alguns problemas que prejudicam a qualidade das calçadas, como a insuficiência das recomendações técnicas e a ineficácia da fiscalização que faz com que não haja um padrão adequado a ser seguido resultando na grande variedade de tratamento (tipo de revestimento, alturas, acabamentos, desníveis, etc.). Esse problema encontra, na responsabilidade compartilhada de seu funcionamento, sua principal origem; apesar de serem bens públicos pertencentes ao patrimônio do Município, as calçadas têm a responsabilidade por sua manutenção e boas condições de uso a cargo do proprietário do lote privado que se encontra em frente.

A produção das calçadas como espaço público constitui assim um grande desafio nas cidades contemporâneas: afinal, trata-se de um dispositivo de natureza pública ou privada? acessíveis, apropriáveis? ainda existem questionamentos sobre sua condição. A democracia que deve haver nesse espaço vai além de seu uso propriamente dito, pois além de espaço físico é também espaço político, espaço de expressão da cidade, com todos os seus interesses, conflitos, etc.

Dentro desse contexto, a Avenida Presidente Epitácio Pessoa[1], situada em João Pessoa (PB) constitui um objeto privilegiado de observação: trata-se de um importante corredor viário para a cidade, que liga o Bairro Centro à Orla Marítima, além de ser uma área bastante heterogênea no uso do solo, atraindo um grande número de pedestres, o que intensifica o uso das calçadas ao longo do dia.

Nessa perspectiva, o presente artigo, fruto de uma dissertação de mestrado, discute a importância da qualidade da calçada, cujo espaço público assume um importante papel na vitalidade das cidades, bem como sobre a relevância do planejamento urbano consciente desta importância, utilizando o exemplo da Av. Pres. Epitácio Pessoa. Para tanto, procedeu-se a um mapeamento do uso do solo, realizado em toda a extensão da área de estudo, de acordo com os setores de uso do solo definidos pelo Código de Obras da cidade de João Pessoa (JOÂO PESSOA, 1971); três trechos foram escolhidos, com extensão de aproximadamente 500 m (GEHL, 2013), a fim de representar os usos mais significativos do setor; uma

[1] Doravante, ao se referir à Avenida Presidente Epitácio Pessoa, o artigo utilizará a abreviação do termo: Av. Pres. Epitácio Pessoa.

etapa de análise técnica foi igualmente realizada, considerando cinco medidas de desempenhos (ZAMPIERI, 2006) descritas a seguir:

- Atratividade: refere-se às características do espaço em que a calçada está inserida, que podem influenciar o pedestre a utilizar esse ambiente;
- Conforto: refere-se ao conceito de andar livremente por um passeio, sem a interferência de mobiliário urbano ou propagandas que ocupam a via;
- Manutenção: essa é uma medida de desempenho muito importante do passeio e também é responsável por condicionar o fluxo dos pedestres;
- Segurança: essa medida de desempenho avalia as possibilidades de conflitos entre os pedestres e outros modos de deslocamento, principalmente com veículos motorizados;
- Segurança pública: essa medida de desempenho é a mesma de Ferreira e Sanches (2001) chama de seguridade, ela trata da necessidade do pedestre se sentir seguro quanto a vulnerabilidade de assaltos e agressões.

Em paralelo às etapas descritas acima, uma consulta foi realizada acerca da legislação vigente, no âmbito federal e municipal. Esta consulta fomentou a discussão de alguns dos resultados alcançados acerca da qualidade das calçadas e da importância de um planejmento urbano voltado para esses espaços públicos.

Em sua estrutura, o artigo propõe inicialmente uma discussão teórica dos principais conceitos acerca do tema de espaço público, qualidade de vida urbana, calçada e pedestre. Em seguida, e com base no material produzido pela dissertação, a partir do estudo de caso das calçadas da Av. Pres. Epitácio Pessoa, apresenta o diagnóstico da avaliação técnica. Por fim, analisa e discute alguns dos resultados alcançados na pesquisa, considerando o estudo da legislação bem como a atuação do planejamento urbano aqui tratado.

A calçada como espaço público

O espaço público é um importante elemento representante de uma cidade. É através dele que a conhecemos, que ela ganha vida. Indovina (2002, p.119) se posiciona afirmando que o espaço público deve ser considerado o fundador da cidade; no fundo é a própria cidade. Três aspectos em particular fundamentam tal afirmação: 1) o espaço público refere-se ao lugar da palavra, visto como lugar de socialização, de encontro e manifestações sociais, culturais e políticas; 2) o espaço público constitui um fator de identificação/identidade que conota os lugares; 3) o espaço público atua como importante elemento de representação da condição de vida urbana, ao mesmo tempo em que, do ponto de vista de quem o utiliza, é mobilizado em função das diferentes “representações sociais” a que ele remete (TRIGUEIRO, 2012).

A esse respeito, Borja e Muxí (2000, p. 7) reafirmam o papel do espaço público como espelho de representação da cidade, por ser o lugar em que a sociedade se torna visível. Defende que "[…] é ao mesmo tempo o principal espaço de desenho urbano, cultura urbana e cidadania. É um espaço físico, simbólico e político[2] (BORJA & MUXI, 2000, p.8, tradução própria)". Logo, não deve ser visto apenas com um espaço aberto entre edifícios, mas como um lugar multiplicador de ações; como afirma Carlos (2011, p. 130), "o espaço público [...] tem uma multiplicidade de sentidos para a sociedade, em função da cultura, dos hábitos e dos costumes, que não podem ser negligenciados".

Conceber espaços públicos inclusivos, destinados aos mais variados públicos urbanos, às suas atividades e à diversidade de trocas possíveis é o que dá vida à cidade. Neste sentido, a calçada aparece como objeto privilegiado de reflexão, uma vez que é espaço público e, como tal, deve ser capaz de oferecer possibilidade de acesso e locomoção a todos, afinal trata-se de lugar democrático e de ampla sociabilização. De fato, uma abordagem sobre a cidadania em espaços públicos relaciona-se diretamente com o conceito de acessibilidade, pois ela garante o direito de qualquer indivíduo circular livremente. Para Serpa (2007, p.16) "a acessibilidade está vinculada, na demarcação dos territórios urbanos, à alteridade, contrapondo uma dimensão simbólica (e abstracta) à concretude física dos espaços públicos urbanos." Ou seja não se trata apenas de acessibilidade física, mas também simbólica. E complementa:

> Se for certo que o adjetivo 'público' diz respeito a uma acessibilidade generalizada e irrestrita, um espaço acessível a todos deve significar, por outro lado, algo mais do que o simples acesso físico a espaços 'abertos' de uso coletivo. Afinal, que qualidades norteiam a apropriação social do espaço público na cidade contemporânea? Como explicar a apropriação seletiva e diferenciada de espaços, que, em tese, seriam – ou deveriam ser – acessíveis a todos? (SERPA, 2007, p. 16).

Isto posto, a calçada passa a ser o principal mediador da relação entre as pessoas e a cidade, e oferecer condições para se deslocar ou permanecer, de maneira com que todos possam transitar livremente. A preocupação com um bom planejamento desses espaços gera qualidade ambiental e espacial para a *urbe*, e prioriza a qualidade de vida urbana.

Embora a percepção de qualidade de vida esteja ligada a padrões e estilos de vida, há autores que definem formas de apreender tais sensações e de verificar a qualidade de vida em áreas urbanas. De fato, as características de qualidade urbana percebidas por cada pessoa residem notadamente na possibilidade delas exercerem atividades que supram seus anseios enquanto cidadãos, de forma que a importância de que os espaços públicos de uma cidade acolham tais exigências é inegável.

[2] Es decir que el espaceio público es a un tiempo el espaceio principal del urbanismo, de la cultura urbana y de la ciudadanía. Es un espaceio físico, simbólico y político. (BORJA & MUXI, 2000, p. 8).

Para falar de qualidade e espaço urbano, é relevante fazer uma diferenciação da lingüística, entre qualidade no espaço público e qualidade do espaço público (grifo da autora). Para Mateus (2006, p. 78) a primeira apresenta-se mais complexa, pois avaliar a qualidade no espaço público é, paralelamente, avaliar a qualidade de vida dos indivíduos, suas condições sociais, níveis de satisfação e a sua própria qualidade de vida. Já o segundo reflete mais sobre a oferta disponível do espaço para que os indivíduos usufruam de condições para atingir essa qualidade de vida, que é abordado nessa pesquisa. A qualidade de vida urbana tem uma estreita relação com o espaço público, pois além de definir a qualidade da cidade, indica a qualidade de satisfação dos indivíduos e da própria cidadania.

Os diferentes usos nos espaços públicos, traz vitalidade para as cidades e para seus usuários, como é o exemplo dos pedestres. De acordo com Gold (2003, p. 01), "em muitas cidades brasileiras mais que 30% dos deslocamentos diários da população são feitos exclusivamente a pé", isso porque em algum horário do dia, mesmo os que usam veículos particulares, tornam-se pedestres. Além de não poluir o meio ambiente e possuir custo zero, o ato de caminhar garante benefícios para si mesmo e para a sociedade.
Destarte, não existe uma distância mínima padrão para o pedestre percorrer, pois todos têm um ritmo para andar distinto, devida à sua condição física, dentre outros fatores. Conforme Gehl (2013, p. 127) "a distância que a maior parte dos pedestres considera aceitável é de quinhentos metros; mas essa não é uma verdade absoluta, já que o aceitável sempre é uma combinação de distância e qualidade do percurso." Para Gehl (2013, p.7) a preocupação com a dimensão no planejamento urbano reflete uma forte exigência para a melhor qualidade de vida urbana. E complementa:

> Comparando a outros investimentos sociais, particularmente os de saúde e de infraestrutura de veículos – o custo de incluir a dimensão humana é tão modesto, que os investimentos nessa área serão possíveis a cidades do mundo todo, independentemente do grau de desenvolvimento e capacidade financeira. De qualquer forma, a preocupação e a consideração tornam-se investimentos-chave e os benefícios, enormes. (GEHL, 2013, p7)

Existe várias cidades que deram início a ações que priorizam o espaço do pedestre. No entanto, a ação conjunta da adminitração municipal e dos moradores, além da conscientização de andar pé e da qualidade do seu espaço, são fatores importantes e imprescindíveis à adoção destas condutas. De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro– CTB (BRASIL, 1997), a calçada é "parte da via, normalmente segregada e em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano, sinalização, vegetação e outros fins". Segundo Yázigi, a calçada contrapõe-se ao sistema automobilístico, "[dando] vida à cidade" (2000, p.23), de forma que não pode ser vista apenas como instrumento para circulação de pessoas. Nos termos de Jacobs (2000, p.29), "a calçada é o lugar da cidade em que há um intenso convívio social".

De acordo com a Lei Federal nº 10.257 (BRASIL, 2001) - o Estatuto da Cidade, a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana; ela exige o gerenciamento adequado do uso do solo e visa o desenvolvimento sustentável cultural, social, político, econômico, ambiental e institucional. Logo, é de responsabilidade do poder público assegurar o atendimento das necessidades de todos os cidadãos, garantindo-lhes qualidade de vida e justiça social em qualquer espaço público, inclusive das calçadas.

O estatuto estabelece ainda que as calçadas são bens públicos pertencentes ao patrimônio do Município, mas normalmente, as leis municipais responsabilizam cada proprietário pela manutenção das boas condições do trecho da calçada em frente ao seu lote. Há de se convir, no entanto que, se cada proprietário for responsável por apenas um trecho da calçada, a mesma sofrerá com a grande variedade de tratamento (tipos de revestimento, alturas, acabamentos, desníveis, etc), de formas e períodos de manutenção, etc.

As calçadas da Av. Pres. Epitácio Pessoa – João Pessoa, PB

Importante corredor viário na cidade de João Pessoa, a Avenida Pres. Epitácio Pessoa apresenta um sistema viário carregado de inúmeros conflitos das relações de transporte com o uso do solo. Ela é um retrato claro da condição de mobilidade urbana existente na cidade de João Pessoa, pois apesar de ser o único corredor cujo morfologia apresenta-se em eixo reto, ela apresenta diversos conflitos entre a oferta de serviços e a demanda de mobilidade (**figura 1**).

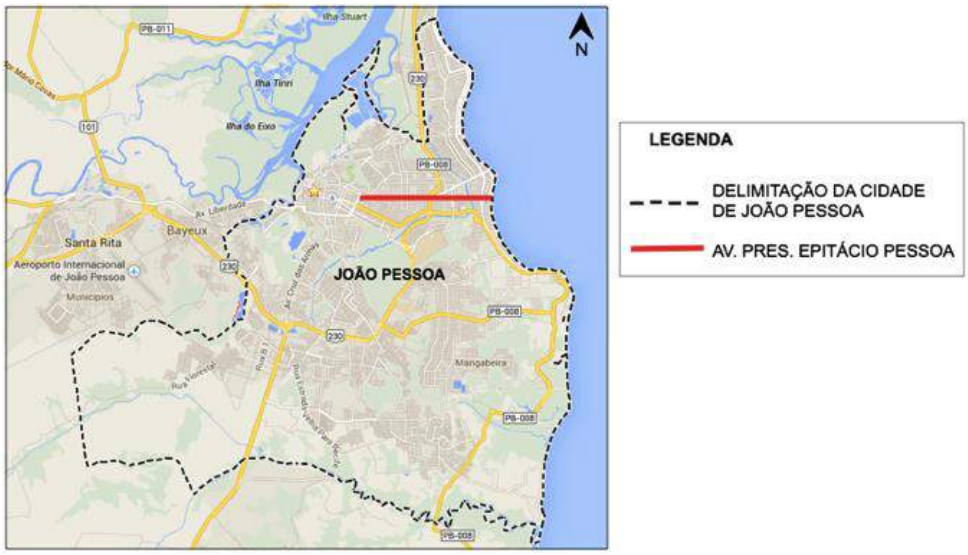


Figura 1. Localização da Av. Pres. Epitácio Pessoa na cidade de João Pessoa. Fonte: Google Maps, adaptada pelas autoras, 2014.

Com aproximadamente 5,17 km, esta Avenida perpassa por onze bairros e é caracterizada por diversos usos, o que a torna uma área bastante heterogênea. O intenso movimento de pessoas ao longo do dia exige um espaço que atenda às suas necessidades, desde a qualidade fisíco-ambiental a equipamentos e mobiliários urbanos em boa quantidade e de qualidade para uso.

Com o mapeamento, verificou-se que o uso de comércio e serviços predomina em toda a sua extensão com 73% dos lotes, em segundo lugar prevalece o uso residencial com 11%, em seguida o uso institucional com 7%, lotes vazios ou edificações abandonadas com 6% e lotes com usos mistos com apenas 3%. Os trechos escolhidos apresentaram em maior número o uso comércio e serviço, residencial e institucional.

Todas as calçadas dos três trechos possuem largura efetiva superior a 2,0 m e, apesar de não estarem sinalizada por faixas (serviços, livre e acesso), possuem amplo espaço para circulação de pedestres. Isso faz com que mesmo não contendo mobiliários adequados, como bancos, a calçada apresenta algum espaço destinado à convivência e sociabilização, seja por intermédio de uma conversa ou em um momento de descanso, de forma a não atrapalhar o movimento das pessoas.

Apesar das calçadas apresentarem boa largura e não terem, em sua maioria, mobiliários interferindo na circulação dos pedestres, é possível encontrar algumas dificuldades de acesso para pessoas com deficiência, como os pavimentos inadequados e os desníveis na continuação de uma calçada de um lote para a calçada de outro lote (**figura 2**); com tanta variedade de pavimentos em um trecho, o percurso acaba oferecendo pouca segurança.

Figura 2. Exemplos de calçadas com desníveis de uma calçada para a outra. Fonte: arquivo pessoal, 2015.

Esses desníveis na calçada entre um lote e outro são bastante comuns; cada proprietário de lote intervém como deseja, escohe o material a ser usado e, muitas vezes, não demonstra qualquer preocupação em dar continuidade e fluidez ao percurso. Outro motivo é o rampamento que é feito para a entrada de veículos no lote para atender a demanda do morador. É utilizada toda a largura do passeio, quando de acordo com o art. 244º do Código de Urbanismo (JOÃO PESSOA, 1975) essas rampas não podem ocupar mais de 0,60 m (sessenta centímetros) da largura do passeio, com exceção de casos especiais, não especificados pela norma.

As faixas de pedestres também são exemplos de possibilidade de continuidade e fluidez em uma cidade, pois são elas que ligam as calçadas. A quantidade de faixas ao longo do trechos atende bem à demanda dos pedestres, porém a maneira segundo a qual estão dispostas, a sua localização ou mesmo a

harmonia com o entorno deixam muito a desejar. De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (BRASIL, 1997) as faixas de pedestre devem ter boas condições de visibilidade, higiene, segurança e sinalização. No entanto, encontrou-se faixas mal localizadas, sem rebaixamento no canteiro central ou mesmo sem rampa de acesso a calçada, como os exemplos da **figura 3**.

Figura 3. Exemplos de faixas de pedestres com má localização e sem oferecer continuiade entre as calçadas. Fonte: arquivo pessoal, 2015.

Em relação aos tipos de pavimentos, foram encontrados sete variedades nos trechos: concreto, em placas e moldado *in loco*, piso intertravado, ladrilho hidráulico, pedra portuguesa, rochas naturais, paralelepípedo, cerâmica e até mesmo calçada não pavimentada. O fato de ainda existirem calçadas não pavimentadas, principalmente em uma avenida tão movimentada, constitui um grande descaso. Embora os exemplos da **figura 4** sejam de calçadas de terrenos baldios ou em construção, tais situações não são justificáveis: mesmo para terrenos não edificados, o proprietário do lote, de acordo com o Código de Urbanismo (JOÃO PESSOA, 1975) no art. 237º, tem por obrigação construir, reconstruir ou reformar os passeios dos logradouros públicos. Além de ser reforçado no art 246º que há necessidade de uma manutenção em permanente em bom ESTADO de conservação (JOÃO PESSOA, 1975, grifo da lei).

Figura 4. Exemplos de calçadas não pavimentadas. Fonte: arquivo pessoal, 2015.

As notas dadas em relação às características da adequação do tipo de pavimentação à via, foram baseadas nas indicações de pavimentos descritos nas cartilhas. O piso especial foi considerado para as calçadas que possuem piso tátil (direcional e alerta), que embora encontrado apenas uma calçada com

piso direcional, ela por si só não se torna acessível, já que não tem continuidade para as calçadas ao lado (**figura 5**).

Figura 5. Calçada com piso direcional sem continuidade nas demais calçadas. Fonte: arquivo pessoal, 2015.

O concreto, o piso intertravado e o ladrilho hidráulico foram considerados pavimentos adequados à via, já a calçada com rochas naturais foi considerada com pavimento aceitável e pedra portuguesa, paralelepípedo e cerâmica foram ditas como pavimentação inadequado.

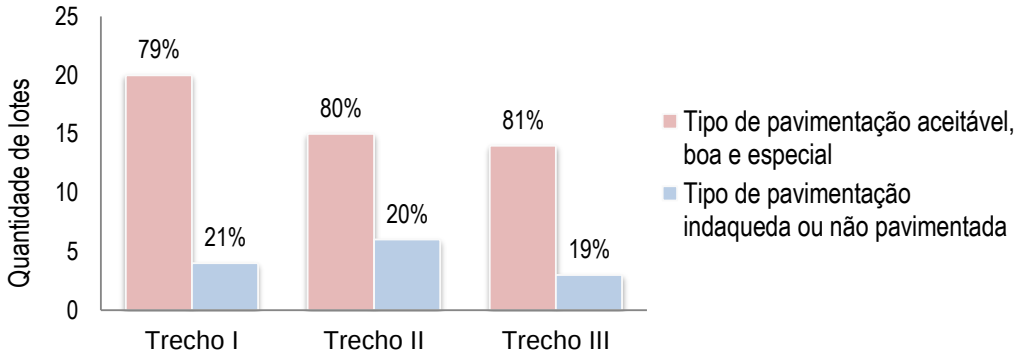


Gráfico 1. Porcentagem das características da adequação do tipo de pavimentação à via nos Trechos I, II e III. Fonte: arquivo pessoal, 2015.

No **gráfico 1** percebe-se que quase 80% dos três trechos possuem pavimentação especial, boa ou aceitável, isso seria suficiente se todos estivessem em boas condições, o problema é que não adianta um piso adequado com buracos, ou pisos quebrados. O **gráfico 2** mostra a porcentagem de pavimentos em boas condições ou não, dos pavimentos que foram considerados aceitáveis, bons e especiais. Nos três trechos pouco mais de 50% foram considerados em razoáveis, boas ou execentes condições (**figura 6**).

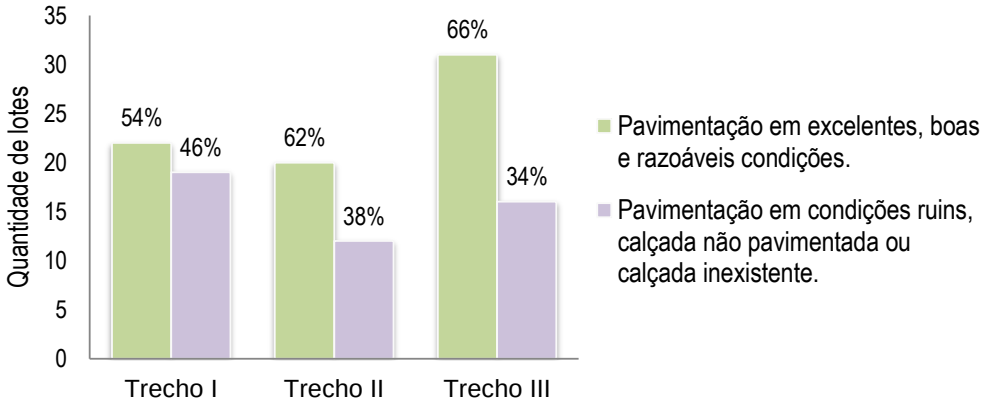


Gráfico 2. Porcentagem das características da condição física da pavimentação dos pisos considerados aceitável, boa e especial nos Trechos I, II e III. Fonte: arquivo pessoal, 2015.

Dos pisos aceitáveis, adequados e especiais, os que apresentam maiores problemas em relação às características das condições físicas são o piso de concreto (38%), intertravado (13%) e rochas naturais (49%). Sabe-se que a escolha do material e a forma em que ele é executado influencia bastante na sua durabilidade, mas a manutenção deve ser feita regularmente. A responsabilidade dessa manutenção, segundo o Código de Obras (JOÃO PESSOA, 1971) em seu art. 381º, é de responsabilidade do proprietário. E a Lei nº 6.017 (JOÃO PESSOA, 1989) reforça no art. 100º que a falta de manutenção, como a existência de buracos, de ondulações de desníveis, e da presença de obstáculos, não pode exceder a 1/5 (um quinto) de sua área todo, caso contrário o responsável é passível de sanção na forma de multa.

Figura 6. Exemplos de pisos em péssimas condições físicas. Fonte: arquivo pessoal, 2015.

Em grande parte dos trechos foi comum encontrar vagas de estacionamento em frente aos lotes, o que além de degradar a infraestrutura do passeio público torna o pedestre em vulnerável a um conflito com os veículos (**figura 7**). De acordo com o Código de Obras (JOÃO PESSOA, 1971) em seu art. 38º, a rampa de acesso para veículos só pode ocupar a partir do meio-fio até o máximo de 1/5 (um quinto) da

largura do passeio, o que não se verifica na Av. Epitácio Pessoa, já que praticamente todas as calçadas são rebaixadas de canto a canto para passagem dos veículos aos estacionamentos.

Figura 7. Exemplos de calçadas rebaixadas em vários pontos possibilitanto o conflito entre pedestres e veículos. Fonte: arquivo pessoal, 2015.

Ademais, a barreira atitudinal de alguns carros e motos foi o principal obstáculo observado (**figura 8**). Segundo o Ministério das Cidades (BRASIL, 2006) barreiras atitudinais são atitudes causadas seja pelo desconhecimento, descaso ou ignorância da sociedade em geral, que dificultam ou impedem o acesso, a permanência ou o manuseio a locais ou equipamentos de uso comum.

Figura 8. Exemlos de carros estacionados na calçada. Fonte: arquivo pessoal, 2015.

Através da análise das notas atribuídas nos trechos, verificou-se que a maioria das calçadas são pouco agradáveis, não possuem preocupação com os apectos estéticos. Isso reúne uma série de fatores que serão mais detalhados a seguir. No enanto, a falta de área verde e de fachadas mais bem cuidadas foram um dos aspectos que colaborou com a falta de conforto e à impossibilidade de permanência nas calçadas. De fato, as árvores encontradas na avenida são em maioria de grande porte, proporcionam sombra e melhoram as características visuais do entorno; porém grande parte apresenta um problema para a circulação das calçadas, já que suas raízes, por vezes, tornam-se obstáculos (**figura 9**). Assim como os tocos de árvores, que sem utilidade alguma permanecem no meio da circulação dos pedestres, o que descumpre totalmente o Código Municipal do Meio Ambiente (JOÃO PESSOA, 2002), pois o

mesmo em seu art. 92º inc. 3º diz que em casos de remoção da arborização, imediatamente deve ser feito o replantio da mesma espécie ou outra arbórea, se possível no mesmo lugar.

Figura 9. Exemplos de árvores e toco de árvores que se tornaram obstáculos para pedestres. Fonte: arquivo pessoal, 2015.

Existem ainda as apropriações privadas por parte dos moradores nas calçadas; estes dão sempre "um jeitinho" para tornar mais acessível a edificação do seu lote. São por vezes rampas e degraus que se estendem para a calçada, tornando privado o que por lei é público. Nos exemplos da **figura 10**, percebe-se que existe uma tentativa de tornar a entrada acessível, no entanto em uma rápida visualização nota-se que as rampas não estão na inclinação de acordo com a NBR 9050 (ABNT, 2004) e ainda existe uma clara invasão do espaço público.

Figura 10. Exemplos de apropriações privadas através de rampas. Fonte: arquivo pessoal, 2015.

Os principais problemas encontrados foram pisos quebrados, pavimentos inadequados, falta de continuidade e fluidez nas calçadas, devido aos desníveis encontrados, barreiras atitudinais, entre outros. Contudo, trata-se de questões que podem ser solucionadas; por um lado, a legislação pode se tornar mais clara e completa, disponibilizando assim informações mais precisas; por outro lado, é fundamental que todos os envolvidos na produção da calçada cumpram seus papéis diante de suas atribuições, de forma tal que as ações sejam realizadas e pensadas em conjunto.

Planejamento urbano: equívoco ou omissão?

Os dados levantados reiteram a importância de considerar fatores que influenciem diretamente na caminhada dos pedestres e auxiliem o processo de planejamento urbano, contribuindo com a qualificação destes espaços. Percebe-se que já existe um avanço no que concerne aos pedestres e calçadas, se considerarmos as pesquisas e estudos em curso ou já realizados; há ainda muito a fazer e a tarefa tende a ser lenta,sob a ótica do planejamento urbano e de ações e decisões políticas, sobretudo nas cidades brasileiras. Existem bons exemplos a serem seguidos, mas são insuficientes, notadamente porque cada cidade deve considerar sua realidade cotidiana.

A parceria entre os agentes envolvidos na produção das calçadas aparece como fator imprescindível desta equação, principalmente no que tange à divulgação das recomendações sobre os cuidados e protocolos de manutenção das calçadas, esclarecendo ainda a questão da responsabilidade compartilhada. Não raro, são as confusões e omissões da legislação que resultam no entendimento errôneo, que muitos proprietários têm, de que a responsabilidade das calçadas fazem das mesmas espaços “seus” e de uso privado. Essa interpretação equivocada depende da forma segundo a qual o poder público administra a questão da responsabilidade compartilhada, a exemplo de campanhas educativas, esclarencendo a dualidade de público e privado, e não omitindo-se de sua obrigação.

Convém sublinhar, por fim, a relevância de um planejamento estruturado em prol de uma concepção de espaços públicos considerados como instrumentos de urbanidade e bem estar dos indivíduos, nos quais se afirmam práticas de tolerância e de alteridade, refletidas diretamente no papel do pedestre nesse espaço.

Referências bibliográficas

Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (2004). *NBR 9050*: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro.

Brasil (2006). *Brasil Acessível*: Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana - Caderno 5: Implantação de sistemas de transporte acessíveis. Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, Ministério das Cidades, Brasil.

Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado. Disponível em <http://goo.gl/aaoTKL>. Acesso em: 23 abril 2014.

Brasil (1997). *Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997*. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília. Disponível em < http://goo.gl/zEenMS>. Acesso em: 3 maio 2014.

Brasil (2001). *Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001*. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em <http://goo.gl/pexK1x>. Acesso em: 3 maio 2014.

Borja J e Muxi Z (2000). *El espacio público*: ciudad e ciudadanía [livro eletrônico]. Barcelona: Electa.

Carlos A F A (2011). *A condição espacial*. – Editora Contexto, São Paulo, 159p.

Gehl J (2013). *Cidades para pessoas*. 2 ed. Editora Perspectiva, São Paulo.

Gold P A (2003). *Melhorando as Condições de Caminhada em Calçadas*. [Nota técnica]. São Paulo: GOLD Projects.

Ferreira M, Sanches, S (2001). Índice de Qualidade das Calçadas – IQC***. Revista dos Transportes Públicos*** – Associação Nacional de Transportes Públicos – ANTP, Ano 23, nº 91, 2º trimestre, São Paulo

Indovina F O (2002). Espaço público-tópicos sobre a sua mudança. *Revista Cidades, Comunidades e Territórios*. Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), n.5, p.119-123.

Jacobs J (2000). *Morte e Vida das Grandes Cidades*. Editora: Martins Fontes - São Paulo.

João Pessoa (2002). Prefeitura Municipal. *Código do Meio Ambiente. Lei Complementar nº 029, de 05 de agosto de 2002*. Institui o Código de Meio Ambiente do Município de João Pessoa e dispõe sobre o Sistema Municipal de Meio Ambiente – SISMUMA.

João Pessoa (1971). Prefeitura Municipal. *Código de Obras. Lei nº 1347 de 27 de abril de 1971*. Istitui o Código de obras do Município de João Pessoa e dá outras providências.

João Pessoa (1975). Prefeitura Municipal. *Código de Urbanismo. Lei nº 2.102, de 31 de dezembro de 1975* . Institui o Código de Urbanismo integrante do plano diretor físico do municípioi d João Pessoa, seuas normas ordenadoras e disciplinadoras e dá outras providências.

João Pessoa (1989). Prefeitura Municipal. *Código de Urbanismo. Lei nº 6.017 de junho de 1.989*. Introduz normas duplementares aos Códigos de Posturas e Urbanismo do município no que tange à limpeza nos imóveis, fechamento de terrenos não edificados e a construção de passeios, e adota providências correlatas.

Litman T; Blair R; Demopoulos B; Eddy N; Fritzel A; Laidlaw D; Maddox H; Forster K (2000*). Pedestrian and Bicycle Planning*. A Guide to Best Practices. VTPI – Victoria Transport Policy Institute (www.vtpi.org). Comprehensive guide with extensive references, 2000. Disponível em <http://www.vtpi.org/nmt-tdm.pdf.> Acesso em: 4 maio 2014.

Mateus J D (2006). *Contributos para a criação de um sistema de avaliação da qualidade (de vida) urbana*. Dissertação (Mestrado). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa.

Preto M H (2009). *Sistema de espaços livres públicos*: uma contribuição ao planejamento local. Dissertação (Mestrado – Área de Concentração: Paisagem e Ambiente) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP – São Paulo, 273p.

Serpa A (2007). *O espaço público na cidade contemporânea*. Editora Contexto, São Paulo, 207p.

Trigueiro M A (2012). *Pacificação da cidade*: a urbanidade legitimada. In: Aguiar D; Netto V M (coord.). Urbanidades. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem. cap. 3, p. 81-113.

Vargas H C (1999). *Qualidade ambiental urbana*: em busca de uma nova ética. In: VII Encontro Nacional da ANPUR, 1999, PORTO ALEGRE. ANAIS do VIII Encontro Nacional da ANPUR. Porto Alegre: ANPUR.

Yázigi E (2000). O Mundo das Calçadas. Editora humanitas/FFLCH6/USP; Imprensa Oficial do Estado, São Paulo.

Zampieri F L (2006)**.** *Modelo estimativo de movimento de pedestres baseado em sintaxe espacial, medidas de desempenho e redes neutrais artificiais*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, BR – RS.

Apropriação de praças públicas centrais em cidades de pequeno porte

Michelle Benedet, Juliane Benedet

UDESC/UNISUL, UNISUL

Tubarão/SC, Telefone/fax: 48 9616.3106 - 48 9624.8681

arq.michelle@gmail.com, julianebenedet@hotmail.com

Resumo

Para que as praças públicas atuem como espaços urbanos de permanência é desejável que apresentem qualidade física e ambiental. A crescente especialização do espaço dentro da cidade, o deslocamento das formas de entretenimento para recintos fechados, o crescimento do uso de veículos e as condições da vida urbana atual mostram alterações nas formas de apropriação das praças públicas. Para compreender o funcionamento das praças centrais é necessário estudar a relação entre a morfologia, os usos, as funções e os aspectos físico-ambientais destas com o entorno imediato e seu papel na cidade. A pesquisa foi realizada em seis praças localizadas nos municípios catarinenses de Tubarão, Braço do Norte e Laguna. Neste trabalho será apresentado o estudo da morfologia urbana de cada praça analisada e seu entorno, assim como os resultados que foram obtidos a partir da sistematização dos dados e que serão apresentados na forma de parâmetros comuns com base nas análises das situações encontradas visando uma qualificação das praças e uma maior apropriação por parte dos habitantes de cada cidade onde elas se encontram.

Palavras-chave

Praça pública, áreas centrais, morfologia urbana.

Abstract

For the public squares serve as permanent urban spaces is desirable that present physical and environmental quality. The increasing specialization of space within the city, the displacement of forms of entertainment for indoor, growth in use of vehicle and conditions of the current urban life show changes in the forms of appropriation of public squares. To understand the functioning of the central squares is necessary to study the relationship between the morphology, uses, functions and physical and environmental aspects of these with the immediate surroundings and its role in the city. The search was done in six squares located in the cities of Santa Catarina: Tubarão, Braço do Norte and Laguna. This article will present the study of the urban morphology of each analyzed square and its surroundings, as well as the results that were obtained from the systematization of data and to be presented in the form of common parameters based on analyzes of the situations encountered towards a qualification of squares and greater ownership by the inhabitants of each city where they are.

Keywords

Public squares, downtown, urban morphology.

1. Introdução

As praças públicas são espaços urbanos utilizados para a permanência e o encontro, sendo assim, é importante que tenham boa qualidade para que possam ser apropriadas pelas pessoas. Sua flexibilidade, a simultaneidade de usos e significados são fatores importantes na qualificação destes espaços. O uso caracteriza as praças porque indica como os seres humanos se apropriam delas sendo que sem usuários as praças têm pouco significado e importância.

Para que as praças públicas atuem como espaços urbanos de permanência é desejável que apresentem qualidade física e ambiental. A crescente especialização do espaço dentro da cidade, o deslocamento das formas de entretenimento para recintos fechados, o crescimento do uso de veículos e as condições da vida urbana atual mostram alterações nas formas de apropriação das praças públicas.

Para compreender o funcionamento das praças centrais é necessário estudar a relação entre usos, funções e aspectos físico-ambientais destas com o entorno imediato e seu papel na cidade entendendo o fenômeno de apropriação das praças públicas centrais. Este estudo foi realizado em duas etapas: a revisão de literatura e a pesquisa de campo. A pesquisa de campo foi realizada em seis praças localizadas nas cidades catarinenses: Tubarão, Braço do Norte e Laguna.

As cidades foram selecionadas com base nos seus aspectos distintos nos campos sociocultural, econômico, político, natural-paisagístico, turístico, religioso e associando-os aos traços culturais das colonizações portuguesa e alemã, presentes em diversas regiões do estado.

Sendo assim, foram analisadas as seguintes praças públicas centrais: Tubarão (colonização de origem luso-açoriana, mas atualmente sem marcas expressivas dessa cultura e município polo da região onde se encontra); Laguna (colonização de origem luso-açoriana e seu centro histórico é tombado pelo patrimônio nacional, além de ser um município litorâneo) e; Braço do Norte (colonização predominante alemã e apresentando grande destaque na economia e renda da população).

A metodologia adotada foi o Estudo de Caso, no qual se utilizaram os seguintes procedimentos: análise documental, observação do desempenho físico-ambiental da praça e do comportamento do usuário, através das técnicas de entrevista e jogo. A aplicação destes métodos auxiliou no entendimento do fenômeno de apropriação das praças públicas centrais, pois, além de demonstrar a situação atual que as praças se encontram, permitiu identificar a opinião de quem se apropria ou não desses espaços.

Neste artigo será apresentado o estudo da morfologia urbana de cada praça analisada e seu entorno, assim como os resultados que foram obtidos a partir da sistematização dos dados e que serão apresentados na forma de parâmetros comuns com base nas análises das situações encontradas visando uma qualificação das praças e uma maior apropriação por parte dos habitantes de cada cidade onde elas se encontram.

Com o estudo da forma das praças limitando-se à dimensão setorial do espaço urbano, foi possível distinguir as particularidades dos edifícios que as delimitam e as estruturam destacando alguns elementos como: fachadas, mobiliário urbano, pavimentos, cores, texturas, letreiros, árvores e monumentos.

Os critérios estabelecidos estão direcionados para as praças públicas centrais em cidades de pequeno porte, porém, não podem ser generalizados e aplicados em qualquer cidade. A intenção destas diretrizes é contribuir com os profissionais de projetos urbanos, pois muitas vezes é a falta de conhecimento das necessidades dos usuários que acarretam em uma perda de apropriação das praças públicas.

2. Relações possíveis entre a morfologia urbana dos espaços públicos e o comportamento dos usuários

A forma dos lugares é um fator de realização de todas as práticas sociais, materializando o potencial configurativo das intenções humanas e único porque é capaz de conceder historicidade às formas físicas (KOHLSDORF, 1996). As diferentes formas dos lugares colocam condições que podem ser distintas para a sua apreensão.

O estudo da cidade a partir da sua forma, dos espaços e das formas construídas chama-se morfologia urbana e procura, portanto, caracterizar a forma urbana e interpretar a partir dela a lógica da sua organização e composição (HEITOR, 2001). Esta questão se torna importante para o estudo dos ambientes onde a apropriação dos usuários é o ajuste ou desajuste em relação ao comportamento nos espaços urbanos.

Segundo Cunha (2002), o ambiente é ajustado, quando seus componentes são harmônicos com os padrões comportamentais, havendo uma combinação entre a forma e o propósito, em consequência, os espaços públicos ajustados são muito usados pelas pessoas; já o desajuste entre o ambiente e o comportamento deriva de espaços onde os usuários não apresentam nenhuma resposta comportamental positiva, respostas contrárias ou inesperadas em relação às previstas na sua implantação.

O estudo da morfologia urbana baseia-se na “descrição das formas de um fato urbano” (ROSSI, 1995) e pretende-se considerar aqui a descrição das praças e dos elementos que a conformam, ocupando-se da forma como sendo um dado concreto que se refere a uma experiência concreta. Essa forma permite caracterizar o conjunto como totalidade: seu perímetro, seu traçado e das vias circundantes, sua posição, seus monumentos e a localização dos equipamentos.

É relevante salientar que “a caracterização morfológica equivale à análise, pois abriga um conjunto de atividades que traz à luz a estrutura dos fenômenos, composta por características fundamentais de seus elementos e das relações estabelecidas entre os mesmos” (KOHLSDORF, 1996, p.74).

Com o estudo da forma das praças limitando-se à dimensão setorial do espaço urbano, poderemos distinguir as particularidades dos edifícios que as delimitam e as estruturam destacando alguns elementos como: fachadas, mobiliário urbano, pavimentos, cores, texturas, letreiros, árvores e monumentos.

Contemplar as características morfológicas é importante nos estudos sobre as praças. Para Robba e Macedo (2002), devemos adotar o desenho em que cada praça considere como essencial o lugar de encontro social e pressupõem-se certos arranjos de tecidos urbanos densos e diversos onde são cruciais as ruas do entorno que trazem a gente que ocupa a praça, além disso, são vitais os acessos à praça como as esquinas e as faixas de trânsito, por exemplo.

Compreender a estrutura morfológica significa estabelecer graus de dependência e relações entre os espaços livres e os volumes construídos, entre a forma do sítio e a forma edificada, entre os recursos naturais existentes e os impactos da urbanização. Para uma adequada compreensão deste fato, destaca-se a dimensão dos elementos que permitem verificar as partes e compreender a totalidade das praças públicas. A seguir, com as informações contidas na **figura 1** baseadas em Lamas (2000), pretendemos explanar os elementos que são utilizados nas análises das praças públicas.

Figura 1. Elementos de morfologia urbana, baseado em Lamas (2000).

3. As praças analisadas

A identificação da natureza da transformação das cidades é necessária para compreensão do que se passa nas praças públicas centrais. Constatou-se a especificidade da situação urbana e em seguida desenvolveu-se o processo de escolha das praças a serem analisadas em cada um dos municípios. Como principal critério, buscamos as praças com maior poder simbólico e uso nos centros das cidades em estudo. A seguir apresentamos os elementos a serem considerados na análise das praças e na caracterização do lugar onde estas se localizam:

a. localização e delimitação geral das praças centrais com destaque para as selecionadas para estudo, limites do centro, eixos principais de circulação e acesso;

b. características físico-geográficas, tipo de clima, ocupação do solo e do relevo do entorno imediato, padrão residencial, gabarito, edifícios institucionais, entre outros;

c. planta atualizada de cada praça com distribuição das vias, massas de vegetação, mobiliário e equipamentos e;

d. morfologia urbana de cada praça.

Algumas informações são apresentadas de maneira descritiva e outras através de imagens e esquemas, além da planta baixa de cada uma das praças.

3.1 As praças analisadas no município de Tubarão: Praça do Centenário, Praça Sete de Setembro, Praça Walter Zumblick (Partes I e II)

O município de Tubarão localiza-se no sul de Santa Catarina, tem uma área territorial de 300 Km² e apresenta uma população estimada de 97.235 (IBGE, 2010). A origem da cidade, em 1774, aconteceu na margem direita do rio e está relacionada ao porto fluvial e ao comércio. Era o ponto da rota terrestre que ligava Lages à Laguna, onde os tropeiros e cargueiros que desciam a serra transportando o charque, o couro e o queijo reabasteciam-se com os manufaturados e outros produtos que não se produziam no planalto.

Outro acontecimento que marcou o município foi a construção da Estrada de Ferro Dona Thereza Cristina, inaugurada em 1884. A EFDTC foi criada e construída com a finalidade de transportar o carvão de minas para o porto de Imbituba e mais tarde passou também a transportar passageiros. Os imigrantes que ocuparam as colônias do sul, aproximadamente 90% eram italianos, os demais alemães e, em escala diminuta, os poloneses. Em Tubarão, os imigrantes e seus filhos foram chegando aos poucos, integrando-se à cultura portuguesa predominante e provocando uma miscigenação entre os diversos colonizadores que chegavam à região.

Na década de 1950, os trilhos da Estrada de Ferro que passavam pelo centro causavam tumultos e transtornos e impediam o desenvolvimento econômico da cidade. Em 1969, houve a retirada desses trilhos, onde se abriu a Avenida Marcolino Martins Cabral. Logo depois, a expansão de todo o sítio se deu a partir da década de 1970 com a atração exercida pela BR-101.

A seguir apresentam-se as praças que foram analisadas no município de Tubarão:

a) Praça do Centenário (**figura 2**)

A Praça do Centenário é mais conhecida como Praça do Chafariz, foi inaugurada em 1936 e é um espaço reduzido, como um pátio, com algumas árvores e equipado com mobiliário urbano – um chafariz, um telefone público, alguns bancos e iluminação, além da banca de revista e da lanchonete que também se localizam na praça. A circulação de pedestres é considerada a atividade predominante, sendo que a praça está localizada no principal local de passagem entre o terminal urbano e o centro da cidade. A Praça do Centenário é o principal ponto de encontro dos aposentados no centro da cidade que diariamente concentram-se nos bancos conversando e vendo o movimento do local.

Localizada na margem direita do Rio Tubarão e estrategicamente na transição do Centro tradicional para a margem esquerda e mais nova da cidade. O entorno construído, denso e contínuo, apresenta edifícios mistos de usos diversificados: pavimento térreo comercial e os pavimentos superiores residenciais e/ou serviços. O contexto urbano caracterizado pela proximidade com a principal ponte da cidade e o terminal urbano marca o local como ponto de passagem. Por se localizar em um dos principais e mais tradicionais eixos de comércio da cidade leva a uma alta concentração de pessoas, tanto de pedestres como de veículos. Além disso, o bloco de edificações de caráter simbólico e histórico da Rua Lauro Muller encontra-se no entorno imediato da praça. Esta rua limítrofe à praça apresenta sentido único de passagem para quem vem da Ponte Coronel Collaço.

b) Praça Sete de Setembro (**figura 3**)

A Praça Sete de Setembro teve sua construção em 1916 como um jardim todo murado que se chamava na época Jardim 15 de Novembro. Na década de 1950, esse jardim teve um novo aspecto e passou a ser chamado de Praça Sete de Setembro, nela foram colocados bancos e uma grande figueira no seu centro por causa do centenário da cidade. A praça representa um ícone social do espaço urbano, além de representar a subjetividade da natureza na cidade onde as árvores oferecem uma ambiência mais aconchegante ao centro da cidade.

Assim, a Praça Sete de Setembro é a mais expressiva arborização do centro, as densas copas formam uma ampla cobertura e praticamente toda a área da praça é sombreada, sendo o verde aéreo muito maior que a área com tratamento vegetal do piso. Por esse fato, a praça tem a função de respiro, local de alívio da tensão e pressão exercida pela sensação aglomerada do tráfego de veículos nas ruas adjacentes.

c) Praça Walter Zumblick (**figuras 4 e 5**)

A Praça Walter Zumblick fazia parte de uma grande praça linear adjacente à Praça Sete de Setembro. Na década de 1980 era um local bastante utilizado pelos habitantes da cidade, principalmente por pais e filhos, devido à presença de um playground onde as crianças se divertiam. Em 1999, por causa de alterações realizadas no trânsito da cidade, a praça foi dividida, retiraram o equipamento de lazer infantil e transformou-se em duas praças: uma parte onde ficou o Centro de Cultura Municipal (Parte II) e a outra parte a que denominamos, aqui, de Praça Walter Zumblick – parte I. Essa parte tornou-se mais funcional e ativa pela maior proximidade com edifícios comerciais e serviços e por ser o ponto de transporte coletivo mais amplo e que atende um maior número de linhas.

Por ter três abrigos e um recuo para a parada do transporte coletivo, a praça apresenta apropriação intensa dos moradores da periferia da cidade. A função de circulação e espera do transporte tornou-se cada vez mais importante no local, além disso, três das quatro ruas que delimitam sua área são de tráfego intenso.

Em 2006, o SESC em parceria com o governo de Tubarão revitalizou a praça mobilizando a comunidade e grupos organizados. A revitalização alterou o traçado dos canteiros e renovou os jardins contribuindo para um melhor aproveitamento e acolhimento das diferentes formas de uso que o espaço pede. O traçado dos canteiros foi projetado pensando no fluxo predominante do local.

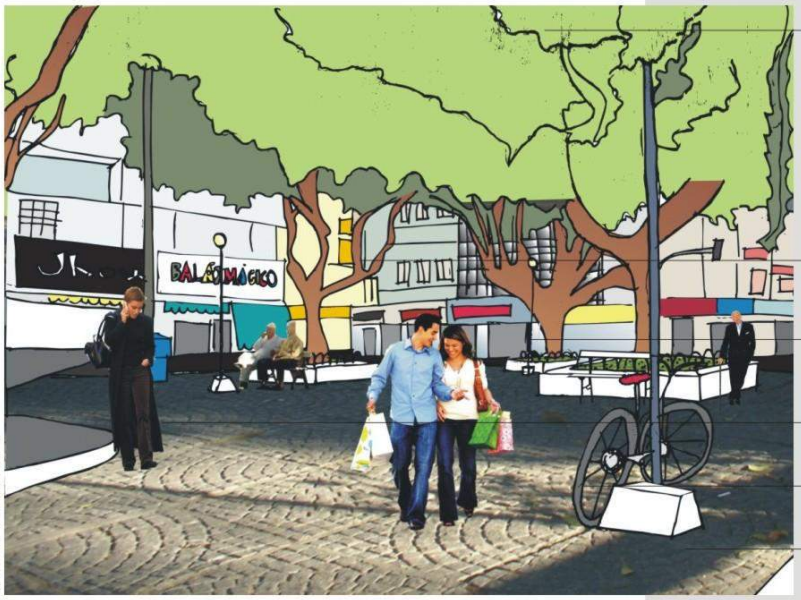
A Praça Walter Zumblick - parte II perdeu o aspecto ativo por diversos motivos e um deles é a presença do Centro de Cultura Municipal (inaugurado no ano de 2000, com 1.800 metros quadrados abrigando a biblioteca pública e o Museu Willy Zumblick). O edifício é desproporcional em tamanho para o local e acabou dividindo a praça mais uma vez. Na frente deste equipamento o espaço existente é utilizado diariamente como local passagem e somente em dias eventuais serve de palco para manifestações artísticas, políticas e comemorativas. Nos fundos do Centro de Cultura a apropriação fica por parte dos grupos de jovens skatistas, devido a presença de uma pista de skate nessa área. A prática deste esporte é um acontecimento que contrasta com as outras práticas que poderiam acontecer no local, em razão da dinâmica deste esporte.

As três praças contínuas e lineares estão inseridas em um tecido urbano consolidado com ruas de traçado regular, embora os quarteirões onde estão conformadas sejam de tamanhos variados. A área apresenta uma situação caótica no que se refere ao trânsito, pois o escoamento dos fluxos atuais não foi previsto, refletindo situações inadequadas no controle do tráfego e condições físicas das vias, principalmente na Avenida Marcolino Martins Cabral, o principal eixo arterial da cidade. Com relação ao uso do solo, podemos observar uma maior concentração de comércio e serviços. Em respeito à forma e ocupação do solo, a maioria dos lotes na área já estão ocupados, mas isso não significa uma alta densidade, pois esta varia muito, apresentando desde ocupação com casas térreas até edifícios de 12 (doze) pavimentos.

PRAÇA DO CENTENÁRIO (CHAFARIZ)

PERSONALIDADE: CIRCULAÇÃO*

MORFOLOGIA



A VEGETAÇÃO
poucas árvores de grande porte cobrindo a maior parte da praça e canteiros com flores, gramíneas e arbustos

O QUARTEIRÃO
encontra-se na extremidade de um quarteirão linear situado na margem do Rio Tubarão

O LOTE
praça na forma de um retângulo irregular

A FACHADA
edifícios mistos (comercial/serviços e residências), predominando a arquitetura estilo art déco

O MONUMENTO
o monumento com forte significado existente é o seu chafariz

O MOBILIÁRIO
os mais significantes são os bancos

O SOLO
topografia plana revestida com pisos de concreto tipo trabalho rústico

O TRAÇADO
delimitada por duas ruas perpendiculares e pelo Rio Tubarão

INDICADORES DE QUALIDADE

ESCALA - praça de pequeno porte em harmonia com os edifícios de cinco pavimentos, na maioria, de um lado e o Rio Tubarão de outro.

DIMENSÃO SOCIAL - se estabelece na praça principalmente entre os aposentados que a frequentam diariamente para encontrar os amigos; esses encontros ocorrem principalmente no meio da manhã e da tarde.

DIMENSÃO CULTURAL - a troca cultural não é muito destacada, somente pelo músico que se apresenta esporadicamente na praça.

DIMENSÃO SIMBÓLICA - a Praça do Centenário deve seu simbolismo por ser a porta de entrada do centro da cidade para quem chega da margem esquerda do Rio Tubarão.

DIMENSÃO AMBIENTAL - a amenização na estação quente acontece pelas densas copas das árvores, mas não representa uma mudança significativa no seu entorno, além disso, a penetração do ruído impede a permanência prolongada no espaço.

ACESSIBILIDADE - pela sua posição entre a margem esquerda e direita da cidade, apresenta um alto grau de acessibilidade a todos os cidadãos, principalmente quem chega pelo terminal de transporte coletivo.

*** CIRCULAÇÃO: A SUA PRINCIPAL CARACTERÍSTICA É A CIRCULAÇÃO DE PESSOAS, DEVIDO A SUA POSIÇÃO ESTRATÉGICA ENTRE A MARGEM ESQUERDA DO RIO TUBARÃO E O CENTRO DA CIDADE**

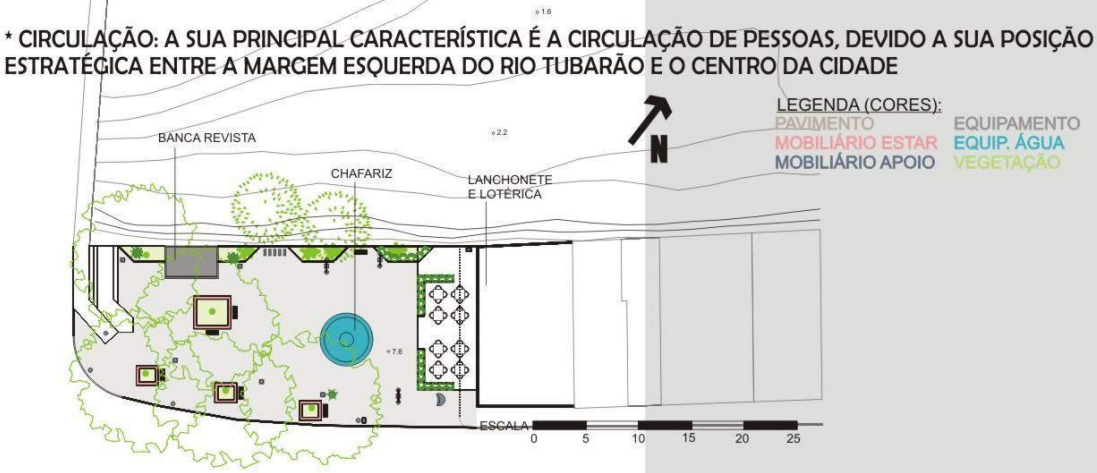


Figura 2. Ficha morfológica da Praça do Centenário – Tubarão/SC. Fonte: BENEDET, 2008.

PRAÇA SETE DE SETEMBRO
PERSONALIDADE: OÁSIS URBANO*

MORFOLOGIA

A VEGETAÇÃO
a composição paisagística se destaca no entorno pela grande cobertura das copas das árvores

O QUARTEIRÃO
encontra-se isolada pelas ruas e avenidas circundantes

O LOTE
praça retangular entre dois eixos importantes do sistema viário

A FACHADA
edifícios mistos com arquitetura distinta (estilo art déco e moderno)

O MONUMENTO
a praça em si representa um monumento pela sua representatividade no município

O MOBILIÁRIO
os mais significantes são os bancos

O SOLO
topografia plana com lajotas de concreto revestindo a base

O TRAÇADO
delimitada por ruas e avenidas (uma delas é a avenida principal do município)

INDICADORES DE QUALIDADE

ESCALA - praça de pequeno porte com as copas das árvores se destacando no entorno.

DIMENSÃO SOCIAL - é marcada pelas conversas, principalmente nos bancos e no ponto de táxi; a sociabilidade é marcada principalmente entre os taxistas e os seus conhecidos.

DIMENSÃO CULTURAL - a convivência e as trocas culturais acontecem entre os taxista, na banca de revistas e, no Natal, o presépio montado confere à praça um lugar de espetáculo.

DIMENSÃO SIMBÓLICA - a praça Sete de Setembro representa um forte simbolismo no imaginário da população pelo seu significado histórico marcado até os dias de hoje, principalmente, pela figueira que foi plantada no seu centro em comemoração ao centenário da cidade.

DIMENSÃO AMBIENTAL - seu efeito ambiental na estação quente ameniza o microclima local e sua arborização define o sombreamento e o conforto térmico de toda a extensão da praça. Na estação fria, não proporciona boas condições para permanência prolongada.

ACESSIBILIDADE - pela sua posição central e proximidade com os principais equipamentos do Centro, a praça apresente um alto grau de acessibilidade a todas as classes.

*** OÁSIS URBANO: A SUA PRINCIPAL CARACTERÍSTICA É A MASSA DE VEGETAÇÃO, REPRESENTANDO UM OÁSIS URBANO EM MEIO A DOIS EIXOS IMPORTANTES DO SISTEMA VIÁRIO.**

Figura 3. Ficha morfológica da Praça Sete de Setembro – Tubarão/SC. Fonte: BENEDET, 2008.

PRAÇA WALTER ZUMBLICK (PARTE I)

PERSONALIDADE: FUNCIONAL*

MORFOLOGIA...

A VEGETAÇÃO
a composição paisagística se destaca no entorno pela grande cobertura das copas das árvores

O QUARTEIRÃO
encontra-se isolada por ruas e avenidas circundantes

O LOTE
praça linear entre dois eixos importantes do sistema viário

A FACHADA
edifícios comerciais e serviços com arquitetura distinta

O MONUMENTO
apresenta monumentos e marcos homenageando personalidades e entidades do município

O MOBILIÁRIO
os mais significantes são os pontos de ônibus e os bancos

O SOLO
topografia plana com revestimentos de petit-pavet e lajotas de concreto

O TRAÇADO
delimitada por ruas e sua face norte é recuada para permitir a parada de ônibus

INDICADORES DE QUALIDADE...

ESCALA - praça de pequeno porte, mas em harmonia com seu entorno apresentando, na sua maioria, edifícios de dois pavimentos.

DIMENSÃO SOCIAL - se estabelece fluindo na praça e nos espaços privados do seu entorno acontecendo principalmente nos três pontos de ônibus, nas duas sorveterias e nos bancos (CEF, Santander e Real).

DIMENSÃO CULTURAL - a convivência e as trocas culturais acontecem nos pontos de ônibus onde diversos personagens usufruem o espaço: os surfistas que vão para praia, as crianças que vão para a escola, os trabalhadores que vão e voltam de seus trabalhos, os aposentados que vêm aos bancos receber o salário, entre outros.

DIMENSÃO SIMBÓLICA - a praça Walter Zumblick muitas vezes é confundida como extensão da Praça Sete de Setembro portanto adquire um caráter simbólico forte pelo papel que esta outra representa.

DIMENSÃO AMBIENTAL - seus efeitos ambientais, principalmente nas estações quentes, amenizam o microclima local e sua arbórea define o sombreamento, a temperatura e a umidade relativa do ar.

ACESSIBILIDADE - pela sua posição central e ponto de convergência das principais linhas de transporte coletivo a praça apresente um alto grau de acessibilidade a todas as classes.

*** FUNCIONAL: A SUA PRINCIPAL CARACTERÍSTICA É A FUNCIONALIDADE ADQUIRIDA PELOS DIVERSOS EQUIPAMENTOS (3 PONTOS DE ÔNIBUS, 1 LANCHONETE, 1 SORVETERIA E 1 BANCA DE REVISTA)**

Figura 4. Ficha morfológica da Praça Walter Zumblick (parte I) – Tubarão/SC. Fonte: BENEDET, 2008.

Figura 5. Ficha morfológica da Walter Zumblick (parte II) – Tubarão/SC. Fonte: BENEDET, 2008.

3.2 A praça analisada na cidade de Braço do Norte: Praça Padre Roher

Localizado entre o mar e a serra, Braço do Norte conta uma área territorial de 221,31 Km² e uma população de 29.018 habitantes (IBGE, 2010). O início da colonização foi a partir de 1874, com a chegada dos primeiros imigrantes alemães que, a requerimento, obtiveram permissão do Governo Imperial para estabelecerem-se nas margens do Braço do Norte. Cinquenta e duas famílias encontraram naquele lugar, terra de superior fertilidade para cultivar produtos agrícolas. Em 1879, consta-se o memorial de planta da sede do núcleo colonial de Braço do Norte onde se achava dividido em 89 lotes urbanos, ruas com 20m de largura e uma praça quadrada de 220m de lado.

O município apresenta uma formação geográfica privilegiada, com a presença de morros que formam mirantes naturais e planícies, sendo a região do Centro, a principal delas. O perímetro urbano tem 10 km² e é formado por duas praças e doze bairros. A cidade tem um traçado urbanístico bastante adequado e regular, além de conservar a riqueza do traçado original, do engenheiro Carlos Othon.

a) Praça Padre Roher (**figura 6**)

Em 1912, a Praça Padre Roher só tinha um carreirinho que ia para a Igreja, na época capela, só mato com um banhado grande e um pontilhãozinho de madeira onde as crianças a caminho da escola gostavam de empurrar os outros na água e à noite escutarem a saparada (DALL'ALBA,1973). A capela foi erguida nos primeiros tempos do povoado se tornando o marco zero da cidade que tem no traçado retilíneo a ordenação originalmente estabelecida.

A praça com a igreja no centro tem uma identidade híbrida abrigando no seu interior símbolos religiosos e civis. No seu espaço ainda acontecem festas religiosas como era no princípio, mas sua função se multiplicou, adaptando-se às necessidades de hoje. Quanto à localização central da igreja na praça, Sitte (1992) verifica essa característica em algumas localidades da Alemanha no tangente à disposição onde as igrejas eram colocadas isoladamente – quando não no centro da praça, ao menos circundadas por vielas. Na maioria dos casos, a origem de tal isolamento era a existência anterior de cemitérios que outrora rodeavam as igrejas. Essa característica pode ter sido repetida aqui pelos colonos alemães que colonizaram a cidade. Hoje, a praça abriga toda a diversidade de pessoas que buscam momentos de alívio, lugar da convivência dos diferentes que buscam o comum, num acordo tácito da regra de ocupação dos espaços. Os bancos sombreados e os caramanchões criam zonas de estar e são os locais privilegiados para o descanso e vista do movimento das pessoas, além de encontro com os amigos.

A localização da praça no centro histórico e tradicional reflete um forte significado de identificação dos moradores da cidade. No entorno predominante misto, tem como principal símbolo a Igreja Matriz, além da casa paroquial e outros edifícios institucionais e de serviço. Os edifícios formam um conjunto harmonioso, apresentando continuidade no conjunto e predominando a baixa densidade. Com relação ao sistema viário, duas importantes vias fazem limite com a praça enquanto seus outros dois lados são delimitados por vias locais que acabam sendo incorporadas à praça, através do seu uso.

Figura 6. Ficha morfológica da Praça Padre Roher – Braço do Norte/SC. Fonte: BENEDET, 2008.

3.3 A praça analisada na cidade de Laguna: Praça Vidal Ramos

Laguna é uma cidade litorânea que apresenta uma área de 445,2 Km² e uma população urbana de 51.562 habitantes (IBGE, 2010). Fundada em 1676, foi por muito tempo limite sul da América Portuguesa. A escolha desse local pelos portugueses deve-se à existência de um porto natural protegido dos ventos, a uma faixa de terra plana junto à lagoa para facilitar o abastecimento de água e, principalmente, à posição geográfica estratégica sobre a imaginária linha do Tratado de Tordesilhas. De 1748 a 1756 ocorreu o adensamento da vila com a chegada das famílias portuguesas que trouxeram consigo tradições culturais próprias, influenciando de maneira profunda a cultura de Laguna e do litoral catarinense (VIEIRA; SZCZUK; SIMON, 2001).

Com o aumento da produção do carvão no final do século XIX e no final desse século e início do século XX, vive o período de maior prosperidade de sua história. Segundo Vieira, Szczuk e Simon (2001), a implantação das edificações nos lotes vai se modificando: primeiro os porões altos, depois os jardins e os acessos laterais que modificam o espaço urbano e passam a incorporar os vazios entre as construções. Estas edificações estão localizadas principalmente junto à Praça da Matriz. Em 1985, Laguna teve seu centro histórico tombado pelo IPHAN e esse continua exercendo uma posição de centralidade, oriundo da escolha do sítio que foi implantado com a intenção de configurar um espaço urbano permanente.

a) Praça Vidal Ramos - Praça da Matriz (**figura 7**)

A Praça Vidal Ramos inicialmente era somente um campo aberto chamado de Campo de Manejo e coberto por gramíneas e arbustos. Recebeu suas primeiras obras em 1903 com a sua delimitação através das ruas. Nessa época, passou a ter características de jardim murado e era o local onde aconteciam os encontros, passeios e lazer. Em 1913, passou por novas obras quando foram plantadas mudas de palmeiras imperiais e instalado o chafariz no seu centro que hoje se encontra desativado.

A Praça Vidal Ramos juntamente com a Praça onde se situava a Casa de Câmara e Cadeia (atual Praça República Juliana) foram geradoras do traçado urbano da via. A redução do tráfego de veículos, por ser uma área mais residencial, confere ao local maior tranquilidade e as crianças podem correr à vontade, sem se preocupar com carros, além de proporcionar uma maior qualidade sonora. A praça hoje é apropriada mais por idosos, crianças e casais de namorados, assumindo a função principal de encontro e de ritos religiosos. Alguns eventos esporádicos acentuam a variedade dos usuários da praça, como as festas populares e outras celebrações que alteram normalmente a rotina se repercutem na paisagem.

A localização da praça no Centro histórico e tradicional reflete um forte significado de identificação dos moradores da cidade. No entorno predominante residencial, tem como principal símbolo a Igreja Matriz, além da casa paroquial e outros edifícios institucionais e de serviços. Os edifícios implantados no alinhamento predial caracterizam as edificações luso-brasileiras de pé-direito baixo, mas as edificações que mais predominam no entorno da praça são as de estilo eclético. Essas edificações apresentam uma escala compatível com o conjunto urbano e conferem homogeneidade nas escalas das edificações.

Figura 7. Ficha morfológica da Praça Vidal Ramos – Laguna/SC. Fonte: BENEDET, 2008.

4. Parâmetros projetuais para praças públicas centrais em cidades de pequeno porte

Durante a construção da fundamentação teórica e da aplicação dos métodos utilizados nesta pesquisa foram encontrados elementos para caracterizar a apropriação dessas praças em cidades de pequeno porte. As conclusões não podem ser generalizadas, pois cada contexto apresenta situações diferentes, exposto isto, alguns pontos são comentados abaixo.

A escolha dos fatores que influenciam na apropriação ou não das praças públicas nem sempre são compatíveis entre si. Os gostos e preferências não são uniformes e as considerações são subjetivas: aquilo que satisfaz a um casal de idosos não satisfaz às exigências de um grupo de jovens.

Os elementos que constituem as praças públicas, desde o traçado geral até o mobiliário, são importantes para complementar a paisagem das mesmas e, através de seu posicionamento e função no espaço, pode resultar em diferentes padrões de comportamentos dos usuários tanto positivos como negativos. O desenho e a distribuição desses elementos, por exemplo, fontes e bancos, satisfazem pautas de conduta concretas.

A apropriação é o resultado de uma interação complexa dos conjuntos principais de variáveis. Entre eles, o entorno que circunda as praças e influi substancialmente sobre os indivíduos que vão usá-las e; a condição de cada pessoa, tanto ligada aos mecanismos biológicos do corpo como psicológicos, com fundo cultural, motivações, experiências e necessidades de cada indivíduo. Sendo assim, o processo de apropriação implica além das características de cada praça, as necessidades humanas, sendo elas, físicas, psicológicas e/ou fisiológicas.

Outro fator importante a destacar é a rotina de atividades do entorno e das praças públicas, ressaltando o horário de funcionamento do comércio como principal determinante na utilização das praças públicas centrais que determina o horário de passagem dos funcionários e o horário de maior vitalidade da área.

Sobre as atividades realizadas nas praças, podemos dizer que as áreas com maior número de espaços específicos, que a princípio comportariam um maior número de atividades são, no entanto, as áreas onde os usuários realizam o maior número de atividades. O caminhar e o estar sentado são atividades complexas do ponto de vista de uso e mais facilmente encontradas nas praças públicas pela maior disponibilidade do espaço e mobiliário para que isto aconteça, mas, além disso, dependem do espaço físico adequado e prazeroso. Ainda, a existência de bons espaços para sentar prepara a praça para outras atividades de permanência prolongada que podem ser nela desenvolvidas: comer, ler, dormir, esperar alguém, jogar, tomar sol, olhar as pessoas e o movimento e conversar.

Quanto ao tratamento do piso, em geral, é o grande protagonista na composição do espaço, além disso, serve para sustentar os elementos constituintes, como mobiliário urbano e vegetação. A manutenção é um aspecto bastante relevante, pois nos irregulares, os usuários acabam sendo prejudicados na hora de dialogar com os amigos, contemplar a paisagem e principalmente nos passeios.

A vegetação contribui na criação dos espaços, tornando-os aconchegantes, convidativos, além de oferecer amenização climática proporcionando maior conforto térmico às praças públicas. Outra característica fundamental é que a vegetação cria espaços diferentes ao longo das estações, sombreados e confortáveis no verão e ensolarados e quentes, nas estações frias. A exploração correta da vegetação torna-se um trunfo para a apropriação das praças, tanto nos seus atributos físicos como na percepção que causa. A água, além de proporcionar conforto térmico aos espaços representa entre os indivíduos um forte senso simbólico, tornando-se essa a principal característica desse elemento.

Quanto ao mobiliário e equipamentos, constituem os elementos principais que vão determinar as atividades que podem ser realizadas nas praças públicas. Os bancos, principal mobiliário das praças, apresentam dois tipos de necessidades: de assento para conversar, namorar e jogar, devendo ser confortáveis e estar em locais com amenização climática e; de composição da pontuação do percurso, localizados principalmente nos espaços de passagem, onde a permanência é curta e ocasional. Além disso, os tipos de assento apresentam exigências variadas para os diversos grupos de pessoas. O assento adequado é um requisito essencial para poder sentar-se.

O mobiliário e/ou equipamento de lazer tem públicos específicos com características peculiares e necessidades particulares que muitas vezes acabam sendo os grandes atrativos das praças que têm como vocação o encontro e o lazer. Esses elementos devem oferecer conforto e acessibilidade para permanência, particularmente de crianças e pessoas idosas. O mobiliário de apoio e equipamentos acabam sendo complementares para as outras atividades realizadas pelos usuários nas praças públicas, assim como pelos transeuntes que passam pelo seu entorno.

Os elementos de arte urbana como bustos, monumentos e esculturas representam a memória e a história da cidade, sendo assim, são elementos de valorização simbólica e devem ser bem selecionados, mas o principal elemento de atração nas praças são as apresentações, consideradas como um grande atrativo para os usuários.

Com relação ao conforto ambiental, os seus principais elementos – temperatura, velocidade e umidade do ar e acústica – são afetados e afetam a morfologia espacial das praças públicas. Cada região tem suas próprias condições climáticas que devem servir de base para soluções em cada caso particular. A importância desse conforto é no sentido de assegurar condições aceitáveis de permanência nas praças, em todas as épocas do ano. Além disso, é importante oferecer oportunidades de experimentar as diversas nuances do clima, sentar num espaço sombreado ou ensolarado, por exemplo, a hora que quiser.

Quanto ao ambiente sonoro, destaca-se a importância do silêncio principalmente nos espaços simbólicos. Já, a luz proporciona uma variedade diária e sazonal nas praças; quando é artificial, deve destacar os principais elementos do espaço, além de oferecer segurança aos usuários.

5. Considerações finais

Este trabalho objetivou compreender o fenômeno de apropriação de praças públicas centrais em cidades de pequeno porte e assim a proposição de alguns parâmetros comuns aplicáveis em outras praças de características semelhantes com as analisadas, tornando-as com maior qualidade. Foi importante, então, saber quais atividades de sociabilidade e lazer são importantes para que as pessoas passem a usá-las.

Os resultados foram conquistados através da avaliação das diversas nuances no tratamento e as formas de apropriação da população dos espaços analisados. Observando a ocupação do solo levando em conta a qualidade ambiental das áreas e do seu entorno, compreendendo assim o fenômeno de apropriação das praças públicas centrais.

Graças à riqueza de informações obtidas durante a pesquisa de campo associada à revisão de literatura, pôde-se estabelecer parâmetros referentes à promoção de uma maior apropriação das praças públicas centrais especificamente em cidades de pequeno porte. Esses parâmetros dizem respeito às melhorias com relação aos aspectos analisados nesta pesquisa: físico-ambiental, funcional, acessibilidade, mobiliários, equipamentos, atividades e arte urbana.

Espera-se, com esta pesquisa, ter ampliado as informações a respeito da apropriação e morfologia das praças públicas centrais em cidades de pequeno porte, incentivando os profissionais da área e órgãos responsáveis a mobilizarem-se em direção da reformulação destes espaços. Almeja-se assim uma maior apropriação dos usuários em espaços públicos que satisfaçam as suas reais necessidades.

6. Referências bibliográficas

CUNHA, R D (2002) *Os usos, funções e tratamentos das áreas de lazer da área central de Florianópolis*. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

DALL'ALBA, J L (1973) *O vale do Braço do Norte*, Ed. do Autor, Orleans.

HEITOR, T V (2001) *A vulnerabilidade do espaço em Chelas: uma abordagem sintática*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (2015) *Censo Demográfico 2010*, Brasília.

KOHLSDORF, M E (1996) *A apreensão da forma da cidade*, Editora da UnB, Brasília.

LAMAS, J M (2000) *Morfologia Urbana e desenho da Cidade*, Fundação Calouste Gulbenkan, Lisboa.

ROBBA, F; MACEDO, S S (2002) *Praças Brasileiras*, EDUSP, São Paulo.

SITTE, C (1992) *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*, Ática, São Paulo.

O sistema de espaços livres públicos na produção da habitação de interesse social na cidade de Araguari - MG, Brasil

Michelle Corrêa, Patrícia Ribeiro

PPGAU - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, FAUeD - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design, Universidade Federal de Uberlândia

Rua Tomaz Falbo,252 Ap.101 Bl. A, Telefone/fax: +55 34 91690832

miki.monteiro@gmail.com, pparibeiro@ufu.com.br

Resumo

Este artigo apresenta um estudo comparativo entre os processos de produção do Sistema de Espaços Livres Públicos (SELP), em conjuntos de Habitação de Interesse Social (HIS) implantados na cidade de Araguari, Minas Gerais entre os anos de 1965 e 2014. Faz parte da pesquisa de mestrado "Sistema de espaços livres públicos em conjuntos de habitação de interesse social na cidade de Araguari (MG): uma abordagem política", em desenvolvimento no Programa de Pós Graduação da FAUeD-UFU. Os espaços livres públicos fornecem importantes registros acerca da formação da cidade, e investigar seu processo de constituição em conjuntos de HIS possibilita aprofundar o entendimento sobre a conformação da paisagem urbana das cidades médias do Triângulo Mineiro. Este trabalho parte do estudo dos programas e das políticas habitacionais implantados no país, passando pela distribuição dos conjuntos em Araguari e seu papel na forma intraurbana da cidade, apresentando por fim a comparação entre os projetos. Foca na análise dos projetos originais de cinco conjuntos implantados a partir da criação do Banco Nacional da Habitação (BNH), visando estabelecer o quadro das transformações projetuais nestes quase cinquenta anos.

Palavras-chave

Espaço Livre Público, Cidades Médias, Habitação de Interesse Social, Forma Urbana.

Abstract

This article presents a comparative study about the production processes of the Public Open Spaces System (SELP), in sets of Social Housing (HIS) deployed in the city of Araguari, Minas Gerais between the years 1965 and 2014. It is part of Master thesis "System of public open spaces in social housing sets in the city of Araguari (MG): a political approach" in development in the Graduate Program of FAUeD-UFU. The public open spaces provides important records concerning the formation of the city, and investigate its constitution process in social housing sets enables to deepen the understanding of the conformation of the urban landscape of medium-sized cities of Triangulo Mineiro. This work begins with the study of programs and housing policies implemented in the country , through the distribution of sets in Araguari and its role in intra-urban form of the city , finally presenting the comparison between projects. Focuses on the analysis of the original project of five sets deployed from the creation of the National Housing Bank (BNH) , to establish the framework of projective transformations in these nearly fifty years .

Keywords

Public Open Space, Medium Size Cities, Social Housing Sets, Urban Form.

Introdução

O Espaço Livre é um registro histórico do processo de urbanização, uma expressão física de certos processos antrópicos sobre a paisagem da cidade que compreende todo o espaço que não é ocupado por uma edificação (MAGNOLI, 2006, p.179) – é o "fundo" da "figura" construída. Toda cidade possui um Sistema de Espaços Livres (SEL) resultante de seu processo de constituição, produzido pelo Poder Público e pela iniciativa privada, e trata dos elementos e relações entre todos os espaços livres urbanos, sem distinção de forma, uso, qualificação e propriedade (QUEIROGA, 2012, p.13).

Os espaços livres públicos são os "espaços da esfera pública geral, podendo, em determinados eventos, constituírem espaços da esfera pública política" (QUEIROGA, 2011, p.30). O Sistema de Espaços Livres Públicos (SELP) é entendido como principal subsistema do SEL urbano. Tem a rua como seu principal elemento, sendo os demais constituídos por parques, praças, mirantes, calçadões, promenades, unidades de conservação e proteção integral, lagoas, praias, rios, etc.; (QUEIROGA, 2012, p. 29) e suas relações extrapolam as barreiras da conexão física. São os espaços da democratização da cidade por excelência, e devem ser tratados como instrumentos de inclusão social e de harmonização da paisagem urbana.

A análise do processo de produção e reprodução do tecido urbano através de estudos morfológicos permite a compreensão dos aspectos gerais e específicos da conformação da cidade, uma vez que envolve não apenas o "estudo da forma urbana", mas também dos "aspectos exteriores do meio urbano, por meio do qual se coloca em evidência a paisagem e sua estrutura" (LAMAS, 1992, p.37). Por esta perspectiva, o estudo do processo de produção do SELP em conjuntos de habitação social contribui não apenas para a compreensão da realidade material deste tipo de assentamento, mas também para o entendimento do processo de formação e desenvolvimento da paisagem urbana periférica das cidades, neste estudo de caso, a cidade de Araguari.

Araguari é uma cidade média com cerca de 115 mil habitantes[1] localizada, conforme demonstra a **figura 1**, na região do Triângulo Mineiro, Estado de Minas Gerais, cuja economia é baseada na agroindústria e na logística. Assim como outras cidades médias do interior do Brasil, apresenta um padrão de configuração do SELP formatado por uma malha ortogonal que geralmente converge para praças centrais, apresentando níveis distintos de qualificação espacial entre centro e periferia (COCOZZA e OLIVEIRA, 2013, p.9), no qual as bordas geralmente são menos qualificadas do que a região central.

A trajetória da habitação de interesse social (HIS) na cidade tem início nos anos de 1900 com a construção de uma vila operária, que expandiu os limites do centro urbano em função da implantação do transporte ferroviário. Esta relação entre a implantação dos conjuntos de HIS e a expansão de seu tecido permanece em sua dinâmica intraurbana até os dias atuais, cujos exemplos mais recentes provêm do

[1] Segundo o IBGE (2014) são 114.970 habitantes, dos quais 94% são urbanos.

programa Minha Casa Minha Vida. Assim, além de sua localização quase sempre desprivilegiada, os conjuntos de HIS araguarinos convivem com baixos índices de urbanidade agravados pela evidente desconsideração da dimensão paisagística em seus projetos urbanísticos, sobretudo em relação ao SELP.

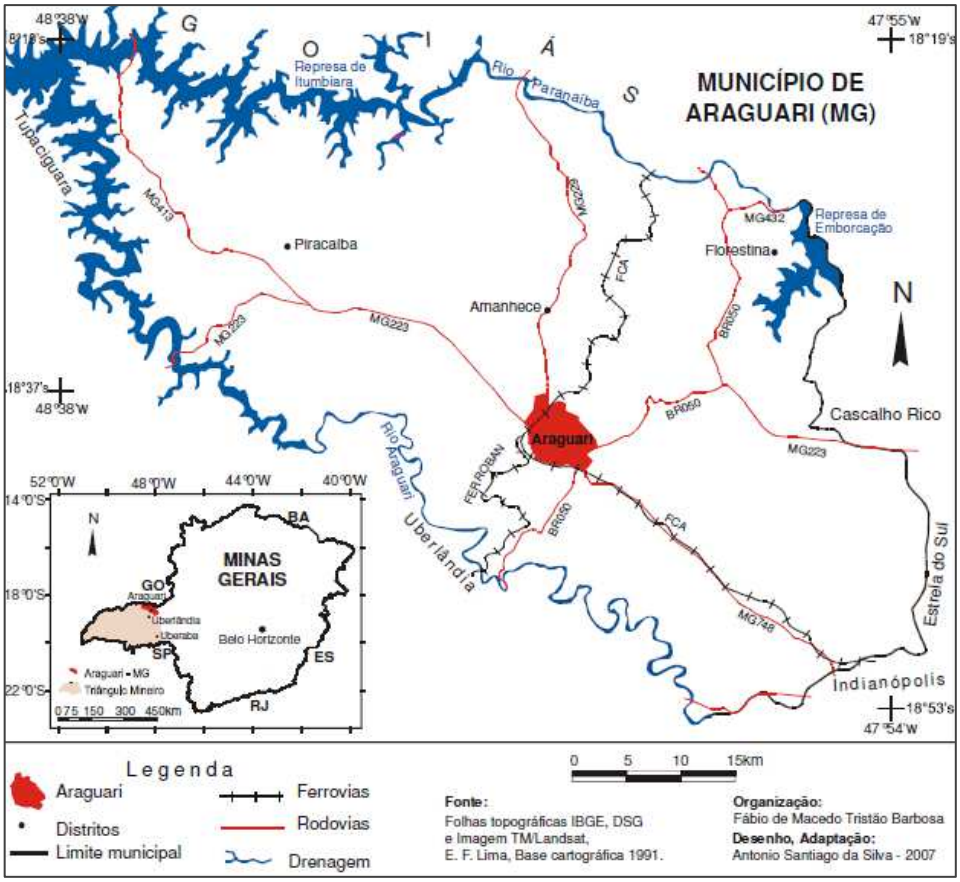


Figura 1. Mapa de Inserção do Município de Araguari na Região do Triângulo Mineiro. Em vermelho, a porção ocupada pela mancha urbana, pouco mais de 12% da área total do município. Fonte: Arquivo Público Municipal de Araguari.

Este artigo apresenta um estudo comparativo entre os processos de produção do Sistema de Espaços Livres Públicos em conjuntos de HIS araguarinos, implantados através de políticas governamentais distintas, entre os anos de 1965 e 2014. Visa estabelecer um panorama das transformações nas soluções projetuais dadas a estes espaços a partir da análise de seus projetos originais, conseguidas junto à Prefeitura Municipal de Araguari na Secretaria de Planejamento Orçamento e Habitação.

Para tanto, foram selecionados cinco estudos de caso: 1) Vila Paraíso – projetado e implantado em 1965 pela Companhia de Habitação de Minas Gerais (COHAB-MG) com recursos do BNH; 2) Vila Operadora[2] Gutierrez – projetada e construída em 1980 pela construtora Andrade Gutierrez com recursos da Companhia Elétrica de Minas Gerais (CEMIG), em função da construção da Hidrelétrica de Emborcação sobre o Rio Paranaíba; 3) Conjunto Ouro Verde, projetado e construído em 1990 pela COHAB-MG com recursos da Caixa Econômica Federal (uso do FGTS); 4) Conjunto Allan Kardec, projetado e construído

[2] Conceito trabalho por GUERRA (2008): vilas habitacionais ligadas à implantação de usinas hidrelétricas.

em 2007 pela COHAB-MG através do programa estadual Lares Gerais; 5)Residencial Vila dos Ipês I e II, projetado em 2013 e construído em 2014 com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC II) através do programa Minha Casa Minha Vida.

Como método, concentrou-se na leitura das informações cadastrais dos conjuntos (área da implantação, ocupação prevista, dimensionamento do sistema viário e áreas verdes / praças) e no diagnóstico da proposta para o SELP (forma, distribuição, área livre por habitante, qualificação proposta em projeto, nomenclatura dada). Para tanto, foram produzidos mapas desenhados sobre os projetos originais visando identificar a forma e a distribuição do SELP nos conjuntos estudados. Ao final, apresenta-se o panorama das transformações no processo de produção dos espaços livres públicos em conjuntos de HIS, elencando as diferenças e as similaridades relativas ao SELP entre os projetos analisados.

Este trabalho faz parte de um conjunto de estudos mais amplo, em elaboração atualmente para a pesquisa de mestrado "Sistema de espaços livres públicos em conjuntos de habitação de interesse social: uma abordagem política", cujo objetivo geral é a análise da contribuição da legislação urbanística na produção do SELP em conjuntos de HIS e a proposição de diretrizes que contribuam para a elaboração de uma política pública local voltada para a qualificação, gestão e conservação destes espaços.

Programas versus políticas habitacionais no Brasil

A questão da habitação popular passou a interessar o estado no final do século XIX, sobretudo pelos problemas relacionados ao saneamento urbano. Neste período, houve grande incentivo ao setor rentista para a construção de pequenas Vilas Operárias como solução para os cortiços. Mas apenas a partir de 1930, com a primeira Era Vargas, a produção de HIS é assumida pela administração pública de forma efetiva tendo como foco a difusão de seu ideal nacional-desenvolvimentista (BONDUKI,1998). Os edifícios emblemáticos produzidos pelos Institutos de Aposentadoria e Pensão – IAPs – são exemplos da produção habitacional no período.

Entre os anos de 1945 e 1961, houveram diversas tentativas de consolidação de uma política habitacional, dentre elas a criação da Fundação Casa Popular (FCP) na década de 1940, do Banco Hipotecário de Habitação em 1952, e o estabelecimento do Ministério do Bem-Estar Social. No entanto, apenas em 1964 com a criação do Banco Nacional da Habitação – BNH– instalou-se de fato uma política pública para a HIS. De cunho central-desenvolvimentista, o BNH produziu um número expressivo de habitações sociais (se comparado ao período anterior) através das Companhias de Habitação - COHAB – (BONDUKI,1998) que se ocupavam da fatia que não interessava à iniciativa privada - população com faixa de renda inferior a 5 salários mínimos - apesar de este setor continuar lucrando, já que os conjuntos eram construídos por empreiteiras particulares (EMILIANO,2006).

Após a extinção do BNH em 1989, as políticas públicas federais para HIS sofrem uma progressiva desarticulação, tendo seus recursos reduzidos e fragmentando-se em pequenos programas municipais e

estaduais, em sua maioria ineficientes frente ao déficit habitacional. Neste período, continua a atuação das COHAB, mas os recursos provinham principalmente da Caixa Econômica Federal.

Já em 2009 cria-se o programa federal Minha Casa Minha Vida com recursos do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento (2007) – cujo caráter centralizador delineia os atuais (porém arcaicos) rumos da política habitacional brasileira. Com algumas similaridades com o BNH, este programa utiliza critérios de renda para atender a diferentes faixas sociais tratando-se basicamente de um sistema de financiamento e subsídios. O padrão construtivo não sofre grande evolução em relação à qualidade observada nas COHAB, a inserção em áreas periféricas - pouco ou nada urbanizadas - e o superfaturamento do valor do imóvel persistem, apesar de ser previsto em lei o controle destas ações.

Os diferentes programas voltados à produção de habitação popular desde o Estado Novo até a atualidade têm sua eficácia prejudicada, no que tange à questão da resolução do déficit habitacional. Poderia se imaginar que, ao assumir o protagonismo na produção habitacional, os governos privilegiariam o interesse coletivo. O que acontece é bem diferente disso. As administrações decidem onde, como e o que construir, enquanto os empresários se limitam a produzir (e lucrar), e a população limita-se ao papel que lhe cabe: morar onde e como governo e construtor decidirem (MAGALHÃES, 2011).

A política habitacional brasileira, mesmo nos períodos de produção mais significativos, jamais atendeu de forma efetiva a população com renda de 0 a 5 salários mínimos. Não é de se estranhar que esta faixa constitua mais de 80% do atual déficit habitacional (FERREIRA et al.,2012). O histórico da produção de HIS prova a ineficiência destes modelos, já que deteve o monopólio do escasso financiamento da habitação popular e produziu nem 20% das moradias construídas no país (MAGALHÃES,2011). Todos os programas (entre municipais, estaduais e federais) produziram menos de 10 milhões dos 60 milhões de domicílios construídos entre 1930 e 2011 (MAGALHÃES, 2011) - o Brasil é o país da autoconstrução.

A compreensão do contexto da produção de HIS nos interessa na medida em que buscamos entender o papel do SELP na constituição urbana. Ora, se os programas habitacionais pouco se preocupam com a qualidade arquitetônica face ao atendimento da demanda por moradia, com a localização desprivilegiada face à especulação da terra urbana, e com a falta diversidade tipológica e funcional dos conjuntos face ao baixo custo de produção, há de se concluir que os parâmetros projetuais para os espaços livres públicos padecem sob o mesmo julgamento. O quadro que se é observa nas visitas *in loco* e questionários aplicados nos moradores dos conjuntos[3] é, grosso modo, catastrófico, no qual o espaço livre público torna-se motivo de repúdio por parte da população - praças são enxergadas como terrenos baldios, ruas como redutos de criminalidade e parques como transtornos ambientais.

[3] Pesquisa realizada em 4 dos 5 conjuntos estudados neste trabalho, entre 2012 e 2013 durante a elaboração do trabalho final de graduação intitulado “Reabilitação da rua através do desenho urbano: COHAB Allan Kardec Araguari (MG)”.

Conjuntos de HIS e a expansão urbana de Araguari

Segundo Villaça (2001, p.114) o que determina a produção e o consumo do espaço na cidade é a localização. Cada localização é definida pelas possibilidades de tráfego de pessoas, produtos e informações e entender o porquê de uma localização ser aqui e não ali, é entender a dinâmica intraurbana da cidade, já que esta se refere às relações de um determinado ponto com os demais. Em Araguari, assim como na maioria das cidades médias brasileiras, a história da implantação dos conjuntos de HIS indica vetores importantes de crescimento do tecido urbano. Visando compreender melhor esta dinâmica foram estudadas as relações entre a mancha urbana da cidade e a implantação de habitações sociais ao longo dos últimos 50 anos.

Apurou-se junto à Secretaria de Planejamento Orçamento e Habitação de Araguari que foram produzidos 24 conjuntos de HIS entre os anos de 1965 e 2014, sendo que 5 destes não se destinam exclusivamente à população de baixa renda, mas possuem cotas sociais. Além disso, existem 2 conjuntos em fase final de aprovação para o ano de 2015. Cabe também mencionar a produção de 3 conjuntos populares produzidos entre os anos de 1900 e 1963, totalizando 27 implantações habitacionais dedicadas integral ou parcialmente ao segmento social.

Esta modalidade habitacional se insere na cidade com a implantação da Vila Operária ligada à Ferrovia Mogiana na década de 1900, seguida pela criação da Vila Goyaz em meados da década de 1930, ligada à Estrada de Ferro Goyaz, expandindo os limites do centro urbano original na direção oeste conforme se pode ver nos mapas 1 a 4 na **figura 2**. O Edifício dos Bancários - projetado em 1954 e construído em 1963 com recursos do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários (IAPB) - constitui um exemplo único na cidade do modelo habitacional difundido pelos IAPs, conectando Araguari ao cenário nacional. No entanto, sua implantação dá-se no tecido consolidado do centro da cidade e suas características são demasiadamente diferentes dos demais conjuntos nela produzidos.

A partir de 1964 com a criação do BNH, a produção de HIS fica a cabo da COHAB-MG e de alguns programas municipais tais como a Cooperativa Habitacional de Mutuários de Araguari (CHAMCIA), de 1976, e a Sociedade Comunitária de Habitação Popular, de 1988, através do Programa Nacional de Mutirões Habitacionais, com recursos da Caixa Econômica Federal. Até 2009 as implantações se deram de maneira mais pulverizada no território, variando entre a região nordeste, noroeste e sudeste da cidade conforme se observa nos mapas 5 e 6 na **figura 3**.

De 2009 em diante, toda a produção habitacional com interesses sociais acontece através do programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal, havendo um aumento significativo na oferta de habitações, tanto em relação ao número de conjuntos construídos quanto em relação a seu tamanho e densidade. Das 27 implantações empreendidas na cidade desde os anos de 1900, 15 correspondem a este programa. O que se observa é que tais implantações estão mais concentradas ao norte e a sudeste na malha urbana, revelando a construção de bairros inteiros, observável nos mapas 7 e 8 na **figura 3**.

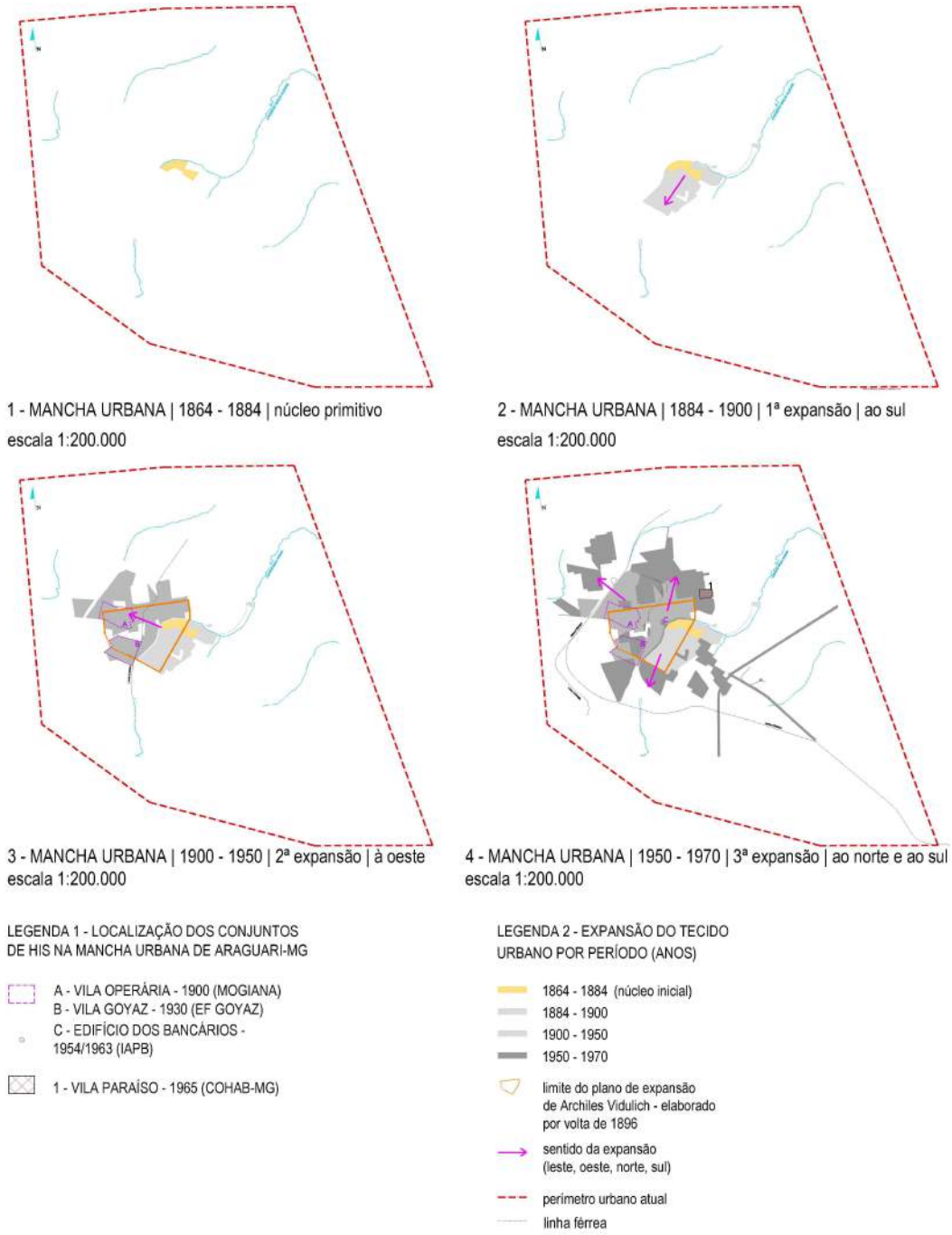


Figura 2. Mapas do processo de expansão da mancha urbana de Araguari entre 1864 e 1970. Relação entre a implantação dos conjuntos de HIS e a expansão do tecido da cidade. Elaboração: autoras.

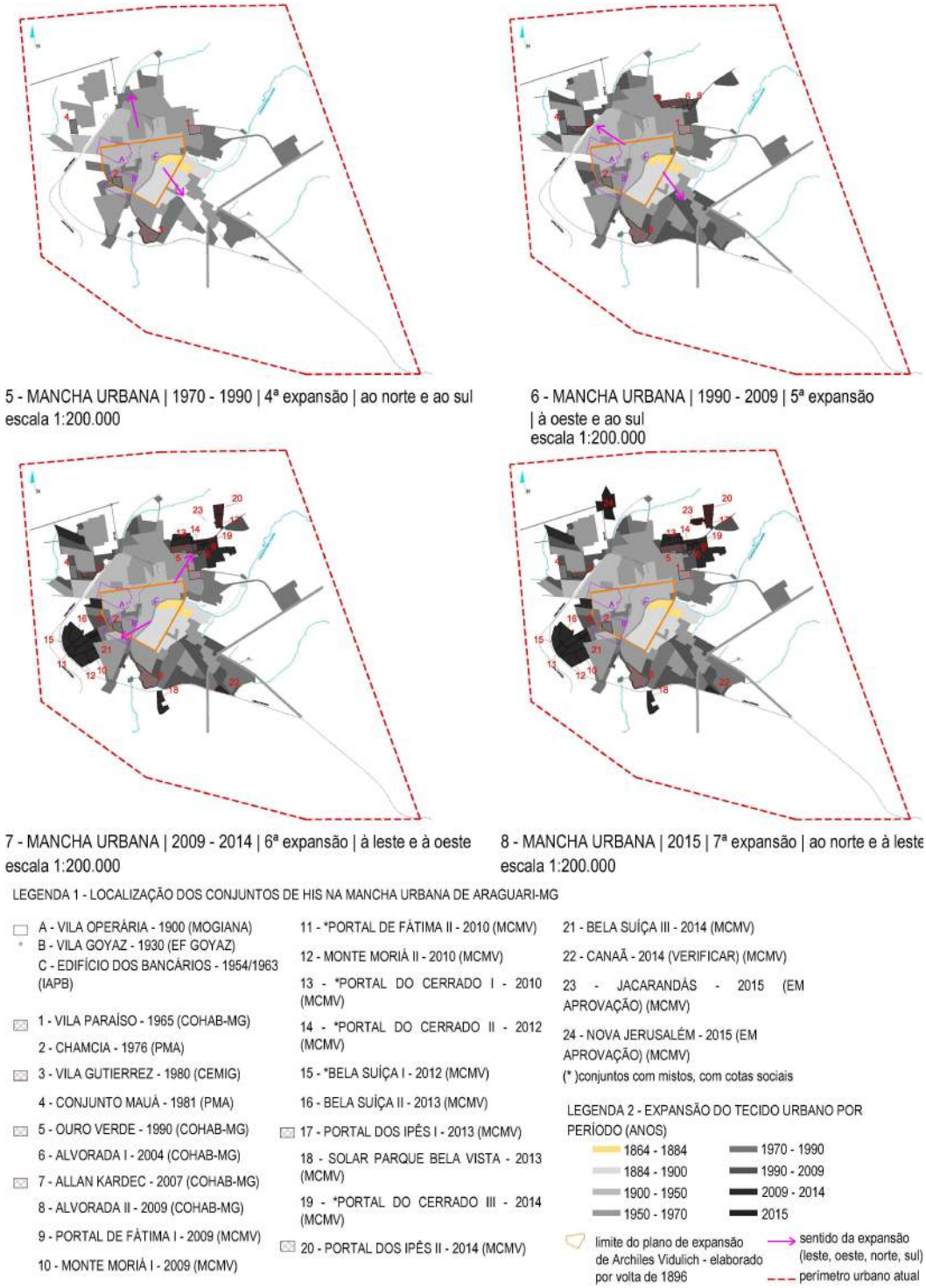


Figura 3. Mapas do processo de expansão da mancha urbana de Araguari entre 1970 e 2015. Relação entre a implantação dos conjuntos de HIS e a expansão do tecido da cidade. Elaboração: autoras.

Observando da última implantação (conjunto Nova Jerusalém) para a primeira (Vila Operária Mogiana), não se pode deixar de notar as similaridades: a estreita relação entre a localização dos conjuntos e as bordas da cidade (em cada época), e entre a sua implantação sempre ao lado de um grande vazio urbano inicial, com consolidação de um tecido urbano adjacente nos anos que se seguem. Neste sentido, os mapas do processo de expansão da mancha urbana de Araguari, nas **figuras 2 e 3**, demonstram o papel das HIS como vetores de expansão territorial na cidade de Araguari desde sua origem até os dias atuais.

Ainda que se justifique esta ação com o discurso da limitação dos recursos frente ao atendimento da alta demanda, o que se observa é a recorrente repetição da receita "conjunto popular + vazio urbano adjacente". Não raro, estes assentamentos foram e ainda são implantados além do limite urbanizado como indutores (à duras penas) da consolidação de uma área que posteriormente será vendida por um alto valor e loteada para as classes média e alta. Entende-se, portanto, que o estudo do SELP destas implantações contribui para a compreensão do processo de constituição da paisagem urbana a partir de suas regiões periféricas.

Transformações projetuais no SELP habitacional - estudos de caso

A partir do universo das implantações de HIS em Araguari, foram selecionados 5 conjuntos construídos entre os anos de 1965 e 2014, escolhidos segundo os seguintes critérios: localização (relação com a expansão urbana), data de implantação (mudanças nos programas habitacionais), diferentes desenhos urbanos e classificações funcionais dadas ao SELP (transformações na forma e na função dos espaços livres públicos).

O Quadro Síntese dos Conjuntos de HIS, na **figura 4**, apresenta os dados coletados a partir de seus projetos originais, e representam a situação das propostas, sobre as quais se estabeleceram algumas relações comparativas. Tais informações foram sistematizadas em três grupos: caracterização do conjunto, perfil da ocupação e perfil do SELP ofertado. No primeiro grupo - caracterização do conjunto - foram relacionadas suas datas de implantação, sua localização e o programa habitacional que os produziu. No segundo - perfil da ocupação - constam as dimensões do macro e microparcelamento, as tipologias edílicas, os percentuais de áreas ocupadas e a densidade. No terceiro grupo - perfil do SELP ofertado - são apresentados os tipos de espaços livres públicos por classificação funcional e as relações entre os percentuais de cada espaço ofertado no conjunto.

O primeiro grupo traz a leitura de informações óbvias, já que trata de dados e não de relações. A partir do segundo grupo alguns itens necessitam ser clarificados para o adequado entendimento do quadro. O item "área total de lotes" (grupo 2) se refere à porção dos conjuntos que é destinada a implantação das residências, ou seja, envolve o espaço construído e o espaço livre privado de cada terreno. A "área institucional" (grupo 2) se refere a toda área destinada à implantação de equipamentos de saúde, lazer, educação e cultura, e também envolve espaço construído e espaço livre privado. Como o objeto do trabalho é o espaço livre público, os espaços livres privados foram somados aos construídos para a obtenção do parâmetro "área ocupada total" (grupo 2) do conjunto.

Já a relação "área de ELP e % de ELP no conjunto" (grupo 3) corresponde à área total de espaços livres públicos ofertados em cada conjunto e à porcentagem correspondente a estes espaços em relação à área total do conjunto. O parâmetro "área de ELP total / habitante" (grupo 3) se refere à relação entre a área correspondente a todos os espaços livres públicos somados (viários e não-viários) dividida pelo número de habitantes previstos na ocupação inicial. Já a relação "ELP não-viário / habitante" (grupo 3)

corresponde à quantidade e porcentagem de praças e áreas verdes e/ou praças ofertadas por habitante do conjunto.

QUADRO - SÍNTESE						
1 - CARACTERIZAÇÃO	Conjunto habitacional	**Vila Paraíso**	**Vila Operadora Gutierrez**	**Ouro Verde**	**Allan Kardec**	**Portal dos Ipês I e II**
	Ano de implantação	1965	1980	1990	2007	2014
	Localização	Bairro Paraíso Região Oeste	Bairro Gutierrez Região Sul	Bairro Ouro Verde Região Norte	Bairro São Sebastião Região Leste	Bairro Ouro Verde Região Norte
	Programa habitacional	COHAB/MG BNH	CEMIG HIDR. DE EMBORCAÇÃO	COHAB/MG CEF	COHAB/MG LARES GERAIS CEF	MINHA CASA MINHA VIDA II PAC II
2 - PERFIL DA OCUPAÇÃO	Área total da implantação	160.964 m²	406.530 m²	208.309 m²	111.471 m²	314.662 m²
	Dimensões da quadra padrão (+ recorrente)	44 x 113m	55 x 190 m	45 x 215 m	50 x 218 m	45 x 275 m
	Número total de lotes	375 unidades	633 unidades	901 unidades	244 unidades	1000 unidades
	Dimensões e área do lote padrão (+ recorrente)	11 x 22 m 242 m²	12,5 x 28 m 350 m²	6,5 x 20 m e 9 x 25 m 130 m² e 225 m²	10 x 25 m 250 m²	8 x 20 m 160 m² 180~317m²
	Tipologias edílicas	3 tipos: 40 m², 45 m² e 58 m²	3 tipos: 37 m², 44 m² e 51 m²	2 tipos: 23,42 m² e 20,20 m²	1 tipo: 49 m²	1 tipo: 55 m²
	Área total de lotes	77.529 m²	170.097 m²	131.155 m²	63.121 m²	166.530 m²
	Área Institucional Total	20.290 m²	25.209 m²	-	5. 355 m²	6.527 m²
	Área ocupada total	97.829 m²	195.306 m²	131.155 m²	68.476 m²	173.057 m²
	Ocupação inicial prevista (considerando entre 4 e 5 hab/unid)	Entre 1.500 e 1.795 habitantes	Entre 2.400 e 3.000 habitantes	Entre 3.604 e 4.505 habitantes	Entre 976 e 1.220 habitantes	Entre 4.000 e 5.000 habitantes
3 - PERFIL DO SELP	Praças (área e % total implantado)	5 unidades 17.290 m² - 11%	-	-	-	-
	Áreas verdes (área e % total implantado)	-	129.963 m² 32%	6.096 m² 3%	3.121 m² 3%	48.975 m² 15,56%
	Sistema viário (área e % total implantado)	66.135 m² 41,08%	81.261 m² 19,98%	71.058 m² 34,11%	39.875 m² 35,77%	93.269 m² 29,64 %
	Largura das vias	3 m vias locais 10 m vias de acesso	10 m vias locais 20 m e 50 m avenidas	11,5 m vias locais 30 m e 50 m avenidas	9 m vias locais 24 m avenidas	7 m vias locais 13 m e 35 m avenidas
	Largura das calçadas	0,5 a 1,5 m	2 m	1 a 2,5 m	3 m	2,5 m
	Área total de ELP e % de ELP no conjunto	80.425 m² 52,08%	211.224 m² 51,98%	77.154 m² 37,11%	42.996 m² 38,77%	142.244 m² 45,20 %
	Área de ELP total / habitante	Entre 54,28 m² e 44,80 m²	Entre 88,01 m² e 70,40 m²	Entre 21.40 m² e 17,12 m²	Entre 44,05 m² e 35,24 m²	Entre 142,244m² e 71,122 m²
	ELP não - viário / habitante	Entre 11,52 m²/hab e 9,63 m²/hab	Entre 54,15 m²/hab e 43,32 m²/hab	Entre 1,69 m²/hab e 1,35 m²	Entre 3,19 m²/hab e 2,55 m²/hab	Entre 48,97 m²/hab e 24,48 m²/hab

Figura 4. Quadro-síntese de cinco conjuntos de HIS em Araguari. Comparação entre os parâmetros morfológicos e de oferta dos espaços livres públicos nos estudos de caso abordados. Elaboração: autoras

No âmbito geral das propostas projetuais das HIS, baseadas nos estudos de caso, constata-se: a - uma tendência a ofertar mais habitações por conjunto, resultando ou em áreas muito vastas ou em densidades muito altas; b - uma tendência ao alongamento das quadras; c - pouca variação nas proporções dos lotes; d - padrão de residências com cerca de 50 m²;

Já no âmbito dos espaços livres públicos, foram observadas mudanças entre os tipos de espaços livres oferecidos, variações nas suas formas e distribuição, e bastante volatilidade em relação à quantidade e área total de espaços livres públicos ofertada por conjunto. Os mapas de caracterização do SELP dos cinco conjuntos, na **figura 5**, demonstram tais variações e transformações, descritas mais detalhadamente a seguir.

1 - Classificação funcional

No período de 1965 a 2014, analisado à luz dos 5 conjuntos, observamos que os espaços livres públicos são "divididos"em 3 categorias: a praça, a área verde e o sistema viário (ruas, avenidas, canteiros e rotatórias). Apenas na Vila Paraíso há uma classificação funcional na figura da praça - espaço de lazer e contemplação - enquanto nos demais conjuntos predomina a nomenclatura área verde - espaço ambíguo e geralmente sem qualificação. Com exceção da Vila Gutierrez, em que predomina a área verde,todos os outros conjuntos apresentam o sistema viário como o espaço livre preponderante.

Também é notória a transformação do sistema viário no período analisado, observável na **figura 5**, já que do conjunto mais antigo para o mais recente observamos um progressivo aumento na caixa das vias e a ocorrência cada vez mais frequente de avenidas, demonstrando a produção de um desenho que privilegia o carro em detrimento do pedestre.

Ainda que uma classificação funcional não seja determinante para a qualificação do espaço livre público, e que espaços ambíguos e em diferentes formas e distribuições possam apresentar grande potencial de apropriação (MAGNOLI,2006,p.182), observamos através de visitas *in loco* que a recorrência deste critério de não-definição ou de generalidade (área verde) teve impactos negativos na conservação e uso dos espaços livres púbicos das HIS.

Há, portanto, uma mudança nos parâmetros projetuais pós 1965 que indica a transposição de uma intenção projetual - ao definir claramente espaços livres para lazer e contemplação, espaços livres para circulação e espaços para habitar (como na Vila Paraíso) - para um ideário projetivo voltado ao atendimento dos parâmetros mínimos e eximindo-se de qualquer responsabilidade com a qualificação do SELP.

2 - Forma e distribuição:

Percebe-se, pelos projetos, uma grande diferença na forma e na distribuição dos espaços livres públicos. Na Vila Paraíso (1965), o sistema viário possui segmentos mais curtos devido à dimensão reduzida dos

quarteirões, enquanto as praças são distribuídas de maneira bastante proporcional no conjunto e possuem desenhos claramente definidos, ou seja, não são residuais, conforme se observa no mapa 1 na **figura 5**. Nota-se uma correspondência maior deste conjunto com o tecido tradicional da cidade.

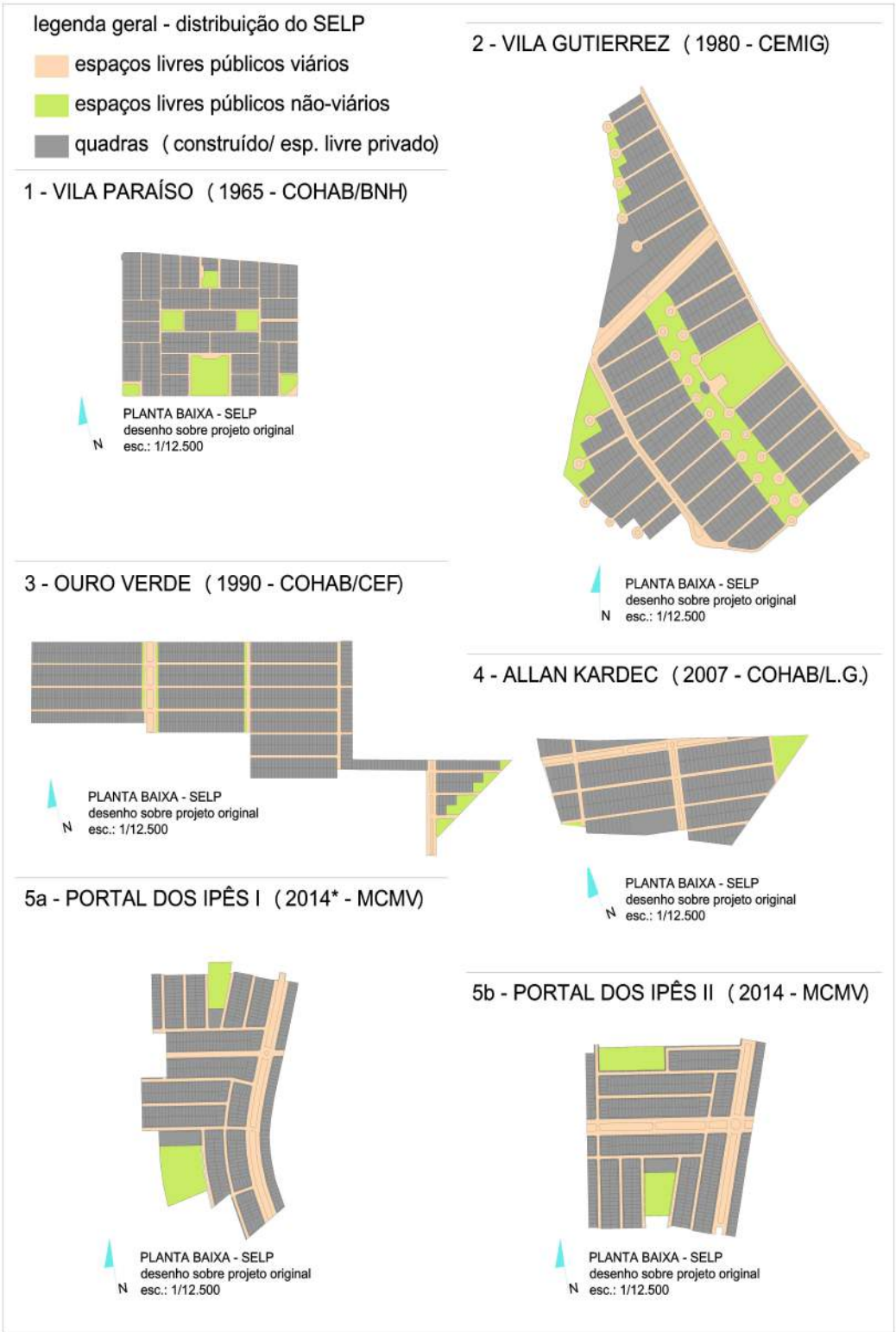


Figura 5. Mapas de distribuição e classificação do SELP de cinco conjuntos de HIS em Araguari. Transformações morfológicas dos espaços livres públicos nos estudos de caso abordados. Elaboração: autoras

Já na Vila Gutierrez (1980) o desenho viário é o definidor da morfologia do conjunto, possuindo seguimento mais longos que terminam em cul-de-sacs, estabelecendo uma hierarquia entre ruas locais e ruas de acesso, conforme demonstra o mapa 2 na **figura 5**. Neste contexto, as áreas verdes tem sua forma obediente ao desenho viário, distribuídas no final de cada cul-de-sac criando faixas contínuas, conformando quarteirões mais longos do que largos. Acreditamos haver alguma similaridade deste conjunto com as propostas de Cidade Jardim para a Inglaterra do início do século XX.

O conjunto Ouro Verde (1990) é o que apresenta a situação mais crítica em relação ao SELP já que, além da altíssima densidade demográfica proposta em projeto, a dimensão super reduzida dos lotes e dos quarteirões super compridos, possui mais de 90% de todo seu espaço livre público constituído pelo sistema viário, como se vê no mapa 3 na **figura 5**. As áreas verdes estão pulverizadas às margens das avenidas em pequenos lotes e em alguns trechos de canteiro central.A proporção entre espaços livres públicos e área construída é crítica, levando ao extremo a visão reducionista no desenho urbano.

No conjunto Allan Kardec (2007) estabelece-se a mesma relação de proporção do conjunto anterior, com o atenuante de uma densidade demográfica bem menor. Neste caso, também é o viário a tipologia de espaço livre público predominante, restando como áreas verdes os resíduos do parcelamento - ainda que mais aglutinados do que no caso anterior - e os canteiros das avenidas, observável no mapa 4 na **figura 5**. Prevalece a concepção de um desenho mínimo para atendimento de parâmetros mínimos.

Persiste no Portal dos Ipês I e II os mesmos padrões projetuais dos conjuntos Ouro Verde e Allan Kardec, apesar de haver uma distribuição mais proporcional das áreas verdes, e destas apresentarem dimensões mais generosas do que nos casos anteriores. No entanto, mantém-se a concepção do quarteirão alongado em função da implantação de um maior número de lotes, e consequentemente de ruas com segmento longo e caixas largas, conforme demonstram os mapas 5a e 5b na **figura 5**. Observamos, portanto, a persistência de critérios reducionistas formatados a partir de indicadores econômicos e não urbanísticos.

3 - Oferta:

A relação “ELP / área construída” nos conjuntos analisados é bastante volátil, e ainda mais volátil é a relação “ELP / habitante”, observáveis na **figura 4**. No intuito de “atender” a um maior número de famílias, os parâmetros urbanísticos são sempre flexibilizados quando se trada de HIS, mas é notável como este recurso é levado a cabo quando analisamos os desenhos destes assentamentos.

Considerando estes estudos de caso, pode-se dizer que houve sim uma visível piora na proporção de espaços livres públicos por área construída. Com exceção da Vila Gutierrez que possui mais de 50% de espaços livres públicos (somados sistema viário e áreas verdes), há um considerável decréscimo de oferta desses espaços da Vila Paraíso até o Portal dos Ipês I e II, como se observa na **figura 5**. Ainda que este último apresente uma proporção menos crítica em relação aos conjuntos Ouro Verde e Allan

Kardec, observamos a manutenção do velho paradigma do atendimento à demanda por número de lotes em detrimento da qualidade projetual.

Não há um parâmetro para definir a quantidade nem a área ideal de espaços livres públicos a ser ofertada. Tampouco a ideia de que "quanto mais, melhor!" tem validade em se tratando de qualidade ambiental urbana, já que a depender de como são tradatas, as ruas podem se converter em espaços livres cheios de vitalidade. Neste sentido, a avaliação da oferta desses espaços serve para lançar questionamentos acerca da adequabilidade dos parâmetros urbanísticos vigentes na produção de HIS.

Considerações finais

Fazendo uma análise histórica reconhece-se que os programas habitacionais brasileiros foram utilizados para difundir a propaganda do Estado - ditatorial ou democrático - a fim de consolidar sua aprovação popular e se firmar frente à indústria da construção civil e do mercado imobiliário (bases de apoio na dinâmica capitalista). Tal intenção reflete-se diretamente nos projetos arquitetônicos e urbanísticos das HIS que, com exceção dos edifícios dos IAPs e alguns outros exemplos isolados, resultou e ainda resulta em conjuntos de qualidade arquitetônica e urbanística muito questionável.

É notável a correspondência entre os partidos projetuais das HIS e o enquadramento ideológico racionalista-funcionalista. No entanto, é observável a simplificação e deturpação dos princípios projetivos do Movimento Moderno - sobretudo a partir da ação do BNH - para os quais a racionalidade e a função eram tão importantes quanto a qualidade do desenho. Houve, de fato, uma extrema redução do método projetivo racionalista resultando em projetos simplórios e pouco ou nada detalhados, que se limitam a atender os parâmetros mínimos estabelecidos pelas legislações urbanísticas.

Tendo o Estado assumido a produção de HIS a partir de 1945, acredita-se que exerce grande responsabilidade sobre a qualidade urbanística desses conjuntos (e da cidade). Sendo o espaço livre público o espaço da democracia e da construção do senso de comunidade, e o Estado a representação do povo, o SELP dos conjuntos de HIS deveriam apresentar grande qualidade paisagística sendo os representantes da ação governamental sobre o espaço urbano.

No entanto, o projeto paisagístico das HIS não apresenta qualquer melhoramento. De fato, não havendo a exigência legal de projetos específicos de qualificação do SELP para a aprovação dos loteamentos e havendo ainda a flexibilização das normas para a produção de HIS para atender a alta demanda, a qualificação dos espaços livres públicos nos conjuntos é sempre deixada para segundo plano, sendo realizada muitos anos depois - se o for.

O sistema de espaços livres públicos da cidade de Araguari (MG) se encaixa em um modelo repetido na maioria das cidades médias no interior do Brasil: região central e pericentral qualificada em oposição a uma periferia isenta de qualificação - com exceção dos bairros de alto padrão. Nesta cidade, cerca de

90% dos conjuntos de HIS está localizado em áreas periféricas significando que o SELP desses assentamentos representa importante parcela do SELP urbano total.

Ao analisar os 5 conjuntos de HIS - Vila Paraíso (1965 - BNH/COHAB), Vila Gutierrez (1980 - Vila Operadora / CEMIG, Ouro Verde (1990 - COHAB/CEF), Allan Kardec (2007 - COHAB/LARES GERAIS), Portal dos Ipês I e II (2014 - MCMV/PAC) - escolhidos de forma que representassem a produção de cada época em Araguari, não foi observada qualquer evolução em relação ao projeto do SELP, ainda que tenham se passado cinquenta anos e várias gestões. Nos seus desenhos nota-se que os espaços livres para uso coletivo não foram valorizados como criterios principais no projeto, foram consequências de um melhor aproveitamento para uma resposta ao quantitativo de lotes.

Ainda que no projeto original do conjunto Vila Paraíso (1965) haja uma definição funcional para os espaços livres públicos não-viários, verificamos que houve apenas uma classificação e não um projeto específico de qualificação paisagística. Nos demais conjuntos, os ELP não viários recebem a denominação de área verde e não apresentam qualquer qualificação para o uso até os dias atuais, nem mesmo na Vila Gutierrez que propõe uma abundância desses espaços e um desenho urbano com grande potencial ambiental.

Considera-se evidente o papel definidor que o projeto possui em relação à qualidade urbanística do SELP nos conjuntos de HIS. Entende-se, no entanto, que o Estado pode não ter condições financeiras de produzir, qualificar e gerir os espaços livres públicos de forma independente, o que evidencia a necessidade de se firmar parcerias público-privadas. Mas que este tem sim condições de regular esta produção de forma mais consistente, exigindo desde a concepção projetual propostas altamente elaboradas para a qualificação do SELP, e fiscalizando a implantação destas propostas buscando, junto às empreiteiras, uma contrapartida social para as muitas vantagens que estas têm com a construção da cidade.

Referências bibliográficas

Barros R (2011) Habitação coletiva. A inclusão de conceitos humanizadores no processo de projeto, Annablume - FAPESP, São Paulo, 23-51.

Bonduki N (1998) Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria, Estação Liberdade - FAPESP, São Paulo.

Cocozza G, Oliveira L (2013) Forma urbana e espaços livres na cidade de Uberlândia (MG), Brasil, Paisagem e Ambiente, v. 32, São Paulo, 9-32.

Corrêa M (2013) Reabilitação da rua através do desenho urbano: COHAB Allan Kardec Araguari – MG, Monografia,Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia.

Emiliano, E. (2006) Legislação para Habitação de Interesse Social: Estudo de caso do município de Campinas, Dissertação de Mestrado, PUC, São Paulo.

Ferreira J (2012) Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano, LABHAB, FUPAM, São Paulo.

Guerra M (2008) Vilas operadoras de Furnas nas bacias dos rios Grande e Paranaíba – da concepção à atualidade, Tese de doutorado em Geografia e Gestão do Território, Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

Lamas, J (1992) Morfologia urbana e desenho da cidade, Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Lisboa.

Magalhães S (2011) Minha Casa, Minha Vida, In: Drops, Vitruvius, São Paulo.

Magnoli M (2006) Espaço livre - objeto de trabalho, in Paisagem e Ambiente: ensaios, N. 21, São Paulo, 175-198.

Queiroga E (2011) Sistemas de espaços livres e esfera pública em metrópoles brasileiras, in Revista Resgate, Vol. XIX Nº 21, São Paulo, 25-35.

Villaça F (2001) Espaço intra-urbano no Brasil, Studio Nobel - FAPESP, São Paulo.

Simultaneidades e condicionantes de tecidos urbanos em Campinas-SP

Natalia Parahyba, Jonathas da Silva

CEATEC, POSURB, PUC-Campinas

Parque das Universidades 13086900 - Campinas, SP - Brasil

Telefone: (5519) 33437088

natalia.lp@puccampinas.edu.br; jonathas.silva@puc-campinas.edu.br

Resumo

Este artigo é uma síntese de pesquisa de mestrado que investiga as condicionantes existentes da dinâmica do sistema de espaços livres nos processos de urbanização contemporânea e seus impactos sócio ambientais. Para o desenvolvimento desse trabalho foram escolhidos recortes em diferentes contextos de indução à formação do território urbano e de realidades sócio econômicas e culturais na cidade de Campinas, SP; Tendo o sistema de espaços livres como objeto de estudo e entendendo-o como resultante e indutor dos processos de urbanização, foi apontado como metodologia para cada recorte um estudo do histórico de crescimento urbano, identificando os diferentes agentes indutores e os planos de gestão, contextos socioeconômicos e culturais e por fim, os aspectos funcionais, estéticos e ambientais dos espaços livres, públicos e privados. Objetivou-se com isso identificar de que maneira diferentes processos de ocupação influenciam na dinâmica dos espaços livres tendo em vista os processos de gestão envolvidos, as diretrizes de desenho e planejamento, os agentes sociais, as apropriações e os usos destinados, e explicitar as dialéticas do desenvolvimento urbano nesses espaços identificando suas potencialidades, entraves e conflitos.

Palavras-chave

Sistema de espaços livres. Morfologia urbana. Urbanização contemporânea. Fragmentação Urbana.

Abstract

This article is a synthesis of a master's research investigating existing conditions of the open spaces system dynamics in contemporary urbanization processes and their socio-environmental impacts. For the development of this work cutouts in different contexts of induction of the formation of urban territory were chosen as well as a distinctive socio economic and cultural realities in the city of Campinas, SP; Having the open spaces system as an object of study and understanding it as a result of the urbanization processes, the methodology appointed for each study area was a history study of its urban growth, identifying the different inducing agents and management plans, contexts socioeconomic and cultural and finally, functional, aesthetic and environmental aspects of the public and private spaces. The aim was to identify how different occupation processes influenced in the dynamics of the open spaces bearing in mind management processes involved, the designed guidelines and planning, social agents, the appropriation and its use, explaining the dialectical urban development in these spaces identifying their potential, obstacles and conflicts.

Keywords

Open spaces system. Urban morphology. Contemporary urbanization. Urban fragmentation.

Introdução

O modelo de urbanização orientado pelos interesses econômicos, vigente nas cidades brasileiras induz a necessidade de ocupar novos espaços que respondem por transformações na paisagem gerando impactos, positivos e negativos. Esse modelo pode ser capaz de influenciar diretamente na dinâmica do uso e apropriação dos fragmentos de espaços livres de edificação.

Em Campinas, esses espaços vêm sendo ocupados em forma de urbanização dispersa, caracterizada por locais afastados do núcleo urbano com autonomia de infraestrutura e serviços e padrões equivalentes aos de bairros tradicionais (REIS, 2006). A análise da urbanização em Campinas possibilita perceber que o processo de dispersão urbana vem acompanhado da 'fragmentação' do tecido, caracterizando grandes conflitos sócio espaciais.

A importância dessa pesquisa é entender de que maneira os agentes e respectivos instrumentos contribuíram ou poderão contribuir para a dinâmica dos espaços livres de edificação. Será que essa nova forma de produção de cidade permite que os espaços livres cumpram seu papel na estruturação e na dinâmica urbana? Quais papéis o sistema de espaços livres tem exercido nessas áreas? A função de complementariedade existente nesses espaços, entre o público e o privado, é efetiva?

Para responder a essas perguntas foram investigados três diferentes processos de ocupação na cidade de Campinas, que se constituem por determinados comportamentos sociais, espaciais, temporais, culturais e econômicos, a fim de captar as diferentes dinâmicas nos espaços livres. Os recortes escolhidos foram elencados, então, por seus históricos de ocupação urbana, induzidos por diferentes processos: pela industrialização e periferização das classes de baixa renda; pela implantação de empreendimentos comerciais de grande porte; e pelo setor imobiliário residencial de alto padrão.

A partir das análises dos diferentes recortes, pretende-se entender e identificar de que forma os respectivos processos de ocupação urbana têm implicado no desempenho e no papel de complementariedade dos espaços livres, públicos e privados, na dinâmica do uso e na apropriação desses espaços.

Recortes de estudo

A escolha dos recortes partiu da vontade de aprofundar o conhecimento sobre o fenômeno da dispersão de aglomerações urbanas, que não somente foram ocupadas nas áreas de baixo valor do solo, como condicionadas algumas áreas de ZEIS na região, mas também de áreas nobres, que possuem localização estratégica diante do panorama de relações intermunicipais, de escala metropolitana.

Desse ponto de vista, se destacam três recortes de interesse em processo de crescimento urbano, impulsionados por interesses políticos e econômicos variados, com grande marco no final do século XX e

início do XXI, sendo eles: a) região do Residencial Cosmos/Jardim Florence I, que se encontra em grande fase de crescimento urbano devido a implantação de políticas públicas de cunho habitacional b) região do Parque Dom Pedro Shopping, com alterações no tecido urbano após a instalação do shopping, com grandes empreendimentos residenciais e mistos; e c) a região do Alphaville Campinas que teve, não somente o padrão do tecido urbano alterado, mas também o perfil sócio econômico da região (**Figura 1**).

Figura 1. Localização dos estudos de caso; plataforma Google Earth, 2013.

Metodologia aplicada

Para cada recorte selecionado realizou-se um estudo do histórico de crescimento urbano, onde se expõe: a) os processos de ocupação; b) as análises espaciais; c) os aspectos funcionais, estéticos e ambientais dos espaços livres; e d) indicadores socioeconômicos (**Figura 2**).

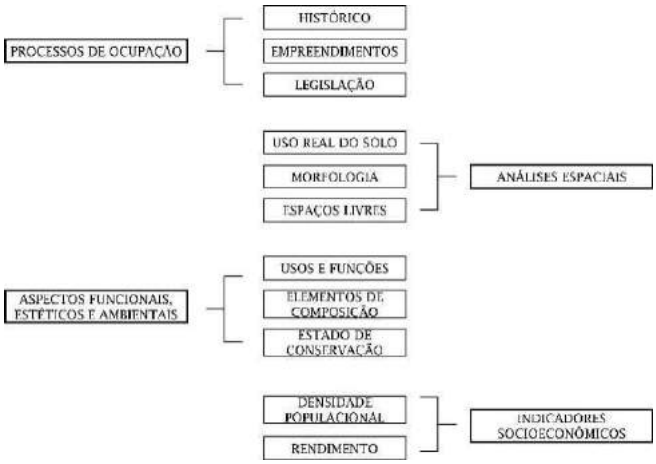


Figura 2. Esquema da metodologia aplicada

Para aprofundarmos as análises espaciais e entender a relação existente entre espaços livres e espaços edificados, são selecionados os tipos morfológicos de quadras urbanas e os tipos edilícios encontrados na região. A partir dessa seleção foram elaborados mapas de "figura e fundo" e espaços livres e edificados, destacando como elementos para análise dos espaços livres: o uso e ocupação do solo e a morfologia urbana.

Região do Residencial Cosmos/Jardim Florence I

Histórico de ocupação

A região do Residencial Cosmos/Jardim Florence I (**Figura 3**), caracteriza-se por grandes adensamentos populacionais de características predominantemente habitacionais de baixa renda, inclusive em assentamentos irregulares, intercalados por vazios urbanos e glebas pouco ocupadas. A região apresenta carência de atividades terciárias de atendimento local e geradoras de emprego, o que faz com que haja um grande movimento pendular em busca de atividades.

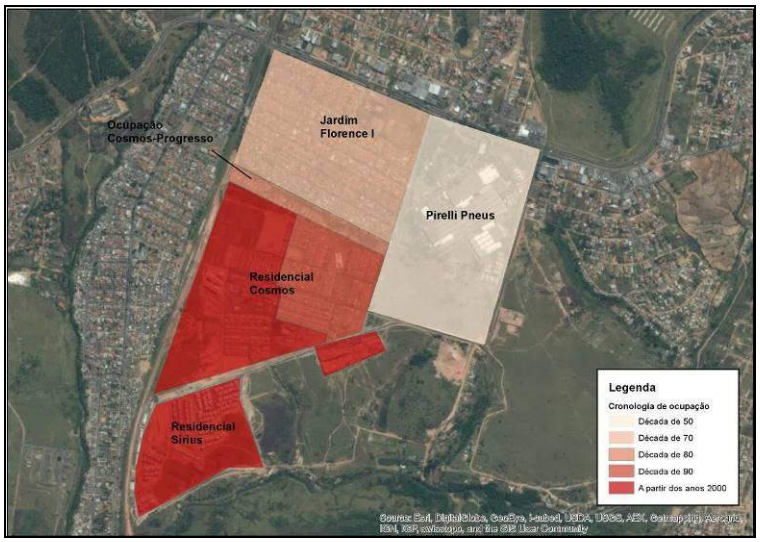


Figura 3. Cronologia de ocupação.

Com as mudanças econômicas ocorridas em Campinas, em 1953 é inaugurada a unidade industrial da Pneus Dunlop na região de estudo. Em 1970, a unidade foi adquirida pela italiana Pirelli Pneus, atraindo mais população para a região que já se encontrava em processo de ocupação.

Legislação

Situa-se nessa região grande parte dos empreendimentos da Companhia de Habitação Popular de Campinas - COHAB, bem como conjuntos habitacionais populares de programas governamentais, por ser uma região com áreas destinadas à ZEIS (Zona Especial de Interesse Social).

Atualmente a ocupação da região de estudo se configura de acordo com a Lei nº 6031/88, com predominância de uso habitacional horizontal nos bairros Residencial Cosmos e Jardim Florence I (**Figura 4**). Comércio, serviços e instituições de âmbito local eram permitidos com restrições quanto à localização.

O Plano Diretor de 2006 traçou algumas diretrizes na tentativa de requalificar a Macrozona 5 (MZ5). A partir dos conceitos de estruturação urbana e das diretrizes gerais de uso do solo definidas para a região da MZ5 no Plano Local de Gestão (PLG), procurou-se propor adequações de zoneamento em determinadas áreas, tais como permitir o uso multifamiliar vertical sob condições específicas e usos comerciais, de serviços e institucionais em quarteirões determinados; possibilidade do uso misto; preservação de edificações de interesse sociocultural; e setores de proteção máxima e especial (**Figura 4**).

O plano também prevê a promoção de programas de política habitacional para a região que contemplem a regularização e urbanização de favelas ou sua remoção quando em áreas de risco e habitação de interesse social nas áreas de ZEIS, com mescla de usos comerciais e de serviços locais.

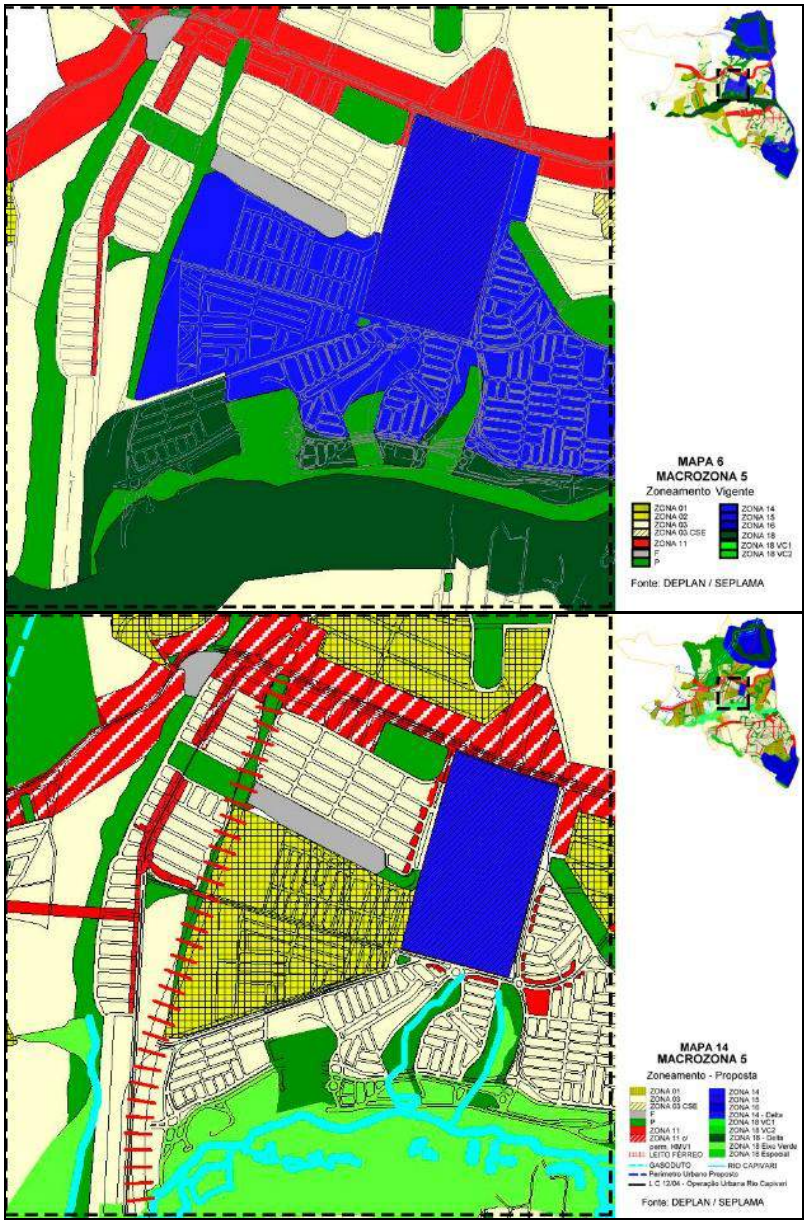


Figura 4. Zoneamento antes e depois da Lei Complementar n°35/2012. Fonte: SEPLAMA, Plano Local de Gestão da Macrozona 5.

Empreendimentos locais

São considerados os principais empreendimentos nesse recorte de estudo: a Fábrica Pirelli, o loteamento de habitação interesse social Residencial Cosmos e o condomínio Residencial Polaris, localizado no Residencial Cosmos, e o conjunto Residencial Sirius (**Figura 5**).

A implantação da unidade industrial Dunlop Pneus em 1953, induziu a um novo processo de parcelamento de terras ao redor. Durante o processo de interiorização das indústrias em São Paulo, a

Pirelli Pneus compra a fábrica Dunlop Pneus, em 1970. Esse fator, entre outros, atraiu uma nova demanda de mão de obra para a região, acelerando o processo de ocupação que já existia.

Entre 1993 e 2005, surge na região novas políticas habitacionais, dentre elas os loteamentos Residencial Cosmos e Residencial Sirius, e o condomínio Residencial Polaris, do Programa Minha Casa Minha Vida.

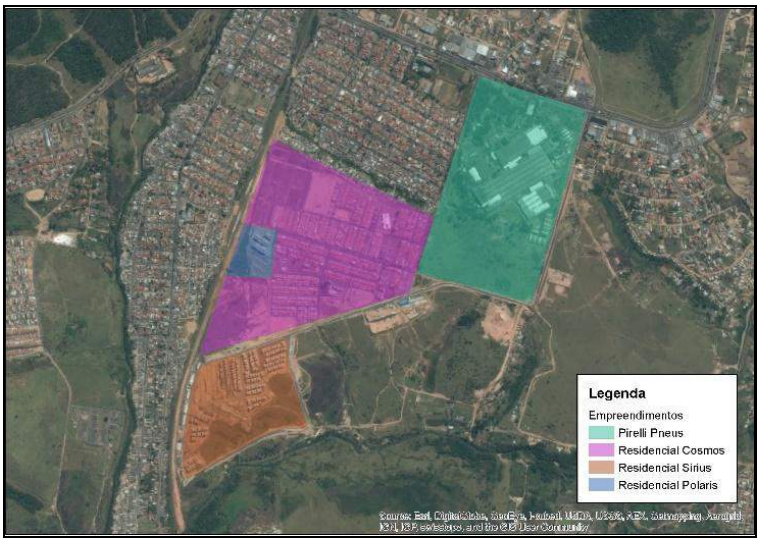


Figura 5. Empreendimentos na região.

Perfis sócio econômico e demográfico

Nessa área de estudo, predomina a classe de renda baixa variando de R$ 510,01 à R$ 1.530,00. O número médio de moradores por domicilio na área de estudo, expõe um quadro populacional denso (**Figura 6**).

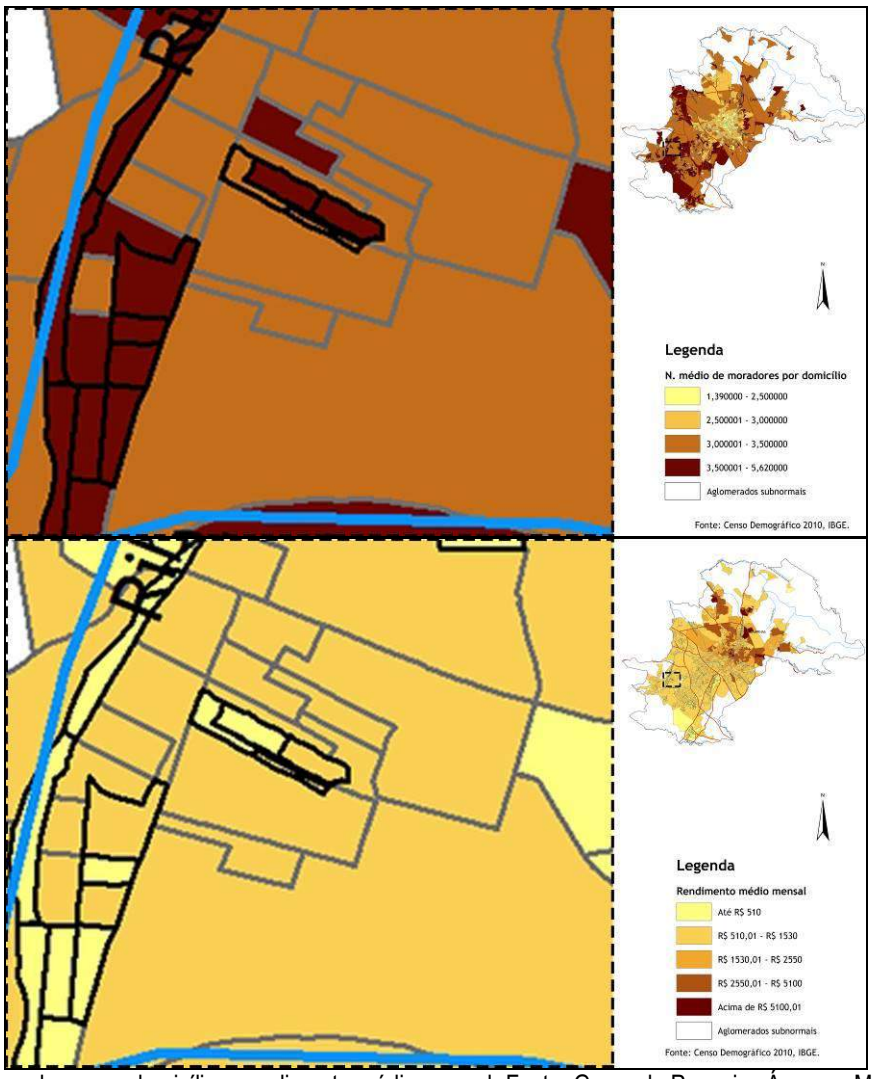


Figura 6. Moradores por domicílio e rendimento médio mensal. Fonte: Grupo de Pesquisa Água no Meio Urbano, Posurb, PUC-Campinas; Censo Demográfico 2010, IBGE.

Análises espaciais

Essa região é bastante marcada pela fragmentação sócio espacial. A variedade de tipologias construtivas, influenciadas pelas diretrizes urbanas de uso e ocupação do solo, somada aos elementos naturais e de estruturação viária, e à grande porção de glebas não parceladas em área urbana, acabam impedindo uma dinâmica territorial mais integrada, dando origem a uma malha urbana descontínua.

Nos recortes caracterizados por tipologias de habitação unifamiliar horizontal (**Figura 7**) temos: no recorte 1, as ocupações intra-lotes se apresentam de forma bastante desordenada e os espaços livres com maior presença entre as edificações vizinhas. Essa configuração de quadra, se apresenta menos densa que o recorte 2, onde as edificações são mais ordenadas e mais compactas, com espaços livres aglomerados no fundo e à frente das edificações.

Os recortes 3 e 4 tratam de tipologias de quadra com habitação multifamiliar e verticalizada, com edificações variando entre térreo mais quatro e cinco pavimentos, indicando uma densidade populacional

bastante alta. Há o predomínio maior dos espaços livres sobre os espaços edificados, porém a implantação dos espaços edificados aparece com o afastamento mínimo entre as edificações.

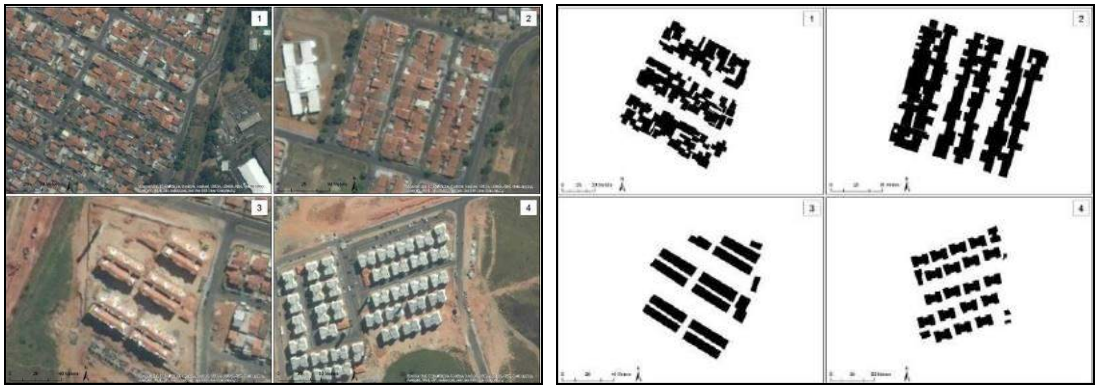


Figura 7. Imagem satélite e mapa "figura e fundo".

Nos recortes 1 e 2, foram identificados os espaços livres classificados como pátios/quintais, que podem oferecer usos variados, como lazer, garagem, área de serviço, etc. Já nos recortes 3 e 4, os espaços livres identificados são de uso comum e coletivo, e ficam restritos às atividades de lazer, circulação e estacionamento (**Figura 8**).

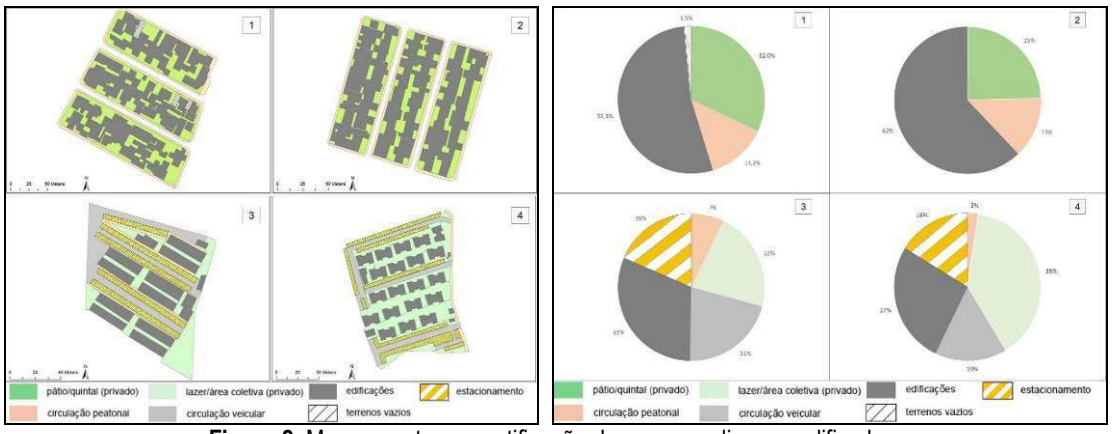


Figura 8. Mapeamento e quantificação dos espaços livres e edificados.

A análise geral, aponta aspectos preocupantes a situação na qual se encontram os recortes 1 e 2. Estes, apresentam os lotes com variação entre 120 e 250 m², podendo ser ocupados em até 65% pelas projeções das edificações. Essa tipologia de quadra, encontrada na região, apresenta uma média de moradores por domicílio com variação de 3 a 4 moradores. Esta realidade pressiona demandas por acréscimos construtivos resultando em ocupações com irregularidades frente as porcentagens de ocupação permitidas pela legislação.

Os recortes 3 e 4 apresentam boa parte dos seus espaços livres destinados à estacionamento e circulação interna de veículos, devido ao alto contingente populacional, chegando a uma média de 38%. Pela regulamentação de uso e ocupação do solo, essas tipologias se enquadram no tipo HMV-5, permitindo ocupação de até 50% da área do lote.

Aspectos funcionais, culturais, estéticos e ambientais

A região carece de vegetação arbustiva e/ou arbórea nos espaços livres públicos, residenciais e institucionais. Grande parte dos espaços livres intra-lotes são constituídos de piso impermeável. No geral, é uma área bastante precária e com grande carência de infraestrutura. Ao longo das visitas na região, foram identificados alguns aspectos que denotam a precariedade, em especial, nos espaços livres públicos:

- Vias de circulação de pedestres por toda a região, foram identificados problemas de acessibilidade, como desníveis, entulhos e demais obstáculos;
- Falta de pavimentação e guarda corpo em passagens de risco improvisadas pela população;
- Áreas de glebas vazias, no geral, acumulam lixo, entulho e mato alto beirando as vias de circulação de veículos;
- Não foram percebidas durante a semana atividades de permanência em áreas de lazer e convívio nas ruas e praças da região.

Região do Parque Dom Pedro Shopping

Histórico de ocupação

A urbanização dessa região iniciou-se na década de 1950, pelo bairro Parque Taquaral. Nos bairros onde ocorre a concentração de condomínios e loteamentos fechados, a ocupação é bem mais recente, a partir de 1990 (**Figura 9**).

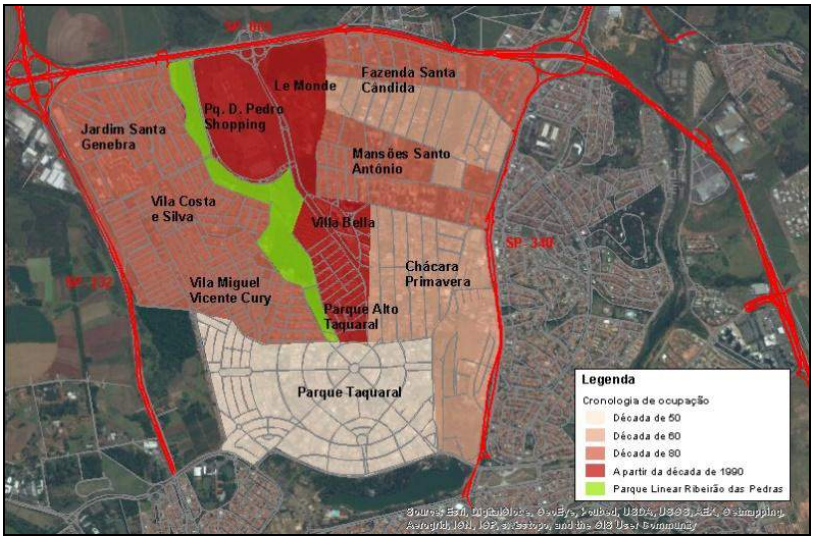


Figura 9. Cronologia de ocupação. Base: SEPLAMA / PMC 2006; FALEIROS, 2010.

Com a instalação do shopping em 2002, pôde-se constatar uma mudança significativa no padrão de produção do espaço urbano de seu entorno. O intenso desenvolvimento urbano e valorização imobiliária da região, resultou em alterações do padrão de ocupação, afetando o espaço e a dinâmica urbana da área de maneira geral.

Legislação

Atualmente, o zoneamento dessa região é em maior parte destinado ao uso estritamente residencial, no entanto, é permitido o comércio de âmbito local. Em uma pequena área, às margens das rodovias Dom

Pedro I e Professor Zeferino Vaz, o zoneamento permite a instalação de equipamentos industriais (não incômodos) e de uso comercial, de serviços e institucional, área localizada (**Figura 10**).

A região de estudo foi contemplada no PLG Urbana de Barão Geraldo, em 1996, com o Parque Linear Ribeirão das Pedras, que aparece no plano como uma das diretrizes específicas para a bacia do Ribeirão das Pedras e foi também inserido no Plano Diretor de Campinas de 2006 como política de meio ambiente, definindo a implantação de eixos verdes por meio de projetos integrados através de incentivos e parcerias entre a Prefeitura de Campinas, universidades, sociedade civil e iniciativa privada (**Figura 10**).

Na margem do córrego Ribeirão das Pedras, oposta ao shopping, foram identificadas as "hortas comunitárias". Em 1997, foi elaborado o Projeto de Lei n° 9.9549, sobre o qual foi criado o Programa de Hortas Comunitárias em Campinas com o objetivo de diminuir o problema do desemprego e aproveitar as áreas livres do município.

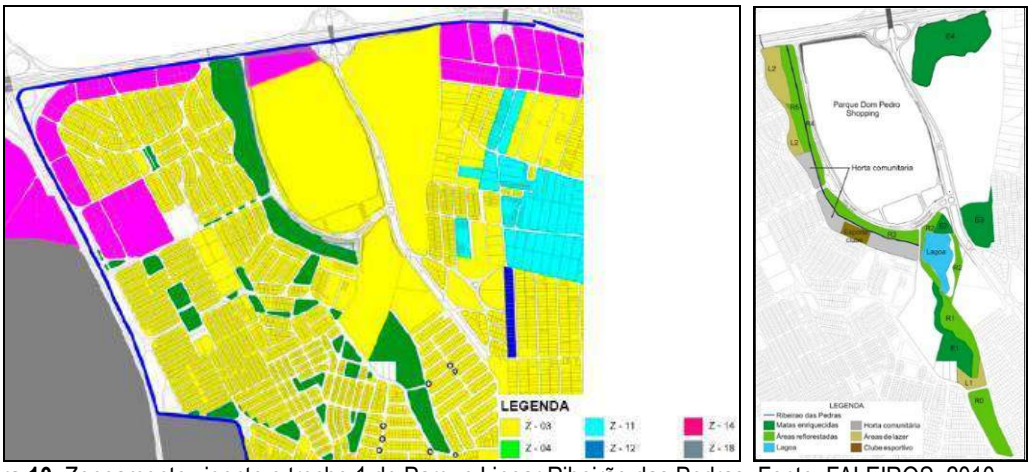


Figura 10. Zoneamento vigente e trecho 1 do Parque Linear Ribeirão das Pedras. Fonte: FALEIROS, 2010.

Empreendimentos locais

Foram considerados empreendimentos de grande impacto: Parque D. Pedro Shopping e o bairro planejado Le Monde. O shopping está implantado em uma área de aproximadamente 753 mil m². No mesmo período de sua instalação, surgiram loteamentos residenciais fechados e empreendimentos mistos em bairros planejados, como o Villa Bella e, atualmente, está em fase final de construção o bairro planejado Le Monde (**Figura 11**).

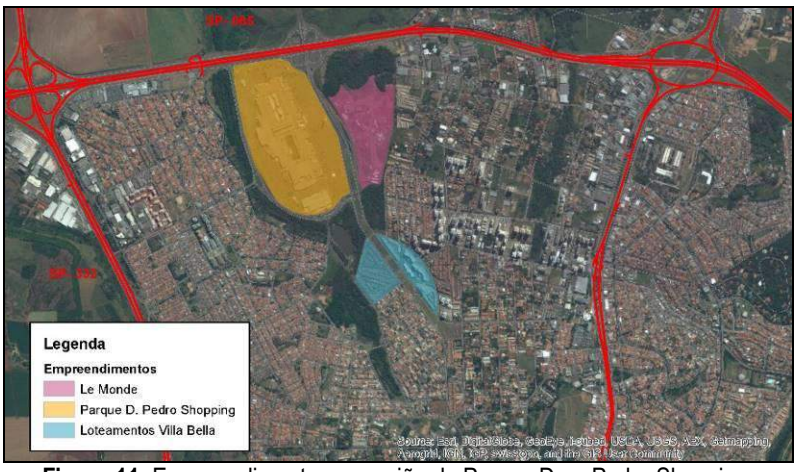


Figura 11. Empreendimentos na região do Parque Dom Pedro Shopping.

Perfis sócio econômico e demográfico

Característica sócio econômica bastante variável na região e densidade populacional um pouco mais homogênea. Segundo o Censo Demográfico de 2010, o rendimento médio mensal varia de R$510,00 a R$5100,00 e a média de moradores por domicílio, predomina de três a quatro moradores (**Figura 12**).

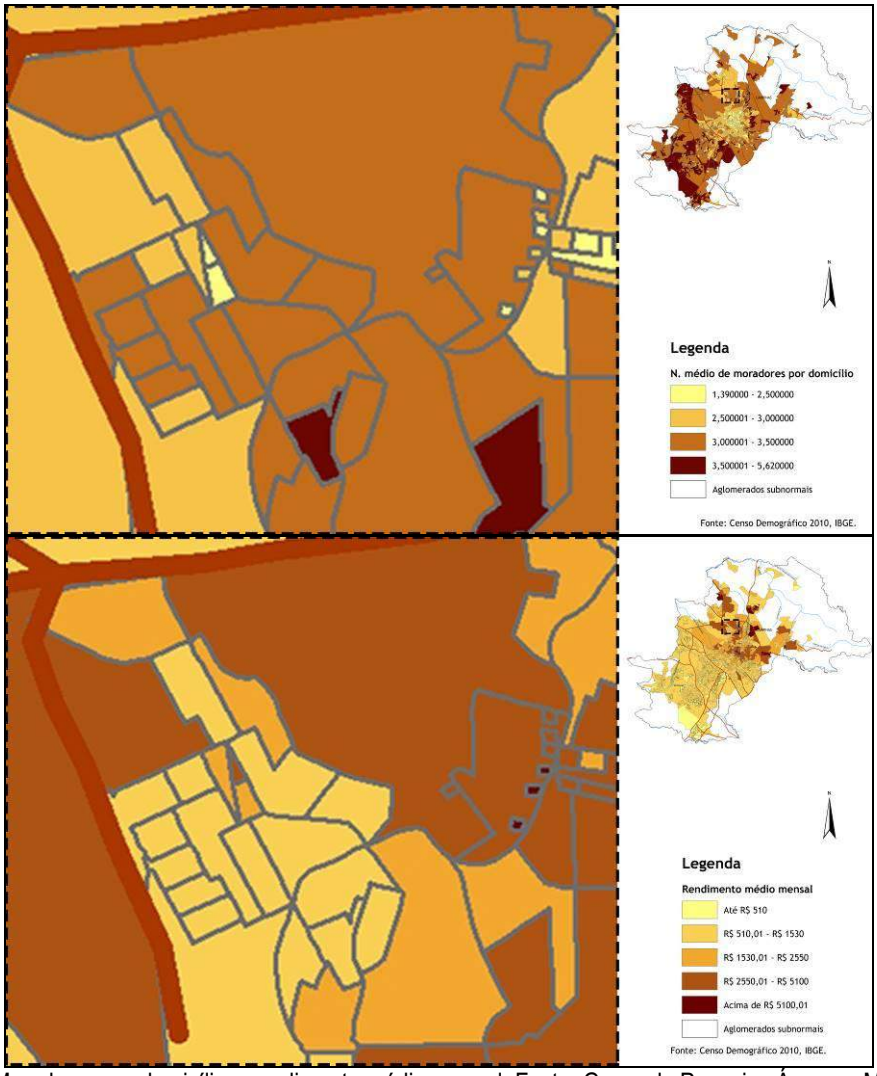


Figura 12. Moradores por domicílio e rendimento médio mensal. Fonte: Grupo de Pesquisa Água no Meio Urbano, Posurb, PUC-Campinas; Censo Demográfico 2010, IBGE.

Análises do espaço físico

Essa região apresenta topografia sinuosa de pouca declividade e pouca cobertura vegetativa nas áreas residenciais. O tecido urbano é bastante consolidado, no entanto com grande tendencia a alteração dos padrões de ocupação devido aos recentes empreendimentos implantados que vêm influenciando na dinâmica local. As quadras analisadas nessa região são caracterizadas por habitação unifamiliar horizontal; habitação multifamiliar horizontal; e habitação multifamiliar vertical.

As imagens satélites e o mapa de "figura e fundo" das quadras selecionadas nos permitem observar as variações de densidades construtivas, de padrões de ocupação, de área dos lotes, pavimentações e coberturas vegetativas (**Figura 13**). O recorte 3, por apresentar padrão construtivo verticalizado, a relação entre os espaços edificados e os espaços livres privados se configuram de forma bastante distinta.

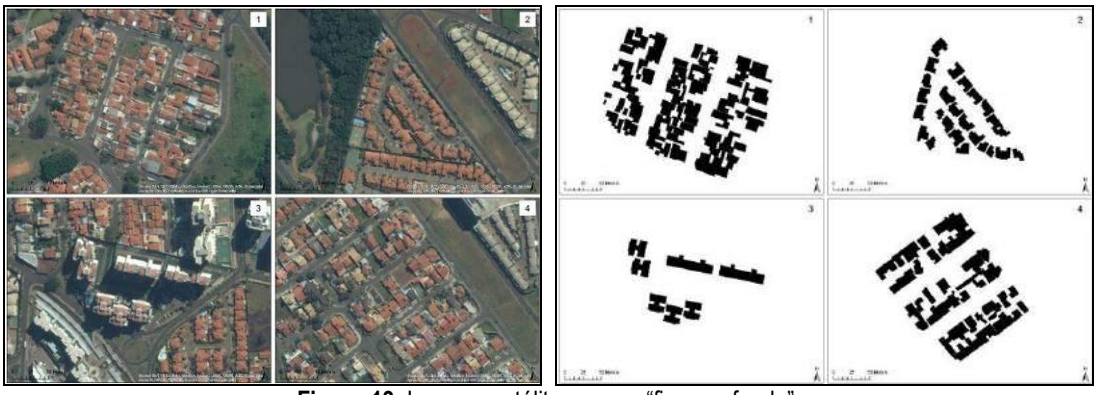


Figura 13. Imagem satélite e mapa "figura e fundo".

No mapeamento dos espaços livres na escala da quadra foram identificados aspectos bastante variados entre os recortes quanto aos usos e funções atribuídos aos espaços livres (**Figura 14**). No recorte 2, foi possível atribuir pátios, e/ou quintais, e vagas de estacionamento à cada propriedade por padrão de planejamento do condomínio, além da área de lazer coletiva. No recorte 3, atribui-se aos espaços livres áreas de lazer coletiva e estacionamento.

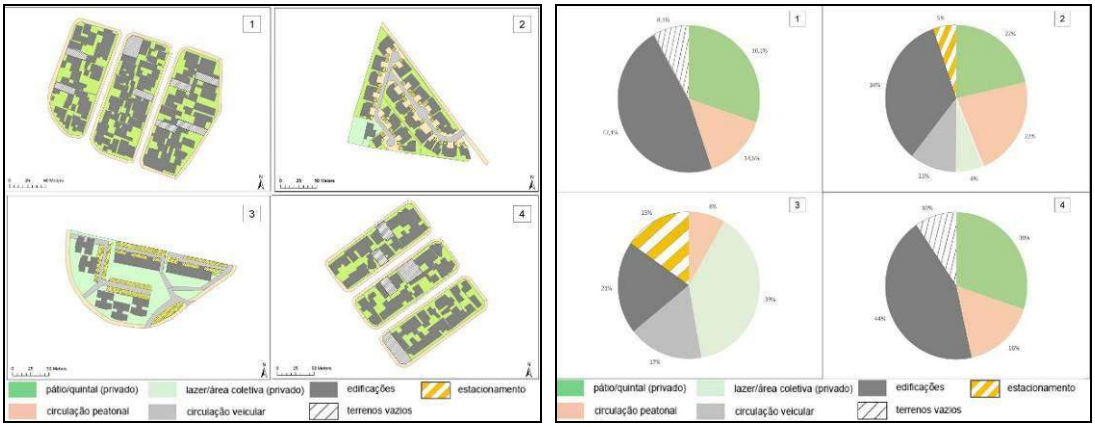


Figura 14. Mapeamento e quantificação dos espaços livres e edificados.

Nos recortes 1 e 4, os usos atribuídos aos espaços livres são mais flexíveis e essa variação é dada de acordo com o proprietário. De forma generalizada, aos espaços livres intra-lotes, foram atribuídos a

função de pátio/quintal, no entanto o proprietário pode usar esse espaço como vaga de garagem, área de lazer, ou de serviço.

Os diferentes tipos morfológicos de quadras encontrados na região apresentam uma relação quantitativa relativamente adequada entre suas áreas ao analisarmos os espaços edificados e os espaços livres, respeitando as taxas de ocupação definidas por Lei.

Aspectos funcionais, culturais, estéticos e ambientais

Através das visitas e junção dos dados levantados na região, foram observados os aspectos, objetivos e subjetivos, dos espaços livres quanto a sua acessibilidade, função, conservação, vegetação, drenagem, apropriações e demais aspectos que participam da sua dinâmica:

- Grandes impactos ambientais causados pela instalação do Shopping;
- Parque Linear Ribeirão das Pedras com vias esburacadas e mato alto;
- Falta de movimentação e atividades de lazer nos espaços públicos ao ar livre;
- Bolsão residencial no Alto Taquaral com vias esburacadas margeando e calçadas com entulhos e mato alto no interior do bolsão;

Região do Alphaville Campinas I

Histórico de ocupação

Inicialmente, essa região foi permeada por grandes fazendas que tiveram boa parte de suas áreas com atividade agrícola, com plantação de café e eucalipto. Ao final do século XX essas atividades foram sendo substituídas por atividades urbanas e tiveram suas áreas subdivididas. A ocupação teve início na década de 1980 com os loteamentos Chácaras São Rafael, Jardim Miriam e Parque dos Pomares. Na década de 90 surge o Alphaville Campinas e nos primeiros anos do século XXI, foram aprovados na região diversos empreendimentos residenciais (**Figura 15**).

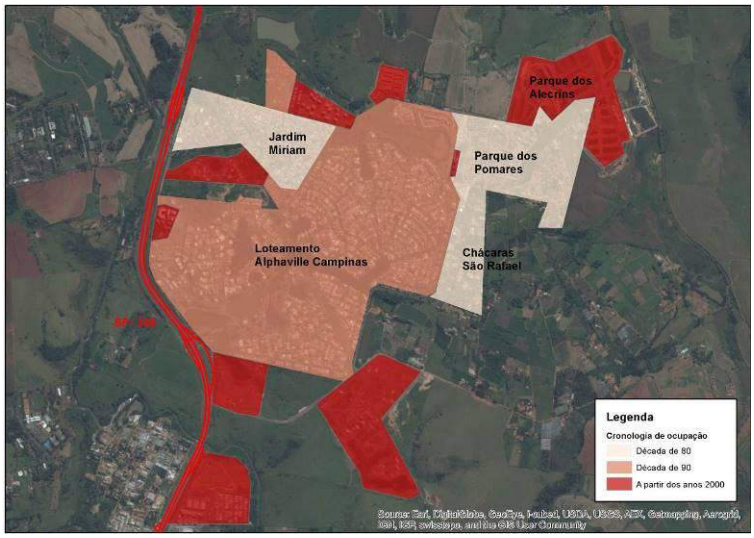


Figura 15. Cronologia de ocupação.

A região do Alphaville Campinas se caracteriza pela predominância do uso habitacional. O acesso se dá através de eixos rodoviários, que são ao mesmo tempo o elemento estruturador predominante e o principal fator de segmentação urbana. Possui um sistema viário interno descontínuo o que demanda a utilização das rodovias e de suas transposições para trânsito urbano.

Legislação

Essa área de estudo pertence a Macrozona 8. Seu Plano Local de Gestão ainda se encontra em processos de aprovação, porém o Plano Diretor de 2006 dispõe algumas diretrizes e normas de planejamento:

- Estabelecer padrão de ocupação de baixa densidade, que contemple as exigências relativas às questões de preservação da qualidade ambiental e de solução para os problemas de infraestrutura;
- Implantar sistema viário arterial de ligação;
- Preservar e recuperar as micro-bacias do ribeirão Anhumas e do córrego São Quirino.

Nas diretrizes gerais de uso do solo definidas para a MZ 8, chegou-se à proposição de adequações do zoneamento urbano, utilizando-se as zonas previstas na legislação vigente. O zoneamento proposto no PLG de 2006, estabelece para a macrozona (**Figura 16**):

- Padrões de ocupação de baixa densidade;
- Adequações necessárias ao zoneamento;
- Proibição de edificações do tipo HMH-vilas;
- Definição de corredores de comércio e serviços no entorno do loteamento Alphaville.

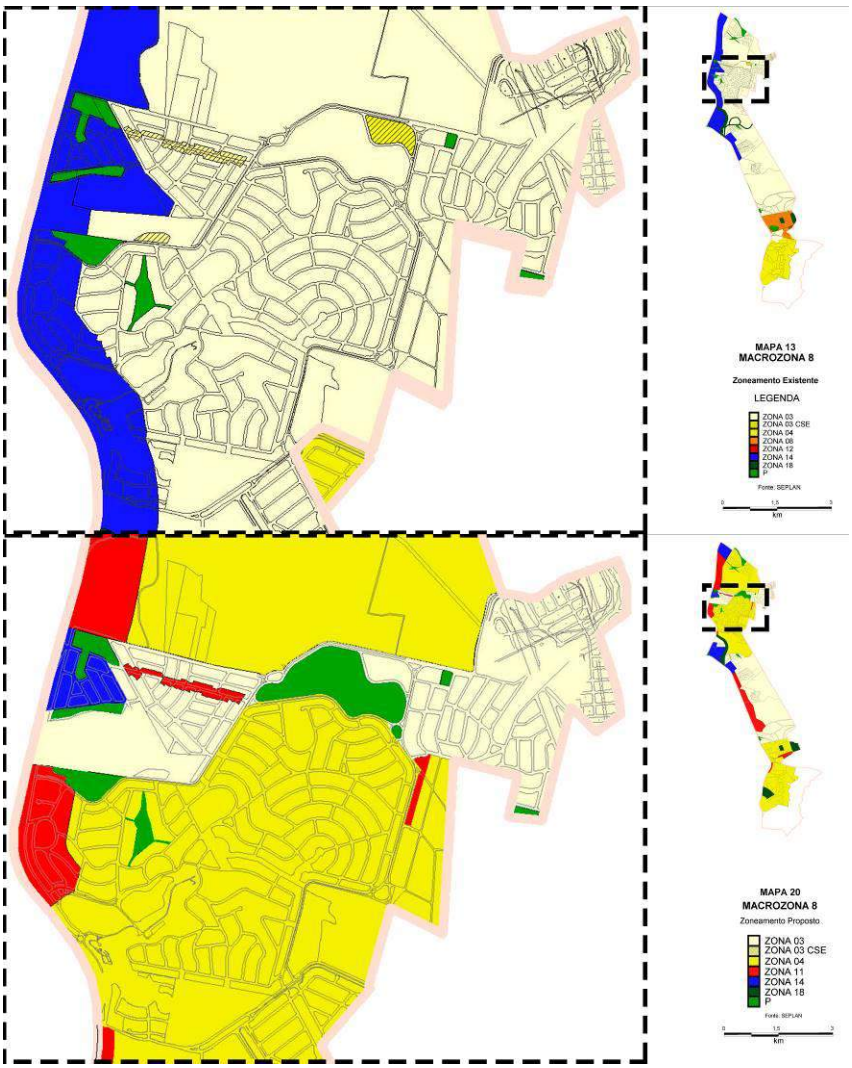


Figura 16. Zoneamento vigente e zoneamento proposto pelo PLC nº 16/2010. Fonte: SEPLAN, Plano Local MZ8.

Empreendimentos locais

O Alphaville Campinas é o empreendimento de maior impacto na região. Sua aprovação influenciou diretamente na definição de legislação para regulamentação de loteamentos fechados no município, Lei n.º 8.736 de 1.996. Esse fator contribui em transformações constantes, na paisagem e na dinâmica local.

Ao redor do Alphaville Campinas, há outros loteamentos fechados residenciais, de menor porte, como Parque das Quaresmeiras, Mont Blanc Residence, Parque das Sapucaias, Vila dos Plátanos, entre outros, inclusive verticais, como o Ambience Residence, caracterizando um bairro bastante fragmentado, configurado por extensos muros de condomínios residenciais de médio e alto padrão (**Figura 17**).

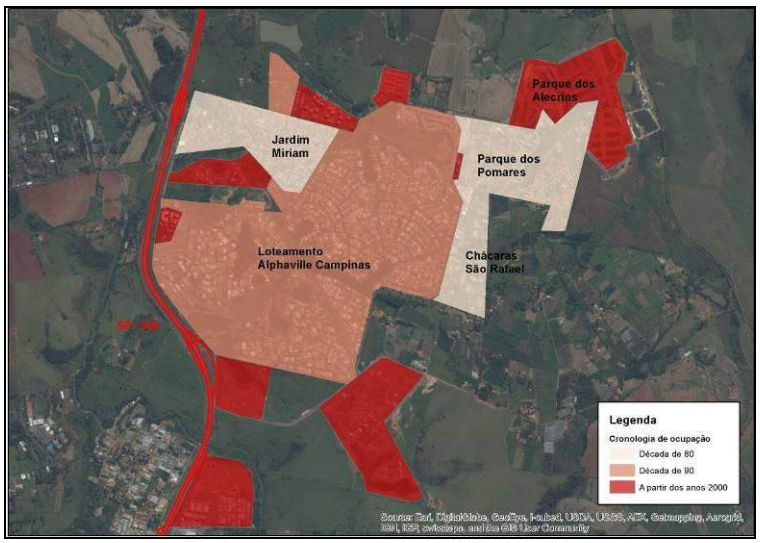


Figura 17. Empreendimentos locais.

Perfis sócio econômico e demográfico

O rendimento médio mensal é bastante variado e contrastante, sendo as famílias de maior poder aquisitivo, habitantes de loteamentos fechados. A densidade populacional no geral é homogênea, com algumas variantes no Alphaville Campinas que chega a uma média de 3 a 6 moradores por domicílio, em alguns setores do loteamento fechado (**Figura 18**).

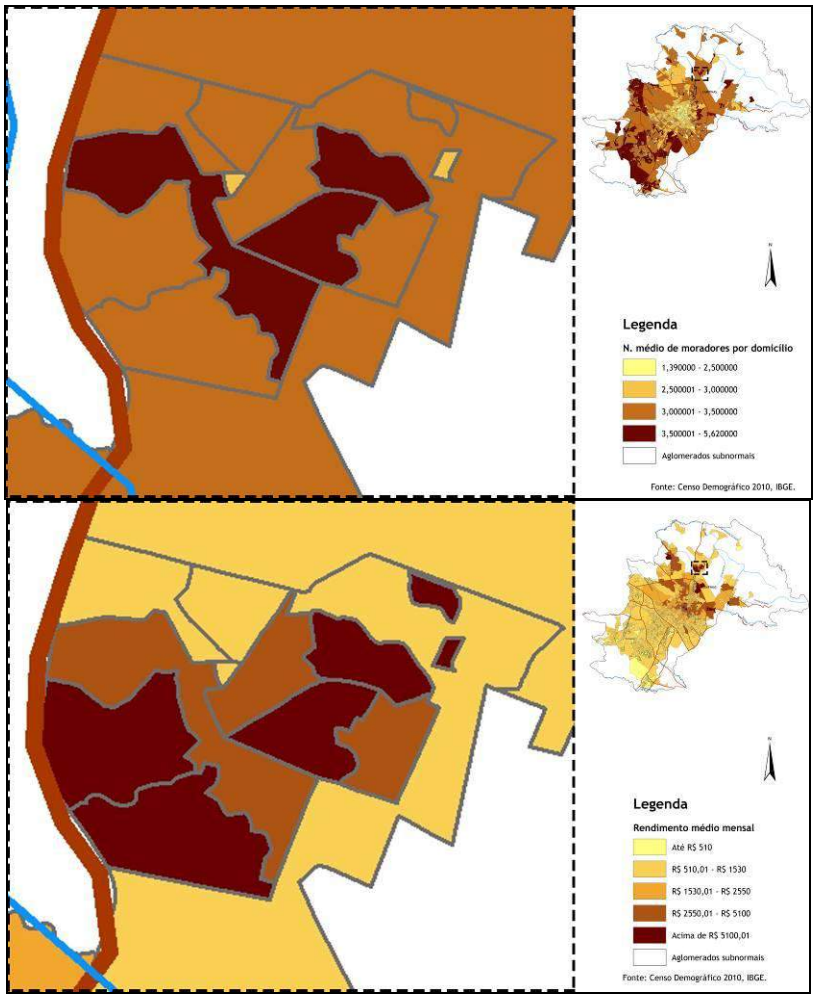


Figura 18. Moradores por domicílio e rendimento médio mensal. Fonte: Grupo de Pesquisa Água no Meio Urbano, Posurb, PUC-Campinas; Censo Demográfico 2010, IBGE.

Análises do espaço físico

Nas imagens satélites é possível perceber as variações de tamanhos das glebas loteadas, as proporções da dimensão entre as quadras e lotes, e a densidade construtiva de cada recorte. Além dessas percepções dos aspectos referentes à construção, é possível perceber também alguns aspectos de cobertura vegetal.

Nessa área de estudo foram selecionadas três tipologias de quadra: de habitação unifamiliar horizontal; de habitação multifamiliar horizontal; e de habitação multifamiliar vertical. Dentre elas, percebeu-se o predomínio de habitações unifamiliares com presença vegetativa e arbórea pouco razoável nos espaços públicos e espaços intra-lotes. Há uma grande variação da densidade construtiva dessa tipologia de ocupação nos loteamentos abertos e fechados, uma vez que o dimensionamento nos loteamentos abertos variam entre 250 e 300 m² e nos fechados entre 400 e 1000 m².

Nos recortes 1 e 2, a presença vegetativa é muito mais nítida que nos recortes 3 e 4. Há presença arbustiva e arbórea nos espaços intra-lotes e também nos espaços de circulação. Superfícies permeáveis intra-lotes também estão mais presentes nos dois primeiros recortes.

O recorte 3 refere-se ao empreendimento Ambiance Residence. São dezessete blocos de edificações que se constituem de térreo mais sete pavimentos. Boa parte dos espaços que não são destinados à circulação e estacionamento, são permeáveis e com presença vegetativa rasteira. No recorte 4, não foi possível identificar os aspectos vegetativos, por ser um empreendimento recém construído. No entanto, pôde-se identificar as áreas permeáveis e não permeáveis. Nos espaços intra-lotes e nas áreas comuns, foram identificadas superfícies permeáveis, e nos espaços destinados à circulação veicular, superfície impermeável.

Nos mapas “figura e fundo”, podemos distinguir mais nitidamente os espaços livres dos espaços edificados e perceber que cada recorte, apresenta uma relação bastante variável entre esses espaços (**Figura 19**). No recorte 1, por exemplo, comparando com o recorte 2, vimos que apesar dos recortes apresentarem relativamente a mesma área, o recorte 1 apresenta um número menor de lotes, porém numa dimensão muito maior. No recorte 2 temos mais lotes, representando uma área com maior densidade construtiva.

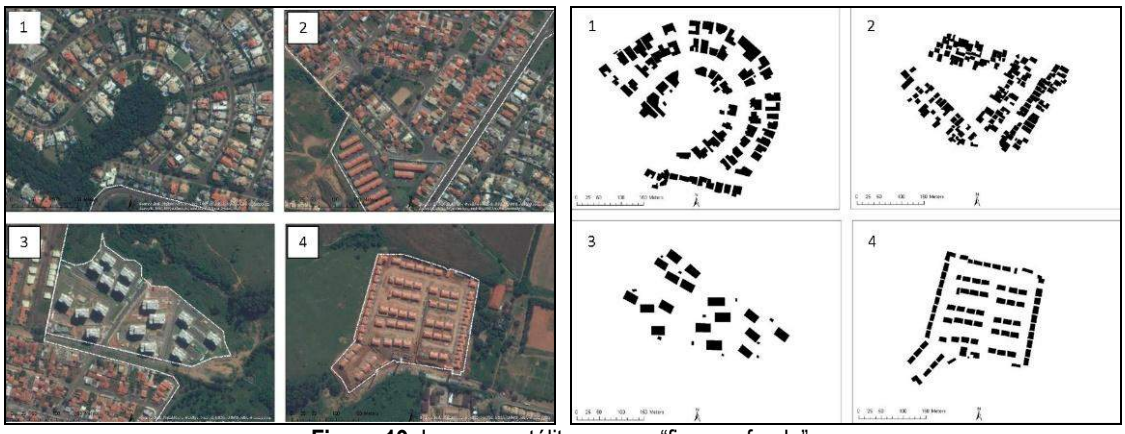


Figura 19. Imagem satélite e mapa "figura e fundo".

No mapa equivalente ao recorte 1, é possível observar que o espaço livre intra-lote em relação ao espaço edificado, é bastante generoso. Segundo a legislação de uso e ocupação do solo, é permitida a ocupação de até 50% do lote, sendo o loteamento Alphaville Campinas pertencente ao tipo Horizontal – HMH. Dessa forma, todos os lotes estão condicionados a destinar pelo menos 50% de suas áreas aos espaços livres de edificação, oferecendo melhores condições climáticas de vento e iluminação natural, além de amplos espaços que podem ser destinados também às atividades de convívio e lazer familiar, como piscinas e áreas de contemplação, em privacidade. A sociedade Alphaville conta também com quase 20% de sua área total, 215,45 ha, destinados às áreas de lazer e preservação ambiental.

No recorte 2, apesar de a legislação permitir ocupação máxima de até 65% da área do lote, por pertencer ao tipo Habitacional Unifamiliar inferior à 500 m², encontramos entre os espaços edificados e os espaços livres intra-lotes, uma proporção quase equivalente, com uma taxa de ocupação aproximada de 50%. O recorte 4, também apresenta uma semelhança na proporção de áreas livres e edificadas dentro dos lotes, e conta também com aproximadamente 30% de áreas de lazer e circulação peatonal. O empreendimento Casa Bella, referente a esse recorte, se enquadra no tipo Horizontal – HMH e a legislação permite até 50% de ocupação na área do lote. Em todo o loteamento há apenas 23% de espaços edificados.

O recorte 3, possui em sua gleba 82% de espaços livres destinados à lazer, circulação e estacionamento. Conforme a legislação de uso e ocupação do solo, esse recorte se enquadra no tipo HMV-5, que permite ocupação máxima de até 50% do lote.

A relação encontrada entre os espaços livres de edificação e os construídos intra-lotes é bastante satisfatória, tendo em vista que a quantidade de espaços livres é, em sua maioria, superior à quantidade dos espaços construídos (**Figura 20**).

Analisando a área de estudo de forma mais abrangente, foram mapeados os espaços livres de uso institucional, público e de preservação. Há na região grandes áreas de proteção com boa densidade de vegetação localizadas dentro e fora do loteamento Alphaville Campinas. Foram identificadas também

espaços de uso institucional localizados no bairro Jardim Miriam e na área de preservação próxima aos loteamentos Alphaville Housing II e Casa Bella, onde está localizada a instituição Vila Antiga.

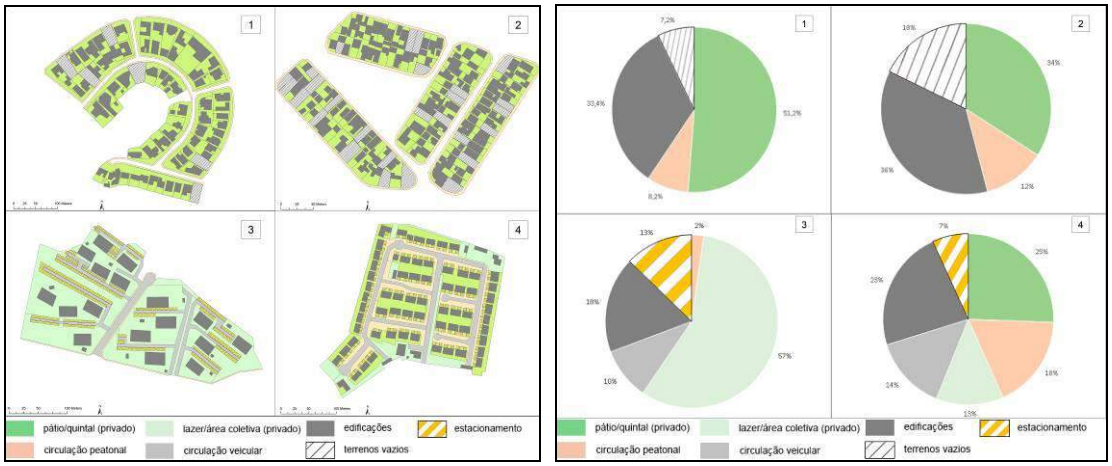


Figura 20. Mapeamento e quantificação dos espaços livres e edificados
Fonte: Produção da autora na plataforma ArcGIS.

Aspectos funcionais, culturais, estéticos e ambientais

A partir do levantamento de dados e visitas em campos, foram identificados os seguintes aspectos:

- A maioria dos espaços livres, que se referem a áreas de convívio e lazer, se encontram em áreas de loteamento ou glebas residenciais fechadas. Nestas foram encontrados equipamentos e mobiliários para atividades variadas;
- Na única praça pública encontrada, no bairro Jardim Miriam, foram vistos poucos equipamentos e mobiliários e usos no entorno que estimulassem a permanência de pessoas;
- Vias de circulação, calçadas e canteiros centrais, com pouca cobertura vegetativa;
- As áreas verdes (de parques, áreas de preservação, de uso institucional e de infraestrutura urbana) se encontram abandonadas com mato alto, lixos e entulhos.

Considerações finais

O urbanismo contemporâneo em Campinas tem expressado na sua forma de construir, espaços urbanos que transformam cada vez mais o sentido da vivência, do cuidado e da apropriação dos espaços livres, com privatizações de áreas residenciais, dependência do transporte individual e restrição aos comércios e serviços locais, que passaram recentemente a ganhar destaque, ainda que de forma bastante tímida, nos Planos Locais de Gestão.

A construção de condomínios, loteamentos fechados e bolsões residenciais acaba virando as costas para os espaços públicos que, cada vez mais, vêm sendo constituídos de muros, monotonia e automóveis particulares, por uma população que busca conforto e lazer em “segurança”, como é o caso das áreas de estudo na região do Parque Dom Pedro Shopping e Alphaville Campinas. Esse quadro compromete os espaços livres públicos ao abandono e falta de segurança, sem convívio social, manifestações culturais e apropriações de maneira geral.

Em áreas de baixo poder aquisitivo, no caso a região do Residencial Cosmos/Jardim Florence I, o quadro encontrado pode ser ainda mais agravante. Apesar de ter sido percebido um maior número de atividade nos espaços livres públicos, mesmo com as más condições encontradas em grande parte desses espaços, devemos considerar que há também na região ocupações irregulares em área de risco, poluição de várzeas, carência de infraestrutura e, também, grande quantidade de glebas vazias e abandonadas.

A grande taxa de ocupação encontrada em alguns tipos morfológicos de quadra na região, se deve muito ao condicionamento dado pelas diretrizes de ocupação e parcelamento do solo, que são muitas vezes inadequadas à realidade social encontrada. Tais diretrizes não levam em conta o perfil socioeconômico e demográfico da população que, muitas vezes, se aglomera em seus terrenos utilizando-se dos "puxadinhos", que resulta na diminuição progressiva dos espaços livres intra-lote, e consequentemente prejudica as condições de salubridade das construções, seja por falta de luz ou ventilação natural.

O ponto mais interessante que surgiu durante a pesquisa foi identificar que mesmo em áreas de diferentes contextos sociais e econômicos, a produção do espaço urbano tem impactado muitas vezes de forma negativa a dinâmica sócio ambiental nas diversas áreas da cidade que se encontram em processos de consolidação. A investigação de diferentes áreas em diferentes contextos demonstrou a produção de espaços livres e construídos, públicos e privados, de forma bastante dialética, baseando-se de forma geral em oposições e choques entre situações diversas, não caminhando na mesma direção em busca de um equilíbrio entre as relações de forma democrática e inclusiva.

O sistema de espaços livres analisado nesses recortes de estudo muitas vezes acaba se constituindo de inúmeros espaços residuais - sem funções de atividades sociais, como, por exemplo: canteiros centrais, corredores de linha de alta tensão, rótulas viárias e afins - que apresentam funções voltadas, em sua grande maioria, à infraestrutura viária. Esta sim apresenta grande apropriação por parte da população e do mercado econômico que usufrui do sistema viário para deslocamento. Estes espaços poderiam deixar de ser apenas resíduos e passar a fazer parte de uma estrutura que dê suporte ao específico contexto social, onde pessoas convivem e compartilham vivências por meio de atividades culturais, sociais e ambientais.

Referências bibliográficas

CAIADO, M. e PIRES, M. **Campinas metropolitana: transformações na estrutura urbana atual e desafios futuros**. NEPO, UNICAMP, 2006.

CAMPINAS, Planos Locais de Gestão. **Lei Complementar nº 04/1996 e Lei Complementar n°15/2006**. Campinas, São Paulo. Disponível em: http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/planos-locais-de-gestao/. Acesso em 2014.

CHRISTOFOLETTI, A. – **Caracterização de indicadores geomorfológicos para a análise da sustentabilidade ambiental**. Sociedade & Natureza, n.15, 1996.
_____. **Modelagem de sistemas ambientais**. São Paulo: p.236. Edgard Blucher, 1999.

FALEIROS, M.: **Urbanização Dispersa, Grandes Equipamentos e Impactos Urbanos: O Caso do Parque Dom Pedro Shopping**. Dissertação de Mestrado. Campinas, PUC-Campinas/CEATEC/POSURB, 2010.

MAGNOLI, Miranda – **Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana**. Tese de Livre-Docência, São Paulo: FAUUSP, 1982.

NAHUM, N. N.: **Paisagismo produtivo na proteção e recuperação de fundos de vale urbanos**. Dissertação de Mestrado. Campinas, PUC-Campinas, 2007.

REIS FILHO, N. G: **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo: Via das Artes, 2006.

SANTOS JUNIOR, Wilson: **Os Projetos Estratégicos e a Reestruturação do Território. Conflitos e Potencialidades na Região Metropolitana de Campinas**. Rio de Janeiro, ENAMPUR, 2011. Artigo.
SANTOS, Milton – **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.
_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.
_____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.

SEMEGHINI, U.: **Campinas (1860-1980): Agricultura, industrialização e urbanização**. IE-Unicamp, Campinas, 1988.

SILVA, R.: **O Processo de Expansão Urbana Recente da Região Sudoeste de Campinas – Agentes e Impactos**. Dissertação de Mestrado. Campinas, PUC-Campinas/CEATEC/POSURB, 2013.

TÂNGARI, Vera, SCHLEE, Mônica Bahia e ANDRADE, Rubens de. (Org.) – **Sistema de espaços livres: o cotidiano, apropriações e ausência**. Rio de Janeiro: FAU/UFRJ-PROARQ, 2009.

VILLAÇA, Flávio – **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo, Studio Nobel, 1998.

Praça Pedro II: símbolo cultural e histórico de Teresina.

Nívea Machado, Yracema Ayres, Karenina Matos, Wilza Lopes.

(1) Estudantes de graduação do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Piauí – UFPI. Pesquisadoras do Laboratório Urbano da Paisagem- LUPA/UFPI.

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Bairro Ininga. CEP: 64049-550. Teresina, Piauí, Brasil. E-mail: nívea_veras@hotmail.com; yrcrocia@outlook.com

(2) Professoras do Departamento de Construção Civil e Arquitetura – DCCA/CT/UFPI. Coordenadoras do Laboratório Urbano da Paisagem- LUPA/UFPI.

E-mail: kareninamatos@hotmail.com; wilzalopes@hotmail.com

Universidade Federal do Piauí

Resumo

Com o intuito de entender como a sociedade se relaciona com os espaços livres das praças na cidade de Teresina – PI, o objetivo desse trabalho é estudar a Praça Pedro II, local que por muitos anos foi o centro da vida social e cultural teresinense. A pesquisa encontrou apoio em fonte bibliográficas, orais e mapas mentais, focando- se principalmente nas décadas de 1950 e 60, período de maior expressão da praça, e fazendo um paralelo entre seu uso nesse período e atualmente, buscando entender as mudanças que resultaram no atual cenário da praça.

Palavras-chave

Símbolo Cultural, Espaço Livre, Praça Pedro II, Teresina.

Abstract

In order to understand how society relates to the open spaces of the squares in the city of Teresina - PI, the aim of this work is to study the Pedro II Square, a place that for many years was the center of social and cultural life of Teresina. The research has found support in bibliographic and oral sources and mental maps, mainly focusing in the 1950s and 60s, the period of greatest expression of the square, and making a parallel between its use in that time and currently, trying to understand the changes that resulted in current scenario of the square.

Keywords

Cultural Symbol, Open Spaces, Pedro II Square, Teresina.

Introdução

A cidade define-se como um espaço de convergência tanto de pessoas quanto de atividades econômicas, sociais, culturais e políticas. Desde o início de sua história esse espaço conta com locais que materializam a ideia do público, ou seja, locais onde podem ocorrer interações entre as diferentes esferas da sociedade.

As ideias de praça derivam da sociedade grega e romana. Nessas civilizações existia a ágora, espaço destinado à reunião de qualquer natureza e que representavam a expressão máxima da esfera pública. Aos poucos esses locais foram se modificando, seus contornos urbanos passaram a ser mais definidos e seu caráter mais especifico. No entanto, a ideia de reunir pessoas permaneceu.

Praças podem ter diferentes classificações de acordo com suas características mais evidentes. Como afirma Magnoli (2002), das praças emanam a diversidade social, os conflitos e recordações. É onde se revelam as experiências sociais, enaltecendo o percebismo, as discrepâncias e dualidades. Em Teresina esses locais priorizam a circulação de pedestres e a vegetação.

Praças são espaços livres públicos urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos (ROBBA E MACEDO, 2002). Essa conceituação se estende com veracidade desde o início das cidades até hoje, o que mudou foi a forma que a população as utiliza.

> Dependendo da localização, as praças irão adquirir várias e distintas funções: em áreas centrais, a praça é a alternativa naturalista para a amenização das condições climáticas, da qualidade do ar e insolação. Além de espaço destinado ao lazer, serve também como espaço articulador e centralizador da circulação de pedestres (ROBBA e MACEDO, 2002, p. 37).

A ideia dos espaços livres modifica a paisagem da cidade, como o fluxo de pessoas e a composição dos usos do entorno de cada região. As áreas verdes ajudam na recomposição climática e a amenizar as consequências da poluição gerada pela população. Os espaços livres e as praças de uma cidade guardam a história e a memória das gerações da população, eles contam histórias em cada árvore e banco existente; e emanam a vida das cidades, valorizando sua paisagem e a enriquecendo.

O estudo dos espaços livres de Teresina, em específico da Praça Pedro II, tem o objetivo de recriar a memória dos habitantes da cidade nas décadas de 50 e 60, e entender os motivos da glória e exaltação da praça nessas respectivas décadas. Além de entender a relação social da população com a praça e como o entorno influenciou no seu caráter histórico e cultural.

Utilizou-se o método de pesquisa oral para reviver a memória da Praça Pedro II no seu auge, além do estudo de mapas mentais com o intuito de resgatar o traçado da praça nas décadas de 50 e 60. O trabalho segue a linha do estudo dos espaços públicos na cidade contemporânea, estabelecendo uma comparação entre o uso da praça nas décadas analisadas e o hoje.

Teresina, uma cidade ainda verde?

Nas primeiras décadas de sua formação, a cidade de Teresina impressionava pelo verde exuberante que possuia e que lhe rendeu o apelido de Cidade Verde, dado pelo poeta maranhense Coelho Neto. No período era possível observar que a preocupação com a vegetação partia mais de um valor estético do que uma preocupação com a qualidade de vida que proporcionavam, ajudando a reduzir as altas temperaturas da cidade de clima quente e subúmido.

> Teresina nasceu em um exuberante pedaço da natureza, que lhe deu uma beleza singular: emoldurada por dois grandes rios "que a abraçam" e que recebem vários pequenos riachos nos seus terraços pontilhados por centenas de lagoas, formando um belo sistema lagunar-fluvial. Juntos, os elementos: rocha, clima, relevo, rios e solos imprimem dinâmica ao cenário de fluxos de energias e matérias, movimentando água x sedimento x vida, desenhando as formas que se elevam a partir desses rios em patamares e topos planos – terraços, encostas e baixos planaltos (hoje parte descaracterizados pelos cortes/ aterros/ pavimentação), bem como fazendo brotar vida vegetal e animal que emolduram a paisagem local, base dos demais fluxos individuais e sociais. Estes interagem com o natural, dando- lhe forma e sentido (LIMA, 2002 p. 186.).

Teresina sofre um significativo aumento demográfico a partir de 1950 e incentiva o desenvolvimento de políticas de desenvolvimento urbano: infraestrutura, água e esgoto. Nesse momento ela começa a perder o seu aspecto rural e a ideia de desenvolvimento das áreas urbanas começa a atrair um grande contingente populacional **(Gráfico 1),** vindo principalmente do interior do estado (FAÇANHA, 1998).

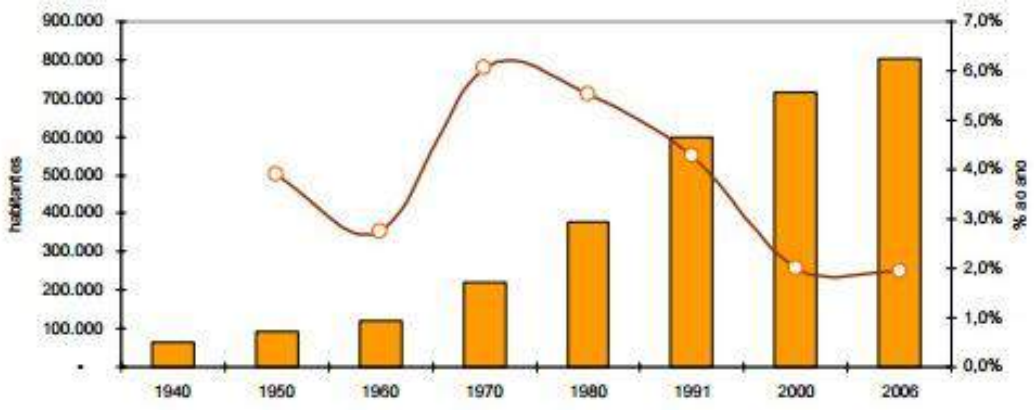


Gráfico 1. População absoluta e taxa de crescimento anual da população). Fonte: Plano Diretor de Transporte e Mobilidade Urbana de Teresina. Ano: 2008

A cidade de Teresina-PI, que outrora já foi considerada “a cidade verde”, por possuir em suas ruas, avenidas, canteiros e praças, um verde que era composto de plantas, arbustos, trepadeiras e com muita frequência árvores de pequeno médio e grande porte, nas últimas décadas vem perdendo essa denominação (ABREU, 2012). Vale destacar que nesse período os quintais dos lotes residenciais tinham espaços verdes que contribuíram para essa denominação dada por Coelho Neto à cidade de Teresina.

A cidade caracteriza-se por possuir um clima tropical semiúmido, onde existe um verão chuvoso e um inverso seco. Apresentando temperatura anual de 26,8°C, chegando a atingir 38,6°C. Nesse tipo de clima os ganhos térmicos são de grande proporção, devido à intensa radiação solar, enfatizando a necessidade da presença de espaços verdes, com o objetivo de criar microclimas agradáveis dentro da cidade.

Teresina conta, atualmente com um número expressivo de espaços livres. De acordo com dados da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMAM), a cidade contava em 2010, com 41 parques ambientais e 297 praças **(Tabela 1)** (LOPES, 2011).

SUPERINTENDÊNCIA	QUANTIDADE
CENTRO/NORTE	
Praças	109
Parques Ambientais	14
SUL	
Praças	102
Parques Ambientais	12
LESTE	
Praças	51
Parques Ambientais	11
SUDESTE	
Praças	35
Parques ambientais	04

Tabela 1. Relação quantitativa de praças e parques de Teresina. Fonte: LOPES (2011).

Plano Saraiva: primeiro plano urbanístico de Teresina e suas sete praças.

A cidade de Teresina teve seu início em 1852, quando Presidente da Província José Antônio Saraiva elevou a Vila do Poti à categoria de cidade e a institui como nova capital do Estado do Piauí. A impossibilidade de Oeiras continuar como a capital do Estado apoiava-se no seu isolamento que dificultava a comunicação com as demais cidades, além do declínio da economia pecuária. Devido a esses fatores e mais a falta de uma saída fluvial constatou-se a necessidade da mudança da capital. A região escolhida, Chapada do Corisco, localizada à margem do Rio Parnaíba em uma área supostamente a salvo de enchentes e favorável a navegação, o que facilitava relações políticas e comerciais (CHAVES, 1998). Sua topografia também era favorável, com poucas irregularidade e solo parte pedregoso e parte argiloso, fornecendo matéria-prima para a construção dos edifícios. A instalação da nova capital muda o

eixo das relações políticas, até então situado no interior do Estado, numa região quase desconectada, que se manteve viva enquanto a pecuária ainda se mostrava capaz de sustentar a vida econômica da Província (CHAVES, 1998).

Figura 1. Mapa do Plano Saraiva de Teresina de 1852 (editado). Fonte: www.semplan.teresina.pi.gov.br/historia-de-teresina

A malha urbana de Teresina tem influência do modelo de cidade colonial portuguesa, adotado na reconstrução da cidade de Lisboa após o terremoto de 1755, que previa a construção de ruas largas e retilíneas e de uma grande praça central que concentrasse os poderes político, administrativo e militar. Assim o sistema ortogonal empregado seguiu as normas urbanísticas da Provisão Real de D. João V, onde o traçado urbano e arquitetônico das cidades premedita a demarcação em primeiro lugar da praça (no caso de Teresina, a Praça Marechal Deodoro da Fonseca), com localização da Igreja (Igreja Matriz) e outras edificações públicas (a sede do governo, o quartel de linha, a igreja matriz, o fórum, o edifício do Tesouro e o mercado público). A regularidade do traçado pode ser fundamentada no urbanismo português, que visa o baixo custo, a facilidade de procedimentos e à padronização dos lotes para evitar confronto entre os moradores da cidade.

O rio é um elemento que possui uma importância paisagística para a cidade, pois toda a proposta inicial do "Plano Saraiva" **(Figura 1)** foi realizada voltada para este elemento. Analisando-se a planta de

Teresina, verifica-se que as primeiras edificações foram construídas em forma de “U”, voltadas para o rio e para o antigo Largo do Amparo (CARDOSO, 2006).

Os principais edifícios públicos estariam dispostos no entorno da praça, que no caso de Teresina seria a Praça Marechal Deodoro da Fonseca, que está vinculada à formação da cidade, desempenhando o papel de marco urbano. A característica principal do processo de formação das praças e dos conjuntos urbanos coloniais é sua pluralidade de funções como o caráter cívico, religioso e comercial.

Em Teresina as praças englobadas pelo Plano Saraiva **(Figura 2)** são: Praça da Bandeira (Praça Marechal Deodoro da Fonseca); Praça Pedro II; Praça Saraiva; Praça do Liceu (Praça Landri Sales); Praça Rio Branco; Praça João Luís Ferreira; Praça da Liberdade.

Figura 2. Mapa com a localização das praças do Plano Saraiva inseridas na trama urbana de Teresina (Editado).
Fonte: Bing Maps. Ano: 2015.

A Praça Marechal Deodoro da Fonseca **(Figura 3)** é conhecida atualmente como Praça da Bandeira, nome dado devido ao juramento à bandeira feito por recrutas em uma área aberta da praça. Ela desempenha o papel de centro político, social e comercial da cidade, devido à disposição de repartições públicas, da Igreja Matriz e do mercado em seu entorno.

Figura 3. Croqui da Praça Marechal Deodoro da Fonseca.

A Praça Saraiva **(Figura 4)** é a segunda maior praça de Teresina, seu nome é originado do fundador de Teresina, Conselheiro Saraiva. Quando foi construída era usada como parada de ônibus. No seu entorno são encontrados edifícios históricos como a Catedral de Nossa Senhora das Dores, o Colégio São Francisco de Sales e a Casa do Barão de Gurguéia, atual Casa da Cultura de Teresina.

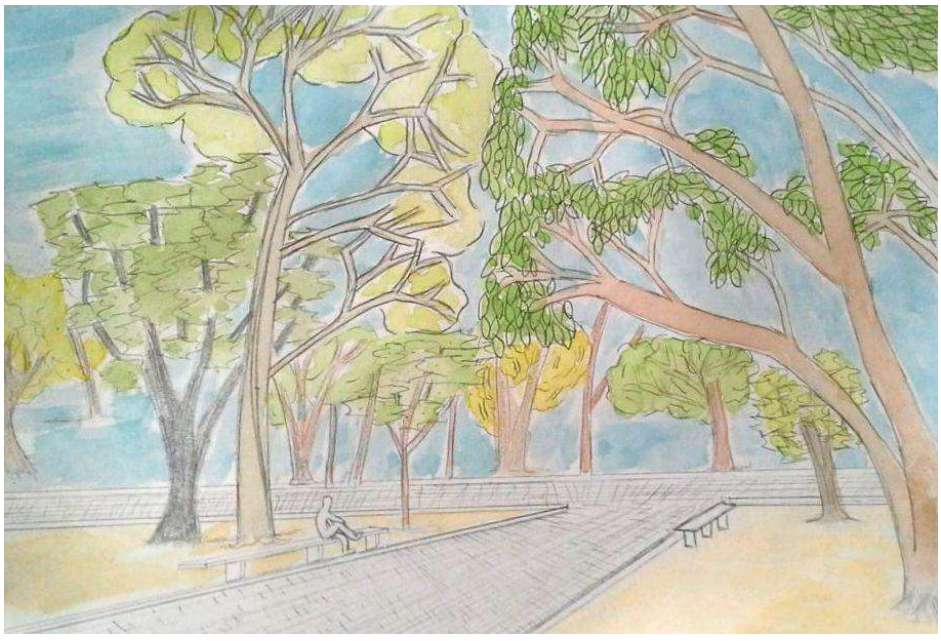


Figura 4. Croqui da Praça Saraiva.

A Praça Landri Sales **(Figura 5)** foi inaugurada em 1958, é conhecida por Praça do Liceu devido ao Colégio Liceu Piauiense instalada em seu entorno. Ela era utilizada principalmente pelos estudantes do Colégio Liceu, hoje praça possui feiras de livros que dificultam o tráfego e o uso da praça pela a vizinhança.

Figura 5. Croqui da Praça Landri Sales.

Praça Rio Branco **(Figura 6),** antes chamada de Praça Uruguaiana, foi fundada em 1910 e está localizada atrás da Igreja Nossa Senhora do Amparo, a praça caracteriza-se como um jardim público, com tanques, plantas, bancos de encosto. Era a praça mais frequentada do século XX, onde se encontrava a vida política, social e literária da cidade. Seu nome é dado em homenagem à José Maria Paranhos Júnior Rio Branco, conselheiro do Imperador.

Figura 6. Croqui da Praça Rio Branco.

A Praça João Luís Ferreira **(Figura 7)** foi fundada em 1930 e tem seu nome em homenagem a João Luís Ferreira, ex-governador do Piauí. A praça caracterizava-se como uma área de passagem durante as manhãs e durante a tarde servia como um local onde as crianças da vizinhança brincavam. Ela já teve em

seu espaço um mini-zoológico que posteriormente foi transferido para a Praça Marechal Deodoro da Fonseca.

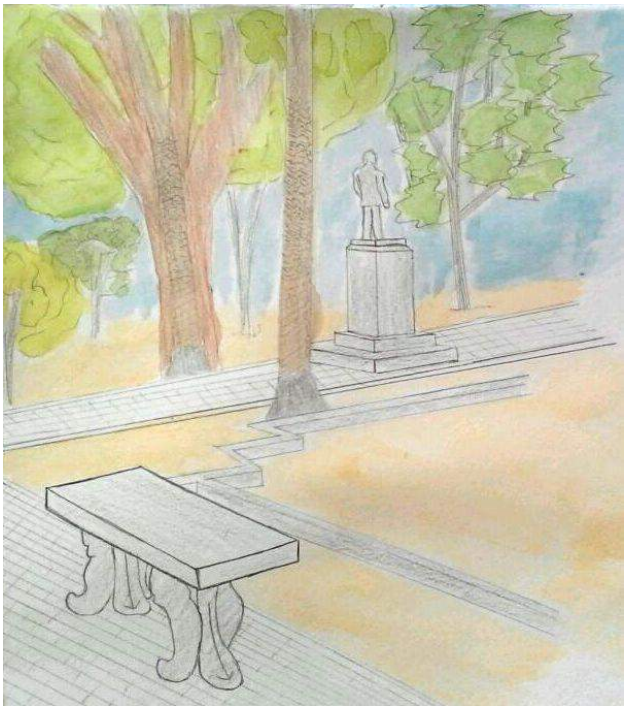


Figura 7. Croqui da Praça João Luís Ferreira.

A Praça da Liberdade **(Figura 8)** tinha a Praça São Benedito somada ao seu espaço. Hoje as duas praças são divididas, do lado da Escola Técnica Federal localiza-se a Praça da Liberdade e do lado oposto fica a Praça São Benedito.

Figura 8. Croqui da Praça da Liberdade.

A Praça Pedro II **(Figura 9)** foi fundada em 1799, com o nome de Praça João Pessoa, era o ponto das grandes festas da cidade e ponto de encontro de jovens teresinenses, característica que lhe rendeu o nome de A Praça Sentimental dos Namorados.

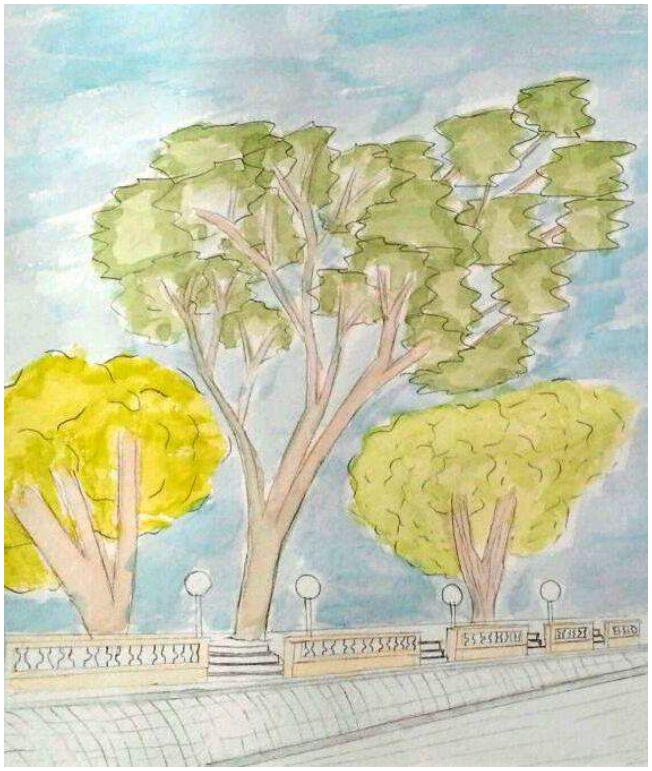


Figura 9. Croqui da Praça Pedro II.

Apesar da importância de cada praça para história da cidade, a escolha da Praça Pedro II se deu devido ao grande caráter cultural e histórico que possui, tendo sido durante anos palco de grande acontecimento da cidade e ponto de encontro. Por isso caracteriza-se como uma praça simbólica, sendo impossível não ser lembrada ao se visualizar a história de Teresina. O estudo da praça estará relacionado ao espaço público na cidade contemporânea, fazendo-se um paralelo da Praça Pedro II durante as décadas de 1950 e 1960, as décadas de maior expressão do seu caráter cultural e histórico, e as transformações que ocorreram resultando em seu atual obsoleto cenário.

Histórico e traçado original da Praça Pedro II

A Praça Pedro II foi fundada em 1799 e surgiu em um terreno remanescente de uma das quadras do Quartel da Polícia Militar, ela possuía inicialmente o nome de Praça João Pessoa, passando para Praça da Independência, depois para Praça Aquidabã e somente em 1936 foi transformada por lei em Praça Pedro II (FIGUEIREDO, 2001). Ela localiza-se entre as ruas David Caldas e Rua Paissandu, fica próxima á Igreja São Benedito e do Palácio de Karnak. A praça e seu entorno sofreram diversas modificações e intervenções, como mostra a linha do tempo **(Figura 10).**

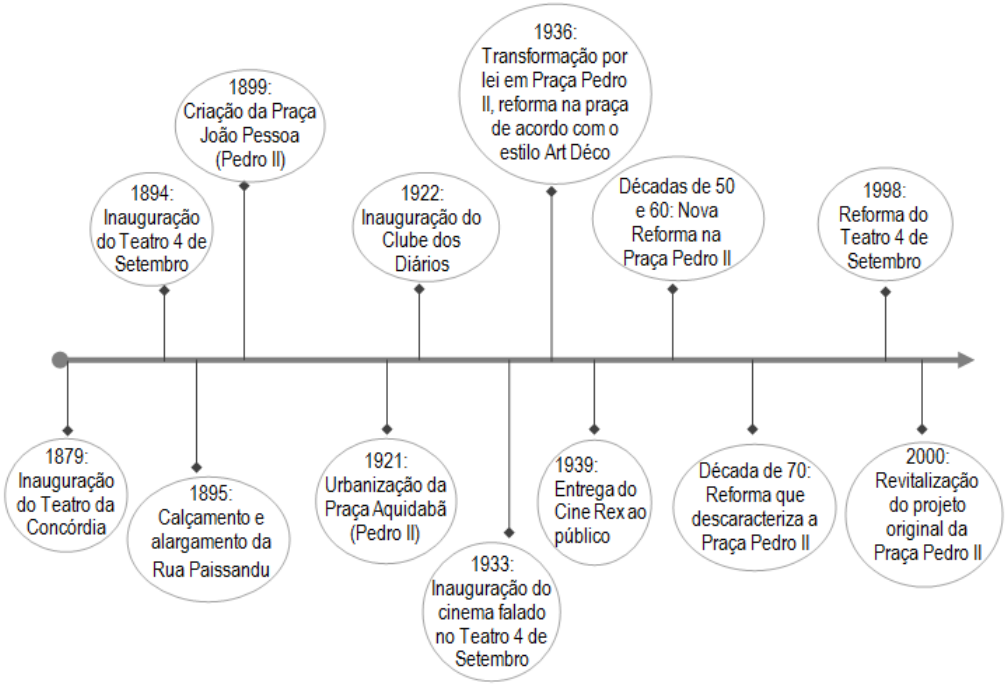


Figura 10. Linha do tempo da Praça Pedro II.

A Praça Pedro II sempre desempenhou uma vocação artística e cultural, devido à instalação de prédios desse espécime em seu entorno, como o Theatro 4 de Setembro (1879), o clube dos Diários (1927) e o Cine Rex (1939) **(Figura 11).** Ela caracterizava-se como o polo de lazer e cultura de Teresina a partir da década de 30, devido a uma reforma onde recebeu o seu projeto paisagístico juntamente com intervenções arquitetônicas e em seu mobiliário. Com isso, tornou-se um ponto turístico e de encontro da juventude teresinense, sendo caracterizado por ser o local de encontros amorosos e dos flertes.

Figura 11. Entorno da Praça Pedro II na primeira metade do século XX: Theatro 4 de Setembro e Cine Rex. Fonte: crcfundacpiaui.wordpress.com/page/3.

A praça passou por diversas reformas, inclusive uma na década de 70 que descaracterizou sua proposta original, hoje ela configura-se tentando resgatar as suas origens. Inicialmente a Praça Pedro II era dividida em duas partes, sendo cortada por uma rua, à parte baixa da praça era frequentada pela elite da

sociedade teresinense, enquanto a parte de cima que ficava nas proximidades do Quartel da Polícia Militar era frequentada pelas empregadas domésticas, que iam encontrar os soldados da polícia. Com a reforma na década de 30 ocorreram as mudanças que proporcionaram à praça tornar-se o centro cultural de Teresina, a partir da construção de um coreto, da escadaria de acesso à parte alta da praça, o calçamento da rua que corta a praça, a construção da balaustra de proteção entre as duas partes, a instalação de iluminação com a distribuição de postes e de 56 bancos de concreto, dentre outras mudanças (FIGUEIREDO, 2001). Esse uso da praça foi ampliado nas décadas de 50 e 60 com a construção de um lago **(Figura 12)** cortado por uma imitação de tronco caído, feito de concreto.

Figura 12. Lago da Praça Pedro II na década de 50. Fonte: crcfundacpiaui.wordpress.com/page/3.

Praça Pedro II nas décadas de 50 e 60:

De acordo com Cullen (2000), em Paisagem Urbana, o fato de se assinalarem esses locais com elementos de caráter permanente pode contribuir para indicar os tipos de ocupação que existem na cidade e criar um meio-ambiente que não seja fluido e monótono, mas sim estático e equipado. A Praça Pedro II, nas décadas de 50 e 60 proporcionava a permanência e a convivência dos teresinenses, por ser um local agradável e com mobiliário urbano que interagia com a paisagem. Esse fato, combinado com o entorno da praça, a elevou ao nível de centro cultural e ponto de convergência social.

Através de coletas de informações por fontes bibliografias e orais observou-se como se davam as interações sociais no espaço de estudo. Segundo José Luís[1] a praça era ponto de encontro da juventude teresinense. As terças e quintas eram os dias de ir ao cinema e quando a banda da polícia tocava, nesses dias a praça acendia povoada por jovens cheios de expectativas e em buscas amorosas ou de simples entretenimento.

Para se obter um ambiente com tal ocupação estática é preciso ter-se um mobiliário pensado, um ponto focal, que por comodidade a praça Pedro II possuía vários, como o Theatro 4 de Setembro, o Cine Rex,

[1] Entrevista informal realizada em 16/12/2014 com o morador José Luís.

o Clube dos Diários, o Quartel da Polícia Militar. Além de possuir uma ocupação estática, ela possuía uma ocupação por movimento, constituindo-se assim como viscosidade, um local no qual havia pessoas conversando, pequenos vendedores, telespectadores esperando na praça ansiosamente o filme começar, namorados e a banda da polícia militar.

No entorno atual da Praça Pedro II ainda existe resquícios do entorno de 1950/1960, as propriedades passaram de geração em geração e alguns mantiveram os estabelecimentos exatamente como no início, como por exemplo, a Casa do Queijo[2]. O dono do estabelecimento explica que a mercearia pertencia ao seu pai, que com o seu falecimento foi lhe passado, e relembra de sua juventude na Praça Pedro II:

> A Praça Pedro II era o centro das atenções em Teresina, as pessoas se concentravam na praça para ir ano Cine Rex. Ela possuía dois setores, um onde ficavam as pessoas com uma situação financeira melhor e do outro lado o pessoal mais humilde, havia essa diferenciação de localização de acordo com a classe social. Além disso, ela possuía algumas fontes d'água que depois foram retiradas por conta da falta de manutenção[3].

Essa diferenciação dos setores na praça, é evidenciada por conta das diferentes alturas que ela possui, na parte mais baixa ficava a elite teresinense e na parte mais alta ficavam as empregadas domésticas, que na época eram chamadas de "curicas". Outro elemento de segregação era a balaustre de proteção da parte mais alta da praça **(Figura 13),** que fora colocada como um elemento ornamental, porém, assim como os gradeamentos, delimita o espaço, excluindo pessoas indesejáveis de acessar o sequente espaço. Ademais existem os degraus que também funcionavam como elemento isolante, reinterando a ideia de espaço restrito e privado.

Figura 13. Balaustre da parte mais alta da Praça Pedro II na década de 60. Fonte: crcfundacpiaui.wordpress.com/page/3.

[2] Relato oral do dono de um ponto comercial na Praça Pedro II, a Casa do Queijo, realizado no dia 01/11/2014.

Além dessa diferenciação social José Luiz[3] relata que havia uma separação por gênero. O mapa mental desenvolvido por José Luiz retrata bem a imagem dessa diferenciação dos níveis da praça naquela época **(Figura 14):**

> "No nível mais baixo da praça a juventude teresinense rodava em círculos, eram dois círculos, o mais de dentro onde ficavam as moças e o mais de fora onde ficavam os rapazes, e nós girávamos em direção contrária. Só giravam as pessoas que eram solteiras na época, os casais ficavam namorando nos bancos".

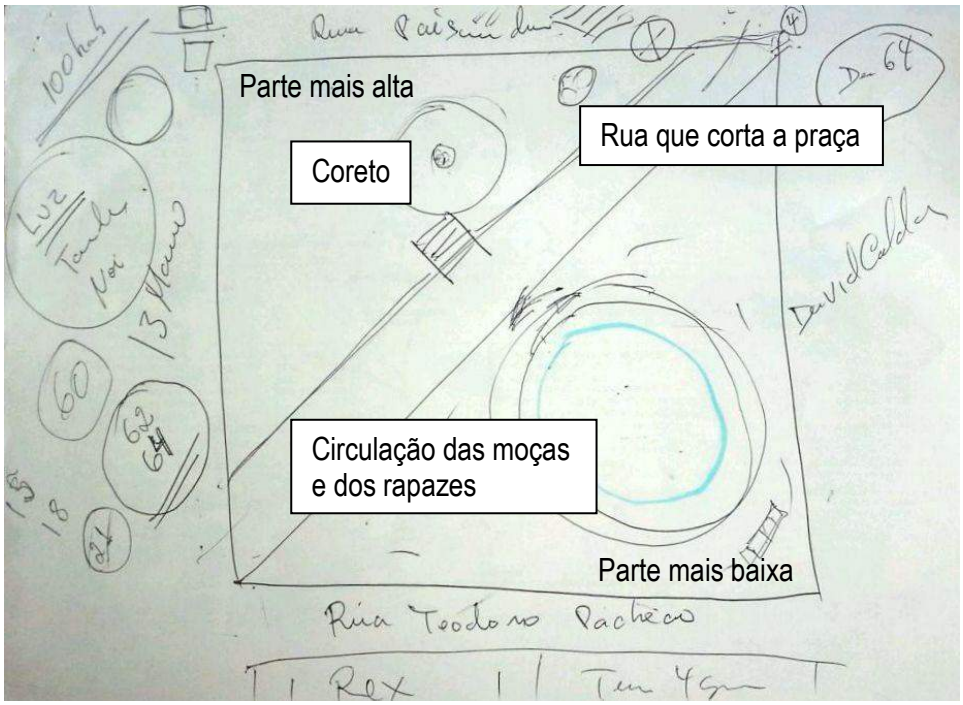


Figura 14. Mapa Mental da Praça Pedro II, produzido por José Luís.

Rosário Medeiros[4] reconta que os balaustres da Praça Pedro II eram a parte mais bonita da praça, pois marcavam a diferença de nível e proporcionavam uma melhor visão: "Da muralha da praça eu conseguia ver tudo o que acontecia na parte de baixo, e quando eu ia para a praça namorar era o melhor lugar para ficar, porque era mais reservado".

Sendo Teresina uma cidade muito pacata durante a década de 50, tem-se o seu lazer e a sua distração voltada para o cinema e para as praças. A necessidade de entretenimento que a crescente sociedade teresinense necessita é levada também aos clubes, tornando o cenário da Praça Pedro II como protagonista, pois possui em seu entorno o Clube dos Diários que cedia os bailes da elite, os concursos de miss e jogos de cartas dos homens.

[3] Entrevista informal realizada em 16/12/2014 com o morador José Luís.
[4] Relato oral da moradora Rosário Medeiros, realizado no dia 20/11/2014.

> Nova reforma sofrida no final da década de 50 introduz algumas novidades. A mais marcante, sem dúvida, e bastante documentada, consiste no pitoresco lago cortado por uma imitação de tronco caído, construído em concreto, que se transforma no cenário preferido dos fotógrafos para a confecção de retratos dos teresinenses (FIGUEIREDO, 1999).

A sociedade teresinense nessas décadas possuía um pensamento muito provinciano e por vezes preconceituoso, Rosário Medeiros[5] descreve essa memória:

> "Quando eu estava na praça com minhas tias e primas, nós ficávamos conversando e observando os casais de namorados sentados nos bancos, mas nós só podíamos ficar na praça até nove horas da noite, quando dava essa hora tocava uma campainha no quartel da polícia que funcionava como um toque de recolher, então nós corríamos pra casa, porque quem ficava na praça depois desse horário era visto com maus olhos pela sociedade, pois nessa hora as únicas mulheres que ficavam fora de casa eram as prostitutas."

A Praça Pedro II não era a praça mais arborizada de Teresina, ou a que possuía o melhor mobiliário urbano, ou onde aconteciam atividades comerciais que impulsionassem o seu uso. Ela era marcada por seu entorno, que possuía essa tendência artística e cultural **(Figura 15),** inflamando assim a sua vocação de estimular e atrair tantas pessoas.

[5] Relato oral da moradora Rosário Medeiros, realizado no dia 20/11/2014.

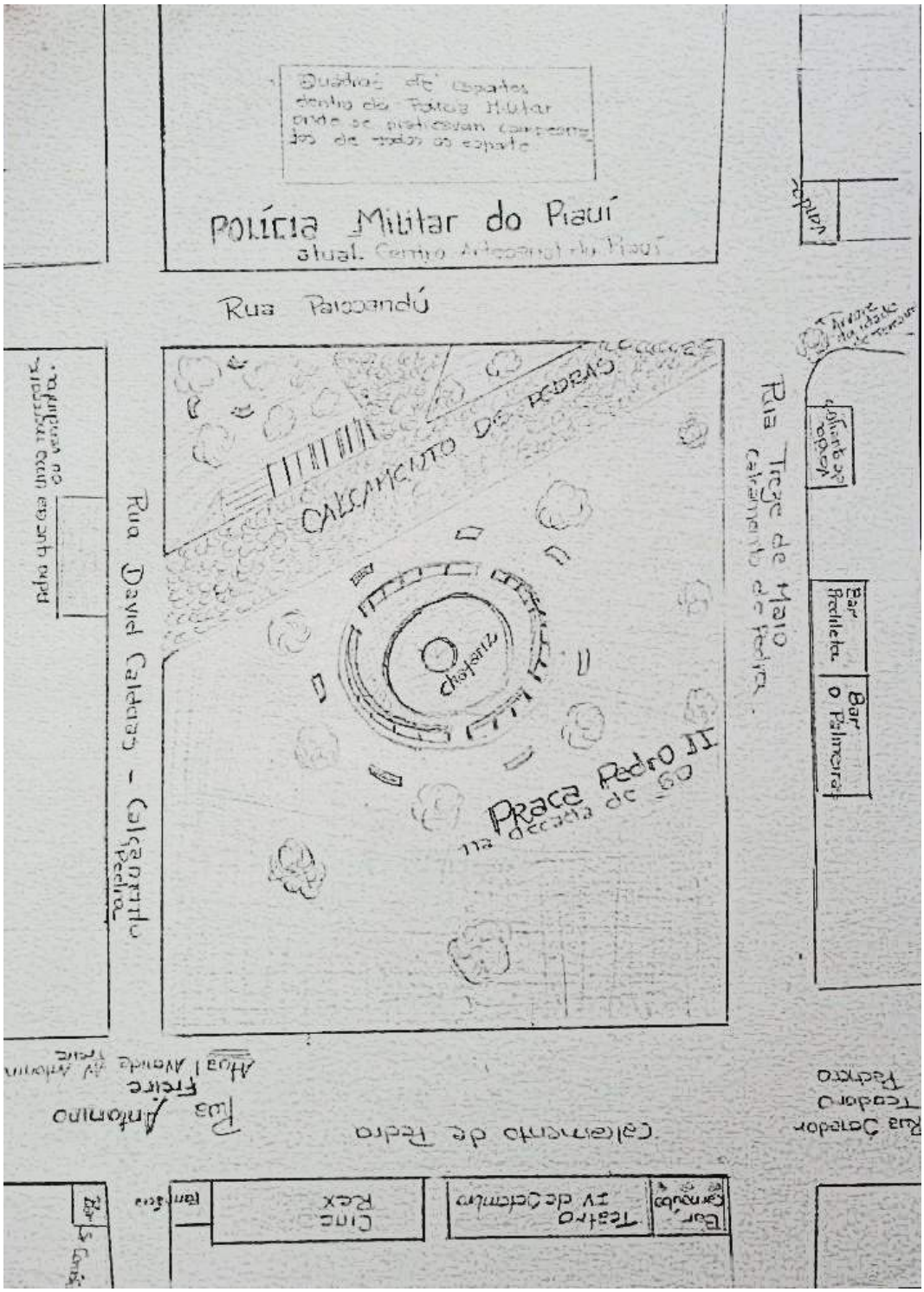


Figura 15. Mapa Mental da Praça Pedro II e seu entorno na década de 60, produzido por Lúcia Ayres[6].

A Praça Pedro II na atualidade

Com o passar dos anos as praças do Centro de Teresina vão perdendo sua importância como espaços de lazer e a cidade cresce expandindo para Leste, contribuindo para essa perda.

[6] Mapa Mental produzido por Lúcia Ayres, usuária da Praça Pedro II.

Em 1957 ocorreu a inauguração da ponte de concreto armado sobre o Rio Poti, chamada de Ponte Juscelino Kubitschek, conhecida com Ponte da Avenida Frei Serafim, interligando o centro da capital com a zona leste.

> Essa ponte, embora sendo apenas de um vão, viabilizou o acesso ao lado leste de Teresina, que era ocupado por sítios e chácaras, onde poucas pessoas residiam. Esse local era conhecido como zona do Jóckey Clube. As primeiras notícias sobre a área começaram a ser veiculadas nos jornais em decorrência da criação de uma pista de corrida de cavalo, a qual, mais tarde a pista foi aumentada, sendo construída também a sede social do clube no local onde está localizada até hoje a avenida Nossa Senhora de Fátima. Era um clube frequentado pela elite da cidade, que, no anseio de desfrutar de lazer "nobre", criou o estabelecimento. A ponte foi idealizada com o intuito de melhorar o acesso àquela área, que, a partir de então, sediou o primeiro estabelecimento de equitação da cidade (ARAÚJO, 2009 p. 28).

O processo de urbanização da zona leste deslocou o eixo da vida social teresinense, tornando-se aos poucos o centro de lazer e cultura da cidade, que antes localizava-se no Centro, concentrado nas praças, principalmente na Praça Pedro II. Esse deslocamento pôde ser sentido de forma mais profunda com a criação do Jóckey Clube, na década de 60 e posteriormente dos Shoppings, na década de 90.

Ainda é possível observar algumas das características que tornaram a Pedro II uma parte tão significativa da história de Teresina. Vemos os balaústres, a parte alta e baixa **(Figura 16),** o seu entorno e é quase possível vislumbrar a praça viva, acendendo com a alegria da juventude teresinense se divertindo ao som da banda do quartel. No entanto, o que se observa atualmente é o início da descaracterização desse cenário. Hoje, o espaço da praça demonstra fluidez, tendo como mobiliário urbano poucos bancos e seu principal uso é de passagem.

Figura 16. Praça Pedro II em 2015. Fonte: MACHADO, 2015.

Sua ocupação é feita principalmente por vendedores ambulantes, clientes dos bares nas proximidades e alguns andarilhos, como observamos na **Figura 17**. É possível observar um maior número de pessoas em épocas quando ocorrem eventos em prédios do seu entorno, principalmente no Theatro 4 de Setembro, mas, mesmo nesse caso, essa ocupação não tem um caráter de permanência.

Figura 17. Ocupação da Praça Pedro II pelos clientes dos bares do entorno. Fonte: MACHADO, 2015.

O mapa abaixo mostra como funciona o entorno da Praça Pedro II atualmente, destacando os principais pontos de referências **(Figura 18):**

Figura 18. Vista aérea da Praça Pedro II demarcando o seu atual entorno. Fonte:Bing Maps. Ano: 2015.

Essa mudança tão drástica não pode ser atribuída apenas à urbanização da zona leste. O processo de desenvolvimento e expansão da cidade modificou o caráter do centro de Teresina de uma forma geral passando a ser predominantemente comercial e de prestação de serviço, não havendo muitas atividades que estimulem a permanência das pessoas. Associado a isso temos uma saturação desse espaço que cresceu de forma desordenada criando, em sua maior parte, uma paisagem pouco atrativa, altas temperaturas agravadas pela diminuição da cobertura verde e pelo grande fluxo de veículos, além de vias de circulação de pedestres em péssimo estado de conservação e da falta de segurança.

> Estas praças eram locais de festas, comícios, reuniões entre amigos, animadas conversas, paqueras e passeios em família. A mudança da população residentes do bairro Centro para outros bairros, a partir da segunda metade do século XX e os conflitos de usos entre lojistas, camelôs e usuários, resultaram em um abandono destes espaços públicos, que concentravam no seu entorno não só moradia e comércio, mas também toda a diversão de Teresina. (...) Apesar do uso intenso durante o dia, as praças ficam abandonadas e escuras à noite, passando a ser frequentadas por vândalos, gerando insegurança e medo para os moradores. Nesse contexto, os seus usuários buscam novas opções de lazer, se refugiando em espaços privados. (CARDOSO, 2006 p 77).

Conclusão

O que se pôde concluir com esse trabalho é que a discrepância entre o uso da Praça Pedro II nas décadas de 50 e 60 e hoje se deve à falta de integração da praça e ao processo de urbanização de Teresina que acabou por isola-la em um espaço que não favorece a sua valorização e ocupação, mas que não conseguiu apagar completamente a sua vocação cultural.

Os anseios da população por novas formas de lazer também influenciaram esse distanciamento da praça, além da nova forma de viver estabelecida pela atual população jovem, que procuram uma diversão mais agitada, que não se espelha nas pacatas histórias vividas na Praça Pedro II.

Percebe-se que a desvalorização da praça provoca perdas para Teresina, que possui o título de cidade verde, pois o uso dos espaços livres é que leva ao zelo desses ambientes. Com esse desuso a possibilidade de uma nova descaracterização da praça seria tangível e constata-se ao observar a primeira descaracterização da Praça Pedro II na década de 70, que esta só levou a um maior desvio da população.

Referências bibliográficas

CHAVES, Monsenhor. Obras completas. Teresina: Fundação cultural Monsenhor Chaves, 1998.

FAÇANHA, Antônio Cardoso. A evolução urbana de Teresina: agentes, processos e formas espaciais da cidade. Recife: Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Geografia. 1998

MACEDO, Silvio. Quadro do paisagismo no Brasil. São Paulo: Edusp, 1999.

MACEDO, Silvio; ROBBA, Fabio. Praças Brasileiras. São Paulo: Edusp,2002.

MACEDO, Silvio; SAKATA F. Parques Urbanos no Brasil. São Paulo: Edusp, 2002.

CULLEN, Gordon. Paisagem Urbana. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2000.

LYNCH, K. A imagem da Cidade. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1997.

TITO, A. Filho. Aquidabã, praça sem número. Teresina: Artenova, 1975.

MAGNOLI, Miranda. Praças Brasileiras. São Paulo: Edusp, 2002. p. 9-10.

FIGUEIREDO, Diva Maria Freire. P2. Teresina, 2001.

RAPOSO, Ianna Silveira. As duas primeiras praças de Teresina/PI: Análise de suas transformações no tempo e diagnóstico. São Paulo: Universidade Presbiteriana de Mackenzie, 2012. Disponível em: <http://tede.mackenzie.com.br/tde_arquivos/2/TDE-2012-06-18T120153Z-1486/Publico/Ianna%20Silveira%20Raposo.pdf> . Acesso: 16 out. 2014.

JORDAN, Bruno. Maia teatro. Disponível em: <http://acervoatitofilho6.blogspot.com.br/2011/08/mais-teatro> Acesso em: 15 de outubro de 2014.

SEMPLAN Teresina. Historia de Teresina. Disponível em: <http://semplan.teresina.pi.gov.br/historia-de-teresina > Acesso em: 20 out. 2014.

Coordenação de Patrimônio Cultural do Piauí. Praça Pedro II: décadas de 40, 50 e 60 séc. XX. Disponível em: <https://crcfundacpiaui.wordpress.com>. Acesso em: 18 out. 2014.

Plano Diretor de Transportes e Mobilidade Urbana de Teresina. Disponível em: <http://www.teresina.pi.gov.br/sistemas/portalpmt/admin/upload/documentos/f77f8cb7ca.pdf>. Acesso: 18 out. 2014

ABREU, Emanoele Lima. Análise dos índices de cobertura vegetal arbórea e sub-arbórea das praças do centro de Teresina-PI. Disponível em: <http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2012/VI-028.pdf>. Acesso em: 16 out. 2014.

CARDOSO, Luciene Brito. Paisagem Cultural do Centro de Teresina/PI: Significados dos seus elementos morfológicos. Disponível em: < http://www.repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/3481/arquivo5373_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 out. 2014.

LIMA, Iracilde Maria de Moura Fé. Revista do Instituto Camilo Filho. Teresina: urbanização e meio ambiente. Teresina: ICF, v. 1, n. 2, 2002.

LOPES, Wilza Gomes Reis. A paisagem urbana e o sistema de espaços livres da cidade de Teresina, Piauí. Disponível em: < https://silviomacedo.files.wordpress.com/2011/11/artigo-16.pdf> . Acesso em: 14 out. 2014.

Urbanidades e relações entre espaço x sociedade: estudo de caso do bairro do Altiplano Cabo Branco - João Pessoa /PB

Patrícia Cruz, Marcele Trigueiro

Centro de Tecnologia, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba

Universidade Federal da Paraíba, Cidade Universitária - Castelo Branco - JP/PB; Telefone: 83 32167115

patriciacruz.arquitetura@gmail.com, marcele.trigueiro@gmail.com

Resumo

O conceito de urbanidade pode ser entendido como uma situação de equilíbrio entre as dimensões espacial e social. Esta qualidade do urbano é cada vez mais rara nas cidades contemporâneas brasileiras sendo a inferência estatal uma das principais causas. Neste sentido, o bairro do Altiplano Cabo Branco - João Pessoa/PB torna-se objeto privilegiado enquanto resultante das intervenções estatais. decorrentes do Decreto Municipal 5.844/07. Este artigo fundamenta-se no estudo das configurações físico-espaciais, bem como dos principais efeitos e apropriações sociais causados por tais arranjos espaciais. Assim, são analisados: as tipologias edilícias e as interfaces público-privadas, através de avaliação dos espaços públicos; o limiar do espaço público através das interfaces público-privadas; o espaço privado com o estudo das tipologias edilícias, presentes nos setores do bairro. A apreensão destes aspectos é realizada por meio de revisão teórica que embasa os formulários da pesquisa de campo. Com o retrato da situação vigente do objeto de estudo, é possível confrontar as perspectivas, traçando as influências sobre o despertar da urbanidade local.

Palavras-chave

Urbanidade, Espaço Público, Configuração Físico-Espacial, Tipologia Edilícia, Apropriações Físico-Espaciais.

Abstract

The concept of urbanity can be understood as a situation of balance between spatial and social dimensions. This urban quality have become increasingly rare and deficient in contemporary Brazilian cities with the interference state as a major cause. In this sense, the neighborhood of Cabo Branco Altiplano - João Pessoa / PB becomes privileged object as a result of State intervention from the Municipal Decree 5.844 / 07. This article is based on the study of physical-spatial configurations, as well as the main effects and social appropriations caused by such spatial arrangements. So it analyzes: the building typologies and public-private interfaces, through evaluation of public spaces; the threshold of public space through the public-private interfaces; the private space to the study of building typologies, present in the neighborhood sectors. The seizure of these aspects are carried out through theoretical review that supports the forms of field research. According to the current situation of the subject matter*, it is possible to confront the prospects tracing the influences on the awakening of local urbanity.*

Keywords

Urbanity, Public Space, Physical Space configuration, Typology of Buildings, Appropriations Physical Space.

Introdução

As cidades envolvem processos diversos e de ordens variadas; com isso tornam-se objeto de estudo de arquitetos, urbanistas, antropólogos, sociólogos ademais profissionais. Também, por sua vez, a sociedade precisa de um meio onde possa se desenvolver e a cidade possui, por intermédio dos elementos urbanos que a constituem, maneiras de facilitar, permitir, dificultar ou restringir a relação entre os citadinos (LEFEBVRE, 2008). Em situações ideais, as áreas públicas são integrantes do cotidiano da cidade, palco de grande parte das socializações urbanas e capazes de constituir um reflexo da sociedade. Em situações idílicas, os espaços públicos possuem características afáveis à sociedade e potencializam, por conseqüência, fenômenos de urbanidade.

O conceito de urbanidade pode ser entendido como uma situação urbana de equilíbrio entre as dimensões espacial e social (JOSEPH, 2002 apud TRIGUEIRO, 2008), na qual se percebe visibilidade do outro, negociação de papéis e frágil fronteira entre eles, mobilidade social, estruturas societárias mais simétricas (HOLANDA, 2010). No entendimento deste conceito, a ação humana é observada como a característica exordial da urbanidade, entendida como um conjunto de condições encontradas em espaços em que há intensa presença de pessoas nas ruas, grupos em interação passíveis de fazer aflorar vivências urbanas e relações sociais entre diferentes (NETTO *et. al*, 2012).

De fato, a presença contínua do homem atua como fator primordial para o desenvolvimento da urbanidade. Entretanto, esta é influenciada pelo espaço público, resultante da configuração físico-espacial; pelo espaço privado, mas também pela interface existente entre estes; em outros termos, pessoas no espaço agem e interagem umas com as outras, no seio de uma vida em sociedade, com maior ou menor facilidade, sob a interferência destes suportes espaciais. Atualmente, percebe-se que as cidades têm resultado em padrões configuracionais cada vez mais "fragmentados" e "segregados", apresentando características que deixam entrever a deficiência ou até a inexistência de dispositivos técnicos apropriados ao espaço urbano e às atividades de seus públicos. Efeitos nefastos às relações entre sociedade e cidade, tais como a negação do espaço público ou ainda a sua segregação são muito comuns e minimizam progressivamente a presença humana nas áreas coletivas da cidade. Até que ponto a configuração físico-espacial interfere no desenvolvimento da vitalidade urbana e até que ponto a apropriação social do espaço esclarece algo sobre esta interferência restam questões ainda pouco esclarecidas.

Este artigo discute a apreensão da urbanidade enquanto fenômeno influenciado pela relação entre disposições sociais e determinadas configurações físico-espaciais. Dentre os bairros que compõem a cidade de João Pessoa, o bairro do Altiplano Cabo Branco destaca-se notadamente pelas transformações espaciais que tem sofrido. O artigo investiga três setores deste bairro, por apresentarem características espaciais radicalmente distintas, em particular após a publicação de Decreto Municipal 5.844/07. São

analisados aqui os processos de interação entre o espaço público urbano que em parte resultam das recomendações urbanísticas promulgadas pela Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP): a maneira segundo a qual as características físico-espaciais do ambiente público estabelecem relação com o comportamento humano, bem como a maneira segundo a qual a ação e a interação social fomentam as vivências desenvolvidas nos espaços públicos da cidade.

O conhecimento e apreensão dos mecanismos referentes à práxis urbana passam pelo chamado “tripé arquitetura/urbanismo, antropologia urbana e sociologia urbana". O artigo trata de uma pesquisa que reúne abordagens descritiva, analítica, avaliativa e comparativa com o intuito de verificar os efeitos da cidade sobre a vida urbana desenvolvida. Esta pesquisa utiliza-se do método hipotético-dedutivo como método chave em uma abordagem qualitativa. Utilizou-se técnicas de revisão crítica do estado da arte assim como técnicas de fichamentos, que embasaram as fichas das observações sistemáticas das configurações físico-espaciais e apropriações sociais dos espaços.

O artigo está estrutrado em quatro partes destinadas à compreensão: da urbanidade enquanto conceito; das variáveis componentes de sua dupla dimensão; das dimensões espacial e social do bairro do Altiplano Cabo Branco; das considerações finais.

1. A cidade viva: compreendendo a urbanidade

O conceito de urbanidade vem sendo estudado por diversos pesquisadores desde o trabalho seminal de Isaac Joseph (2002). Para Netto (2014) a urbanidade é um fenômeno produzido através das relações entre o espaço e a sociedade de modo que a experiência do mundo e do Outro é mediada pela cidade através da copresença de diferentes modos de ser.

Enquanto fenômeno, a urbanidade possui dimensões sem as quais ela não se desenvolve plenamente. Segundo Saboya (2011), para a existência da urbanidade faz-se mister a copresença de muitas pessoas utilizando os espaços públicos, de diferentes perfis, interesses, atividades, idades e classes sociais; é preciso ainda alta interação entre espaços públicos e espaços fechados através de intenso fluxo de entrada e saída das edificações, apropriação das calçadas e contato visual dos espaços privados com os espaços públicos; por fim, é necessário sobretudo que as pessoas interajam em grupos no cotidiano. Ressalta-se, que a presença de pessoas no espaço público é o primeiro indício da existência da urbanidade; este aspecto no entanto não a garante. Se a urbanidade contém a condição de vitalidade urbana, o contrário nem sempre impera.

Para Gehl (2014), a cidade torna-se cada vez mais viva quanto mais as pessoas se sentirem convidadas a caminhar, permanecer nos seus espaços coletivos, os quais, idealmente, proporcionam o contato direto entre os públicos urbanos e os demais componentes da sociedade que as cerca. Assim, o espaço público

possui vitalidade, quando possibilita seu uso intenso por grupos sociais e urbanidade quando propicia o uso e contato entre grupos sociais distintos que desenvolvam atividades sociais combinadas à atividades de lazer. Este modelo resulta de um planejamento urbano sensível e eficiente envolvendo as qualidades essenciais capazes de tornar a cidade mais segura, agradável e saudável.

Da mesma forma que a quantidade de pessoas nos espaços comuns da cidade é um importante indicativo da vida na cidade, a qualidade à qual esta presença está relacionada também o é. Para que a presença humana no espaço público seja reativada fazendo aflorar a vitalidade e a urbanidade, há necessidade de compreensão desta "qualidade do urbano" bem como as condições materiais, urbanas e arquitetônicas específicas capazes de estimulá-las. A seguir, o artigo trata de algumas dessas variáveis, aptas a contribuir com o pleno desenvolvimento da urbanidade: *espaço público*, *morfologia urbana* e *arquitetura sociológica*, representam aqui variáveis ligadas à dimensão espacial; *práticas sociais* e *sociabilidades* esclarecem questões presentes na dimensão social.

2. Variáveis afins à dupla dimensão da urbanidade

Espaço Público

A definição de espaço público tem sido modificada no decorrer do tempo. Segundo Young (1986 *apud* FERNANDES, 2012), espaços públicos consistem em espaços acessíveis a todos, onde as pessoas desenvolvem atividades sozinhas ou em pequenos grupos, estando cientes da presença de outros, em meio a um convívio "cordial", que respeita a diversidade. Através da (**figura 1**) é possível perceber as principais tipologias do espaço público definidas por Mora (2009 *apud* FERNANDES, 2012).

Tipologias do Espaço Público

	Tipologia	Conceito
Tradicionais	Praças	"Estar" urbano testemunho da história e da cultura; lugar de referência que relaciona componentes da estrutura urbana.
	Parques	Espaço livre destinado à recreação, embelezamento espacial, desporto, descanso e contacto com a natureza.
	Ruas	Lugar utilitário, fundamental para a mobilidade e estruturação física. Limita o público do privado e propicia iluminação e ventilação natural. Lugar de encontro espontâneo.
	Frentes de Água	Franja costeira, último arruamento urbano, suporte de diversos serviços.
Contemporâneos	Espaço Público Interior	Enquadrado/confinado entre diversas edificações e equipamentos com certos níveis de controlo, com funções públicas para a população.
	Espaço Público Informal	Uso espontâneo de outro espaço, por inexistência ou condições precárias de desenho dos espaços tradicionais.

Figura 1. Tipologia dos espaços públicos. Fonte: Mora (2009 apud Fernandes, 2012).

Os espaços públicos abertos possuem a capacidade ou não de proporcionar maior qualidade de vida à população na medida em que se apresentam agradavelmente, estimulando a permanência de pessoas, ou seja, gerando um "ciclo virtuoso"; ou, ao contrário, acarretando "ciclos viciosos" de afastamento da população. De acordo com Fernandes (2012), a qualidade dos espaços públicos relaciona-se com a estética, o uso e a estrutura do espaço (**figura 2**).

Categorias Definidoras da Qualidade do Espaço Público		
Estética	**Uso**	**Estrutura**
Elementos que estimulam os sentidos principalmente os visuais. Relaciona-se à experiência sensorial visual, à estética formal e simbólica, à percepção. São relevantes os elementos arquitetónicos das edificações, espaços públicos urbanos e a relação estética entre eles.	Elementos que afetam o uso das edificações e dos espaços coletivos. Observa-se os usos dos espaços enquanto fatores atrativos para utilizadores resultantes das características físico-espaciais adequadas.	Elementos que promovem a conexão visual e funcional entre as edificações e espaços abertos. Determinada pela permeabilidade ou acessibilidade funcional. Incorpora-se ainda, a acessibilidade local, na escala da rua e bairro.

Figura 2. Categorias Definidoras da Qualidade do Espaço Público. Fonte: Fernandes, 2012.

Por outro lado, os problemas dos espaços públicos urbanos, podem ser atribuídos à sua distribuição, disposição e configuração; associadas a estas questões, citem-se problemas específicos dos elementos urbanos (CREUS, 1996 *apud* JOHN E DA LUZ REIS, 2010) que os compõem (BRANDÃO, 2003, p. 34).

Morfologia Urbana

Dentre os diversos seguimentos que suportam o desenvolvimento do que chamamos urbanidade, apresenta-se no espaço urbano a configuração físico-espacial, que constitui plano de fundo ativo na dinâmica social, sendo produto e condicionante para o desenvolvimento das relações sociais (CORRÊA, 1995). Segundo Lamas (2004), o espaço humanizado público é constituído por um ambiente global que só é capaz de ser compreendido como tal. Dentre os elementos morfológicos analisados neste artigo, citem-se: o solo, os edifícios, os lotes, os quarteirões e os logradouros.

> Existem problemas nos espaços públicos que são originados pela configuração das parcelas e pela disposição dos edifícios nessas que dão lugar a uma definição visual e funcional insuficiente da envolvente edificada, em vez do reforço da sua identidade física e funcional, produzida por uma repetição menos conveniente de fachadas, pela concentração dos acessos, pela inexistência de lugares a coras baixas e pela segregação e concentração de atividades em edifícios de uso exclusivo. (BRANDÃO, 2003, p. 34)

Arquitetura Sociológica

Segundo Hanson e Zako (2007 *apud* SABOYA E VARGAS, 2012), apenas a configuração da malha não é suficiente para determinar com precisão os aspectos relacionados à ocorrência de comportamentos sociais ou anti-sociais de cidadãos. Destarte, é assumido conforme literatura (GEHL, 2014; HOLANDA, 2002; HILLIER *apud* HOLANDA, 2002) que espaços mais movimentados promovem um ciclo eficiente na atração de mais pessoas estabelecendo uma maior sensação de segurança, enquanto áreas pouco movimentadas têm reduzida atração ao uso e ao encontro presencial.

É visando esta associação que o conceito de Arquitetura Sociológica é proposto, considerado como "variável independente" por produzir efeitos na vida das pessoas (HOLANDA, 2007). Dentre as variáveis que interferem na utilização dos espaços públicos, encontram-se as tipologias edilícias. Tais 'tipos arquitetônicos' podem ser distribuídos em 3 modalidades (NETTO, 2006) (**figura 3**).

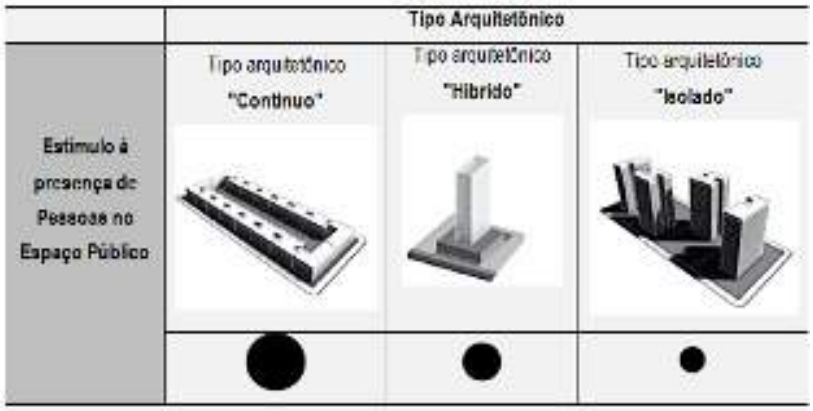


Figura 3. Relação entre tipologia arquitetônica, presença de pessoas nos espaços públicos. Fonte: Elaborado pela autora, 2014 a partir de Netto et al. (2012).

Outra variável relacionada à arquitetura sociológica é o gabarito das edificações. Para Alexander et al (1977 *apud* SABOYA E VARGAS, 2012; GEHL, 2014), as edificações não devem ultrapassar quatro pavimentos pois, até este limite, possibilita-se a sensação de conexão do morador com o que ocorre ao nível da rua. Edificações cujas alturas ultrapassam este parâmetro iniciam um processo de negação do espaço público (**figura 4**).

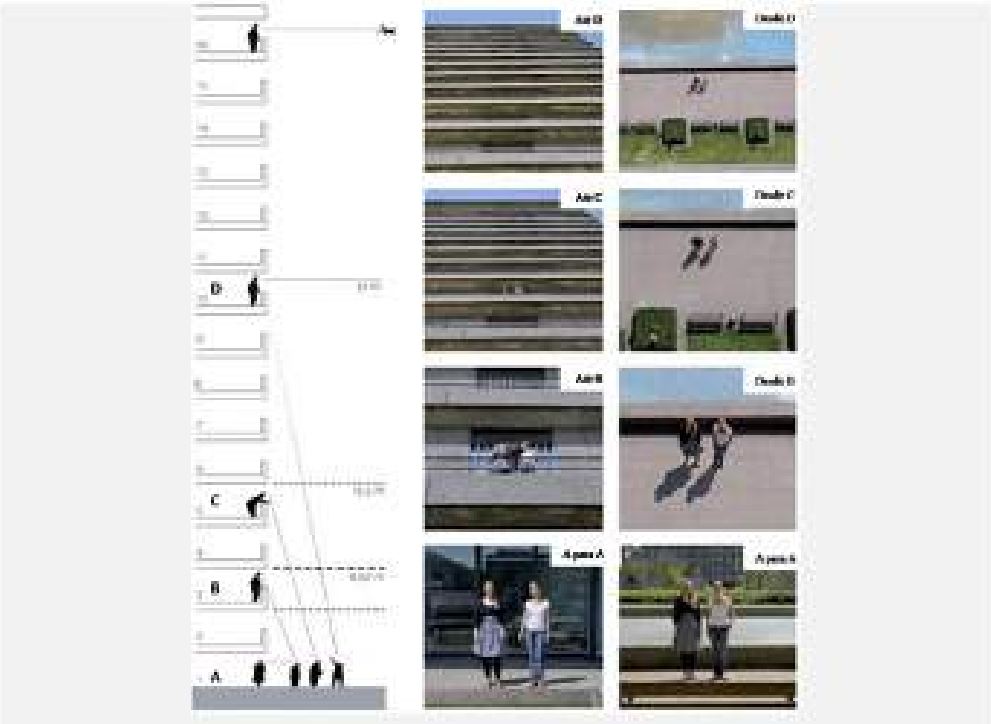


Figura 4. Variação do nível de contato entre edifício e rua segundo variação de altura. Fonte: Gehl (2014).

O uso diverso das edificações favorece a presença de pessoas no espaço público. A diversidade de atividades é avaliada desde o trabalho de Jacobs (1961), sendo considerada motor das cidades, das trocas sociais, econômicas e políticas, também tangível na medida em que há mescla de usos no mesmo lote. A presença de térreos comerciais nas edificações pode contribuir relevantemente para o estímulo de pessoas nos espaços coletivos (NETTO, 2006).

De certa forma, as interfaces público-privadas também podem ser inseridas enquanto elementos integrantes de uma arquitetura sociológica. Estas são capazes de definir o sistema de barreiras e permeabilidades da cidade e interferem diretamente na quantidade de pessoas que se apropriam e desenvolvem atividades nos espaços coletivos urbanos (SABOYA, 2013). Ou seja, a forma como são realizadas as interfaces influencia positivamente propiciando o "Paradigma da Urbanidade" (HOLANDA, 2002), quando há maior densidade de aberturas, ou negativamente estimulando o "Paradigma da Formalidade" (HOLANDA, 2002) com predominância de fachadas cegas.

Práticas Sociais e Sociabilidades

Com a caracterização e identificação das práticas sociais e sociabilidades é possível compreender a dimensão ética (HOLANDA, 2002) através do caráter relacional e situacional dos atores e grupos sociais consumidores dos espaços públicos. Segundo Frúgoli Jr. (2007), o termo sociabilidade urbana relaciona-se ao diálogo entre a sociologia e antropologia urbana voltados à vida urbana. Assim, "sociabilidades" são tipos ideais, comuns à toda sociedade, sem qualquer desígnio, interesse ou objetivo que não seja o convívio entre pessoas, através de "espécies de jogos" nos quais uma das "regras" implícitas seria atuar como seres socialmente iguais. O autor considera os modos, padrões e formas de relacionamento sociais concretos, através da observação das práticas sociais, circunscritas espacialmente.

3. As dimensões espacial e social do bairro do Altiplano Cabo Branco

Desde a aprovação do referido decreto municipal, identifica-se uma série de modificações relativas ao uso do solo e gabarito, à relação da edificação com o lote e com o espaço público, entre outras. Foram igualmente estabelecidas novas “nomenclaturas” para os setores recém-configurados do bairro, resultantes do jogo dos agentes sociais envolvidos (FERNANDES, 2013): as principais áreas do bairro passaram a ser comumente conhecidas como "Altiplano Nobre" (área de “alto”[1] padrão construtivo), "Conjunto do Altiplano" (área de padrão construtivo “médio”) e "Comunidades do Altiplano" (ocupação informal de "baixo" padrão) (**figura 5**).

[1] A qualidade dos padrões construtivos, aqui denominados “alto”, “médio” e “baixo”, possui como referência a planilha para avaliação de imóveis da Caixa Econômica Federal (2014).

Figura 5. Divisão de trechos estudados no bairro. Fonte: Google Earth modificado pela autora. Novembro/2013.

Das divergências identificadas entre as três áreas estudadas, destacam-se as distinções entre renda da população residente, usos do solo, tipologias edilícias e gabarito das edificações, delimitação da interface público/privado (ora feita de maneira abruta, ora de maneira mais sutil) (**figura 6, 7 e 8**), além da presença de pessoas e apropriações dos espaços públicos que também ocorrem de maneiras distintas em cada um dos setores delimitados.

Figura 6,7,8. Diferenciação entre as formas de delimitações da interface público- privado nas três áreas estudadas - "Altiplano Nobre" (à esquerda), "Conjunto do Altiplano" (ao centro) e "Comunidades do Altiplano" (à direita). Fonte: Autoras, 2014.

Os espaços públicos do bairro, de maneira geral, priorizam o automóvel motorizado restando ao "caminhante" espaços restritos e pouco qualificados. Comparativamente, os espaços públicos do bairro do Altiplano Cabo Branco podem ser classificados decrescentemente segundo sua qualidade espacial conforme a (**figura 9**), características visiveis na sequencia de imagens seguinte (**Figura 10, 11 e 12**).

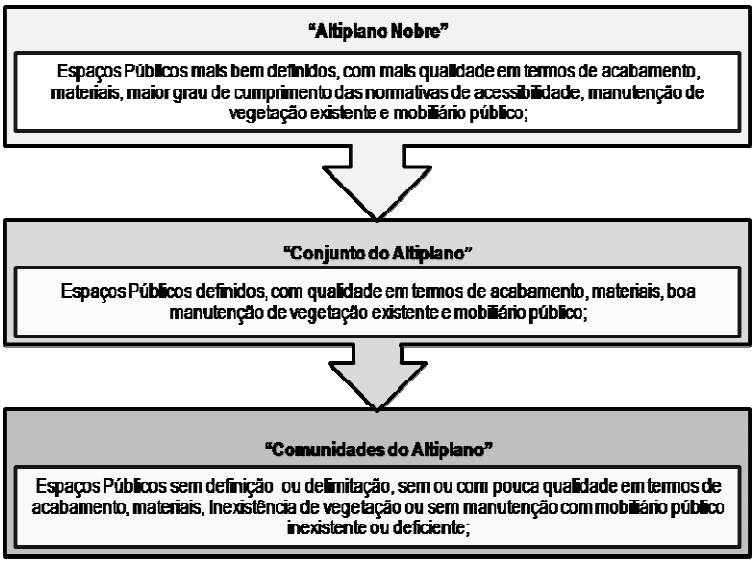


Figura 9. Classificação decrescente em termos de qualidade dos espaços públicos do bairro do Altiplano. Fonte: Autoras, 2015.

Figura 10,11,12. Espaços Públicos do "Altiplano Nobre", "Conjunto do Altiplano" e "Comunidades do Altiplano" respectivamente. Fonte: Autoras, 2015.

Os espaços públicos são delimitados pelas quadras, lotes e ruas além disso, as pessoas presentes nas áreas coletivas também são influenciadas positivamente ou negativamente pela morfologia urbana como mencionado em seção anterior deste artigo.

No bairro Altiplano Cabo Branco, é possível perceber três tipologias de quadras que se relacionam às formas de ocupação presentes no bairro. No Altiplano considerado "Nobre" a topografia acidentada influencia no formato das ruas e quadras tornando-as mais irregulares, porém ainda consideradas trapezoidais. O perfil fundiário desta área é o que apresenta maior dimensão se comparado aos outros setores avaliados. Devido à dimensão das quadras há forte estímulo do deslocamento através de veículos motorizados visto às poucas conexões entre as quadras, o grande distanciamento entre ruas. Estes fatores são fortalecidos pelas grandes dimensões dos lotes que influem negativamente no número de aberturas voltadas ao espaço público, o que, em conjunto, dificulta o percurso para o pedestre.

Em contrapartida, o terreno praticamente plano da área denominada por "Conjunto do Altiplano" facilita o traçado regular. A configuração das quadras remete à uma malha reticulada onde são percebidas quadras em formatos retangulares, quando uma das dimensões se sobressai e quadras cujas proporções são mais próximas às de quadrados. Em termos de perfil fundiário, poucos lotes fogem do padrão estabelecido. Com lotes com dimensão média de 12 m (frente) X 30 m (fundos), e formatos predominantemente retangulares, há maior número de aberturas voltadas aos espaços coletivos que no primeiro trecho. Contudo, a similaridade das quadras e lotes é ponto negativo por tornar a área mais monótona e repetitiva, disformidade reincidente em projetos de conjuntos habitacionais.

Sob outra perspectiva, totalmente diferente das anteriormente explanadas, as "Comunidades do Altiplano", apresentam ocupação espontânea com quadras e lotes irregulares, ruas sem saída e becos internos de comunicação resultantes da ausência de planejamento da área. Os lotes são os menores de toda área estudada segundo os mapas cadastrais variam de 90 m² a 240 m². Consequente a esta configuração, bem como às reduzidas frentes de lotes e o traçado irregular, este espaço é o que possui

maior número de aberturas voltadas às ruas e calçadas e percursos relativamente interessantes e surpreendentes o que estimula a presença de pessoas nas áreas comunitárias (**figura 13**).

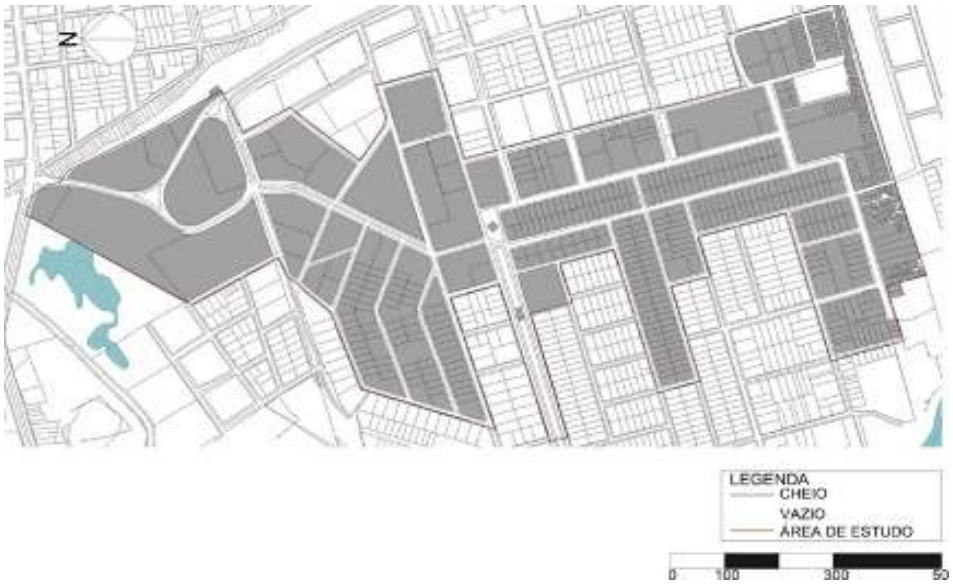


Figura 13. Mapa de Figura-Fundo com os perfis fundiários do bairro. Fonte: Elaborado pala Autora. Outubro/2014.

As configurações espaciais das quadras e lotes são reafirmadas ou contestadas pelas características das arquiteturas presentes nas áreas podendo facilitarem ou restringirem a presença das pessoas nos espaços. No "Altiplano Nobre" a tipologia usual é a isolada no lote seja para as edificações verticalizadas ou não. O gabarito das edificações rompe com qualquer relação com o espaço público, negando-o. É nesta área que se concentra a maior parte dos edifícios verticalizados da cidade, atingindo até 40 pavimentos. Os usos das edificações (**figura 14**) são predominantemente residenciais multifamiliares com algumas exceções que contemplam o complexo jurídico e cartório presentes na rua principal deste setor.

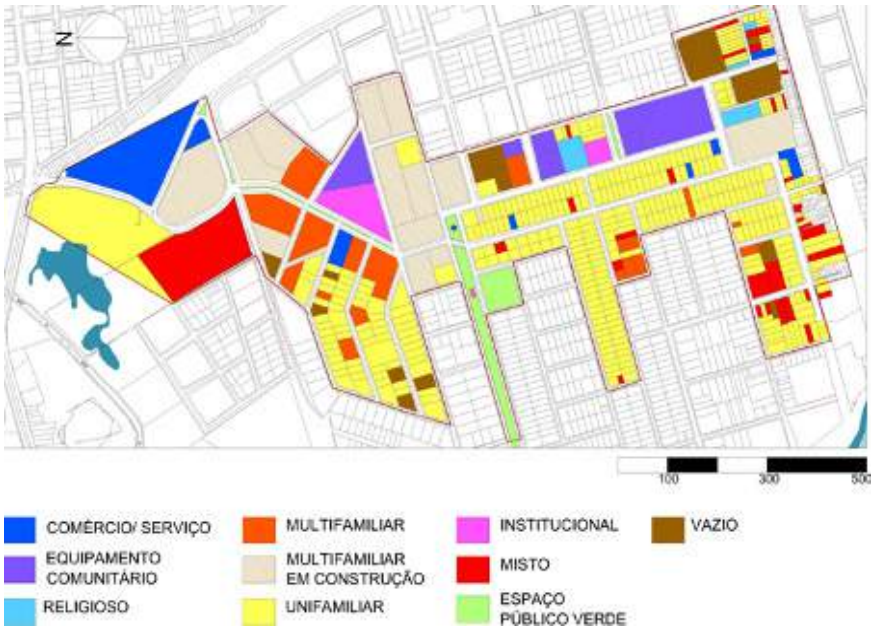


Figura 14. Mapa de Uso do Solo. Fonte: Elaborado pela Autora. Outubro/2014.

De todas as interfaces presentes na área estudada, como mencionado anteriormente, aquelas observadas no "Altiplano Nobre" são realizadas de maneira mais abrupta. São centenas de metros com fachadas cegas ou com poucas aberturas, que tornam as interfaces inativas ou monótonas (GEHL, 2014). Os muros são altos, impossibilitando qualquer relação entre pessoas no espaço público para com as do espaço privado ou vice-versa (**figura 15 e 16**). As cercas elétricas, câmeras de segurança, dentre outros dispositivos recorrentes, de controle e "segurança", tornam o ambiente hostil e onde a sensação de insegurança é omnipresente.

Figura 15 e 16. Inatividade das interfaces do trecho correspondente à Rua João Ciryllo. Fonte: Autora. Novembro, 2014.

No "Conjunto do Altiplano", apesar da diferença evidente no tamanho dos recuos a tipologia que mais se repete é a isolada com alguns exemplares contínuos. A escala das edificações relaciona-se mais com a escala humana sendo a maioria das edificações térreas, estando presentes algumas edificações com maior gabarito, dez pavimentos (**figura 17**).

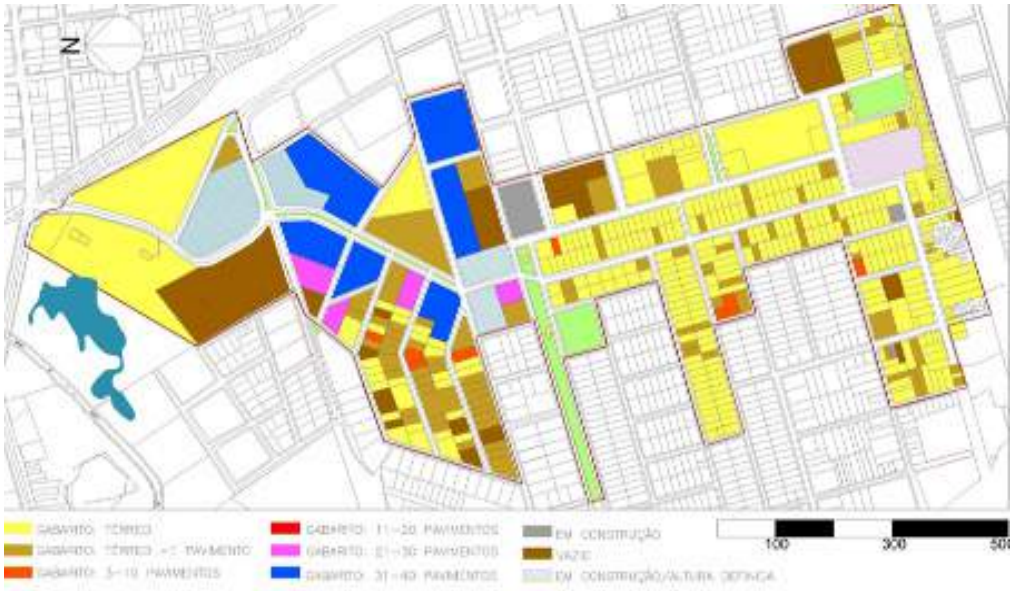


Figura 17. Mapa do Gabarito da área estudada. Fonte: Elaborado pela Autora. Outubro/2014.

Dentre as principais deficiências deste trecho, além da monotonia do traçado, já mencionado, observa-se a inexistência ou escassez de variedades de usos, sendo o predominante residencial unifamiliar (**figura 14**). Esta demanda vem sendo paulatinamente combatida por parte da população residente que incorpora usos comerciais e de serviço juntamente com suas residências fazendo aflorar usos mistos pontualmente.

As interfaces (**figuras 18 e 19**) nesta área são realizadas de maneira mais sutil se comparada ao setor anterior apesar da disposição de dispositivos de segurança em alguns poucos lotes.

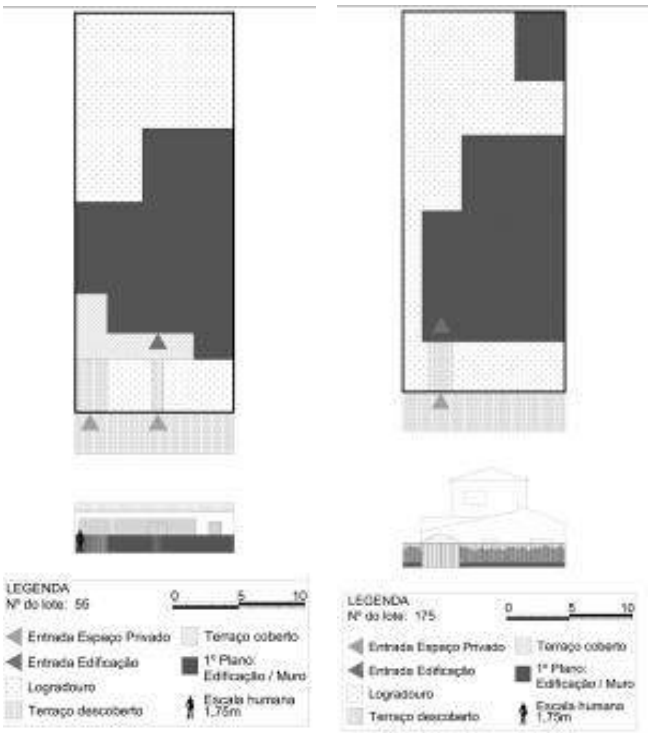


Figura 18 e 19. Esquemas de apresentação da relação da edificação com o lote, com a escala humana e interface público-privada. Fonte: Autoras. Novembro, 2014.

Nas "Comunidades do Altiplano", devido à ausência de normativas regulamentadoras, a maioria das edificações são contínuas, casas geminadas são reincidentes neste trecho. O gabarito das edificações associa-se idealmente à escala humana visto a existência de edificações apenas térreas ou térreas com mais um pavimento (**figura 17**). O padrão do uso do solo mantêm-se sendo principalmente residencial no entanto assemelha-se a situação encontrada no "Conjunto do Altiplano" onde a população implanta usos distintos adequando-se às necessidades.

As interfaces são realizadas de maneira sutil encontrando-se situações onde as próprias edificações são limitadores dos espaços públicos e privados. Consequentemente, é nesta área onde encontra-se o maior número de aberturas de ligação entre espaço público e privado estimulando o fluxo de pessoas (**figura 20**).

Figura 20. Perfil presente nas "Comunidades do Altiplano". Fonte: Autoras. Março, 2015.

As práticas e apropriações sociais são condizentes à configuração espacial e à literatura. No "Altiplano Nobre" os espaços públicos são negados pela maioria da população residente sendo apropriados apenas momentaneamente por pessoas de classes mais baixas, e mais raramente por aqueles que os utilizam para deslocamento e desenvolvimento de atividades necessárias (GEHL, 2014). Algumas pessoas que trabalham nas obras dos edifícios multifamiliares utilizam-se das sombras das árvores para desfrutarem de descanso nos intervalos do trabalho, demonstrando a intimidade derivada da relação de trabalho através de suas proximidades (**figuras 21 e 22**). Por outro lado, a distância entre os cidadãos presentes nas paradas de ônibus, ditas como "portais de apropriação" (NETTO, 2014) demonstra pouca intimidade (GEHL, 2014) e nenhuma interação na maioria das situações presenciadas.

Figura 21 e 22. Operários nas calçadas são prática social marcante no "Altiplano Nobre" e localização da foto na área estudada. Elaborado pela autora. Abril/2014.

O "Conjunto do Altiplano" apresenta-se diferente do "Altiplano Nobre" com relação aos públicos usuários dos espaços, uma vez que, neste caso, eles coincidem com a população residente no trecho do bairro estendendo-se ainda, em algumas situações, à população das "Comunidades do Altiplano". Observou-se ainda o costume, de colocar cadeiras nas calçadas para conversar. Essa prática ocorre geralmente aos finais de tarde, por parte de pessoas idosas que se encontram a fim de "colocar a conversa em dia" e ver o "movimento da rua". A proximidade entre os usuários é grande através da qual estima-se um conhecimento prévio entre eles e possível estabelecimento de redes sociais cujas conexões são mais profundas (**figura 23**).

Figura 23. Pessoas socializando e apropriando-se dos espaços públicos do "Conjunto do Altiplano". Elaborado pelas autoras. Outubro/2014.

Apesar da presença de pessoas nos espaços públicos do "Conjunto do Altiplano", são nas "Comunidades do Altiplano" onde se encontra o maior número de citadinos nas áreas coletivas apesar da deficitária situação das mesmas. É praticamente constante a presença de grupos distintos de moradores da área, com diversas faixas etárias e gênero, nos espaços vazios do trecho. As atividades e apropriações analisadas demonstram forte interação entre os usuários também com proximidade física o que revela intimidade entre os mesmos além do desenvolvimento de atividades opcionais (**figura 24 e 25**).

Figura 24 e 25. Pessoas socializando e apropriando-se dos espaços públicos das "Comunidades do Altiplano". Elaborado pelas autoras. Outubro/2014.

Considerações finais

A cidade está em constante modificação à medida em que se relaciona diretamente com a sociedade que a produz em determinado período de tempo. Na contemporaneidade, a relação social no espaço público vem corriqueiramente tornando-se mais escassa e os espaços públicos, cada vez mais desqualificados e enfraquecidos enquanto lócus de encontro das pessoas, fruto de processos desurbanos, com impactos negativos (NETTO, 2014) à vida pública urbana.

A segregação faz-se evidente através das configurações físico-espaciais e é reafirmada a partir dos grupos e redes sociais de relacionamento mais amplos para classes mais abastadas e mais restrito para pessoas com menor renda (NETTO, 2014). A cidade torna-se elemento que coíbe o encontro entre os diferentes nos espaços públicos à medida em que permite, através das normativas, a auto segregação e negação do "público" através de enclaves verticalizados e fortificados. Assim, essa segregação, ora escolhida, ora submetida, reafirma-se diariamente fazendo enfraquecer a urbanidade.

O bairro do Altiplano é um exemplo desta situação. Apesar da presença de pessoas no espaço público em determinados trechos do bairro, as relações identificadas são de grupos pré-estabelecidos entre si, composto por "iguais" na maioria das situações. Ou seja, o espaço não estimula a interação entre indivíduos diferentes, neste caso, principalmente provenientes de classes sociais distintas. É identificável ainda, o afloramento da vitalidade urbana principalmente nos trechos do "Conjunto do Altiplano" e das "Comunidades do Altiplano", no entanto, a urbanidade propriamente dita é quase inexistente ou muito enfraquecida.

A reconquista do espaço público pela população não se vincula apenas a manifestações de "retorno ao espaço público" mas também de condições espaciais que estimulem tal retomada. No entanto, as características físico-espaciais que vêm se tornando corriqueiras nas cidades não concorrem para esta retomada. O bairro do Altiplano é apenas um dos exemplos na capital paraibana de uma situação cada vez mais observada. Os mesmos padrões tendem a se repetir em outros bairros da mesma cidade e de outras cidades, caracterizando o equívoco do planejamento urbano contemporâneo e desenhando um futuro no mínimo preocupante no que concerne às cidades e às suas urbanidades.

Maiores níveis de conhecimento e de sensibilidade nas condutas de produção do espaço urbano são imprescindíveis à implementação de um planejamento urbano humanizado (GEHL, 2014), alinhado aos anseios dos púbicos urbanos e às diversas dimensões de sua atividade social. Urbanidade é um conceito complexo, mas as instâncias governamentais que decidiram, por força e vontade política, compreendê-lo, obtiveram melhorias significativas em suas cidades (GEHL, 2014). Vale a pena procurar decifrá-lo e incorporá-lo à práxis urbana.

Referências

AGUIAR, Douglas. **Urbanidade e estrutura espacial.** Cadernos do Proarq. Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Arquitetura [da UFRJ]. n. 15 (dez. 2010), p. 57-67.

BRANDÃO, P.; CARRELO, M.; ÁGUAS, S.; **O Chão da Cidade – Guia de Avaliação do Design de Espaço Público**, CPD, 2003, Lisboa.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Planilha Interna para Avaliação de Imóveis**.2014

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

FERNANDES, Ana. **Metodologias de avaliação da qualidade dos espaços públicos.** 2012.

FERNANDES, Maria Andreina Moreira. **A (Re)produção do espaço urbano no bairro do Altiplano, João Pessoa-PB:** Estratégias, iniciativas e interesses dos agentes que produzem a cidade. 2013. 219 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - 2013.

FIGUEIREDO, Lucas. **Desurbanismo: um manual rápido de destruição das cidades.** In: Douglas Aguiar e Vinicius Netto (*orgs*.). Urbanidades. 1ªEd. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem. 2012.

FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. **Sociabilidade urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

GEHL, Jan. ***Cidade Para as Pessoas***. São Paulo. Perspectiva. 2014, p. 195.

HOLANDA, Frederico de (Org.). **Arquitetura e Urbanidade.** 1ª ed. São Paulo: Proeditores Associados Ltda., 2003.192 p.

_____. O Espaço de Excessão. Brasília: Editora Universitária de Brasilia, 2002. 466p.

_____. **Urbanidade: Arquitetônica e Social.** In: I ENANPARQ, 2010, Rio de Janeiro.**.** Rio de Janeiro: 2010. v. 1, p. 01 - 20.

_____. “**Arquitetura sociológica**”. Revista brasileira de estudos urbanos e regionais, vol. 9, n.1, p. 115-129. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2007.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução Carlos S. Mendes Rosa. 3ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009 [1961].

JOHN, Naiana Maura; DA LUZ REIS, Antonio Tarcísio. **Percepção, Estética e Uso do Mobiliário Urbano. Gestão & Tecnologia de Projetos**, Brasil, v. 5, n. 2, p. p. 180-206, nov. 2010. ISSN 1981-1543.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 3ª ed. sl: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

Lefebvre, Henri. ***A revolução urbana***. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

NETTO, Vinicius M.; VARGAS, Julio Celso; SABOYA, Renato T. de. (Looking for) The social effects of architectural morphology. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 4, n. 2, p. 261-282, 2012.

NETTO, V. M. O efeito da arquitetura: impactos sociais, econômicos e ambientais de diferentes configurações de quarteirão, **Arquitextos**, v. 07907, ano 7, dez. 2006.

_____.**O efeito da arquitetura: impactos sociais, econômicos e ambientais de diferentes configurações de quarteirão.** 2006.

_____.**Cidade e Sociedade**: as tramas da prática e seus espaços. Porto Alegre: Editora Sulina. 2014

SABOYA, R. **Kevin Lynch e a imagem da cidade**. Sítio “Urbanidades”, 2010.

_____. Arquitetura, espaço urbano e criminalidade. Sítio “Urbanidades”, 2012.

_____. Condições para a Vitalidade Urbana #3 - Características da relação edificação x espaço público. Sítio “Urbanidades”, 2013.

SABOYA, R.; VARGAS, J. C. **Tipos arquitetônicos e vitalidade urbana: um estudo sobre as possíveis relações entre a arquitetura e o uso dos espaços públicos**. In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2., 2012, Natal. Anais... Natal: UFRN, 2012.

DE SABOYA, Renato T.; NETTO, Vinícius M.; VARGAS, Júlio Celso Borello. **Tipologias edilícias e vitalidade urbana: um estudo de caso em Florianópolis–SC.** Anais: Encontros Nacionais da ANPUR, v. 15, 2013.

TRIGUEIRO, Marcele de A. M. **Éléments pour une prise en compte du rôle des espaces publics dans les grands ensembles. Les cas lyonnais de la Ville Nouvelle et des Minguettes**. Tese de doutorado. Lyon: INSA de Lyon, 2008.

Apropriação das margens do Rio Braço do Norte, em São Ludgero/SC

Raiane Zapelini da Silva

Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Sul de Santa Catarina

São Ludgero/SC, Rua 12 de Junho, Telefone: (48) 9925-4591

arq.raianezapelini@hotmail.com

Resumo

Os cursos fluviais que outrora estruturaram cidades inteiras, sendo eixos de conexão e desenvolvimento do desenho urbano, espaços de trabalho, civilidade, meio de transporte e deslocamento, compondo assim o cenário de vivência, cultura e história de nossas cidade, eram tidos como espaços valorizados em meio a urbe, onde as pessoas se encontravam, seja se deslocando de um espaço para o outro, comercializando seus produtos ou em seu momento de lazer.Nesse campo de práticas e reflexões apresenta-se como recorte de estudo o caso do Rio Braço do Norte, em São Ludgero, SC, que desenhou a paisagem urbana do município e atualmente, abandonado em meio a malha urbana, é entendido como um limite ao crescimento da cidade, um obstáculo a ser transposto, e desta forma, despercebido, tornou-se uma paisagem poluída e esquecida. O objetivo principal da pesquisa é de compreender através das Dimensões Morfológicas do Espaço Urbano, como a morfologia urbana pode influenciar na apropriação ou não dos espaços fluviais do Rio Braço do Norte.

Palavras-chave

Curso fluvial, urbanidade, apropriação, espaço público.

Abstract

The waterways that once structured whole cities, and lines of connection and development of urban design, workspaces, civility, transportation and displacement, thus composing the scene of experience, culture and history of our city, were thought to be valued spaces amid the metropolis, where people were, whether it shifting a space for the other, selling their products or in their leisure time.This field practices and reflections presented as study clipping the case of River Braço do Norte in São Ludgero, SC, who designed the urban landscape of the city and currently abandoned amid urban fabric, is seen as a limit to growth of the city, an obstacle to be overcome, and therefore, unnoticed, became a forgotten and polluted landscape.The main objective of the research is to understand through the dimensions Morphological Urban Space, as the urban morphology can influence the ownership or not the river areas of River Braço do Norte.

Keywords

Fluvial course, urbanity, appropriation, public space.

1 Introdução

As margens dos cursos fluviais ao longo da história da humanidade, passaram por dois períodos.Em seu período de ascensão, serviram à população em vários momentos, como meio de transporte, fonte de energia, trabalho, delimitação fisíca, espaços livres públicos, de convívio, lazer e civilidade.Em seu declínio, tornaram-se palco de esquecimento e rejeição[1], assim expulsos do contexto das cidades, deixaram de compor o cenário das vicências urbanas, tornando-se, de modo geral, em paisagens descaracterizadas e poluídas.

O principal interesse dessa pesquisa é de compreender através do método de análise das Dimensões Morfológicas do Espaço Urbano[2], como a morfologia urbana pode intervir nas formas de apreensão das margens fluviais, investigando quais características espaciais podem favorecer a valorização dos corpos hídricos pela população, segundo os parâmetros de familiaridade, relações e identidade.

A proteção dos recursos hídricos depende do valor que os cidadãos lhes atribuem. Ao propor uma correlação entre o grau de urbanidade dos espaços das margens e o grau de valorização dos corpos d'água pela população, se estabelece um vínculo entre os atributos da configuração espacial e a proteção dos recursos ambientais[3].

Nesse campo de reflexão, apresenta-se como recorte de estudo, o caso do Rio Braço do Norte, em São Ludgero/SC, município colonizado em 1870, por imigrantes alemães, da região da Westphalia, que desenvolveu-se a partir das margens do seu curso fluvial, que divide a cidade em duas margens, delimita e estrutura o espaço físico do município, como mostra a **figura 1,** constituindo a espinha dorsal[4] da cidade.

Figura 1. Localização de São Ludgero/SC
Fonte: Adaptação Google Earth e Google Maps, em 2015

[1] Para Gorski (2010) ao longo do tempo grande parte dos cursos d'água que se localizavam no meio urbano sofreram um processo de degradação contínua, sendo expostos às inundações, à carência de mananciais adequados para abastecimento público, além de sofrer desqualificação da paisagem fluvial.
[2] A partir do trabalho desenvolvido pelo grupo de pesquisa Dimensões Morfológicas do Processo de Urbanização/ DIMPU, sediado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. O grupo, originado em 1986, do qual participam diversos pesquisadores, atualmente sob a coordenação de Holanda, integra a base de dados do Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/ CNPq.(MELLO, 2008).
[3] Cf. Sandra Soares Mello,**"**Na beira do rio tem uma cidade: urbanidade e valorização dos corpos d'água", 2008, cit.
[4] "Ao longo do tempo, os rios se tornaram espinhas dorsais das cidades por onde passam, estruturando o tecido urbano próximo a eles e tornando-se muitas vezes eixos de desenvolvimento do desenho da cidade." (PORATH, 2004, p.02).

O Rio Braço do Norte pertence a Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão[5] como mostra a **figura 2**, a mais expressiva bacia hidrográfica da Região Sul de Santa Catarina, que possui a área total de 4.728 km² e 120 km de comprimento.

A Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão e Complexo Lagunar é constituída por 21 municípios do sul do estado, sendo que 3 pertencem ao Complexo Lagunar e portanto, 18 municípios fazem parte da Bacia do Rio Tubarão: Lauro Müller, Orleans, São Ludgero, Braço do Norte, Grão Pará, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, Anitápolis, São Bonifácio, São Martinho, Armazém, Gravatal, Capivari de Baixo, Tubarão, Pedras Grandes, Treze de Maio, Jaguaruna e Sangão.

Figura 2. Sub-bacias da Região Hidrográfica Sul Catarinense e os municípios que compõe cada uma delas.Fonte:E. Guimarães, 2011.

O rio Braço do Norte não é somente um marco natural para o município, mas um patrimônio histórico e cultural, influenciando diretamente na construção da paisagem ambiental e geográfica do local, como mostra a **figura 3**, construindo o cenário urbano e compondo o modo de viver da população.

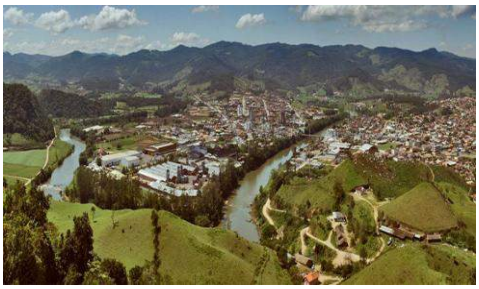


Figura 3. Vista panorâmica do centro de São Ludgero/SC
Fonte: Juliano Gama, 2013.

[5] O território brasileiro é dividido em 12 Regiões Hidrográficas, sendo que a Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão e Complexo Lagunar pertence à Região Hidrográfica Costeira Sul.

A história dos rios está ligada à história da humanidade não só no que se refere a sua utilização como também nos mitos, valores e referências filosóficas e metáforas associada à água, seus fluxos e ciclos. O seu papel como modelador e reflexo das atividades humanas sugeriu a atribuição ao rio da imagem de "História Líquida".[6]

De acordo com Menezes (2007), caso um rio atravesse a zona central de uma cidade imediatamente ele se incorpora a paisagem urbana e, por consequência, ao imaginário coletivo. A construção deste imaginário remete-se frequentemente à função o rio na fundação da cidade e o papel desempenhado na viabilização do crescimento econômico local, como mostra a **figura 4**.

Figura 4. Inauguração da primeira ponte, de madeira, em São Ludgero/SC, no ano de 1952
Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de São Ludgero, 2012.

No transcorrer do século XIX e início do século XX, as grandes transformações sociais e econômicas fizeram com que os rios fossem expulsos[7] do contexto das cidades e deixassem de compor a sua parte no cenário de ubanidades, aliados ainda ao alto nível de poluição e desvalorização, essas áreas se tornaram marginalizadas e alheias ao meio urbano.

A partir desse momento, com a ampliação dos conflitos entre sociedade e meio ambiente, as áreas ribeirinhas foram se tornando cada vez mais residuais, expulsando para longe as práticas de esporte e lazer.Nesse momento o termo "cidades invadindo as águas, e águas invadindo as cidades"[8], torna-se inerente ao desenvolvimento. Córregos e cursos d'água da paisagem anterior à urbanização estão desaparecendo dos mapas modernos. Cobertos ou esquecidos, antigos cursos d'água correm através da cidade, enterrados sob o solo em grandes tubulações (SPIRN, 1995).

O conceito de urbanidade relacionado à valorização dos corpos d'água tem como prioridade a interação, o convívio social e a relação amigável, afetiva e simbólica, entre o curso hídrico, a urbe e a comunidade, como mostra a proposta do trabalho, apresentado na **figura 5**.

---

[6] Cf. SARAIVA, Maria da Graça Amaral Neto. *O rio como paisagem : gestão de corredores fluviais no quadro do ordenamento do território. Lisboa*: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

[7] Obras de canalização tendem a aprofundar o leito do rio, "emparedar" e esconder o curso d´água, arremessando o rio da percepção da paisagem no espaço urbano. Muitas vezes a percepção do rio por parte dos usuários se dá em momentos de cheias e enchentes

[8] Cf. Lúcia Maria Sá Antunes Costa, *Rios e paisagens urbanas em cidades brasileiras* (Rio de Janeiro: Viana & Mosley/Prourb, 2006.

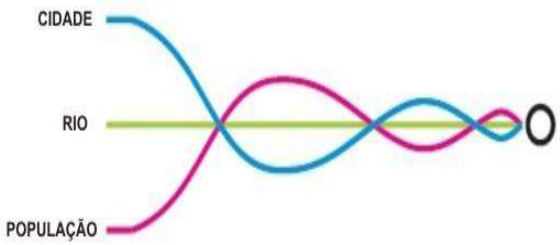


Figura 5. Simbiose da proposta de trabalho
Fonte: Adaptado de Rodrigo Costa, 2015.

Esta urbanidade é vista por Mello (2008) como um fator importantíssimo para a proteção dos corpos d'água. De acordo com a autora, "a valorização dos corpos d'água, uma vez que a utilização sustentável dos espaços das margens promove o sentimento de pertença por parte da população e o desejo de protegê-los".

O interesse em desenvolver esta pesquisa teve início através das experiências obtidas no decorrer da elaboração do trabalho de conclusão de curso, desenvolvido na graduação em Arquitetura e Urbanismo, na Universidade do Sul de Santa Catarina, intitulado "Requalificação urbana das margens do Rio Braço do Norte, em São Ludgero", que contribuiu decisivamente para despertar minha atenção para os rios urbanos e a fim de compreender as possibilidades para requalificação de orlas fluviais e sua reintegração à paisagem e a vida urbana.

O interesse por assuntos relacionados a essa temática manifestaram-se também apartir da insatisfação ao observar o tratamento que se tem dado aos cursos fluviais pelos órgãos legisladores, pela população, e, principalmente, pelos arquitetos, urbanistas e outros profissionais da área.

O trabalho será dividido em etapas para a sua melhor compreensão e desenvolvimento: levantamento de dados e materiais para referência, diagnóstico da área de estudo e a análise da área será norteada pelo método de análise das Dimensões Morfológicas do Espaço Urbano, elaborado por Maria Elaine Kohlsdorf, onde a área central e histórica do município de São Ludgero/SC será analisada através das dimensões funcional, co-presencial, bioclimática, econômica, topoceptiva, expressivo-simbólica[9].

2 Objetivos

A seguir apresentam-se o objetivo geral e os objetivos específicos deste trabalho.

[9] Maria Elaine Kohlsdorf hoje trabalha com seis dimensões:suprimiu a dimensão afetiva e criou a dimensão expressivo-simbólica, que "observa o desempenho morfológico dos lugares em relação aos seus atributos incidentes em respostas as expectativas sociais por agradabilidade visual e capacidade simbólica daqueles.(KOHLSDORF, 2011.

2.1 Objetivo Geral

Compreender as formas de apropriação da orla do Rio Braço do Norte, através do métodos das dimensões morfológicas do espaço urbano.

2.2 Objetivos Específicos

a) Compreender os principais atributos de urbanidade percebidos pela população usuária das margens de corpos d'água, através da análise de mapas mentais desenvolvidos por munícipes de idades variadas;
b) Elaborar gráficos avaliativos através da realização de pesquisa digital com a população do município, a fim de obter informações para nortear a pesquisa e descobrir a necessidade e a opinião das pessoas, quanto ao curso fluvial e os espaços públicos;
c) Identificar as necessidades dos usuários a serem atendidas nos espaços públicos urbanos, correlacionando ao nível de apropriação destes locais;
d) Analisar o espaço central urbano as margens do rio, quanto às dimensões funcional, co-presencial, bioclimática, econômica, topoceptiva e expressivo-simbólica, que atendam aos atributos de urbanidade.

3 Diagnóstico da Área

Com base no método de análise das Dimensões Morfológicas do Espaço Urbano, desenvolvida por Maria Elaine Kohlsdorf, através das análises das dimensões funcional, co-presencial, bioclimática, econômica, topoceptiva, expressivo-simbólica, busca-se a compreensção dos diversos aspectos que compõem o município e por sua vez influenciaram no desenvolvimento e na apropriação da área de estudo.

Nessa etapa foram levantadas as informações necessárias, através de pesquisas com pessoas, desenvolvimento de mapas mentais e pesquisas em bases bibliográficas para realizar uma análise tanto da parte histórica, quanto da parte espacial e social do município de São Ludgero, sendo o enfoque principal o entorno imediato da área de estudo, as margens fluviais do Rio Braço do Norte.

3.1 Dados e Localização do município

O município de São Ludgero localiza-se no sul do estado do Santa Catarina, possui uma área territorial de 120,21 km², dista 182 km de Florianópolis, suas coordenadas geográficas são latitude 28º19'33" Sul e a uma longitude 49º10'37" Oeste, estando a uma altitude de 50 metros do nível do mar, fazendo divisa territorial com os municípios de Braço do Norte, ao Norte e Orleans, ao Sul, como mostra a **figura 6**. De acordo com dados do IBGE, em 2011, São Ludgero tinha 11.178 habitantes.

Figura 6. Mapa territorial de São Ludgero/SC
Fonte:Adaptação do croqui desenvolvido pela Prefeitura Municipal de São Ludgero-SC, 2015

São Ludgero tem sua ocupação localizada em um vale cercado de montanhas. Desde a chegada dos imigrantes a população foi se instalando às margens do Rio Braço do Norte.Atualmente, como mostra a **figura 7**, a ocupação vem se expandindo para as montanhas, mas a maior parte da cidade está localizada em terreno plano nos arredores do rio.

Figura 7. Skyline de São Ludgero-SC
Fonte:Autora, 2015

Na **figura 8** abaixo faz-ze apresentação da área de estudo deste trabalho, com relação ao município de São Ludgero.

Figura 8. Mapa territorial de São Ludgero/SC
Fonte:Adaptação do Googlemaps, em 2015

Com relação ao traçado urbano, São Ludgero possui uma malha de ruas organizadas de forma geométrica, retilínea e regular, como mostra a **figura 9**. Como na maioria das cidades, é provável que a ocupação tenha iniciado em torno da Igreja, como podemos observar na figura ao lado, onde a Igreja está destacada na cor amarela a as linhas pontilhadas representam o início da ocupação.

Figura 9. Crescimento urbano de São Ludgero-SC
Fonte: Autora, 2015

3.2 Análise da área apartir das Dimensões Morfológicas do Espaço Urbano

Neste capítulo a área de estudo será analisada atráves das dimensões morfológicas do espaço urbano.

Segue uma definição sucinta de cada dimensão a ser analisada: a) dimensão funcional – a maneira como os espaços são adequados às atividades; b) dimensão co-presencial – as condições agradáveis para permanência e movimento de pedestres e veículos; c) dimensão bioclimática – as características ambientais e naturais do município, da área em estudo e estado de preservação dos recursos naturais; d) dimensão econômica – a infra-estrutura, sistema viário, uso do solo e demais elementos que possam influenciar no desenvolvimento econômico da área; e) dimensão topoceptiva – as condições de identidade e legibilidade dos espaços; f) dimensão expressivo simbólica – a maneira como a população entende a paisagem e o cenário urbano, através dos campos de interesse estético, visual, emocional e simbólico.

3.2.1 Dimensão funcional

Foram analisados os contextos de funcionamento da vida urbana, considerando os diferentes usos dos espaços. Para isso, essa dimensão considera os gabaritos das edificações, usos do solo, taxas de ocupação dos lotes e contextualiza sobre o funcionamento dos demais aspectos da vida urbana.

3.2.1.1 Área analisada inserida na estrutura da cidade

Localizada no centro do município de São Ludgero, às margens do rio Braço do Norte, como mostra a **figura 10**, a área de estudo encontra-se no ponto inicial da ocupação territorial, onde se localizam os principais equipamentos públicos da cidade, além de edificações de valor histórico, movimento intenso de pedestres e veículos, tornando-se uma área com potencial e diversidade para inserção de uma proposta de requalificação urbana.

Figura 10. Vista Aérea com destaque para a área de estudo
Fonte: Adaptado Nélio Bianco, 2015

A área da análise possui 116.404,75 m².Trata-se de uma área bem atendida no que diz respeito a equipamentos urbanos, como prefeitura, posto de saúde, escola, creche, banco, igreja, entre outros.

Porém, como mostram as **figura 11 e 12**, uma das deficiências da área é justamente a falta de mobiliários urbanos e de espaços públicos de qualidade, além da descaracterização das edificações históricas e da falta de atrativos que promovam a aproximação das pessoas com o rio e com os espaços de vegetação.

Figura 11. Mapa da área analisada no contexto urbano
Fonte: Adaptado Google Maps, 2015

Figura 12. Croqui da área analisada
Fonte: Autora, 2015

Realizou-se uma pesquisa por meio digital (Google Docs) com 52 munícipes, através de um questionário com 11 perguntas.Como mostra a **figura 13**, uma das perguntas realizadas.O objetivo da pesquisa foi de auxiliar a compreensão da apropriação ou não dos espaços fluviais e valorização dos elementos históricos.

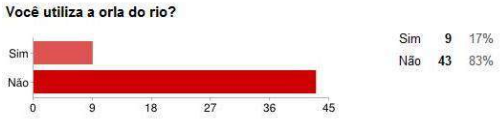


Figura 13. Gráfico da pesquisa
Fonte: Autora, 2015

3.2.1.2 Análise Espacial da Área

A área de análise está inserida no eixo central da cidade, localizando-se no ponto inicial de ocupação que tem o rio como elemento delimitador do espaço. Nessa área acontecem as atividades comerciais e serviços com mais intensidade que acabam sobrecarregando o sistema viário nos horários comerciais, devido à cidade ter seu principal acesso através da SC 438 que atravessa o centro da cidade.

Na margem esquerda do rio há predominância de edificações multifamiliares com presença de uso comercial no térreo e de equipamentos urbanos, como Igreja Matriz, Escola Estadual, Pronto Atendimento, Prefeitura e Posto de saúde. Nessa área as ocupações são regulares e seguem o traçado ortogonal.Na margem direita, a ocupação principal é residencial, de um pavimento. Nas margens do rio é perceptível a presença de ocupações irregulares e de baixa renda e o não há um traçado regular.

3.2.1.3 Sistema Viário

No que diz respeito ao sistema viário, ele é baseado em uma malha ortogonal que se adaptou ao curso do rio e ao relevo do local, como mostra a **figura 14**.Os principais acessos a São Ludgero se dão ao através da SC-438. Ao Norte, o acesso se dá através de Braço do Norte e ao Sul, através de Orleans.

Figura 14. Mapa de Hierárquia Viária
Fonte: Adaptado Google Maps, 2015

3.2.1.4 Fluxos e conflitos Viários

Devido ao intenso fluxo de veículos na travessia da cidade comomencionado, diariamente é presenciado caos viário, principalmente nos horários comerciais.

A maior concentração de fluxos ocorre no centro da cidade, concentrando-se na região da ponte. Como mostra a **figura 15**, esta situação deve-se ao fato de que a Rodovia SC-438 cruza a cidade no seu centro. Nas margens da Rodovia existe uma grande concentração de comércio, o que agrava a situação.

Figura 15. Mapa dos Fluxos e conflitos viários
Fonte: Adaptado Google Maps, 2015

3.2.1.5 Infraestrutura, Equipamentos Públicos e Mobiliários Urbanos

A cidade possui boa infraestrutura urbana, contendo redes de fornecimento de água, tratamento de esgoto, abastecimento de energia elétrica e coleta seletiva de lixo.

No quesito mobilidade urbana, o transporte coletivo em São Ludgero não supre a demanda por não possuir linhas de transporte coletivo interbairros, existindo apenas transporte intermunicipal, através de ônibus que passam pela cidade e param em pontos demarcados no centro, tornando a rede insuficiente e o deslocamento entre bairros é possível somente através de bicicleta, a pé ou com automóveis.Sendo que como mostra a **figura 16**, a área de estudo encontra-se bem atendida com relação aos mobiliários urbanos.

Figura 16. Mapa com a localização dos mobiliários urbanos
Fonte: Autora, 2015

3.2.1.6 Legislação

No âmbito municipal, o que diz respeito à legislação, São Ludgero não possui plano diretor que delimite zonas e dite regras para o crescimento planejado da cidade. Existe o Código de Obras que delimita apenas os afastamentos mínimos das edificações e taxa de iluminação natural a ser respeitada para cada tipo de cômodo e edificação, de acordo com o seu uso.

3.2.1.7 Código Florestal - LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012.

Entre outras funções ambientais, o Código Florestal delimita a função das Áreas de Preservação Permanente. Trata de áreas limítrofes aos cursos hídricos, cuja função é de resguardar os esses recursos, a fim de promover estabilidade geológica, preservação da biodiversidade, da beleza da paisagem, conter a erosão do solo, diminuir os riscos de enchentes e deslizamentos de terra e rocha nas encostas, facilitar o desenvolvimento da fauna e flora e, especialmente, assegurar e preservar o bem-estar das populações humanas.

Na área de preservação permanente também são permitidos usos sociais e de utilidade pública que não tragam nenhum impacto para o meio ambiente, como a inserção de infraestrutura pública destinada para o lazer, cultura, esporte e educação.

No caso de São Ludgero, como mostra a **figura 17**, o rio Braço do Norte, que se encontra na área central da proposta desse trabalho, possui largura de 76,00 m.De acordo com o Código Florestal para essa situação a APP (Área de Preservação Ambiental), deve possuir 100,00 m.
Muitas edificações foram construídas dentro da área de APP, principalmente porque São Ludgero não possui planejamento urbano ou plano diretor, consequentemente, não existe nenhum critério nem controle municipal para as construções.

Figura 17. Vista panorâmica da orla do rio Braço do Norte
Fonte: Adaptado de Nelio Bianco, 2015

3.2.2 Dimensão co-presencial

3.2.2.1 Público e Privado

Tanto na margem esquerda, quanto na margem direita, o predomínio de ocupação é privada, sendo que na margem esquerda encontram-se a maioria dos equipamentos urbanos da cidade.

A área de estudo localiza-se na margem esquerda do Rio Braço do Norte, trata-se de uma área consolidada e como mostra a **figura 18**, conta com vários equipamentos urbanos como: igreja matriz, escola estadual, creche, pronto atendimento entre outros equipamentos, sendo essa área privilegiada com relação as demais.É notória a escassez de espaços livres para São Ludgero, uma vez que esses espaços livres têm a importância como local para convívio, lazer e integração entre a população.

Figura 18. Mapa Público e Privado
Fonte: Autora, 2015

3.2.2.2 Uso do solo

A ocupação do solo dentro de perímetro urbano se dá em maior parte de forma regular. Como mostra a **figura 19**, grande parte da ocupação é composta por áreas residenciais. Já as áreas institucionais e de lazer estão concentradas principalmente na região central. Pode-se afirmar que o núcleo da cidade está localizado no bairro centro, sendo que nas outras regiões a predominância de uso é residencial.

Figura 19. Mapa Uso do Solo
Fonte: Autora, 2015

3.2.3 Dimensão bioclimática

Nesta dimensão foi analisado o clima, microclima, insolação e relevo do município, além de outros elementos que são responsáveis pelas alterações climáticas e estruturação do ambiente urbano.

3.2.3.1 Características Ambientais da cidade

São Ludgero está localizada em uma região semi-plana em meio a montanhas, uma região de vale. Deve-se em grande parte a este motivo as extremas temperaturas, que no inverno são muito baixas e no verão muito altas.

a) Clima

A cidade tem clima mesotérmico úmido. O verão é quente e o inverno frio, com clima de serra.

b) Temperatura

A temperatura média anual é de 19,3°C. De acordo com a Epagri de São Ludgero, no inverno de 2013, registrou-se a temperatura de 0ºC e no verão, a temperatura de 40ºC.

c) Ventos

Por estar localizada entre montanhas, a cidade não possui fortes ventos, o vento predominante é o vento sul principalmente no inverno. Também há presença dos ventos Norte e Nordeste.

d) Hidrografia

A cidade é seccionada pelo Rio Braço do Norte, que pertence à bacia hidrográfica do Rio Tubarão, sendo um de seus principais afluentes. O rio cria para o seu entorno imediato espaços com microclima agradável e a sua vegetação nativa cria áreas de sombreamento.

e) Topografia

São Ludgero é uma região de vale, possui topografia semi plana, sendo cercada por uma cadeia de montanhas. Na área central da cidade a topografia é praticamente plana, já nos bairros e perímetros rurais a topografia é acidentada.O município possui altitude de 55,00 m acima do nível do mar.

f) Bioma vegetal

As áreas de maior cobertura vegetal encontram-se nas áreas rurais de São Ludgero.Na área urbana da cidade, a vegetação remanescente encontra-se nas margens do Rio Braço do Norte e nos vazios urbanos.

g)Características Bioclimáticas dos Espaços na Área de Estudo

A área de estudo possui topografia plana, tendo o rio Braço do Norte como elemento hidrográfico e delimitador de espaço físico, como mostra a **figura 20**.A presença do rio para a área de estudo aumenta a umidade relativa do ar. A vegetação da área encontra-se as margens do Rio Braço do Norte, trata-se de vegetação nativa, de pequeno porte.O rio e a área verde de suas margens trazem para o seu entorno imediato manchas de sombreamento e microclima favorável.

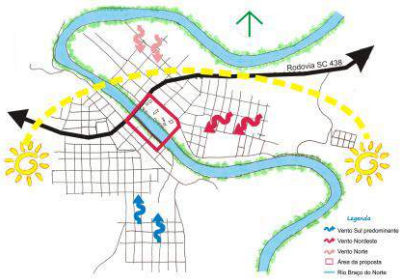


Figura 20. Mapa influências bioclimáticas na área
Fonte: Autora, 2015

3.2.4 Dimensão econômica

A área de estudo é uma das primeiras áreas ocupadas do município, a partir dela iniciaram-se as demais ocupações.

Trata-se de uma área consolidada que conta com abastecimento de água, fornecimento de energia elétrica, coleta seletiva de lixo, rede de drenagem pluvial e esgoto.

3.2.4.1 Morfologia Urbana: Cheios e Vazios

É perceptível após analisar a **figura 21**, que a ocupação urbana de São Ludgero-SC concentra-se dentro uma pequena parcela do lote, sendo que na maioria dos casos, na área residencial, é respeitado o recuo frontal de 4,00 m e lateral de 1,50 m ou parede cega e na área mista ou comercial, a ocupação é no alinhamento do passeio.Existem vazios urbanos.

Na margem esquerda predominam edificações mistas e comerciais, que apresentam altos índices de ocupação do lote. Na margem direita predominam as edificações residenciais e o lote é pouco ocupado.

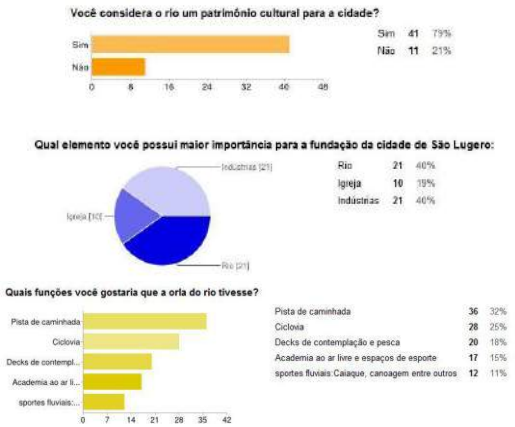
Figura 21. Mapa Cheios e Vazios
Fonte: Autora, 2015

3.2.5 Dimensão topoceptiva

Através da leitura espacial dos mapas mentais realizandos com a população e da compreensão das entrevistas foram elencados os principais elementos que compõem a morfologia urbana.

O rio Braço do Norte é um dos principais elementos marcantes para a cidade e a área de estudo. Além de compor a paisagem urbana, o rio proporciona áreas verdes e microclima agradável para o local.

Como mostram as **figuras 22, 23 e 24**, ao serem questionados sobre o rio, 79% das pessoas têm o mesmo como patrimônio cultural da cidade. Cerca de 40% das pessoas alegam que o rio e as indústrias possuem importância para a fundação de São Ludgero.



Figuras 22, 23 e 24. Gráficos da pesquisa
Fonte: Autora, 2015

O conjunto de edificações históricas como a igreja matriz, prefeitura, casa das irmãs, casa paroquial e escola estadual são para área pontos de referência e localização, além de marcos construtivos que enriquecem a história e a cultura do local e da cidade.

Realizou-se mapas mentais com 20 moradores, com idade entre 18 e 60 anos que transitavam por São Ludgero.Como mostram as **figuras 25 e 26**, o intuito da aplicação desta técnica de pesquisa foi de compreender a percepção e a referência da população sobre os locais e pontos da cidade. Os mapas mentais foram essenciais para entender a relação que indivíduos têm com os espaços de seu cotidiano.

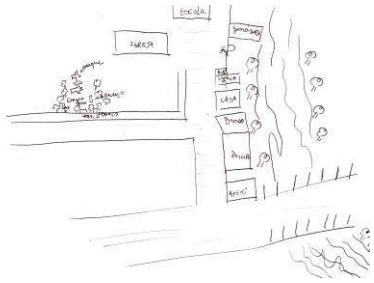


Figura 25. Mapa mental 01
Fonte: Entrevistado: Homem, 48 anos

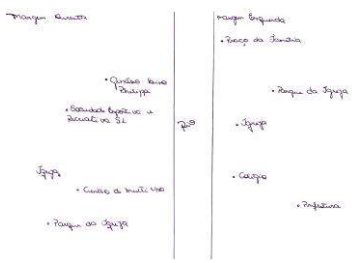


Figura 26. Mapa mental 02
Fonte:Entrevistado: Mulher, 27 anos

Foi possível constatar que o centro da cidade possui um valor estimado para maioria dos moradores, além disso, o rio, a igreja e as construções públicas foram lembradas.

3.2.6 Dimensão expressivo-simbólica

Através dessa dimensão é possível compreender a maneira como a população entende a paisagem e o cenário urbano, através dos campos de interesse estético, visual, emocional e simbólico.

3.2.6.1 São Ludgero-SC, sua história

Por volta de 1870, chegaram as primeiras famílias de colonizadores do Município de São Ludgero-SC. Eram alemães da região de Westphalia que tinha São Ludgero como padroeiro.

A vinda desses imigrantes para São Ludgero não foi programada, uma vez que ao longo do século XIX, a Alemanha, como vários países da Europa, passava por sérios problemas socioeconômicos e políticos, destacando-se principalmente a grande densidade demográfica que provocou a escassez da terra nas propriedades rurais.

Não há registro oficial que evidencie a data que chegaram, mas segundo informações do Livro do Tombo da Paróquia, a chegada aconteceu em meados de 1873.

A partir de informações retiradas do MUBS (Museu Huberto Bruning Schlickmann), aproximadamente 52 famílias se instalaram às margens do Rio Braço do Norte, localizado no centro da cidade, como mostra a **figura 27**. Então, construíram ali ranchos com paredes de barro e cobertura de palha, local que foi usado como residência provisória, até a construção das casas para cada família.

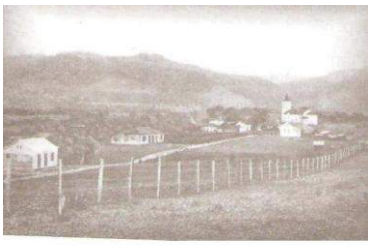


Figura 27. Início do povoado de São Ludgero: 1º Igrejinha, escola, casa das irmãs, casa paroquial e poucos vizinhos.Fonte: Livro São Ludgero: seu povo - sua história. BUSS, Iva (2007)

Posteriormente, com a junção dessas áreas, surgiu o município de São Ludgero-SC através da Lei nº 829 de 12 de junho de 1962, com sua instalação acontecendo em 15 de julho do mesmo ano, oficializando-se a sua criação.

São Ludgero possui elementos estruturadores que fazem parte da sua história e desenvolvimento.Abaixo será descrito algumas caracteríticas do município que foram selecionadas devido a sua importância e sua relação e proximidade com o rio:

a) A educação e a religião

A educação e religião são aspectos importantes na história de criação do município, isso é perceptível através das primeiras instalações edificadas às margens do rio em que se desenvolveu o primeiro centro da cidade, onde foi priorizada a locação da igreja e o atual colégio estadual, que como mostra as figuras **28, 29 e 30**, antigamente funcionava como um dos primeiros e mais conceituados internatos do estado de Santa Catarina.

Figuras 28, 29 e 30. Internato, atualmente Escola Estadual.Figura 28: Ano de 1905, Figura 29: Ano 1960, Figura 30: Ano 2013.Fonte: Prefeitura Municipal de São Ludgero- SC, 2013

b)Percepção visual e estética

A linguagem das edificações com valor histórico para o município não seguem um estilo arquitetônico devido à descaracterização sofrida ao longo dos anos que fez com que elas perdessem o seu estilo original.Destaca-se que as poucas edificações de valor histórico para o município encontram-se às margens do Rio Braço do Norte, como mostra as **figuras 31, 32, 33, 34 e 35**, das respectivas edificações: Igreja Matriz, Colégio Estadual, Prefeitura Municipal, Casa das Irmãs e Casa Paroquial.

Figuras 31, 32, 33, 34 e 35. Edificações com valor histórico para o município
Fonte: Autora, 2013

Os edifícios contemporâneos em sua maioria empregam um sistema estrutural comum, utilizando o concreto armado como estrutura, para a vedação alvenaria de tijolos cerâmicos rebocados e a cobertura de telha cerâmica, como mostra na **figura 36**.

Figura 36. Vista Panorâmica das edificações contemporâneas da área central de São Ludgero
Fonte: Nelio Bianco, 2013

De acordo com a **figura 37**, mapa de gabaritos é possível constatar que a paisagem urbana de São Ludgero é homogênea, se tratando de uma cidade de pequeno porte, em desenvolvimento, em que o gabarito comum é principalmente um pavimento, com uso principal residencial.

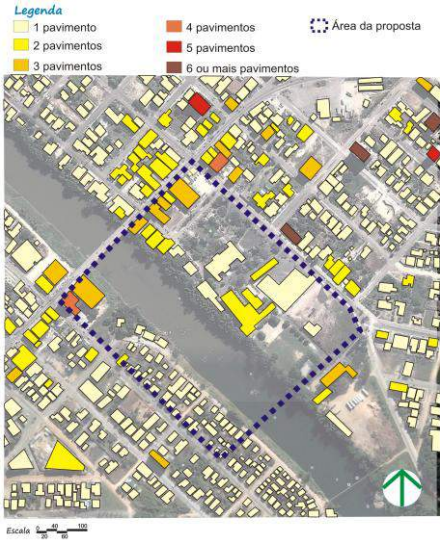


Figura 37. Mapa Gabaritos
Fonte: Autora, 2015

4 Conclusão

O estudo da cidade de São Ludgero demonstra que olhar para o rio e enxergar a cidade a partir dele é uma forma de valorizá-lo enquanto paisagem natural e cultural.Faz-se necessário um retorno ao rio e à sua história a fim de que se possa planejar o seu crescimento futuro, a partir, fundamentalmente, de uma perspectiva alicerçada nas características de sua paisagem.

A partir da entrevista com munícipes de São Ludgero foi possível constatar a importância do rio, destacando que cerca de 41% das pessoas entrevistadas têm o rio como patrimônio cultural e não utiliziam as margens do rio e 47% dos entrevistados ao passar pela orla do rio têm a sensação de agradabilidade e sentem tristeza ao transitar pelas margens fluviais devido ao descaso.

Ficou evidente após a realização desta pesquisa que o não contato e acesso as margens do rio, têm grande relação com a falta de atrativos de uso e de permanência para as pessoas ao espaço fluvial, tornando o rio um local degradado, sem o adequado tratamento paisagístico, e por sua vez acaba se tornando apenas meio de deslocamento viário e delimitação da área urbana.

O Rio Braço do Norte e suas margens devem ser pensados não apenas como circulação, comércio e produção e serem incentivados como espaços de integração entre as pessoas, a cidade e o meio natural.

A implantação de espaços de espaços de contemplação como mirantes, trapiches, lugares de permanência, propondo também a melhoria dos mobiliários urbanos como bancos, lixeiras, entre outros,

pode ser uma tentativa de promover a preservação e a valorização dos espaços cênicos de sua paisagem.

Além disso a inserção de bares, cafés, restaurantes, espaços culturais, com obras de arte significativas e usos 24 horas, espaços para a prática de esporte, possibilitaria o uso das margens em períodos diferentes e reforçaria o caráter do rio como espaço de circulação e como lugar de permanência.

Torna-se imprescindível atuar no sentido de reverter esse cenário, objetivando uma aproximação contínua entre a cidade e o rio que a corta através do entendimento do rio como patrimônio vivo, como paisagem a ser resignificada em função de seu valor peculiar e das necessidades urbanas presentes.

Nesse contexto, a aplicação de medidas eficazes de gerenciamento – que garantam a restauração das características ambientais do rio e a sua consolidação como paisagem cultural historicamente constituída e praticada – torna-se um passo fundamental para se resgatar a memória do lugar e para consolidar o espírito de pertencimento e de identidade local.

5. Referencias Bibliográficas

5.1 Livros e Periódicos

COSTA, Lucia Maria Sá Antunes (org.). **Rios e paisagens urbanas em cidades brasileiras.** Rio de Janeiro: Viana & Mosley ; Ed. Prourb, 2006.

GORSKI, Maria Cecília B**. Rios e cidades ruptura e reconciliação.** São Paulo: Ed. Senac 2010.

HAZAN, Vera Magiano . **As Passarelas Urbanas como novos Vazios Úteis na Paisagem Contemporânea** .Arquitextos (São Paulo), v. 1, p. 114.02, 2009.

HOLANDA, Frederico de. **O espaço de exceção**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

HOLANDA, Frederico de. **A praga do infinito e a ressurreição do lugar**. In: DUARTE, Cristiane R. et al. O lugar do projeto no ensino e na pesquisa em arquitetura e urbanismo. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2007.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **Dimensões morfológicas do processo de urbanização**.Brasília.1996.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A Apreensão da forma da cidade**.Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

5.2 Teses, Dissertações, Trabalhos de Conclusão de Curso, Congressos, Seminários e Artigos

MELLO, Sandra. **"As funções ambientais e as funções de urbanidade em margens de cursos d'água".** Oculum Ensaios Revista de Arquitetura e Urbanismo, v. 4, p. 49-61. Campinas, 2005.

_____ "**Ocupações urbanas em margens de cursos d'água: articulação entre os enfoques ambiental e urbanístico"**, in Fundamentos conceituais do planejamento e gestão ambiental (Texto Didático Série Planejamento e Gestão Ambiental, n. 7). FARIA, Sueli C., OLIVEIRA, Washington C. (orgs.). Brasília: Universa, 2005, 270 p.

SILVA, Raiane Zapelini.**Requalificação urbana das margens do rio Braço do Norte, em São Ludgero/SC.**Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2014.

A distribuição dos espaços públicos no tecido urbano de Arapiraca/AL: a estruturação de um sistema

Renata Ferreira, Laini Santos, Franklin Farias, Jadson Nascimento, Makson Damasceno, Willen Santos, Rafael Neves

Universidade Federal de Alagoas – Campus Arapiraca
Av. Manoel Severino Barbosa, s/n, Bom Sucesso, Arapiraca/AL, CEP: 57309-005. Telefone: 55 082 34821846

renatabastos_@outlook.com, laine.souza20@gmail.com, franklinpinheirofarias@hotmail.com, jadsontyago@hotmail.com, maksonstark@gmail.com, willen.arquitetura@hotmail.com, rafael.neves@arapiraca.ufal.br

Resumo

As tendências de fragmentação da cidade contemporânea, marcadas pela mercantilização da vida, vêm promovendo o enfraquecimento do valor de uso dos espaços urbanos, em favor do valor de troca. Nas últimas décadas, o município de Arapiraca/AL passou por uma transição econômica desencadeada por dois fatores: a crise da cultura fumageira e a emergência de uma economia urbana calcada nas atividades de comércio e de serviços. O crescimento econômico, somado ao surto de valorização imobiliária, vem sendo acompanhado por revitalizações nos espaços públicos urbanos, em maior parte localizados no centro da cidade. Esse estudo analisou, de forma preliminar, a distribuição destes espaços na cidade de Arapiraca e como uma parte da população utiliza esses espaços. Foi adotada uma metodologia focada no mapeamento dos espaços e na aplicação de questionários aos usuários, a fim de compreender a relação que as pessoas têm com esses lugares e os valores que elas atribuem a eles. O levantamento apontou que a amostra dos espaços públicos estudados, nos seis setores da cidade, guarda certas características comuns e algumas especificidades. A proposta de constituir um sistema de espaços públicos valorizará as potencialidades levantadas enfrentando os problemas detectados, criando condições para uso ativo desses espaços, de forma integrada.

Palavras-chave
Urbanismo. Espaços públicos. Desenvolvimento urbano.

Abstract

The fragmentations trends of the contemporary city, marked by the life commodification, have been promoting the weakening of the use value urban spaces in favor of the exchange value. In last decades, the city of Arapiraca/ AL went through an economic transition triggered by two factors: the tobacco culture crisis and the emergence of an urban economy grounded in trade and service activities. The economic growth, coupled with the real estate valuation outbreak, has been accompanied by revitalising in urban public spaces, mostly located in downtown. This study analyzed, on a preliminary basis, the public spaces distribution in the Arapiraca city and as a part of the population uses these spaces. It has applied a methodology focused on the spaces mapping and the application of questionnaires to users in order to understand the relationship that people have with these places and the values they attach to them. The research revealed that the public spaces sample studied, in six sectors of the city, keeps several common characteristics and some specificities. The proposal to constitute a public space system must value the raised potential and address the detected problems, creating conditions for active use of these spaces, in an integrated manner.

Keywords

Urbanism. Public spaces. Urban development.

1 Introdução

As tendências de fragmentação da cidade contemporânea, marcadas pela mercantilização da vida, vêm promovendo o enfraquecimento do valor de uso dos espaços urbanos, em favor do valor de troca. A proliferação de grandes equipamentos de consumo e de enclaves residenciais são fenômenos decorrentes desses processos.

O município de Arapiraca/AL, nas últimas décadas, atravessou um contexto de transição desencadeado por dois fatores: a crise da cultura fumageira, que teve seu ápice entre as décadas de 1940 a 1970 e alavancou o crescimento econômico da cidade; e a emergência de uma economia urbana calcada nas atividades de comércio e de serviços, que a tornaram um polo regional no interior do estado.

Essa transição espacializou-se no território da cidade, onde grandes glebas de terras, que antes abrigaram plantações de fumo, passaram a ser parceladas como loteamentos urbanos. O crescimento econômico, somado ao surto de valorização imobiliária, vem sendo acompanhado por intervenções urbanas empreendidas pelo poder público municipal sob o rótulo de "projetos de revitalização", que têm nos espaços públicos o foco principal.

Dentre os objetivos dessas intervenções, está a promoção do lazer urbano, através da prática de atividades físicas, tais como pistas de corrida, quadras esportivas, ciclofaixas e academias ao ar livre, além da implantação de bibliotecas de bairro, denominadas Arapiraquinhas, que visam incentivar o hábito da leitura entre crianças e jovens. Um projeto criativo, mas ainda pouco disseminado.

Porém, as intervenções urbanas implementadas segundo essa lógica, com exceção do Lago da Perucaba, estão concentradas nas áreas centrais da cidade, não havendo, portanto, uma distribuição equilibrada no conjunto do tecido urbano. A hipótese levantada por esse trabalho é que nos demais bairros da cidade, os espaços públicos não vêm recebendo tratamento adequado para abrigarem atividades de esporte, cultura e de lazer, além de não possuírem a devida manutenção em seus equipamentos urbanos e jardins, fazendo com que a população residente opte por realizar tais atividades em academias e clubes privados, em detrimento do uso dos espaços públicos urbanos. Os espaços adequados ao uso ativo deveriam ser oferecidos a todos e não somente àqueles que possuem poder aquisitivo para deles usufruir.

O trabalho em questão teve por objetivo analisar a distribuição dos espaços públicos na cidade de Arapiraca e os usos que deles fazem a população citadina. Para a consecução desse objetivo foi adotada uma metodologia focada no mapeamento dos espaços e na aplicação de questionários aos usuários com vistas a compreender a relação que as pessoas têm com esses lugares e os valores que elas atribuem a eles.

Portanto, foi realizado um mapeamento dos espaços públicos representativos de cada um dos seis setores em que a cidade foi dividida, com possibilidades para abrigar atividades físicas, de cultura e de

lazer, com vistas a contribuir para a estruturação dos espaços públicos como um sistema, superando a configuração atual calcada em espaços isolados. Por se tratar de uma pesquisa em andamento, o resultado final vai envolver os diferentes bairros da zona urbana da cidade, contando com, ao menos, uma praça ou parque público por bairro para que assim a população citadina seja contemplada de forma integral. Esse mapeamento foi sucedido pela realização de um diagnóstico urbanístico dessas áreas, contando com a participação de uma amostra da população residente no entorno e de usuários.

2 Os espaços públicos na cidade contemporânea

Para discutir a questão dos espaços públicos urbanos na cidade contemporânea, faz-se necessário compreender a gênese do conceito, as contribuições críticas que fundamentaram o pensamento urbanístico sobre os espaços públicos urbanos, e explicitar as disputas e os conflitos que têm produzido atualmente o encolhimento dos espaços públicos e o alargamento dos espaços privados nas cidades.

Sergio Abrahão (2008) em seu livro "Espaço público: do urbano ao político" propõe uma reflexão sobre as origens da transposição do espaço público político para o espaço público urbano. O autor faz uma diferenciação entre os dois conceitos, entendendo espaço público político como pertencente ao léxico da filosofia política, presente principalmente nas obras de Hannah Arendt e Jürgen Habermas, e espaço público urbano como a tradução do conceito anterior para a práxis urbanística.

Abrahão (2008) observa que houve, em determinado momento da história recente do pensamento urbanístico, a transposição dos conteúdos do espaço público político para os espaços públicos urbanos, sem uma formulação atenta no âmbito da Teoria do Urbanismo. Dessa constatação emergiu a pergunta: onde está o ponto de origem dessa transposição e porque houve a assimilação dela por vários estudiosos?

Nesse sentido o autor busca identificar a origem da transposição e entender no âmbito do urbanismo, o processo de construção e disseminação da concepção de espaço público urbano no Brasil, a partir do espaço público político, cunhado no campo das ciências sociais.

De acordo com esse autor, o processo de compreensão da dimensão política dos espaços urbanos tomou forma em meados do século XX, no âmbito do VIII Congresso Internacional da Arquitetura Moderna, realizado em 1951, na cidade de Hoddesdon. Arquitetos e intelectuais, integrantes do TEAM X trabalharam nessa conceituação a partir de postulados humanistas, superando o viés racional funcionalista que impregnava os CIAMs, até então. Outros dois protagonistas desse esforço de inflexão foram o arquiteto José Luis Sert e o historiador Siegfried Giedion. O conceito-base que emergiu dessa reflexão foi o de *centro cívico*. Segundo Abrahão: "o centro cívico marca a emergência do espaço tradicional de uso comum, [...] e mais especificamente a rua como meio de se garantir e resgatar formas de sociabilidade e defender a cidade historicamente produzida" (ABRAHÃO, 2008, p.18).

A partir das formulações do TEAM X, outros urbanistas e intelectuais iniciaram um esforço crítico contra os postulados do urbanismo modernista. Dentre esses, podemos destacar a jornalista canadense Jane Jacobs.

Jane Jacobs, através da sua obra "Morte e vida de grandes cidades", produziu um ponto de inflexão no pensamento urbanístico do século XX, elaborando uma crítica virulenta ao modo como o urbanismo modernista planejava e intervia nas cidades. Dentre as suas contribuições, destacamos o foco que a autora deu na importância dos espaços públicos nas cidades, focando sua reflexão nas ruas, calçadas e parques de bairro. Segundo a autora, o urbanismo modernista, com sua prática do zoneamento monofuncional, acabou por tolher a diversidade na cidade, criando espaços amplos, mas sem a riqueza da vida urbana.

De acordo com Jacobs, o princípio fundamental que deve reger as intervenções na cidade é a diversidade. Segundo a autora:

> Um dos princípios mostra-se tão onipresente, e em formas tão variadas e tão complexas [...]. Esse princípio onipresente é a necessidade que as cidades têm de uma diversidade de usos mais complexa e densa, que propicie entre eles uma sustentação mútua e constante, tanto econômica quanto social. Os componentes dessa diversidade podem diferir muito, mas devem complementar-se concretamente (JACOBS, 2000, p. 13).

A autora aponta que a diversidade só seria assegurada nos espaços urbanos se forem atendidas quatro condições, simultaneamente: 1. A necessidade de usos principais combinados, de modo que os espaços da cidade ofereçam usos diversos para produzir uma vitalidade urbana contínua, com fluxo de pessoas nas ruas em todos os horários do dia; 2. A necessidade de quadras curtas, abrindo os espaços da cidade para a vivência da rua, e não reduzi-la a vias de circulação, somente. 3. A necessidade de prédios antigos, afirmando a importância das camadas de história da cidade e a identificação que as pessoas estabelecem com os lugares. 4. A necessidade de concentração, já que Jacobs tece uma crítica às cidades jardins de Ebenezer Howard, afirmando que a diversidade não emerge de um conjunto urbano rigidamente controlado e hierarquizado em funções pré-estabelecidas, mas do encontro propiciado pela aglomeração de pessoas (JACOBS, 2000).

Raquel Rolnik (2000) em suas reflexões sobre o lazer nas cidades tece uma argumentação relevante para a discussão sobre a importância dos espaços públicos na cidade contemporânea. Segundo a autora, o modo como entendemos a qualidade de vida urbana pode ser subdividido em dois posicionamentos radicalmente opostos.

A primeira, parte da concepção do lazer como um privilégio de consumo da cidade e do tempo. De acordo com essa premissa, os espaços urbanos são reduzidos a locais de acesso, funcionando apenas como o suporte para a conexão de pontos. A cidade não passa de uma grelha com rotas possíveis para se chegar aos locais do lazer, ou seja, aos espaços do consumo cultural e esportivo.

O segundo posicionamento entende o lazer como intrínseco à vida urbana e, portanto, ele estaria espacializado na cidade como um todo. Esse entendimento concebe o uso da cidade a partir do estreitamento da relação entre as pessoas de diferentes segmentos sociais, políticos e culturais, ou seja, de modo identificado com a dimensão pública da cidade. Nessa direção, Rolnik continua:

> A idéia de cidade, a idéia de polis, [...] surge do princípio da igualdade de diferenças: o fato cidade se funda na possibilidade de pessoas diferentes poderem viver em conjunto e estabelecer um contrato político entre elas. O milagre cidade se produz quando o homem, além de sua vida privada, de sua existência enquanto ser natural ou parte da natureza cria uma espécie de segunda vida, uma espécie de bios político ou ser político que se concretiza vivendo em conjunto com outras pessoas (ROLNIK, 2000, p.182).

A autora conclui sua argumentação fazendo um alerta para os processos de segregação socioespacial em curso na cidade contemporânea. Concordando com Jacobs, Rolnik afirma que a desagregação das funções da cidade em setores estanques, implementada pelo urbanismo modernista, teria reduzido as misturas de uso e o caráter público dos espaços urbanos, criando condições para os avanços do modelo privatista de cidade, percebido, segundo ela, nos grandes equipamentos de consumo e nos conjuntos residenciais privativos.

3 Mapeamento e diagnóstico: uma amostra das praças públicas de Arapiraca/AL

O município de Arapiraca está localizado no centro geográfico do Estado de Alagoas, a 135 km de distância da capital, Maceió. Arapiraca possui aproximadamente 229.329 habitantes, segundo estimativa do IBGE (2014). Em 2010, a taxa de urbanização do município era de 84,80%. Em 2012, o PIB per capita a preços correntes foi de 11.079,53 reais.

A presente pesquisa se encontra em andamento e tem por objetivo o mapeamento e a elaboração de um dignóstico para uma praça em cada bairro da cidade. Para oferecer uma amostra das condições das praças públicas e para operacionalizar os levantamentos de campo, a cidade foi dividida em seis setores. Esses setores agrupam bairros limítrofes com algumas características em comum, tais como indicadores sócio-econômicos e condições de infraestrutura.

De acordo com a Lei Municipal de Nº 2.470/2006 a área que compõe o perímetro urbano da cidade de Arapiraca foi subdividida em trinta e oito bairros. Para desenvolver a metodologia deste trabalho a cidade foi dividida em seis setores: Norte, Sul, Leste, Oeste, Noroeste e Central conforme a **figura 1** e em cada um foi escolhido um bairro para a amostra.

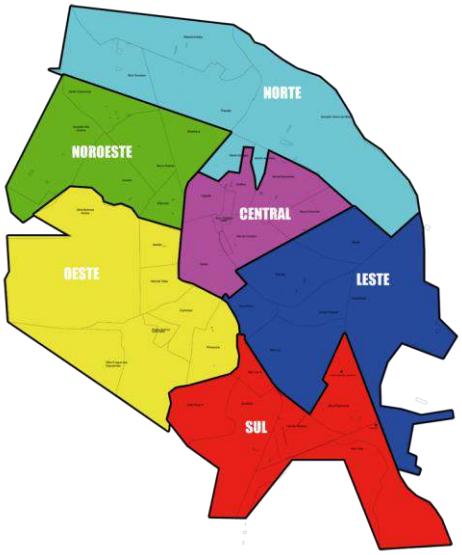


Figura 1. Setorização da cidade de Arapiraca para desenvolvimento do estudo.

No processo de escolha do bairro para compor a amostra do levantamento de campo, levou-se em consideração o contingente de população residente e a existência de um espaço público consolidado. Seguindo esses dois critérios, foi escolhido o bairro com maior população residente em cada setor, e que apresentasse uma praça consolidada em seu tecido urbano. O **quadro 1** mostra os bairros presentes em cada setor, com destaque o bairro escolhido para o levantamento de campo.

SETOR	BAIRROS*	POPULAÇÃO (HAB.)
NORTE	**Senador Arnon de Mello**	**15.917**
	Planalto	8.217
	Santa Edwirges	1.446
	Massaranduba	1456
	Jardim Esperança	941
LESTE	**Brasília**	**14.737**
	Canafístula	10.674
	Itapoã	3.744
	Ouro Preto	2.246
	São Luiz	2.224
	Jardim Tropical	2.161
SUL	Boa Vista	6.651
	Nova Esperança	3.080
	Verdes Campos	**2.304**
	São Luiz II	2.217
	João Paulo II	509
	Guaribas	1.365
NOROESTE	**Cavaco**	**5.244**
	Baixa Grande	4.691
	Senador Nilo Coelho	4.345
	Jardim Esperança	4.139
	Eldorado	3.431
	Brasiliana	2.750
OESTE	**Primavera**	**11.939**
	Manoel Teles	8.255
	Cacimbas	6.568
	Zélia Barborsa	5.620
	Baixão	4.198
	Olho D'Agua dos Cazuzinhas:	3.444
	Padre Antônio de Lima Neto	1.751

SETOR	BAIRROS*	POPULAÇÃO (HAB.)
CENTRAL	**Alto do Cruzeiro**	**6.102**
	Caititus	5.369
	Santa Esmeralda:	4.808
	Centro:	4.459
	Capitã:	3.841
	Senador Teotônio Vilela	3.044
	Novo Horizonte	2.389

Quadro 1. Setorização da cidade em agrupamentos de bairros. (*) Em negrito, os bairros selecionados para compor a amostra.

Os dados obtidos para a escolha em questão foram retirados do CENSO do IBGE 2010. Após definido o bairro, foi feito um levantamento das possíveis áreas ali existentes através do Google Earth 2015 e do Mapa de Uso e Ocupação do Solo elaborado pela Prefeitura Municipal de Arapiraca em 2010, que atendessem os requisitos da pesquisa. Caso o bairro escolhido não oferecesse uma área pública consolidada (com calçamento, área ajardinada e mobiliário urbano básico), optar-se-ia pelo segundo bairro[1] com maior contingente populacional, e assim por diante.

Inicialmente, para a área escolhida no bairro, optou-se por praças já existentes e que apresentassem maior diversidade de uso e ocupação do solo em seu entorno. A **figura 2** identifica os bairros escolhidos em cada setor.

Figura 2. Setorização da cidade de Arapiraca, com os bairros escolhidos para o levantamento de campo em destaque.

3.1 - Praça Eloísio Lopes - Bairro Primavera (Setor Oeste)

O Setor Oeste é composto por sete bairros e para dar início aos levantamentos de campo, foi escolhido o bairro com maior população residente: o bairro Primavera, que também é o terceiro bairro mais populoso

[1] O Setor Sul se encontra nessa situaçao. Os dois bairros mais populosos do setor não apresentaram praça pública consolidada. Por isso, a escolha recaiu sobre o terceiro bairro em número de habitantes, e que atendeu aquele requisito.

de Arapiraca com 11.939 habitantes, segundo o Censo 2010 do IBGE. A escolha da Praça Eloísio Lopes deu-se pelo seu grande espaço físico, o que não acontece com o restante das praças do bairro – que são apenas áreas resíduais do sistema viário –, e também pela diversidade de usos do solo no seu entorno.

A Praça Eloísio Lopes conforme explana a **figura 3**, também conhecida como Praça da Fumageira, onde acontece a feira livre do bairro, foi revitalizada em 2012. Ela oferece oitenta boxes para os feirantes que já faziam uso da área antes da revitalização, um pátio com duas lanchonetes e algumas áreas verdes.

Figura 3. Praça Eloísio Lopes, maio de 2015. Fonte: Google Earth.

Nos levantamentos em campo, foram analisados todos os parâmetros de infraestrutura e condições de manutenção da praça, como pavimentação das vias, mobiliário urbano, vegetação e condições da calçada. As vias do entorno da praça são todas em paralelepípedo e estão em um bom estado. Como mobiliário urbano, a praça oferece bancos, lixeiras e postes todos em ótimo estado de conservação. Em relação à vegetação, foi observado que há algumas árvores de grande e pequeno porte, gramado e trepadeiras. Foi percebida em algumas áreas a falta de manutenção do gramado. As calçadas estão em ótimo estado, com a adequação do piso, nivelamento e desnível dos canteiros, possuindo ainda rampas para cadeirantes, algumas necessitando de manutenção. Em relação à infraestrutura, a praça está em ótimas condições de uso.

Para dar um suporte maior à pesquisa e conhecer o ponto de vista da população, foi elaborado um questionário com cinco perguntas e aplicados para 20 usuários e residentes do entorno da praça. Com as respostas destes e análise da praça em campo, poderão ser elaboradas diretrizes de projeto para as melhorias dos espaços públicos estudados.

As perguntas e os resultados foram os seguintes conforme as **figuras 4 a 9**:

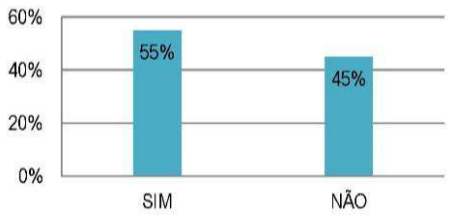


Figura 4. Quantitativo dos entrevistados que utilizam a praça.

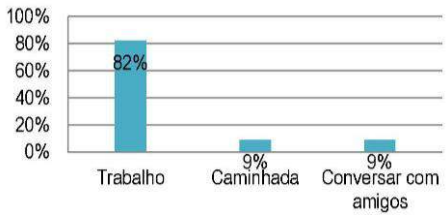


Figura 5. Formas de utilização da praça.

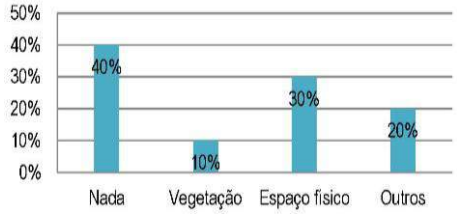


Figura 6. Itens que os entrevistados mais gostam na praça.

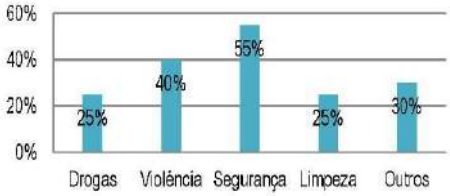


Figura 7. Problemas observados na praça.

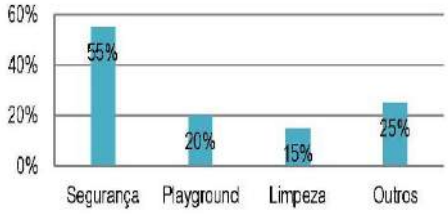


Figura 8. O que os entrevistados gostariam.

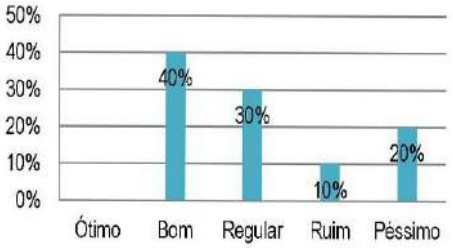


Figura 9. Grau de satisfação do usuário com a praça.

Percebe-se que mesmo depois da revitalização, as pessoas que fazem uso da praça, só a utilizam para trabalho. A maioria dos que não gostam de nada da Praça Eloísio Lopes pontuam a violência, a falta de segurança, o uso de drogas no local e a falta de limpeza como fatores que comprometem o uso da praça pela população. Fica evidente que segurança, seguido de playground, limpeza e outros são os desejos da população para com a praça.

3.2 - Praça Luiza Suruagy - Bairro Senador Arnon de Mello (Setor Norte)

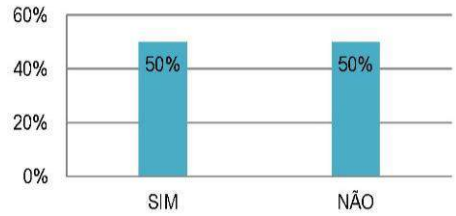
O Setor Norte é composto por cinco bairros. O bairro Senador Arnon de Melo contempla uma população de 15.917 habitantes, segundo o Censo 2010 do IBGE. A escolha da Praça Luiza Suruagy conforme mostra a **figura 10** se justifica por estar localizada em um ponto estratégico do bairro: no seu acesso principal. Outro aspecto que contribuiu para a seleção dessa praça dentre as demais foi à diversidade de usos do solo no seu entorno, repleto de edificações com atividades de comércio, de serviços e outras utilizados para fins residenciais.

Às margens da rodovia AL 220, a praça tem um fluxo continuo de veículos e são limitadas por outras duas ruas que não são pavimentadas, porém apresentam um fluxo regular de veículos, funcionando como um ponto nodal no bairro.

Figura 10. Praça Luiza Suruagy, maio de 2015.

A praça não tem infraestrutura nenhuma. Um poste de iluminação é o único mobiliário urbano. Embora a praça tenha árvores, arbustos forrações naturais e algumas herbáceas, não há um tratamento paisagístico e nem canteiros definidos. Além disso, no lugar onde deveriam existir calçadas, há apenas bloqueios com lixo, esgoto e entulho que dificultam a passagem dos pedestres e usuários.

Seguem os gráficos que apresentam os resultados das entrevistas da **figura 11 a 16**:



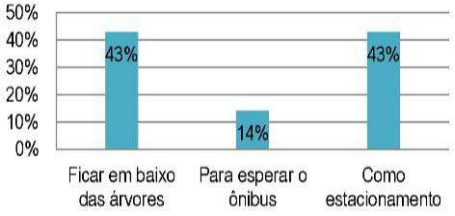
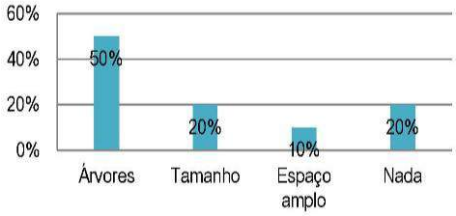


Figura 11. Quantitativo dos entrevistados que utilizam a praça. **Figura 12.** Formas de utilização da praça.



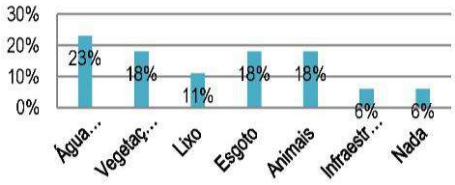
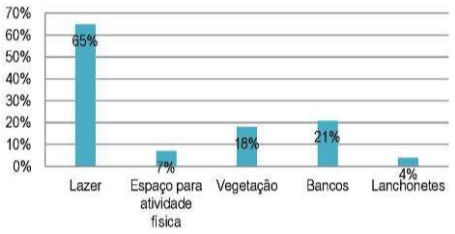


Figura 13. Itens que os entrevistados mais gostam na praça. **Figura 14.** Problemas observados na praça.



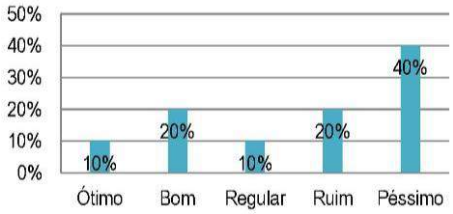


Figura 15. O que os entrevistados gostariam. **Figura 16.** Grau de satisfação do usuário com a praça.

Considerando as entrevistas realizadas aos moradores do entorno, a praça é conhecida como "praça do mato" pelas péssimas condições de sua vegetação, é possível notar que algumas pessoas fazem uso dela, mesmo sem mobiliário urbano e sem infraestrutura instalada. Todavia, o desejo geral dos moradores é que essa infraestrutura fosse implantada com a inserção de áreas de lazer, esporte, comércio e convivência, valorizando a praça e seu entorno de uma forma dinâmica e morfológica.

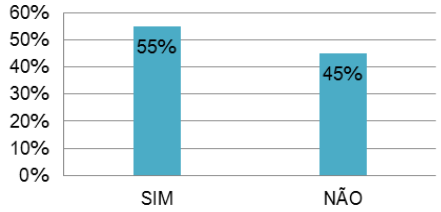
3. 3 - Praça Edmundo F. da Silva - Bairro Brasília (Setor Leste)

O Setor Leste foi definido agrupando seis bairros. Seguindo a diretriz de escolha do bairro com maior índice populacional, o bairro Brasília foi selecionado, visto que é o mais populoso da cidade, contando com 14.737 habitantes, segundo o Censo de 2010 do IBGE. A escolha pela Praça Edmundo F. Da Silva conforme a **figura 17** se justifica por seu amplo espaço físico e pela diversidade de usos do solo no seu entorno.

Figura 17. Praça Edmundo F. da Silva em destaque, maio de 2015.
Fonte: Google Earth.

Por meio do levantamento de campo foram observadas diversas deficiências na praça, principalmente a falta de equipamentos de apoio, mobiliario urbano e infraestrutura. Em relação à vegetação, foi observado que há algumas árvores de grande porte e a vegetação rasteira. No tocante à acessibilidade, a praça não possui rampas nem utilização de piso tátil.

Através do questionario aplicado à população do entorno, é perceptível a necessidade de uma reforma e de ações de manutenção. Os resultados conforme as **figuras 18 a 23** foram:



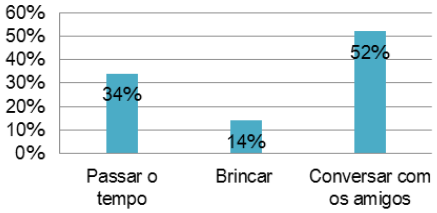
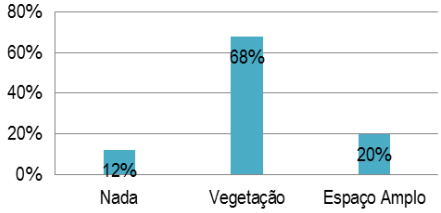


Figura 18. Quantitativo dos entrevistados que utilizam a praça. **Figura 19.** Formas de utilização da praça.



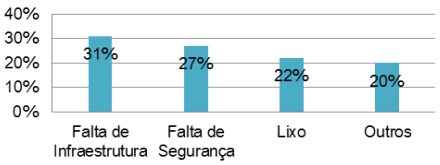
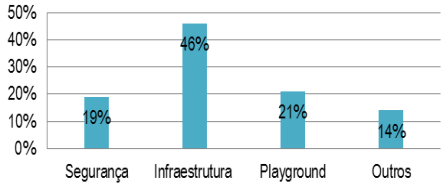


Figura 20. Itens que os entrevistados mais gostam na praça. **Figura 21.** Problemas observados na praça.



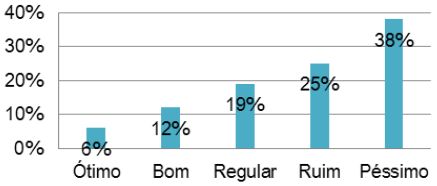


Figura 22. O que os entrevistados gostariam. **Figura 23.** Grau de satisfação do usuário com a praça.

Através destas informações percebe-se as principais necessidades da população com base na praça. A maioria pontua a violência, a falta de segurança e infraestrutura como elementos principais no desuso da mesma. Ao perguntar o que eles mais queriam que a praça oferecesse, o item mais falado foi Infraestrutura, segurança, seguido de playground e outros.

3.4 - Praça José Vanildo Cardoso - Bairro Verdes Campos (Setor Sul)

No Setor Sul o bairro escolhido foi o Verdes Campos, por ser, dentre os mais populosos, o que apresenta em seu tecido urbano uma praça consolidada. O bairro possui 2.304 pessoas residentes segundo o CENSO do IBGE 2010. O local escolhido para o levantamento de campo foi a Praça José Vanildo Cardoso conforme mostra a **figura 24**, por apresentar alguma infraestrutura, ser localizada junto a uma importante avenida da cidade, apresentar uso do solo diversificado em seu entorno e atender a dois bairros.

Figura 24. Praça José Vanildo Cardoso, maio de 2015.

A praça encontra-se com alguns problemas que desestimulam o seu uso como local de prática de atividades de lazer, além de não possuir equipamentos que possibilitem a prática de atividade esportiva. O mobiliário urbano é composto apenas por bancos - que além de serem poucos, não estão em boas condições - e postes de iluminação. Um ponto positivo é a presença de duas árvores de grande porte e algumas de médio porte que oferecem sombras em boa parte da praça, apesar da mesma não apresentar um tratamento paisagístico adequado. As calçadas da praça são niveladas, porém existe pavimentação esburacada em alguns pontos. Um local da praça é utilizado como estacionamento. O uso do local é estimulado pela presença de um quiosque onde funciona um bar e uma lanchonete. Também foi aplicado um questionário (**figuras 25 a 30**) para os usuários e moradores do entorno da praça.

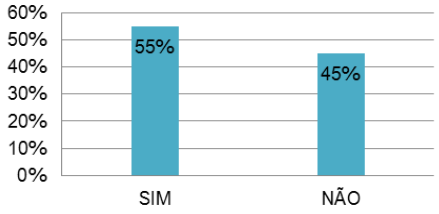


Figura 25. Quantitativo dos entrevistados que utilizam a praça.

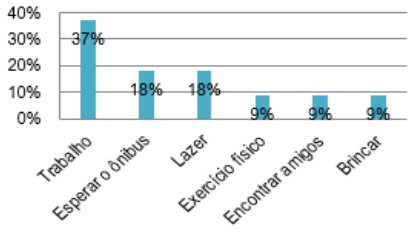


Figura 26. Formas de utilização da praça.

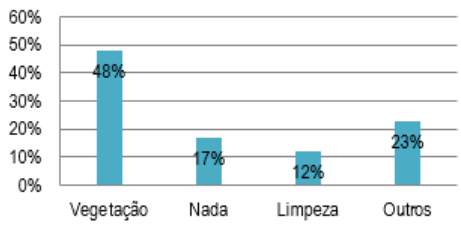


Figura 27. Itens que os entrevistados mais gostam na praça.

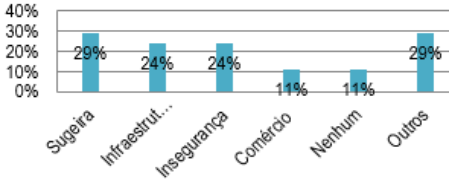


Figura 28. Problemas observados na praça.

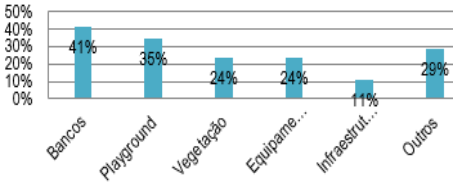


Figura 29. O que os entrevistados gostariam.

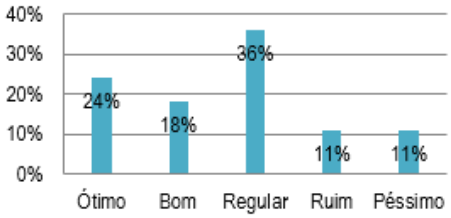


Figura 30. Grau de satisfação do usuário com a praça.

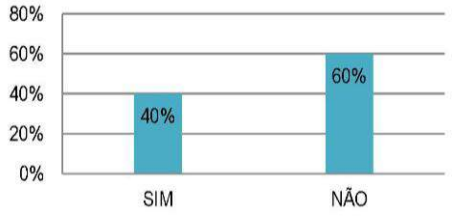
Analisando os gráficos das entrevistas, nota-se que a maioria dos entrevistados utiliza a praça, principalmente para trabalhar. A sombra das árvores é a característica que mais agrada os usurários. Por outro lado, a falta de limpeza, infraestrutura e segurança são os pontos mais citados como problemáticos. A avaliação geral da praça foi positiva, a maioria dos entrevistados a colocou entre regular e ótima, sendo que gostariam que a mesma oferecesse mais bancos, playground, vegetação e equipamentos esportivos.

3.5 - Praça Ceci Cunha - Bairro Alto do Cruzeiro (Setor Central)

O Setor Central ficou composto por sete bairros. O que apresenta maior número de habitantes é bairro Alto do Cruzeiro, com cerca de 6.102 habitantes, segundo o Censo do IBGE 2010. O local escolhido foi o Parque Ceci Cunha conforme mostra a **figura 31**. A área atualmente encontra-se abandonada por parte do poder público. A praça não oferece boas condições de uso, uma vez que seu mobiliário urbano está degradado e as precárias condições de manutenção do paisagismo não ajudam a conferir conforto para os usuários. Ao mesmo tempo em que a praça não atrai a população, a precariedade dos seus espaços gera insegurança para aqueles que decidem usufruir dela. É o caso do canal que atravessa a praça, com mais de dois metros de profundidade, não possui mais suas grades de proteção, tornando-se assim um perigo constante para a população.

Figura 31. Falta de manutenção em local da Praça Ceci Cunha, maio de 2015.

Segue o resultado do questionário conforme **figuras 32 a 37**:



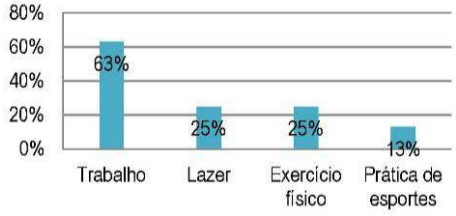


Figura 32. Quantitativo dos entrevistados que utilizam a praça. **Figura 33.** Formas de utilização da praça.

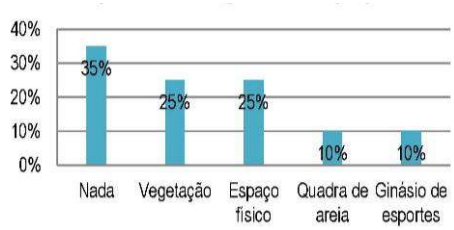


Figura 34. Itens que os entrevistados mais gostam na praça.

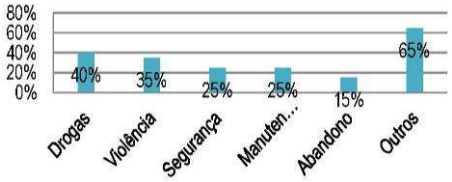


Figura 35. Problemas observados na praça.

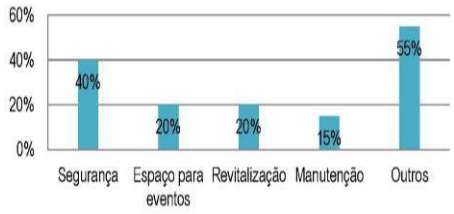


Figura 36. O que os entrevistados gostariam.

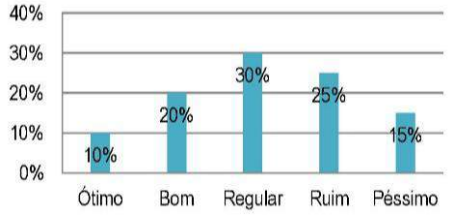


Figura 37. Grau de satisfação do usuário com a praça.

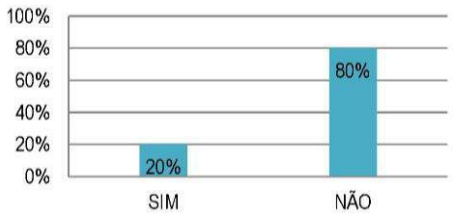
Como pode ser observado nos gráficos, a maioria dos entrevistados não utilizam a praça, e aqueles que utilizam, em sua maioria, o fazem para trabalho. A satisfação em relação ao espaço não é positiva, uma vez que maior parte dos entrevistados não gostam da praça, e falam da segurança como o principal aspecto negativo. Em relação à avaliação da praça, o resultado mostra que ela apresenta grande potencial, apesar das condições precárias em que se encontra.

3.6 – Praça Antonio Ventura Filho - Bairro Cavaco (Setor Noroeste)

O Setor Noroeste é composto por seis bairros. O bairro Cavaco, que contempla uma população de 5.244 habitantes, segundo o Censo 2010 do IBGE foi escolhido. A Praça Antonio Ventura Filho conforme identifica a **figura 38** apresenta um entorno com uso majoritariamente residencial que, de certa forma, possibilita um uso ativo dos espaços públicos por essa população residente.

Figura 38. Praça Antonio Ventura Filho, maio de 2015.

Com um formato triangular, a praça não tem infraestrutura nenhuma, exceto a pavimentação das ruas que as cerca, e nem quaisquer mobiliários urbanos existentes na praça. Embora a praça tenha árvores, não há tratamento paisagístico e nem canteiros definidos, apenas sombras que funcionam como refúgio para os usuários durante o dia. Além disso, no lugar onde deveriam existir calçadas, há apenas lixo e entulho que atrapalham a passagem dos moradores e usuários. Seguem os gráficos (**figuras 39 a 44**) que apresentam os resultados das entrevistas:



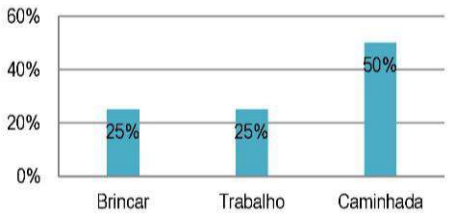
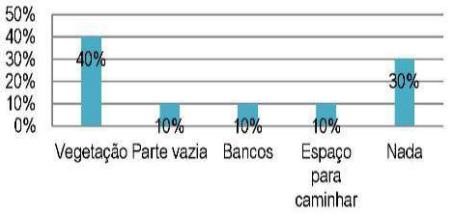


Figura 39. Quantitativo dos entrevistados que utilizam a praça. **Figura 40.** Formas de utilização da praça.



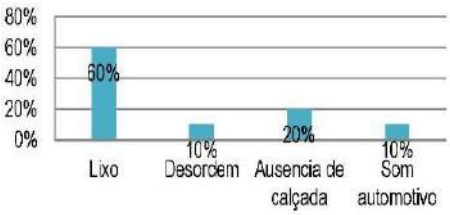


Figura 41. Itens que os entrevistados mais gostam na praça. **Figura 42.** Problemas observados na praça.

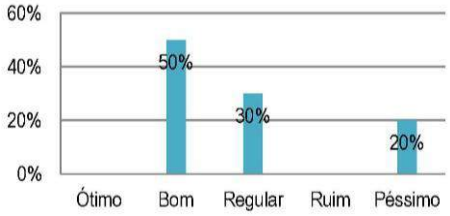


Figura 43. O que os entrevistados gostariam. **Figura 44.** Grau de satisfação do usuário com a praça.

Considerando as entrevistas realizadas a alguns moradores que residem próximo a Praça Antonio Ventura Filho, foi possível observar que algumas pessoas a utilizam para descansar nas sombras feitas pelas copas das árvores, mesmo sem mobiliário urbano e sem infraestrutura alguma. Todavia, em geral o desejo dos moradores é que fosse implantada uma infraestrutura com a inserção de áreas de lazer, esporte, comércio e mobiliários urbanos.

4 Considerações finais

A amostra das praças, por bairro, selecionadas em cada setor da cidade mostrou, a partir dos levantamentos de campo, características relevantes para a compreensão dos desafios para a formulação de um sistema de espaços públicos em Arapiraca.

As praças localizadas nos setores Norte e Sul (vetores importantes de expansão urbana), apresentaram condições precaríssimas em termos de infraestrutura. A carência de espaços públicos de qualidade nessas áreas, a considerar pela amostra, é preocupante uma vez que nesses setores vem sendo implantados vários de loteamentos fechados. Sem o tratamento das áreas públicas nesses bairros, os empreendimentos residenciais fechados podem se tornar ilhas de prosperidade, configurando uma segregação socioespacial que privilegia os moradores desses residenciais com o uso de espaços exclusivos para lazer.

No Setor Oeste estão localizados empreendimentos públicos e privados de grande envergadura. A Prefeitura urbanizou, em 2009, a orla do Lago da Perucaba, que estimulou a especulação imobiliária na área. Atualmente, estão sendo implantados empreendimentos residenciais fechados e equipamentos de serviços privados próximos ao Lago, área que os incorporadores imobiliários denominam “bairro planejado”. Outro empreendimento localizado nesse setor é o Residencial Brisa do Lago, de interesse social, com aproximadamente mil e novecentas casas. Assim como o Lago da Perucaba, a praça analisada nesse setor apresenta boa infraestrutura instalada, mas a falta de segurança impossibilita seu uso ativo.

Localizado no Setor Noroeste, o bairro do Cavaco é um dos mais tradicionais da cidade. Ali residiram importantes famílias de fumicultores. É um bairro que guarda aspectos importantes da memória coletiva na cidade: a cultura do fumo. As precárias condições da praça estudada mostra um processo de degradação que as áreas tradicionais da cidade vêm sofrendo. A instalação de espaços públicos de qualidade nesses bairros tem uma função importante: reabilitar essas áreas valorizando seus aspectos históricos e culturais.

O Setor Leste é o mais heterogêneo dos recortes definidos pela pesquisa. Ele contém tanto bairros mais consolidados em termos de infraestrutura, quantos bairros novos em franca expansão. O bairro Brasília é o mais populoso da cidade, e concentra usos residenciais e comerciais. As condições da praça estudada ilustra a falta de manutenção, mas apesar disso, há uma tentativa das pessoas em utilizar o espaço.

O Setor Central é aquele que recebeu mais investimentos municipais na revitalização dos espaços públicos. Desse conjunto, destacamos o Parque Ceci Cunha, objeto do levantamento, que se divide em três grandes áreas destinadas aos esportes, ao lazer recreativo e ao lazer cultural, respectivamente. A área destinada ao lazer esportivo é a que se encontra em piores condições. Esse espaço foi implantado há aproximadamente 15 anos atrás e desde então passa por um processo de degradação contínuo, se tornando um local pouco movimentado e perigoso mesmo durante todo o dia. O levantamento apontou a necessidade de reabilitar esse espaço para possibilitar o retorno das pessoas a ele.

Por fim, o levantamento apontou características preliminares dos espaços públicos nos seis setores da cidade, guardando certas características comuns e certas especificidades. A proposta de constituir um sistema de espaços públicos na cidade deve partir da valorização das potencialidades levantadas e do enfrentamento dos problemas detectados, criando condições para uso ativo da cidade, de forma integrada.

5 Referências Bibliográficas

ABRAHÃO, S. **O espaço público:** do urbano ao político. São Paulo: Annablume, 2008.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2000.

MARCELLINO, N. **Estudos do lazer: uma introdução**. Campinas: Autores Associados, 2006.

PRONOVOST, G. **Introdução à Sociologia do Lazer**. São Paulo: Senac, 2011.

ROLNIK, R. O lazer humaniza o espaço urbano. In SESC SP (org.). **Lazer numa sociedade globalizada**. São Paulo: SESC/WLRA, 2000, p. 179-84

SANTOS, C. N. F. **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói: EDUFF, 1988.

_____. **Quando a rua vira casa:** a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. 3 ed. São Paulo: Projeto FINEP/IBAM, 1985.

SILVA, E. Lazer nos espaços urbanos. In **Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Campo Grande, 2000, v.1, n.1, p.54-68, nov.2004.

O sequestro de carbono pela floresta urbana: uma avaliação de desempenho em trechos da paisagem de Belo Horizonte

Rubens do Amaral, Staël Pereira Costa, Maria Rita Muzzi

Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG Rua Paraíba 697, sala 404C, Bairro Funcionários, Belo Horizonte Telefone/fax: 55 031 34098861

amaral_arqbr@yahoo.com.br, staelalvarenga@gmail.com, mrscottimuzzi@uol.com.br

Resumo

O presente artigo objetiva estudar o papel das florestas urbanas na provisão de serviços ecossistêmicos urbanos, por meio da análise do sequestro de carbono, em áreas diferenciadas, no sistema de espaços livres da cidade de Belo Horizonte, procurando ofertar indicadores de qualidade de serviços ambientais e subsidiar a proposição de diretrizes paisagísticas direcionadas à sua implantação ou melhoria. Para tanto, com base em estudos da paisagem, morfologia urbana e ecologia da restauração foi possível a escolha da Administração Regional Centro Sul de Belo Horizonte para estudo de caso, e os trechos de floresta urbana: Parque Municipal das Mangabeiras, Praça Raul Soares e Parque Municipal Américo Renê Giannetti. Nessas áreas foi feita a estimativa de biomassa aérea e realizadas amostras de solo, as quais foram objeto de análises de fertilidade de solo, de concentração de substâncias húmicas e de isótopos estáveis de carbono e nitrogênio. Os resultados obtidos foram analisados criticamente em relação aos processos morfológicos e à concepção e tratamento paisagístico de cada área. Com base nisso foram estabelecidas diretrizes paisagísticas orientadas para a introdução e melhoria da prestação de serviços ecossistêmicos urbanos em trechos diferenciados de floresta urbana.

Palavras-chave

Floresta urbana, Sequestro de Carbono, Serviços ecossistêmicos urbanos, Morfologia urbana, Ecologia da restauração

Abstract

The present article seeks to study the performance of urban forests in the provision of urban ecosystem services, through the analysis of carbon sequestration, in different areas along the open spaces system of Belo Horizonte's city, aiming to offer quality indicators of environmental services and support the proposal for landscape guidelines aimed at its implementation or improvement. Therefore, based on landscape studies, urban morphology and ecology restoration was possible to choose the South Regional Administration of Belo Horizonte Center for case study, and the urban forest stretches: Municipal Park of Mangabeiras, Raul Soares Square and Municipal Park Américo René Giannetti. In these areas, were performed biomass estimation and soil samples, which were sent for laboratory testing of soil fertility, concentration of humic substances and analysis of stable isotopes. The results were analyzed critically in relation to morphological processes and the design and landscaping treatment of each area. Based on that, landscaping guidelines were established oriented for the introduction and improvement of the provision of urban ecosystem services in different parts of urban forest.

Keywords

Urban Forest, Carbon Sequestration, Urban ecosystem services, Urban morphology, Restoration ecology

Introdução

Pode-se entender como **floresta urbana** a soma de toda a vegetação arbórea e a ela associada, existente em assentamentos urbanos ou a eles circundantes. Tanto oriunda de intervenções paisagísticas, quanto nascida naturalmente, inclui a vegetação ao longo das ruas e nos parques urbanos; em áreas abandonadas ou no interior dos lotes; em manchas florestais remanescentes ou em áreas de reflorestamento. Trata-se de um elemento dinâmico, que, conforme os critérios e fases de desenvolvimento da paisagem urbana, apresenta significativa diversidade de espécies sob os mais variados impactos (positivos ou negativos). (NOWAK; CRANE, 2002; ALVEY, 2006; NOWAK, 2006; McNEIL; VAVA, 2006; WU, 2008; SCHWAB, 2009; WALSH, 2012; grifo nosso).

Em uma floresta, o sequestro de carbono (C) em biomassa aérea e pelo solo é uns dos principais **serviços ecossistêmicos florestais**, cujo entendimento propicia a instrumentalização do aumento de absorção biológica de carbono no planeta. Configura-se também como indicador do grau de implantação desses serviços: o estabelecimento do ciclo de carbono e nutrientes, ao longo das florestas urbanas equilibra a relação entre o solo e a vegetação, gerando quantidades maiores e mais qualificadas de matéria orgânica. Parte da matéria orgânica no solo é transformada em **substâncias húmicas**. Essas substâncias representam o estoque definitivo de carbono no solo - estima-se que o montante sequestrado chega a mais de quatro vezes o volume estocado em biomassa aérea no planeta - e são relacionadas com a implantação de **serviços ecossistêmicos** no meio ambiente. Melhoram a geração de nutrientes necessários para suporte ao desenvolvimento da vegetação, auxiliam o sequestro de carbono em biomassa aérea, bem como o desempenho fotossintético das plantas; geram condições de estoque de C no solo pela melhoria de sua aeração e porosidade, atributos por sua vez relacionados com a drenagem necessária para a manutenção de aquíferos e corpos d'água. Esses **serviços ecossistêmicos** podem ainda ser inter-relacionados a outros, inerentes à presença de vegetação - principalmente arbórea - nas cidades. Citam-se melhoria microclimática, conservação da biodiversidade, fertilidade do solo, produção de alimentos, absorção de poluentes e partículas, prevenção e redução da erosão, purificação da água, e alívio da poluição sonora. Enquadrar-se-iam como **serviços ecossistêmicos urbanos**, aos quais também se agregam os de natureza recreativa, educativa e estética, relacionados ao potencial de interação cultural das florestas urbanas com as populações das cidades (BALÉE, 1989; GILL *et al.*, 2007; BONAM, 2008; WU, 2008; MACEDO *et al.*, 2009; TREVISAN *et al.*, 2010; RONQUIN, 2010; WICK; INGRAM; STAHL, 2010; LOVELL; TAYLOR, 2013; LAL, 2004, grifo nosso). A **figura 1** apresenta de forma generalizada o fluxo de carbono em um ecossistema terrestre e os pontos principais de sequestro desse elemento, relacionados com os serviços ecossistêmicos supracitados.

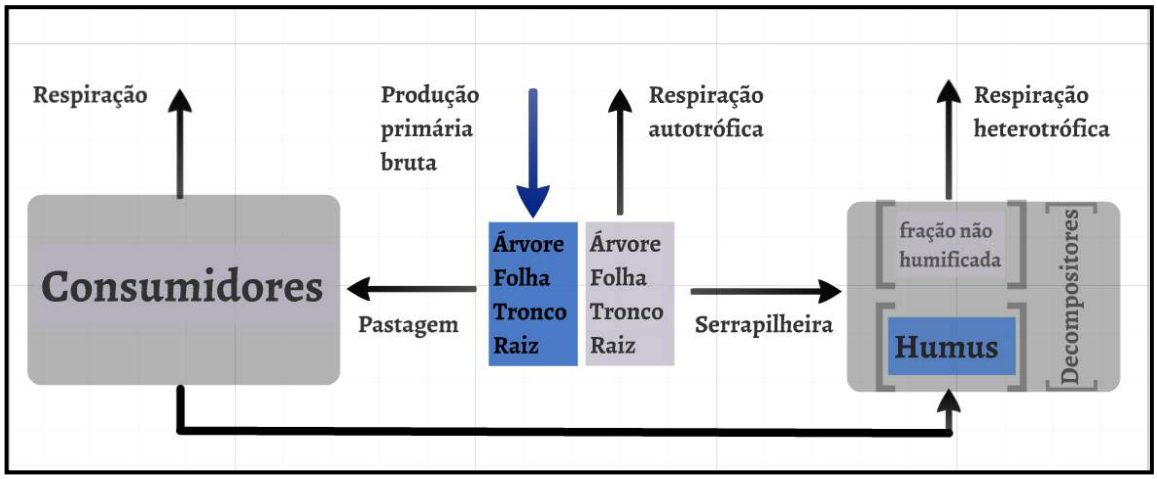


Figura 1. Representação generalizada dos componentes de um ecossistema terrestre, todos conectados pelo fluxo de carbono. Fonte: BONAM (2008)

Objetiva-se assim, por meio de um estudo de caso ao longo da floresta urbana de Belo Horizonte, clarificar a relação entre a configuração desse elemento na paisagem e a prestação de serviços ecossistêmicos, bem como estudar comparativamente a eficácia ambiental dos trechos de floresta urbana selecionados, tanto no sequestro de carbono na biomassa florestal, quanto no solo. Além disso, procura-se fornecer indicadores de qualidade de serviços ambientais, com base em tipos contrastantes de floresta urbana e propor diretrizes paisagísticas direcionadas à implantação ou melhoria de serviços ecossitêmicos urbanos.

Procura-se assim trazer entendimento sobre o fluxo vertical de energia e matéria, instrumentalizando a melhoria ou introdução dessas funcionalidades, no padrão estrutural da paisagem urbana. Atribui-se, nesse processo, a percepção da floresta urbana, como infraestrutura verde, de caráter multifuncional, instrumento para a melhoria da qualidade de vida, nos aglomerados urbanos. Contribui para a proposição de um design paisagístico alinhado com o paradigma da sustentabilidade (FORMAN, GODRON, 1986; PELLEGRINO, 2000; HOBBS, 2003; LOVELL; TAYLOR, 2013).

Tal alinhamento pode ser subsidiado pelo enlace interdisciplinar entre os referenciais teóricos relacionados a estudos da paisagem – em especial a Escola Inglesa de Morfologia Urbana e a Escola da Ecologia da Paisagem – e à recente Escola da Ecologia da Restauração. Todas, conjugadas, propiciam uma abordagem integral sobre o processo de formação da floresta urbana.

Estudo de Caso

Belo Horizonte é o município estruturador da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), instituída pela Lei Complementar do Brasil nº 14, de 8 de junho de 1973, sendo atualmente composta por 34 cidades (RMBH, 2014).

De acordo com a **figura 2**, o município é dividido em nove Regiões Administrativas, sendo elas: Barreiro, Centro-Sul, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Pampulha e Venda Nova. Seus limites e formas de

gestão foram estabelecidos pela Lei Municipal nº 4.158/85, com seus perímetros ajustados pela Lei Municipal 10.231/2011 (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE – PBH, 2014; BELO HORIZONTE, 2011).

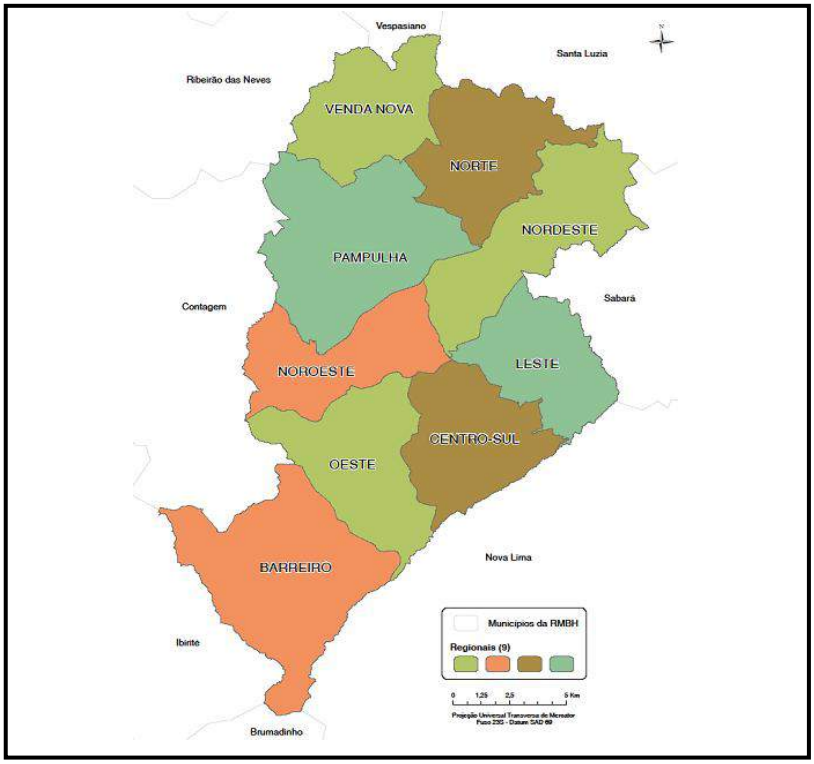


Figura 2. Limites do município de Belo Horizonte e divisão administrativa municipal

Fonte: PBH, 2014.

Dentre tais Regiões, a área incidente sobre a Administração Regional Centro Sul, demonstra-se propícia para a seleção de trechos de floresta urbana, com diferenças e contrastes no grau de implantação de serviços ecossistêmicos.

Os aspectos geomorfológicos da área, atinentes ao detalhamento das grandes unidades de relevo – Depressão de Belo Horizonte e Serras do Quadrilátero Ferrífero – apontam para o contraste das fisionomias topográficas existentes entre elas. Essas unidades podem ser subdivididas em compartimentos de relevo, com especificidades relacionadas a três linhas de fixação originárias do sistema natural: o Ribeirão Arrudas, incidente sobre o compartimento de relevo Várzea do Arrudas; a falha de empurrão entre as grandes unidades de relevo – Depressão de Belo Horizonte e Serras do Quadrilátero Ferrífero – e as falhas de empurrão, nas cotas mais altas do compartimento de relevo Cristas da Zona Sul (FERREIRA, 1998; CARVALHO, 2001; PRODABEL, 2014).

Coerentemente, as formações vegetais que teriam sido incidentes sobre esses compartimentos de relevo, antes da implantação do sistema antrópico, apresentam grau de complexidade e variabilidade condizente com a geomorfologia da área. A paisagem teria sido composta por predominância de espécies de cerrado, nas cotas mais baixas, e de mata atlântica, nas mais altas. Embora, todas, imbricadas em um arranjo complexo, com vegetação densa e predominância de formações florestais (FERREIRA, 1998;

CARVALHO, 2001; FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS, 2009; ARAÚJO FILHO, 2014; IBGE, 2014; RIBEIRO; WALTER, 2014).

Mas, no estudo dos processos morfológicos relacionados à implantação do sistema antrópico na área, observa-se que o plano urbano proposto por Aarão Reis, apresentou diferenças, na escala dos tecidos urbanos, condicionadas pelo sistema natural. Na área interna à Avenida do Contorno – antiga zona urbana –, verifica-se apenas um padrão predominante de parcelamento do solo, de traçado ortogonal, caracterizado pela ignorância das especificidades do sítio. Na área externa à Avenida do Contorno – antiga zona suburbana –, os atributos do sítio teriam configurado maior diversidade de tecidos urbanos (BARRETO, 1995; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1997; MACIEL, 1998; PEREIRA COSTA; MACIEL, 2009a).

Assim, na Administração Regional Centro Sul, pela conjunção dos aspectos supracitados, apresentam-se os seguintes trechos de floresta urbana a serem analisados.

Como área de referência, ao longo da linha de fixação da falha de empurrão confrontante com as Cristas da Zona Sul, indica-se a unidade de faixa de hiato urbano – *fringe belt*[1] – externo Parque Municipal das Mangabeiras em essência, constituem barreiras ou linhas indutoras do crescimento urbano (M. R. G. CONZEN, 1966; M. P. CONZEN, 2001; HOPKINS, 2003; WHITEHAND, 2013).

Como modelo de maior contraste para comparação com o Parque Municipal das Mangabeiras, aponta-se uma área dentro do compartimento de relevo Várzea do Arrudas: a Praça Raul Soares. O compartimento abrigou significativo estrato de vegetação dos tipos cerradão e mata ciliar. Contudo as superfícies suaves da praça aparentam significativa supressão da camada vegetação e apagamento dos serviços ambientais anteriormente prestados pelo sítio.

Já, como modelo intermediário de comparação entre as duas áreas, adota-se, no mesmo compartimento de relevo da Praça Raul Soares e ao longo da linha de fixação do Ribeirão Arrudas, a unidade e faixa de hiato urbano – fringe belt – interno Parque Municipal Américo Renê Giannetti. O parque destacou-se no estudo por ser uma das poucas áreas no tecido urbano interno à avenida contorno, cujo sistema antrópico buscou certa adequação às características do compartimento de relevo em que se encontra, além de oferecer superfícies suaves com tratamentos paisagísticos heterogêneos.

[1] São zonas periféricas e sucessivas que contornavam uma urbanização medieval, cristalizando os processos expansivos da cidade, com usos do solo distintos do residencial. Sempre intercalado por áreas predominantemente residenciais, esse fenômeno é também identificado nas cidades contemporâneas, constituindo faixas mais irregulares e menos estruturadas, apresentando menor ordenamento do que o parcelamento que as circundam ou intercalam. Podem ser relacionadas com o processo de estagnação e posterior expansão da dinâmica imobiliária. Conforme a ocorrência desses ciclos é possível classificar as faixas de hiatos urbanos – *fringe belts* – como internos, intermediários e externos.

A **figura 3** apresenta a indicação das áreas selecionadas para estudo, na Região Administrativa Centro Sul, conforme os compartimentos de relevo ao qual pertencem, bem como as linhas de fixação existentes na área. Destaquem-se as áreas relacionadas ao Parque Municipal Américo Renê Giannetti e Parque Municipal das Mangabeiras, que, caracterizados como unidades de faixas de hiato urbano – fringe-belt, possuem a particularidade de se localizarem ao longo de linhas de fixação originadas pelo sistema natural.

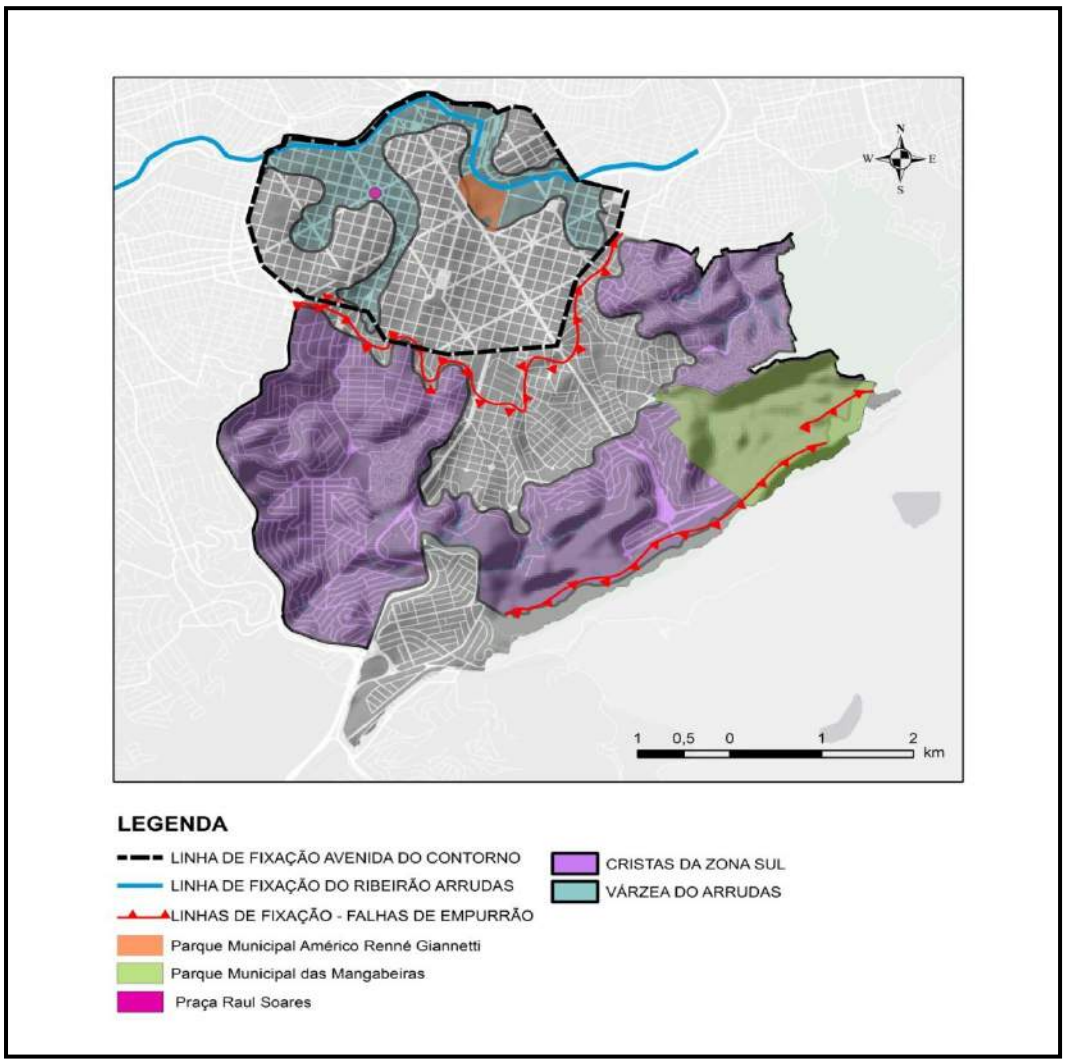


Figura 3. Áreas selecionadas para análise comparativa no desempenho de sequestro de carbono com a indicação dos respectivos compartimentos e das linhas de fixação incidentes sobre a Região Administrativa Centro Sul.

Verifica-se que o processo de implantação do sistema antrópico no Parque Municipal das Mangabeiras oferece indícios de estabilidade e resiliência ambiental, características de uma área de referência apta para estudos de recuperação ecológica. A relação da área com as formas complexas da morfologia urbana – plano urbano, tecido urbano e uso do solo – propiciou, na paisagem de Belo Horizonte, a manutenção de estratos da camada vegetação original. Antes uma área de mineração, a concepção paisagística do parque, por Burle Marx, absorve a componente ecológica e as relações ecossistêmicas - condicionantes do projeto. Estabelece usos e uma relação entre superfícies rígidas, suaves e de água, propícios para preservação e recuperação da vegetação existente, tomando cuidado, inclusive, de

introduzir preferencialmente espécies vegetais autóctones - nativas - (PLAMBEL, 1977; MACIEL, 1998; MACEDO; SAKATA, 2002; HOPKINS, 2003; SÁ CARNEIRO, 2010; FARAH, 2010;LOPES *et al.*, 2011; IBGE, 2014; PBH, 2014, PRODABEL, 2014). A **figura 4** apresenta a dinâmica das superfícies rígidas e suaves desde o período anterior à implantação do sistema antrópico até a contemporaneidade.

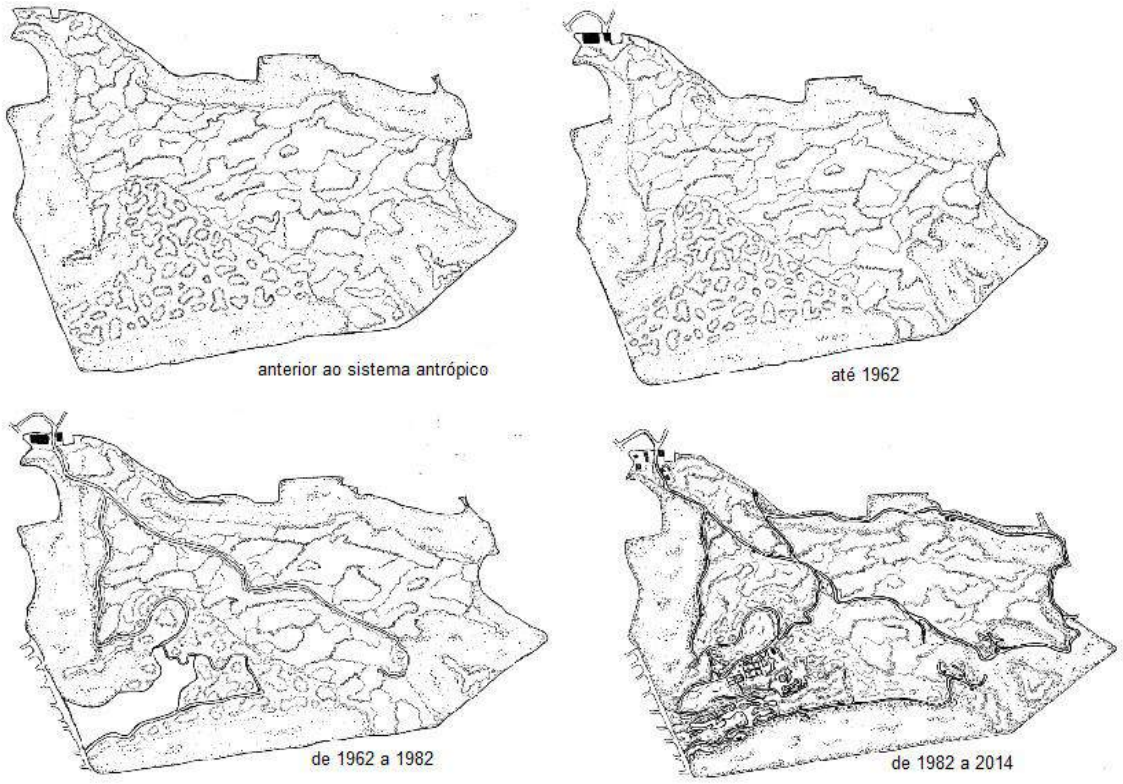


Figura 4. Composição das superfícies da área referente ao Parque Municipal das Mangabeiras anterior à implantação do sistema antrópico, no período entre 1961 e 1982 e até o ano de 2014. Ilustração: Priscila Lisboa de Paula

Já a Praça Raul Soares, configura trecho de floresta urbana com indícios de degradação ambiental. A concepção paisagística, associada a outras intervenções realizadas no local, não favorece o fluxo vertical de energia e matéria, bem como a instalação dos serviços ecossistêmicos correlatos. Embora a forma urbana da praça, associada ao tecido urbano, tenha contribuído para a permanência das superfícies suaves, o mesmo não pode ser dito do estrato arbóreo incidente sobre a área. A área, logo no início do processo de implantação da cidade de Belo Horizonte, teve a camada vegetação original suprimida. Esse quadro, somado à significativa supressão de árvores introduzidas ao longo dos anos, indicam um quadro de degradação ambiental. Por sua vez, a concepção paisagística não se demonstra propícia para mitigar os danos acumulados. O modelo neoclássico, com vegetação exótica, introduzida por questões estéticas, contrapõe-se à do Parque Municipal das Mangabeiras, originária da observação dos condicionantes ecológicos. Permite o questionamento sobre a funcionalidade ambiental de praças ajardinadas e se esse tratamento paisagístico viabiliza a estabilidade biológica em trechos de floresta urbana (MACIEL, 1998; ROBBA; MACEDO, 2002; HOPKINS, 2003; SÁ CARNEIRO, 2010; SEGAWA, 2010). A **figura 5**

apresenta o detalhamento da variação da vegetação nas superfícies suaves da praça no período compreendido entre 1936 e a contemporaneidade.

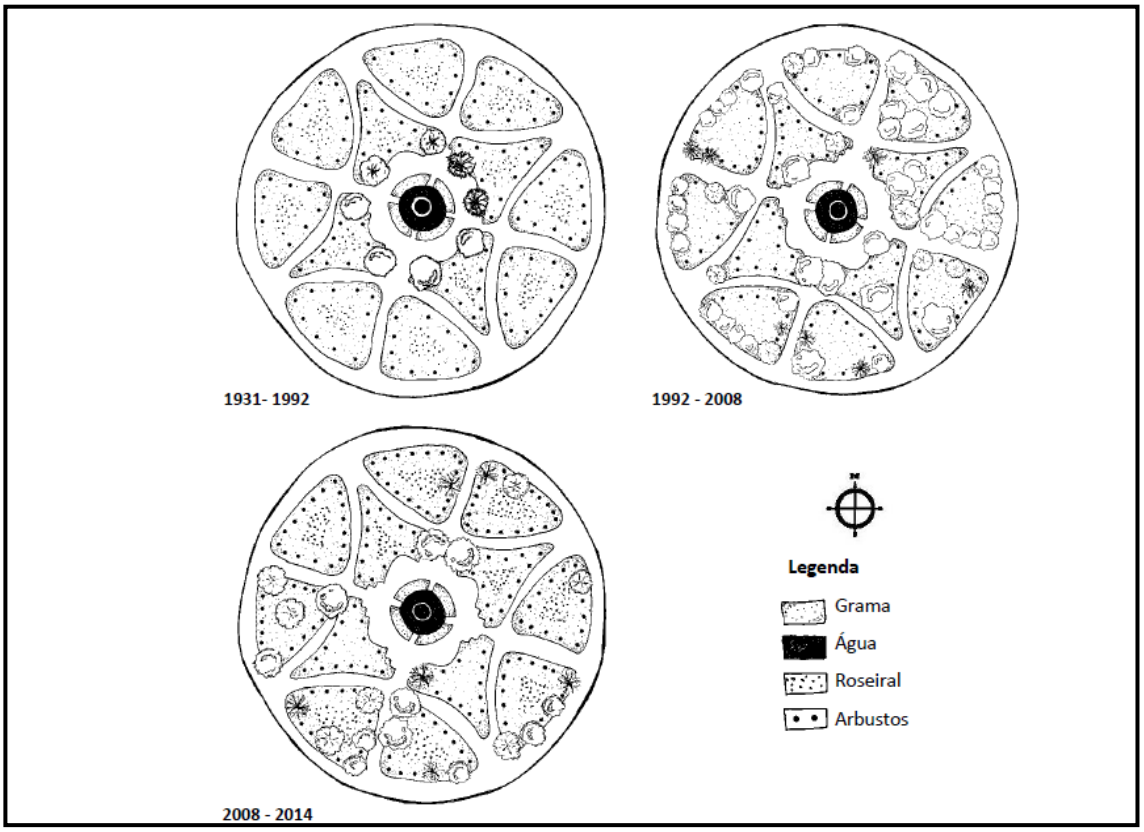


Figura 5. Ilustração da variação do estrato arbóreo na Praça Raul Soares entre 1936 e a contemporaneidade. Ilustração: Priscila Lisboa de Paula.

Já o Parque Municipal Américo Renê Giannetti, apresenta-se como uma área de atributos complexos, que demandam estudo sistêmico e aprofundado. A percepção da tendência de comportamento da área demanda percepção do grau de implantação de funcionalidades ambientais, em seus diversos habitats e da interação entre eles. É uma área mista, com tratamento paisagístico que abriga áreas com atributos semelhantes ao do Parque Municipal das Mangabeiras e ao da Praça Raul Soares. Além disso, ao longo dos anos, apresentou significativa variação de suas superfícies rígidas, suaves e de água. Nesse processo, características originais do sítio foram apagadas, ultrapassando limiares abióticos, mas, ao mesmo tempo, a área foi intensamente arborizada, sobretudo a partir da década de 1980. Enquanto os corpos d'água foram remanejados e canalizados, bem como seus terrenos, drenados; o lençol freático no local permanece superficial, efeito, provavelmente, do significativo estrato arbóreo – mais de 5.000 exemplares (COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, 1992; BARRETO, 1995; MACIEL, 1998; MACEDO; SAKATA, 2002; HOPKINS, 2003; FARAH, 2010). A **figura 6** apresenta o início da implantação do sistema antrópico na área e a **figura 7** o processo de configuração da vegetação do parque entre os anos de 1938 e a contemporaneidade.

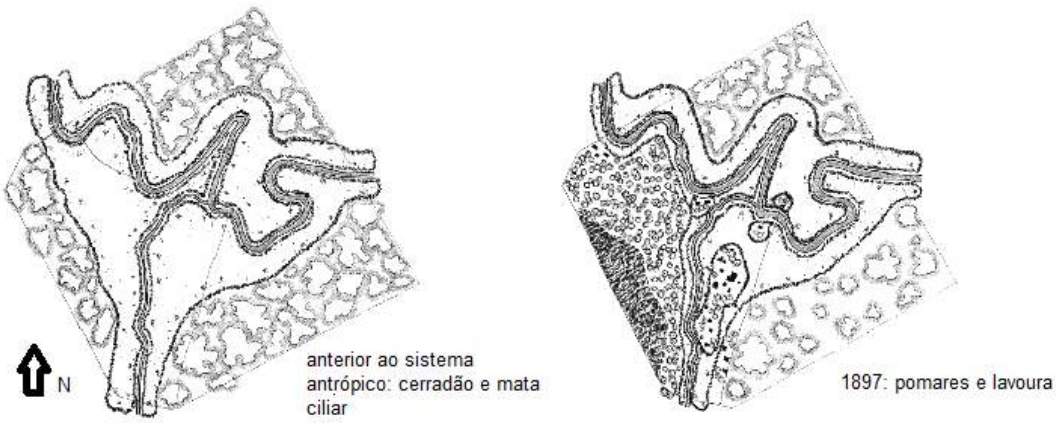


Figura 6. Ilustração da variação do estrato arbóreo até 1897 em relação ao momento anterior à implantação do sistema antrópico, na área do Parque Municipal Américo Renné Giannetti. Ilustração: Priscila Lisboa de Paula.

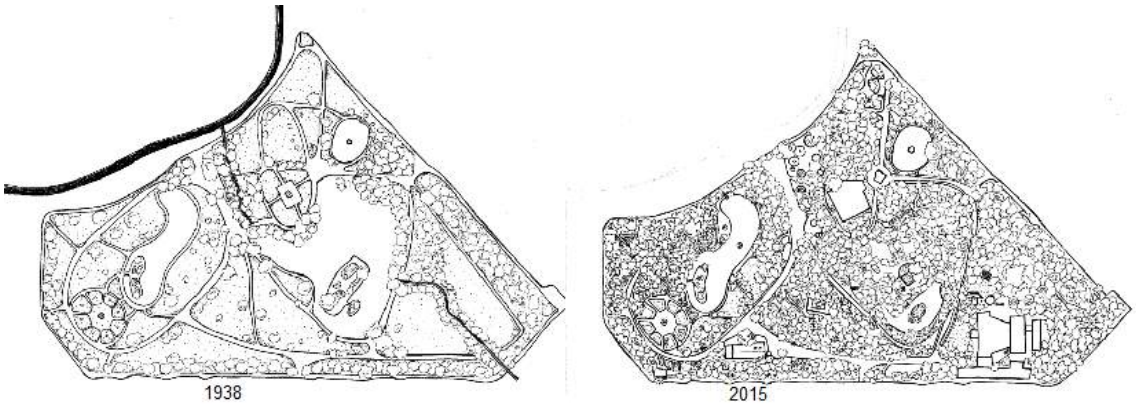


Figura 7. Ilustração da variação do estrato arbóreo até 1938 até a contemporaneidade, no Parque Municipal Américo Renné Giannetti. Ilustração: Priscila Lisboa de Paula.

Assim, nas três áreas, observam-se tratamentos paisagísticos diversos, claramente indicativos de estados de preservação e de degradação ambiental. No entanto, em certas partes das áreas de estudo, em função da heterogeneidade dos tipos de manejo empreendidos, verifica-se que essa relação não é tão explícita. Abre-se então a necessidade de se aprofundar na relação entre trechos diversificados de floresta urbana e os serviços ecossistêmicos prestados.

Assim, à luz da relação entre suporte e cobertura e dos processos morfológicos afetos à vegetação, em cada trecho de floresta urbana estudado, segue-se a análise conjunta dos processos relacionados ao fluxo vertical de energia e matéria na paisagem. O engate entre essas duas abordagens possibilita investigar os requisitos necessários para a introdução ou melhoria de funcionalidades ambientais, inclusive aqueles não perceptíveis, na paisagem, mas cujos indícios encontram-se disponíveis nas análises relacionadas aos ciclos biológico de carbono e paralelo de nutrientes (FORMAN, GODRON, 1986; PELLEGRINO, 2000).

Percebe-se a necessidade de se traçarem indicadores de qualidade de serviços ambientais, a fim de possibilitar análises objetivas do grau de implantação de serviços ecossistêmicos urbanos foram

estudadas e comparadas, entre os trechos de floresta urbana, as seguintes variáveis: carbono em biomassa arbórea (Cba), carbono em serrapilheira (Cbs), carbono em biomassa herbácea ou arbustiva (Cha), número de árvores (Nº arv), carbono orgânico total no solo (Corg), percentual de carbono no solo (%C), percentual de nitrogênio no solo (%N), carbono em ácido húmico (Cah), carbono em ácido fúlvico (Caf), relação carbono:nitrogênio (C/N), carbono isotópico 13 ($d^{13}C$) e nitrogênio isotópico 15 ($d^{15}N$). A **figura 8** apresenta mapa perceptual via componentes principais dessas variáveis, indicando a correlação entre elas e o desempenho dos trechos de floresta urbana estudados na prestação de serviços ecossistêmicos.

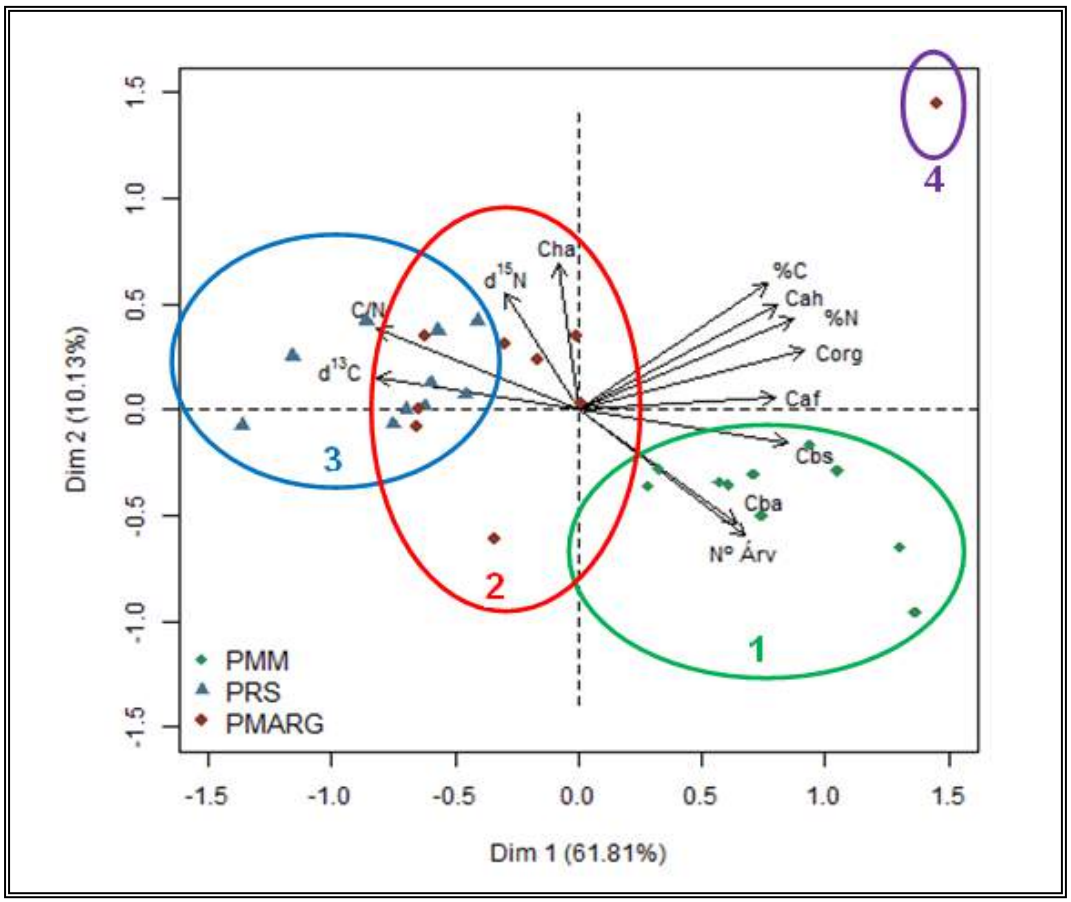


Figura 8. Mapa perceptual via componentes principais para as variáveis. Fonte: Elaborado pelo autor, 2014. Execução: ABG Consultoria Estatística.

Dentre as variáveis qualitativas estudadas, as que se apresentam mais relacionadas com a implantação do ciclo biológico de carbono e paralelo de nutrientes foram: %C, Cah e %N – positivamente correlacionadas ao sequestro de carbono –, e $d^{13}C$), juntamente com C/N - negativamente correlacionadas.

Pelas análises o Parque Municipal das Mangabeiras ratificou-se como área de referência, com os maiores valores das variáveis %N, Cah, %C e os menores valores das variáveis d13C e C/N. A Praça Raul Soares, contrastando com o Parque Municipal das Mangabeiras, apresentou os maiores valores das variáveis d13C e C/N, indício da ineficácia na prestação de serviços ambientais. Já o Parque Municipal Américo Renê Giannetti, com características afins às duas áreas, se posiciona intermediariamente, mas

com comportamento ainda próximo ao da Praça Raul Soares. Isso se deveria à influência das áreas gramadas do parque e o uso de adubação química. Mas a quantidade de matéria húmica existente (Cah) e a arborização intensa realizada no parque ao longo dos anos, ofertam indícios de uma tendência de comportamento em direção ao da área de referência.

A análise comparativa realizada, somada às informações referentes ao processo de configuração da paisagem em cada trecho de floresta urbana estudado, subsidiou a proposição de diretrizes paisagísticas baseadas no provimento de serviços ecossistêmicos relacionados ao sequestro de carbono.

Como diretrizes paisagísticas gerais orientadas para a introdução ou melhoria do fluxo vertical de energia de qualquer trecho de floresta urbana, com impactos positivos em relação aos serviços ecossistêmicos urbanos prestados, seguem-se:

- o acréscimo de árvores;
- a preservação de árvores mais antigas, evitando ao máximo a supressão de exemplares;
- a formação de camada de serrapilheira, sob as árvores (condição si ne qua non para a introdução plena do ciclo de carbono e do paralelo de nutrientes nessas áreas);
- a introdução de plantas da família das leguminosas, procurando evitar a utilização de adubos químicos (medida importante para a melhoria da fertilidade dos trechos de floresta urbana).

Como diretrizes decorrentes da observação dos atributos paisagísticos de cada área, destacam-se:

- preservar unidades de faixas de hiato urbano – *fringe belts* ao longo do território;
- expandir e qualificar as superfícies suaves, ao longo dos tecidos urbanos, com tratamento paisagístico direcionado para a melhoria dos serviços ecossistêmicos prestados;
- priorizar a preservação e recuperação de estratos da camada vegetação original e das relações do ecossistema em que estão inseridos;
- a funcionalidade ambiental desejada para a área deve balizar a seleção e a implantação da arborização e demais formas de vegetação;
- em intervenções paisagísticas, priorizar a implantação de espécies arbóreas a arbustivas, bem como utilizar com cautela o uso de forrações;
- em áreas com tratamento paisagístico heterogêneo, intervenções devem ser precedidas de diagnóstico relativo ao grau de implantação das funcionalidades ambientais na área. A área deve ser entendida como um sistema composto por vários habitats.

Para a efetividade das diretrizes sugeridas, com base nos indicadores estudados, propõem-se também diretrizes para o monitoramento da prestação de serviços ecossistêmicos urbanos em trechos de floresta urbana.

Indica-se assi que sejam estabelecidas metas objetivas de recuperação ambiental, baseadas em uma área de referência adotada.

As metas, por sua vez, devem ser balizadas por indicadores capazes de informar o grau de implantação dos serviços ambientais nas áreas de intervenção. Sugere-se que sejam traçadas por meio dos seguintes indicadores qualitativos: percentual de carbono no solo, percentual de nitrogênio no solo, carbono em ácido húmico, razão C:N e percentual de carbono isotópico 13, todos já recomendados pelo estudo como as melhores variáveis para aferição de serviços ecossistêmicos, imbricadas com as diretrizes paisagísticas gerais.

Considerações finais

Com base no exposto a presente estudo contribui para a pesquisa interdisciplinar, propiciando a cooperação entre campos de estudos afetos ao urbanismo e às ciências biológicas.

Isso foi possível pela cooperação entre os preceitos e métodos apontados, principalmente pelas Escolas de Morfologia Urbana Inglesa, Ecologia da Restauração e da Ecologia da Paisagem. A abordagem clarificou formas de investigação do grau de implantação de serviços ecossistêmicos urbanos em trechos de floresta urbana.

Permite também o traçado e o monitoramento de intervenções paisagísticas voltadas para a melhoria do desempenho ambiental de tais trechos, propondo diretrizes paisagísticas orientadas para a funcionalidade ambiental da floresta urbana e não decorrentes de uma abordagem unicamente estética de tratamento dos espaços livres. Por essa concepção, a vegetação, em especial a arbórea, entra como agente ativo e recurso estratégico, capaz melhorar a qualidade ambiental no meio urbano, mitigar impactos decorrentes do processo de urbanização e contribuir para a proposição de uma forma urbana alinhada ao paradigma da sustentabilidade

Referências bibliográficas

ALVEY, A. A. Promoting and preserving biodiversity in the urban forest. **Urban forestry & Urban Greening**, v. 5, p. 195-200, 2006.

ARAUJO FILHO, J. C. **Floresta estacional semidecidual**. 2014. Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/territorio_mata_sul_pernambucana/arvore/CONT000gt7eon7l02wx7ha087apz2x2zjco4.html>. Acesso em: 10 dez. 2014.

BALÉE, W. Cultura na vegetação da Amazônia brasileira. In: NEVES, W. (Org.) **Biologia e ecologia humana na Amazônia**: avaliação e perspectivas e ecologia humana na Amazônia. Belém: Sociologias, 1989. p. 95-109.

BARRETO, A. **Belo Horizonte**: memória histórica e descritiva. História Média. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

BELO HORIZONTE. **Lei nº 10.231, de 20 de julho de 2011**. Dispõe sobre a circunscrição das Regiões Administrativas do Município.

BONAM, G. **Ecological climatology**: concepts and applications. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

BROWN, L. **Eco-Economia**. EPI - Earth Policy Institute / UMA – Universidade Livre da Mata Atlântica, 2003.

CARVALHO, E. T. **Geologia urbana para todos**: uma visão sobre Belo Horizonte. Belo Horizonte: Universidade Federal de Belo Horizonte, 2001.

COLORADO PLATEAU STABLE ISOTOPE LABORATORY. **Isotopes**. 2014. Disponível em: <http://www.isotope.nau.edu/isotope.html>. Acesso em: 27 set. 2014.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. **Parque municipal**: crônica de um século. Belo Horizonte: Companhia Vale do Rio Doce, 1992.

CONZEN, M. P. The study of urban form in the united states. **Urban Morphology**: Journal of the International Seminar on Urban Form. Birmingham, v. 5, p. 3-14, 2001.

CONZEN, M. R. G. **As paisagens urbanas históricas na Inglaterra**: um problema de geografia aplicada. The urban landscape: historical development and management. Papers by M. R. Conzen. 1966.

FARAH, I. Arquitetura paisagística no período entre 1976 e 1985. In: FARAH, I.; SCHLEE, M. B.; TARDIN, R. (Orgs.). **Arquitetura paisagística contemporânea no Brasil**. São Paulo: Editora Senac, 2010. p. 77-117.

FERREIRA, M. G. **O sítio e a formação da paisagem urbana**: um estudo do município de Belo Horizonte. 1997. 183 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

FORMAN, R. T. T.; GODRON, M. **Landscape Ecology**. New York: John Wiley & Sons, 1986.
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Panorama de Belo Horizonte**: Atlas Histórico. Belo Horizonte: FJP, 1997. (Coleção Centenário).

GILL, S. E. *et al*. Adapting cities for climate change: the role of the green infrastructures. **Built Enviroment**, v. 33, p. 115-133, 2007. Disponível em: <http://www.fs.fed.us/ccrc/topics/urban-forests/docs/Gill_Adapting_Cities.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2013.

HOBBS, R. J. Ecological management and restoration: assessment, setting goals and measuring success. **Ecological Management & Restoration**, v. 4, p. S2-S3, 2003.

HOPKINS, M. I. W. Vegetation as a component of urban form. **Urban Morphology**: Journal of the International Seminar on Urban Form, Birmingham, v. 17, p. 57-59, 2013.

LABORATÓRIO DA PAISAGEM. **Os elementos tipo-morfológicos das bordas metropolitanas de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Núcleo de Pesquisa em Desenho Ambiental – EA/UFMG, 2013. 163 p.(relatório de pesquisa APQ – 02459-99).

LAL, R. Soil carbon sequestration impacts on global climate change and food security. **Science**, New York, v. 304, p. 1623-1627, 2004.

LOPES, M. B. *et al.* **A cidade, seus habitantes e a serra**: breves notas sobre a história do Parque das Mangabeiras (1960-2010), 2011. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/11.130/3798>. Acesso em: 12 dez. 2014.

LOVELL, S. T.; TAYLOR, J. R. Supplying urban ecosystem services through multifunctional green infrastructure in the united states. **Landscape Ecology in Review**, Illinois, v. 28, p. 1447-1463, 2013.

MACEDO, S. S. *et al.* Considerações preliminares sobre o sistema de espaços livres e a constituição da esfera pública no Brasil. In: ANDRADE, R.; SCHLEE, M. B.; TÂNGARI, V. R. (Orgs.). **Sistema de espaços livres**: o cotidiano, apropriações e ausências. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pós-graduação em Arquitetura, 2009. p. 60-83.

MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. **Parques urbanos no Brasil.** São Paulo: Edusp – Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

MACIEL, M. C. **O projeto em arquitetura paisagística**: **praças e parques públicos em Belo Horizonte.** 1998. 255 f. Tese (doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

McNEIL, J; VAVA, C. **Oakville's urban forest**: our solution to our pollution. Oakville, 2006.

NOWAK, D. J. Institutionalizing urban forestry as a "biotechnology" to improve environmental quality. **Urban Forestry & Urban Greening**, Syracuse, v. 5, p. 93-100, 2006.

NOWAK, D. J.; CRANE, D. E. Carbon storage and sequestration by urban trees in the USA. **Environmental Pollution**, Syracuse, v. 116, p. 381-389, 2002.

PELLEGRINO, P. R. M.. Pode-se mudar a paisagem? **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, p. 158-180, 2000.

PEREIRA COSTA, S. A.; MACIEL, M. C. Fringe belts in planned cities - do they exist in such context? In: **Sixteenth international seminar no urban form**, 2009, Guangzou: South China University of Technology, 2009a. p. 53.

PLAMBEL. Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. **O processo de formação do espaço urbano da RMBH**. Belo Horizonte: PLAMBEL, 1977.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE (PBH). **Parque Municipal das Mangabeiras**. 2014. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=fundacaoparque&tax=15257&lang=pt_BR&pg=5521&taxp=0&>. Acesso em: 27 jan. 2015.

_____. **Praça Raul Soares, um centro geográfico de valor arquitetônico e cultural**. 2014. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/noticia.do?evento=portlet&pAc=not&idConteudo=104504&pIdPlc=&app=salanoticias>. Acesso em: 27 jan. 2015.

_____. **Regiões Administrativas e Belo Horizonte**. 2014. Disponível em: <http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/mapas-e-estatisticas/mapas-estaticos?term_node_tid_depth=All&area=682&field_formato_tid=All>. Acesso em: 27 jan. 2015.

PRODABEL. Base georeferenciada da Regional Administrativa Centro Sul. **Arquivos do Setor de Atendimento**. Belo Horizonte, dez./2014. 1 CD-ROM.

RIBEIRO, J. F.; WALTER, B. M. T. **Tipos de vegetação do bioma cerrado**. 2014.

RMBH. **Plano metropolitano**: macrozoneamento RMBH. 2014.

ROBBA, F.; MACEDO, S. S. **Praças brasileiras.** São Paulo: Edusp – Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

RONQUIN, C. C. **Conceitos de fertilidade do solo e manejo adequado para regiões tropicais**. EMBRAPA, 2010.

SÁ CARNEIRO, A. R. A produção paisagística brasileira no entre 1930 e 1976. In: FARAH, I.; SCHLEE, M. B.; TARDIN, R. (Orgs.). **Arquitetura paisagística contemporânea no Brasil**. São Paulo: Senac, 2010. p. 77-117.

SCHWAB, J. **Planning the urban forest**: ecology, economy and community development. 2009. Disponível em: <http://na.fs.fed.us/urban/planning_uf_apa.pdf>. Acesso em: 19 set. 2014.

SEGAWA, H. Arquitetura paisagística até 1930. In: FARAH, I.; SCHLEE, M. B.; TARDIN, R. (Orgs.). **Arquitetura paisagística contemporânea no Brasil**. São Paulo: Editora Senac, 2010. p. 35-48.

TREVISAN, S. *et al*. Humic substances biological activity at the plant-soi interface: from environmental aspects to molecular factors. **Plant Signaling & Behavior**, v. 5, p. 635-643, 2010.

WALSH, A. J. **Potential urban forest carbon sequestration and storage capacities in burnside industrial park, nova scotia.** Minneapolis: Dovetail Partners Inc, 2012.

WHITEHAND, J. W. R. **Morfologia urbana britânica**: a tradição conzeniana, 2013.

WICK, A. F.; INGRAM, L. J.; STAHL, P. D. Agregate and organic matter dynamics in reclaimed soils as indicated by stable carbon isotopes. **Soil Biology & Biochemistry,** v. 41, p. 201-209, 2010.

WU, J. Toward a landscape ecology of cities: beyond building, trees and urban forests. In: CARREIRA, M. M.; GONG, Y.; WU, J. (Orgs.). **Ecology, planning and management of urban forests**: international perspective. Louisville: Springer, 2008. p. 10-28.

Aparecida, Profana e Dividida: Conflitos socioespaciais no município de Aparecida, São Paulo, Brasil.

Vanessa Mangialardo, Pedro Ribeiro-Moreira.

Planejamento Urbano e Regional, Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP

Av. Shishima Hifumi,2911 -Sao José dos Campos-Brasil, Telefone: 55(12) 3947-1124

vanessa@univap.br; pedroribeiro@univap.br

Resumo

O arranjo espacial urbano constitui expressões de sua reprodução social na mais material de suas dimensões o que se deve ao processo histórico em que se deu tal formação. Aparecida, cidade do Vale do Paraíba Paulista, nasceu de circunstâncias fortuitas, o achado de uma imagem de Nossa Senhora da Conceição nas águas do rio Paraíba do Sul. A partir deste ponto se inicia seu crescimento, de povoado à cidade que hoje é. Sua história esteve sempre ligada às expressões da fé católica e da devoção à Santa. O crescente afluxo de fiéis criou novas necessidades para a cidade, o acolhimento aos peregrinos e romeiros, uma demanda por comércio e serviços. A estrutura do centro urbano se abre então ao mercado e essas ofertas sob a condução da própria Igreja. A cidade da fé se torna profana. O estudo a seguir aborda este processo onde o amálgama inicial entre fé e as necessidades de sobrevivência se deslocam para satisfações de necessidades contemporâneas, a cultura de massa. Apoiado em pesquisas bibliográficas e análises de documentos do poder público e da Igreja, o texto a seguir colabora para o estudo das contradições da cultura e dos espaços gerados nestes novos tempos.

Palavras-chave

Conflitos socioespaciais, fé e território, sagrado e profano, Município de Aparecida.

Abstract

The urban spatial arrangement constitute expressions of their social reproduction at the material its size is due to the historical process in which they gave such training. Aparecida, the city of Paraíba Valley in the São Paulo State, was born of fortuitous circumstances, the finding of an image of "Nossa Senhora da Conceição" under the waters of the Paraíba River. From this point begins its growth from village to town. The history of Aparecida City always connected with Catholic faith and religiousness and devotion to the Saint. The growing influx of faithful has created new needs for the city, welcoming the pilgrims and palmers, a demand for trade and services. The structure of the urban center opens then the market and these offerings under the guidance of the Church. The city's faith becomes profane. The study then discusses this process where the initial confusion between faith and survival needs shift to contemporary needs satisfactions, mass culture. Supported by bibliographic research and analysis of government documents and the Church, the following text contributes to the study of the contradictions of culture and spaces generated in these new times.

Keywords

Socio-spatial conflicts, faith and territory, sacred and profane, Aparecida City, Paraíba Valley.

Introdução

Neste estudo estão em causa as atividades e contradições existentes entre as práticas da economia e aquelas expressas pela fé. Mais diretamente, quanto o conflito territorial afronta o segmento da Igreja Católica, expresso pela Arquidiocese, ao Governo Municipal de uma cidade, no espaço daquela que é o maior centro de peregrinações do Brasil, Aparecida, no Estado de São Paulo.

Os grandes deslocamentos da antiguidade estavam associados, quando não a campanhas militares, às viagens de comércio e peregrinações. Praticamente todas as religiões consideram estas últimas como as expressões mais verdadeiras e concretas da fé. O Cristianismo como um todo, e a Igreja Católica Romana em particular, criaram inúmeros locais de peregrinação. Estes se situam principalmente na Europa, em função de passagens consideradas milagrosas ocorridas durante o período medieval: Assis na Itália, Santiago de Compostela na Espanha e Fátima em Portugal, são apenas alguns desses destinos. Com a chegada dos europeus e do catolicismo à América, logo começam a pontuar, também neste continente, novos locais sagrados para esta religião: Nossa Senhora de Guadalupe, no México e a de Nossa Senhora Aparecida, no Brasil estão entre os destinos mais visitados da fé católica.

A dimensão religiosa corresponde a uma das facetas da identidade nacional quando da investigação da relação oriunda da colonização portuguesa e a religião católica, que assume características próprias em diferentes lugares e regiões. Essa categoria de formação econômico-social [a religião] é acrescida, segundo Milton Santos (1982, p.16) "da instância espacial, que pressupõe a percepção de que a função da forma espacial depende da redistribuição, a cada momento histórico, sobre o espaço total da totalidade das funções que uma formação social é chamada a realizar".

Quando as partes, cabeça e corpo, da imagem da padroeira de Portugal e muitas cidades brasileiras, Nossa Senhora da Conceição foram encontradas nas redes dos pescadores, em 1717, aquelas terras pertenciam então ao termo de Guaratinguetá. Em 1745, marcando a devoção ao fato, foi erigida nas cercanias do porto de Itaguaçu, local do encontro da imagem, uma pequena capela, no Morro dos Coqueiros. Por aí se estabeleceram os primeiros fiéis e residentes formando um pequeno povoado que, em 1828, com o nome de Aparecida, se torna município. Em 1888 a cidade inaugura enfim sua basílica substituindo a antiga igreja formando um conjunto urbano que acrescentava ao templo a praça principal da cidade nos moldes das cidades brasileiras daquela época (**figura 1**). A história de Aparecida, entretanto, se confunde com a história de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, Padroeira e Protetora do Brasil.

Figura 1. Aparecida, 1940. Fonte: Centro Documentação e Memória Santuário Nacional (Tombo18).

Entre o final do século XIX e a primeira metade do século seguinte, favorecida pela implantação da Estrada de Ferro Central do Brasil, a cidade recebe cada vez mais visitantes e romeiros. Para tanto, muito contribuiu a proclamação, em 1930, de Nossa Senhora Aparecida como "Padroeira do Brasil", por decreto do papa Pio XI. Esta consagração viria a contribuir com os anseios do presidente Getúlio Vargas que elaborou o projeto para um estado nacional coeso sob sua direção, carente de símbolos que consagrassem seus objetivos e, neste sentido, a consagração da "Rainha do Brasil" concorria plenamente. Até a primeira metade do século XX a afluência de romeiros só fez aumentar. Neste período a praça da basílica já não era suficiente para receber tantos visitantes. Aos poucos aumentou o número de lojas e bancas de *souvenirs*, verticalizam-se os novos hotéis, alterou-se a paisagem encobrindo paulatinamente a antiga basílica. Aparecida, local sagrado de expressão de fé e devoção sincera tornara-se profana. Das visitas espontâneas e das romarias improvisadas em caminhões, entrava-se agora na era do turismo religioso.

O chamado turismo religioso se caracteriza como um fenômeno originado por motivação religiosa, que na prática se viabiliza como atividade socioeconômica. Como tal, transforma o espaço socialmente produzido, inicialmente como espaço de devoção, portanto sagrado, em espaço-mercadoria, ou seja, profano. A atividade turística implica na reestruturação do espaço, pois é "indutora da organização espacial e da mobilização de fluxos populacionais" (CORIOLANO, 1998, p.21). A produção social do espaço de Aparecida, entre suas várias expressões, associa também aquela advinda das ações do turismo, que representa uma parcela das várias que compõem seu espaço geográfico. Esta atividade absorve os objetos preexistentes no espaço alterando seu significado para o atendimento da sua demanda. Sua abrangência de tal vai além da utilização dos atributos culturais e naturais para atrair os visitantes, pois também inclui setores do comércio, indústria, serviços, poder público, organização

comunitária, construção civil, mídia etc. Nas últimas décadas, a atividade se apresenta como fator relevante na reorganização dos territórios, das políticas de planejamento e desenvolvimento, com especial visibilidade nos espaços urbanos. O fenômeno do turismo é expresso pelas relações sociais e pela materialização do território que existe no processo de produção do espaço. Lefebvre (2006) indica o espaço como representação contínua da interferência das relações sociais de produção e reprodução, que à luz do capitalismo são relacionados em três níveis: da reprodução da força de trabalho, da reprodução biológica e o da reprodução de relações sociais. O espaço, a partir das relações sociais de produção e reprodução, vai apresentar a seguinte sobreposição: a prática espacial, as representações do espaço e os espaços de representação; três categorias instáveis, dado que representam o momento situacional de uma sociedade, subdividida em produtores e usuários do espaço.

A representação incorpora as imagens do real e do imaginado, que sofrem constantes modificações. Kevin Lynch (2011, p.28) afirma que a imagem é "formada pelo conjunto de sensações experimentadas ao observar e viver em determinado ambiente." E que a imagem urbana não representa toda a cidade, por ser fragmentada, parcial e selecionada representa somente o interesse da espetacularização. As novas intervenções urbanas acontecem principalmente em áreas reestruturadas aos espetáculos, denominada arquitetura-espetáculo, que contribui funcional e esteticamente para formatar os ambientes urbanos, "ratificando os paradigmas de um processo de urbanização neoliberal (...) a valorização do solo e a própria arquitetura transformam a cidade em espaço cenográfico" (LIMA 2004, p.12). Guy Debord (1997) trata o espetáculo como um modo de produção da relação social através da comercialização de imagens da realidade e é utilizado como estratégia para instituir uma territorialidade simbólica. É na representação simbólica que o ambiente urbano se tornará visível como "cidade única".

A territorialidade religiosa define-se como o "conjunto de práticas desenvolvidas por instituições ou grupos no sentido de controlar um dado território, onde o efeito do poder sagrado reflete uma identidade de fé e um sentimento de propriedade mútuo" (Rosendahl, 2005, p.203). É o que se dá no município de Aparecida, onde, para o fiel se confundem os espaços público e o privado.

A nova Basílica - A construção do espaço na escala mundial

A nova Igreja, localizada no Morro dos Pitas, foi necessariamente aprovado pela Comissão Pontifícia da Santa Sé. Sua construção aconteceu em área doada pelo município e administrada pelo Vaticano. As obras, coerentes com o projeto do então Presidente da República, Juscelino Kubitscheck de certa forma demonstravam a capacidade de grandeza do Brasil. O plano não se limitava ao terreno intramuros, mas extrapolava para o espaço urbano em seu conjunto, no intuito de criar uma infraestrutura adequada à demanda, com projeto de urbanização, instalação de delegacia, posto médico e de puericultura, solicitados pela prefeitura, que também realiza obras de infraestrutura, para contribuir com o projeto que irá espetacularizar a fé e indicar Aparecida como "território da fé" (**figura 2**).

Figura 2 – Aparecida, 2014.

Fé e Território

O conceito de território está pautado nas relações múltiplas de poder e que a partir da globalização, pressupõe que estas relações passam a ser em diferentes escalas e que são multidimensionais. A este novo processo de relacionamento, perceptível principalmente a partir da globalização, dá-se o nome de territorialização. Frequentemente os conceitos de território e espaço são tratados como sinônimos. Haesbaert (2004, p.87) indica que devem ser tratados de formas distintas, quando estudados a partir da dimensão geográfica dos fenômenos sociais e que o território se define mais especificamente a partir de uma abordagem sobre "o espaço que prioriza ou que coloca seu foco, no interior dessa dimensão espacial, na "dimensão", ou melhor, nas problemáticas de caráter político ou que envolvem a manifestação/realização das relações de poder, em suas múltiplas esferas". A territorialidade, que indica a forma como o grupo humano se organiza e vive no lugar, assume o caráter traçado pelos aspectos políticos. Assim, a territorialidade religiosa significa "o conjunto de práticas desenvolvido por instituições ou grupos no sentido de controlar dado território, onde o efeito do poder do sagrado reflete uma identidade de fé e um sentimento de propriedade mútuo." (ROSENDHAL, 1995, p. 8)

No perímetro urbano de Aparecida se desenvolvem as atividades religiosas e comerciais, principalmente voltadas ao turismo religioso. O Santuário tem a característica de não restringir em seu entorno contínuo ações de apropriação dos espaços pois se projeta em todo o espaço urbano através de edificações, atividades e espetáculos religiosos. "A territorialidade do sagrado seria, então, a ideia de ação institucional de apropriação simbólica de determinado espaço sagrado, sendo sua materialidade o próprio território sagrado institucionalizado." (GIL FILHO, 2008, p.37).

As diversas modificações ocorridas nos vários ambientes religiosos da cidade afetam diretamente sua configuração espacial. Agora, a atividade do turismo religioso é que caracteriza o território da fé, e sua administração privada, supervisionada pela Cúria Romana oferece várias opções de interação com o público (**figura 3**).

Figura 3. Áreas de domínio do Santuário. Fonte: adaptação do Plano Diretor de Aparecida e Google Earth.

A necessidade de formação de jovens nos estudos eclesiásticos induziu o Santuário a investir também na construção do Seminário Missionário Bom Jesus. Apesar de Aparecida ser o "epicentro" do movimento católico na região, e no Brasil, tais atividades se estendem por outras localidades próximas, onde além de evangelização, investe-se também na área de educação e no turismo religioso. Em Guaratinguetá, integrante da centralidade de Aparecida, localiza-se Seminário Frei Galvão. Em Lorena, o Centro Universitário Salesiano de São Paulo desenvolve desde 2001 o curso "Educação para o Turismo" especialmente para docentes da rede municipal de Aparecida. Já Canas é a sede nacional da Renovação Carismática Católica, com mais de 8 milhões de fiéis.

Disputas e impactos na trama da cidade

As novas territorialidades que dão origem ao "território-mundo" procedem da globalização, emergente no final do século XX, quando o capitalismo transforma o planeta em seu "espaço de valorização". A globalização, no sentido de união e homogeneização, é um processo de integração entre sociedade, cultura, economia e política, que interliga mercados de diferentes nações, aproximando pessoas e mercadorias. Castells (1996), e Haesbaert (1998) indicam, cada um a seu modo, que a globalização refere-se a uma imagem de homogeneização econômica, espacial e sociocultural. Castells argumenta ainda, que o reflexo da globalização está no espaço global despersonalizado, dado que homogeneização leva à dissolução das identidades locais econômicas e culturais, ao mesmo tempo em que não se propaga igualmente por todos os segmentos sócio-espaciais. O avanço da globalização é notado,

principalmente, a partir de 1960, e iguala, de certa forma, a população carente que dá origem ao fenômeno traduzido na exclusão sócio- espacial. O autor atribui ao desenvolvimento desse processo o nome de sociedade-rede, pois é a partir do avanço técnico alcançado pela telecomunicação, através da rede de computadores, que dá origem ao "espaço de fluxos" do capital financeiro: o meio técnico-científico informacional, também indicado por Milton Santos em 1985. Haesbaert (1998) entende ser a fragmentação necessária para que a globalização aconteça.

Esta nova produção do espaço urbano, indicado por Smith (2002), tem efeito direto na formulação das políticas urbana que sugere que a partir da globalização surge um "novo urbanismo", quando a cidade se torna mercadoria perante o marketing territorial, resultando na espetacularização das cidades.

A conjuntura espacial que se desenhou para Aparecida para atender a demanda turística fez deste a principal atividade econômica do município o que correspondente a 80% do produto interno bruto (IBGE, 2010).

Esta importância se reflete em seu espaço, claramente dividido em dois: um limitado e murado, sob domínio do Santuário que o administra como uma organização privada; e o outro, o espaço público: a arena do convívio social. Estes espaços ora são complementares no sentido de oferecem infraestrutura à atividade; ora são concorrentes, quando, por exemplo, a maioria das atrações destinadas às atividades econômicas como shopping center, arena de eventos, aquário, parque de diversões, etc., estão sob domínio do Santuário e dele ficam dependentes para as ações que interferem no planejamento urbano, fazendo com que tanto o munícipe quanto o poder público sejam meros coadjuvantes no desenvolvimento socioeconômico local.

A capital nacional da fé apresenta disputas e impactos na trama de sua cidade decorrentes da principal atividade econômica, o turismo religioso, que repercutem na infraestrutura urbana e turística, cujos principais atores envolvidos são: a administração pública, a administração privada (tendo como protagonista o Santuário Nacional), o visitante e o residente. O turismo é eminentemente um "fenômeno social" que, ao originar toda uma série de atividades, e a consequência, uma nova organização espacial.

A devoção continua a movimentar considerável contingente de pessoas, chegando a atingir em 2014 cifra superior aos doze milhões de visitantes. O Santuário recebe 32.484 visitantes/dia, 974.500/mês, sendo que a população residente no município é de apenas 37 mil habitantes (IBGE/2014).

O aparecidense, embora conviva em sua cidade diariamente com os visitantes, ainda não participa efetivamente da geração de renda desta atividade econômica, pois, segundo o IBGE, 51,35% das residências sobrevivem com menos de um salário mínimo mensal.

O aumento absoluto da área dedicada ao Santuário Nacional demonstra como o espaço simbólico sobrepõe-se ao espaço material e, portanto, a interferência [ações promovidas pela administração do Santuário] na dinâmica social da cidade, quando: a) se torna limitador do espaço: suas áreas são "muradas" e as atrações, pagas; e b) como concorrente dos espaços públicos: são de sua propriedade as principais atrações de lazer disponíveis na cidade (shopping, museu, aquário, parque de diversões, teleférico, etc.). Por sua vez, a administração pública vê-se à reboque das ações da Igreja, promovendo investimentos em infraestrutura que beneficiam principalmente o público consumidor da principal atividade econômica local: o turismo, como por exemplo a passarela da fé, a realocação do "camelódromo", etc.

O comércio também se estabelece em função da fé, e a população trabalha principalmente nas lojas de *souvenires* religiosos, livrarias, restaurantes e hotéis. Os comerciantes dependem do fluxo de turistas, para garantir a sobrevivência de seu empreendimento. A cidade possui 550 comércios diretamente ligados ao turismo religioso, além das 330 lojas intramuros do Santuário. Para a hospedagem, são 34.342 leitos e para o ano de 2015, está prevista a inauguração de mais 22 estabelecimentos. O Santuário, que tem o discurso da "boa acolhida", também se torna empreendedor da principal atividade econômica local, disponibilizando ao visitante alojamento (Hotel Rainha do Brasil), área de eventos para locação, locomoção (teleférico), produtos de sua gráfica e editora, a Rádio e TV Aparecida, entre outros.

Para uma cidade que vive do turismo religioso, atividade que gera uma boa receita, a desigualdade social (distribuição de renda) gera problema social, como por exemplo a questão de moradia (**figura 4**) e problemas de conflito no acesso ao espaço urbano, que segrega a população local à frações do espaço público destinado ao lazer.

Figura 4. Macro zona urbana consolidada -entrada bairro residencial Brejo Seco.

A prefeitura tenta em sua gestão resolver estas questões e, a Igreja, que contribui para a geração destes problemas, fica alheia a isto.

Crescimento das atividades profanas

O "culturalismo de mercado", de acordo com Otília Arantes (2002) é o processo de espetacularização da cidade, que converge cultura em capital, reordenando o território e produzindo fronteiras invisíveis que legitimam as desigualdades sociais e a concorrência entre as cidades. Produzidos e financiados através de parcerias público-privadas, estes novos espaços, que surgem a partir da valorização do solo, oferecem novas atividades que desconsideram o antigo habitante. A espetacularização urbana se torna, em Aparecida, a lógica do arranjo da dinâmica urbana, que impõe um padrão cultural de ação, pensamento e comportamento em função da principal atividade econômica ali presente.

Intramuros, o Santuário oferta a seus visitantes na edificação da Basílica, as Capelas das Velas, do Santíssimo, do Batismo, da Ressurreição e de São José, Sala de Promessas, Centro de Documentação e Memória, Sala de Imprensa, Presépio, Shopping do Romeiro, Arena de Eventos, etc. Extramuros, investiu em três outros projetos: a reurbanização do Porto Itaguaçu, reestruturação do Morro do Cruzeiro e a Cidade do Romeiro, previsão da construção de 3 hotéis, capela, centro convenções e áreas comerciais e de convívio (105.000m² área).

Aparecida apresenta algumas particularidades de obras financiadas e/ou aprovadas pelo poder público, que fazem a ligação entre os espaços simbólicos do território, sejam eles públicos ou particulares, como por exemplo o teleférico, que liga o Morro do Cruzeiro À Basílica. Já a Passarela da Fé é uma obra federal que facilita o acesso de dois espaços simbólicos, um com acesso público: Basílica velha, a outro com acesso murado: Basílica nova.

Distribuição dos grandes eventos

A materialização da fé, através das práticas dos fiéis, cria territórios religiosos com o objetivo de atender sua demanda e, muitas vezes, controle por parte da Igreja que, apesar de seu caráter privado, passa a ser um dos agentes de política e planejamento da organização territorial.

A espetacularização [da fé], segundo David Harvey (1992, p.12) acontece a partir da substituição "pós-moderna do espetáculo como forma de resistência pelo espetáculo como forma de controle social". Neste caso, Estado e Igreja são os agentes reguladores. O espaço material da cidade é invadido pelo espaço simbólico da religiosidade, territorializando o espaço profano com o sagrado, através dos espetáculos (de fé), das festas religiosas e do argumento religioso.

Em Aparecida, o calendário oficial de eventos é comunicado pela administração pública, que conta com a parceria do Santuário para a organização e atraem visitantes de todas as partes do mundo. O calendário

oficial de eventos é composto na sua totalidade por aqueles de ordem religiosa, organizados e promovidos pela igreja católica, colocando em evidência o seu predomínio no espaço urbano do município.

As tentativas de organização do espaço (planos e projetos públicos)

O planejamento, desde que seja resultante de um processo de dimensões técnica e política, é uma forma estruturada de tomar decisões para o desenvolvimento das regiões metropolitanas, para superar os desafios enfrentados pelas cidades desde que seja construído de acordo com as expectativas da sociedade, de negociação e decisão coletiva, compartilhada sobre o futuro comum dos municípios metropolitanos.

É função da gestão pública refletir sobre o papel que a atividade turística desempenha no (re)ordenamento dos territórios, a fim de estabelecer normas e diretrizes para a regulação territorial da atividade, que tem impacto direto nas ocupações territoriais.

O crescimento do fluxo de turistas que vem ao Santuário Nacional gera problemas de infraestrutura urbana, exigindo a ação do poder público para a necessidade de planejamento e ordenamento do território. De um lado, uma organização (o Santuário) que investe em infraestrutura privada para melhor atender aos romeiros, com verba própria e projetos de financiamento junto ao governo. Do outro, a administração pública, que para fazer frente à atividade turística, também investe em infraestrutura para inserir a população nesta atividade socioeconômica e, também, em obras para atender ao aumento do fluxo turístico.

Atualmente, o município tem 5 obras em fase de finalização financiadas pela prefeitura em parceria com o DADE – Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias. Destas, 4 são consideradas de acessibilidade e mobilidade urbana e 1 é destinada à infraestrutura turística. O município recebe verbas estaduais e federais, para melhorias de infraestrutura, por ter o selo de Estância Turística.

Conclusão

Para a maioria das pessoas que visitam Aparecida não é possível deixar de se impressionar com a escala monumental do conjunto do Santuário, reforçada por sua própria situação, no topo da colina a imperar sobre o restante da paisagem. Torna-se difícil imaginar que tudo aquilo se iniciou com uma humilde imagem de barro, de apenas 38 centímetros de altura, encontrada na lama do leito do rio pelo povo pobre que vivia naquele local. Tudo o mais são construções. As mais impactantes à visão, construídas em alvenaria, tijolos e mármore, objeto concreto, envolvente à multidão que se aninha em seu interior nas grandes celebrações da fé católica "à brasileira". As demais construções estão no plano abstrato, porém resultantes de ações concretas, trabalhadas cuidadosamente para a edificação ao culto da Padroeira do Brasil. São construções sobrepostas sendo que a segunda não se constrange ao limite das edificações.

Universal, está presente em tantos lares quantos são os “Brasis”, reproduzidas nas imagens em gesso ou impressas nos mais variados suportes.

O conjunto da obra do Santuário Nacional representa, neste quadro, a síntese contemporânea do município, onde se materializam no espaço urbano três aspectos relevantes da sociedade: a fé popular, o investimento público e investimento privado, três fatores que se manifestam na a construção de um espaço onde convivem peregrinos, religiosos, comerciantes e agentes do poder público. Mas, esta construção está longe de constituir um conjunto homogêneo. Muito menos ainda, livre de conflitos. Para além das diferentes formas de ocupação do espaço se deparam interesses e proposições. A Aparecida dividida carece da construção de um espaço coletivo.

Desde o aparecimento da imagem, quando se iniciaram as peregrinações, a igreja vem construindo progressivamente a enorme estrutura para a recepção aos romeiros. Trata-se de um complexo comercial que busca oferecer à manifestação de fé sua inserção num certo modo de vida capitalista, definido como turismo religioso. Este é o fenômeno que movimenta a quase totalidade da economia aparecidense. Um fenômeno tão forte que consegue não apenas envolver as diversas esferas do poder público na sua organização, mas, igualmente mantê-la cativa e dependente de suas instâncias.

A administração do santuário tem realizado investimentos constantes na melhoria de sua estrutura particular. No entanto, estes não se sustentam em si. São necessários iguais investimentos em áreas do poder público, na cidade laica, posto que é esta quem oferece a sustentação para o turismo religioso. Assim, é a Igreja quem busca investimentos significativos de bancos públicos, para complementar obras, a exemplo de implantação de infraestrutura em espaços além dos muros do Santuário.

No espaço público rebatem as atividades promovidas no espaço do Santuário, aquelas que geram o enorme fluxo de turistas para toda a cidade, trazendo movimento ao comércio e demais serviços, especialmente nos setores de alimentação e hotelaria. Contudo, tal movimento não se dá de maneira constante. Por mais que o Santuário tenha diversificado suas atividades e criado novos eventos além da data magna da Padroeira do Brasil, em 12 de outubro, estes implicam em graus de sazonalidade. Para amenizar o impacto desse grande número de turistas e a inconstância de suas visitas o município atua em conjunto com os governos federal e estadual na construção de infraestrutura para promover o turismo religioso de forma segura e confortável, fato que implicaria em igual segurança para o governo municipal.

Essas questões são prioridade para o poder público municipal, revelando-se como fator estrutural para o planejamento urbano no município. O último trabalho realizado pela Prefeitura Municipal de Aparecida em 2006, o Plano Diretor, prevê importantes intervenções no espaço público da cidade a fim de estruturar o município para o crescimento dessa atividade, conforme foi observado no corpo desse trabalho. Trata-se

de um projeto que demonstra a relevância dos trabalhos de planejamento urbano na prevenção de impactos que podem comprometer a convivência entre romeiros e população residente.

Ao concluir este trabalho, cabe destacar a particularidade de sua motivação para realizar este estudo, que são os conflitos resultantes do turismo religioso capazes de construir e transformar o espaço urbano de uma cidade, movimentando a sua economia e as diversas esferas de governo na organização e estruturação destas atividades. Deste processo dependerá o desenvolvimento econômico e social da região em padrões coerentes com os anseios contemporâneos das cidades brasileiras neste início de século.

François Perroux (1977) elaborou sua teoria dos polos de crescimento em 1955, quando estudou a concentração industrial na França e na Alemanha. Para ele a questão fundamental da teoria dos polos de crescimento centra-se no conceito de polarização, já que este determinará o grau de filtração dos efeitos provocados pela inserção das indústrias motrizes no sistema econômico. Segundo o autor, os polos industriais de crescimento podem surgir em torno de uma aglomeração urbana importante ou ao longo das grandes fontes de matérias-primas, assim como nos locais de passagem e fluxos comerciais significativos ou ainda em torno de uma grande área agrícola dependente. Com uma forte identificação geográfica, porque é produto das economias de aglomeração geradas pelos complexos industriais, liderados pelas indústrias motrizes, pode vir a tornar-se um polo de desenvolvimento quando provocar transformações estruturais e expandir a produção e o emprego no meio em que está inserido.

Dado ao fato que atualmente o turismo é a “maior indústria existente” e posto que a renda auferida por essa atividade ultrapassou a do petróleo, das montadoras de veículos, da indústria têxtil e de telecomunicação e de todos os demais serviços o que possibilita a constatação de uma situação de analogia com a atividade de turismo religioso no município de Aparecida, onde o turismo exerce as ações da empresa motriz através de preços, fluxos e antecipações, bem como ações de dominação e liderança, em acordo com as teorias de Perroux. Seus efeitos positivos, de acordo com a teoria, seriam o incremento no nível de produção das atividades que utilizam os produtos e subprodutos da atividade motriz, via localização das novas plantas fora da região, bem como o surgimento das atividades comerciais de transporte e de serviços ou crescimento das já existentes. De certo modo, situação semelhante pode parecer se conformar a partir da atividade turística em Aparecida, tomando-se como indústria motriz, a atividade do turismo religioso. Entretanto, verifica-se que, para se consolidar tal situação, ainda precisam ser fortalecidas as relações com os demais municípios de seu entorno, em função do monopólio da igreja que administra, através da Basílica, a maioria das atividades de turismo religioso no local.

Em Aparecida, as expressões da fé e as atividades econômicas se mesclaram pelas mãos da Igreja Católica e a dependência (e apoio) do Poder Público que realiza constantes investimentos para a

promoção da primeira. Fundiram-se o sagrado e o profano a fazer rugir o Cristo se um dia voltar a esse mundo.

Referências Bibliográficas

Arantes, O. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.* Petrópolis:Vozes,2002.

Castells, M. *A sociedade em rede.* São Paulo:Paz e Terra,1996.

Coriolano, L. N. *Do local ao global.* Campinas:Papirus,1998.

Gil Filho, S.F.*Espaço sagrado: estudo em geografia da religião*. Curitiba:IBPEX,2008.

Guy-Debord. *A sociedade do espetáculo.* Rio deJaneiro: 1997.

Haesbaert, R. *O mito da desterritorialização: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade*. Rio deJaneiro: Bertrand Brasil,2004.

_____. *Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo*. Niterói:Eduff,1998.

Harvey, D. *A condição pós-moderna.* São Paulo: Loyola,1992.

IBGE *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo*. Brasília:2010-2014.

Lefebvre, H.*A produção do espaço.* (La production de l'espace. Paris:2000). MinasGerais:UFMG,2006.

Lynch, K. *A imagem da cidade.* SãoPaulo: Martins Fontes,2011.

Perroux, F.*A Economia do séculoXX.* Porto:Herder,1967.

Rosendahl, Z.Território e territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião. In: Rosendhal e Corrêa(orgs.). *Geografia: temas sobre cultura e espaço.* Rio deJaneiro:2005.

_____. O Sagrado e o Espaço. In: Castro,I.E., Gomes,P.C.C (orgs.) *Explorações Geográficas*. Rio deJaneiro: Bertrand Brasil,1997.

Santos, M. *Pensando o espaço do homem.* SãoPaulo: Hucitec,1982.

Smith, N. *New globalism, new urbanism: gentrification as global urban strategy*. Antipode:2002.